

2025

volume 28 | número 2 | maio-set.



NOVOS
CADERNOS
NAEA



VOLUME 28 • NÚMERO 2 • MAIO-SETEMBRO 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral: Armin Mathis • Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Periodicidade quadrimestral, volume 28, número 2, maio-setembro

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

EDITORA CIENTÍFICA

Nirvia Ravena – NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Geografia | Francisco de Assis Costa • Economia

Luís Eduardo Aragón Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia

Silvio Figueiredo • Sociologia | Edna Castro • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Luisa Zhouiri, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay

Celio Bermann, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azais, Université de Picardie Jules Verne, Paris, França

Clóvis Cavalcanti, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio, Universidad Nacional de Colômbia, Leticia, Colômbia

Edna Maria Ramos de Castro, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Eduardo José Viola, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Emilio F. Moran, Michigan State University, East Lansing, Estados Unidos da América do Norte

Geraldo Magela Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acselrad, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, Brasil

Heloisa Soares de Moura Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Burszty, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manuel Baptista, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene Corrêa da Silva Freitas, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy, Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados Garcia, Universidad de Valparaíso, Valparaíso, Chile

Pedro Roberto Jacobi, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama, Centre d'Économie de Paris-Nord CEPN, Paris, França

Pierre Teisserenc, Université Paris XIII, Villetaneuse, França

Raymundo Heraldo Maués, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Rafael Salles Valente, Maria Eduarda Parente Bentes e Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Revisão textual: Albano Rita Gomes

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
NOVOS CADERNOS NAEA • VOLUME 28, NÚMERO 2 • p. 1-293 • MAIO-SETEMBRO • 2025
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 28, n. 2 – maio-setembro, 2025 – Belém. Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos/UFPA, 2024.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento –
Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-setembro 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536

SUMÁRIO

Editorial

Artigos

- 13 **Tambores de louvação: uma linguagem sociocultural no quilombo de João Grande, Viséu-PA**
Drums of praise: a sociocultural language in the quilombo of João Grande, Viséu-PA
Raimundo Gonçalves da Silva, João Plínio Ferreira de Quadros, Joana d'Arc de Vasconcelos Neves, Nádia Ronnielly Fontel do Rosário de Quadros e Mirleide Chaar Bahia
- 37 **Etnografia do dia da consciência negra no território quilombola de Jambuaçu**
Ethnography of black consciousness day in the quilombola territory of Jambuaçu
Marina Ramos Neves de Castro, Fábio Fonseca de Castro, Aymé Jilvana Castro Fergueira, Keyse Valadares e Valadares e Bianca de Oliveira Leão
- 69 **A transição agroecológica do MST: possibilidades e desafios vistos a partir da realidade amazônica na atualidade**
The agroecological transition of the MST: possibilities and challenges viewed from the amazonian reality today
Gabriel da Cunha Melo e Sérgio Roberto Moraes Corrêa
- 99 **A ação coletiva sob o contexto da integração a cadeia produtiva do dendê em Irituia e São Domingos do Capim no Pará**
Collective action under the condition of integration into the palm oil production chain in Irituia and São Domingos do Capim in Pará
Marciclei Lopes Balieiro
- 127 **Regularização fundiária urbana no pós-regularização: o caso do núcleo urbano informal Paraíso das Águas na cidade de Canaã dos Carajás (PA)**
Urban land regularization in the post-regularization period: the case of the informal urban center paraíso das águas in the city of Canaã dos Carajás (PA), Brazil
Maria do Carmo Campos da Silva

- 153 Diagnóstico de empreendimentos agroextrativistas pesqueiros com potencial de incubação na microrregião do salgado paraense**
Diagnosis of agroextractive enterprises fishing with incubation potential in the micro-region in the salty paraense
Anderson Paixão Hungria, Álvaro Lima de Moura, Maria Elza de Souza Braga, Lian Valente Brandão e Fabricio Nilo Lima da Silva
- 175 Uso neoliberal do território e condição de “condenados da terra” aos povos indígenas no Brasil**
Neoliberal use of territory and condition of “the wretched of the earth” for indigenous peoples in Brazil
Claudio Jorge Moura de Castilho e Lycia Amelia Ribeiro Brasil
- 203 Adoção de práticas ESG e seu impacto no comportamento financeiro das empresas listadas na bolsa de valores brasileira**
Adoption of ESG practices and their impact on the financial behavior of companies listed on the Brazilian stock exchange
Paulo Marcelo Fecury Macambira e Luiz Maurício Furtado Maués
- 223 Influência das rodovias BR-230 e BR-319 no uso e ocupação do solo na mesorregião do sul amazonense com uso de ferramentas de geoprocessamento**
Influence from the roads BR-230 and BR-319 on land use and occupation in the southern amazon mesoregion using geoprocessing tools
Matheus Mendonça Leite, Douglas Marcelo Pinheiro da Silva, Viviane Vidal Silva, Renato Francisco da Silva Souza e Milton César Costa Campos
- 247 Da ferrovia ao BRT: dinâmica urbana de ocupação da rodovia BR-316**
From railway to BRT: urban dynamics of occupation on the BR-316 highway
Paulo de Castro Ribeiro e Gilberto de Miranda Rocha
- 271 O impactos das mudanças climáticas nas forças armadas**
The impact of climate change on the armed forces
Marcus Vinícius Gonçalves da Silva



NOVOS CADERNOS NAEA

EDITORIAL

EDITORIAL

Com mais de cinco décadas de atuação, o NAEA consolidou-se como referência internacional nos estudos sobre desenvolvimento regional, articulando pesquisa acadêmica aos grandes dilemas socioambientais contemporâneos. A publicação do volume 28, número 2, da revista *Novos Cadernos NAEA* reafirma o compromisso histórico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) com a produção de conhecimento crítico, interdisciplinar e territorialmente situado sobre a Pan-Amazônia.

Este volume reúne onze artigos que transitam da etnografia quilombola à econometria financeira, do planejamento urbano ao sensoriamento remoto, da agroecologia à segurança nacional. A interdisciplinaridade aqui operada não é retórica, mas condição metodológica para compreender uma região marcada pela complexidade, por elevada sociobiodiversidade, por intensos conflitos territoriais e por crescente pressão do capital global. Apresenta também os desafios que a interdependência entre colonialidade neoliberalismo e crise climática apontam para a região.

Os artigos dialogam entre si e constroem uma narrativa integrada sobre as tensões entre modelos hegemônicos de desenvolvimento, políticas estatais e estratégias locais de resistência no contexto da complexidade que marca as territorialidades amazônicas.

O artigo **“Tambores de Louvação: Uma Linguagem Sociocultural no Quilombo de João Grande, Viseu-PA”** dos autores Raimundo Gonçalves da Silva, João Plínio Ferreira de Quadros, Joana d’Arc de Vasconcelos Neves, Nádila Ronnielly Fontel do Rosário de Quadros e Mirleide Chaar Bahia, revela o tambor como dispositivo central de memória, pedagogia e ação política. A etnografia demonstra que o instrumento estrutura a vida comunitária, conecta gerações e reafirma a ancestralidade negra diante das pressões de apagamento cultural. As transformações materiais na confecção dos tambores são interpretadas como estratégias de resiliência, e não como perda de autenticidade. Em diálogo direto com o artigo anterior, **“Etnografia do Dia da Consciência Negra no Território Quilombola de Jambuaçu”**, dos autores Marina Ramos Neves de Castro, Fábio Fonseca de Castro, Aymé Jilvana Castro Fergueira, Keyse Valadares e Bianca de Oliveira Leão, analisa a celebração de 20 de novembro como ato político coletivo. A festa transcende

o ritual comemorativo e converte-se em espaço de articulação territorial, onde identidade negra, meio ambiente e direitos se tornam indissociáveis. A resistência manifesta-se de forma intersensorial, intergeracional e performativa. O artigo **“A Transição Agroecológica do MST: Possibilidades e Desafios Vistos a Partir da Realidade Amazônica na Atualidade”**, dos autores Gabriel da Cunha Melo e Sergio Roberto Moraes Correa analisa a experiência do assentamento João Batista II situado em Castanhal no estado do Pará. A agroecologia é apresentada como um projeto político contra hegemônico, capaz de enfrentar simultaneamente a crise climática, a dependência de insumos externos e a insegurança alimentar. O artigo evidencia conflitos internos, limitações técnicas e ausência de políticas públicas, mas demonstra a viabilidade social e ambiental do modelo. Apresentando o lado perverso das monoculturas, o artigo **“A ação coletiva sob o contexto da integração à cadeia produtiva do dendê em Irituia e São Domingos do Capim no Pará”**, escrito por Marciclei Lopes Balieiro, examina os limites do associativismo rural quando subordinado à lógica da agroindústria. A análise desenvolvida revela dilemas clássicos da ação coletiva, como o problema do *free rider*, e alerta para o risco de esvaziamento político das organizações sob contratos rígidos e endividamento bancário. Complementarmente, o artigo **“Diagnóstico de empreendimentos agroextrativistas pesqueiros com potencial de incubação na microrregião do Salgado Paraense”**, de Anderson Paixão Hungria, Álvaro Lima de Moura, Maria Elza de Souza Braga, Lian Valente Brandão e Fabricio Nilo Lima da Silva destaca o papel da economia solidária e da extensão universitária no desenvolvimento local. A incubação tecnológica aparece como estratégia de fortalecimento da autogestão, da viabilidade econômica e da sustentabilidade ambiental, ainda que enfrente desafios institucionais e financeiros. A dimensão urbana da Amazônia é explorada no artigo **“Regularização Fundiária Urbana no Pós-Regularização: O Caso do Núcleo Urbano Informal Paraíso das Águas na Cidade de Canaã dos Carajás (PA), Brasil”**, da autora Maria do Carmo Campos da Silva demonstra que a permanência da população de baixa renda está mais associada à oferta de infraestrutura e serviços do que ao título de propriedade em si. O estudo desafia leituras deterministas sobre gentrificação e oferece lições relevantes para a política urbana regional. Também na área dos estudos urbanos, a análise histórica e territorial de **“Da Ferrovia ao BRT: Dinâmica Urbana de Ocupação da Rodovia BR-316”**, Paulo Ribeiro e Gilberto Rocha evidencia como a infraestrutura de transporte moldou padrões desiguais de uso do solo na Região Metropolitana de

Belém, produzindo fragmentação urbana e graves problemas de mobilidade. O êxito do BRT, argumentam os autores, dependerá da capacidade estatal de regular o território e conter a especulação imobiliária. No plano da análise de infraestruturas e seus impactos na dinâmica regional, o artigo **“Influência das Rodovias BR-230 e BR-319 no Uso e Ocupação do Solo na Mesorregião do Sul Amazonense com Uso de Ferramentas de Geoprocessamento”** dos autores Matheus Mendonça Leite, Douglas Marcelo Pinheiro Silva, Viviane Vidal Silva, Renato Francisco da Silva Souza, Milton Cesar Costa Campos confirma empiricamente o papel das rodovias como vetores de desmatamento, especulação fundiária e expansão da agropecuária. Os dados de sensoriamento remoto reforçam a urgência de uma governança territorial rigorosa diante de projetos de integração viária. Na perspectiva crítica da interseção entre colonialidade, capital e crise climática, o artigo **“Uso Neoliberal do Território e Condição de ‘Condenados da Terra’ aos Povos Indígenas no Brasil”**, de Claudio Jorge Moura de Castilho e Lycia Amélia Ribeiro Brasil, demonstra como a violência territorial contra os povos indígenas é estrutural ao projeto colonial-moderno de desenvolvimento. Ancorado em Fanon e Quijano, o artigo destaca as práticas de reexistência indígena como formas de ruptura epistemológica e política. Na ótica centrada na atuação do capital financeiro, o artigo intitulado **“Adoção de Práticas ESG e seu Impacto no Comportamento Financeiro das Empresas Listadas na Bolsa de Valores Brasileira”**, de Paulo Marcelo Fecury Macambira e Luiz Maurício Furtado Maués, evidencia correlações positivas entre a sustentabilidade corporativa e o desempenho financeiro. A agenda ESG, ainda que controversa, passa a influenciar diretamente projetos de infraestrutura e de urbanização no país. Numa abordagem voltada às mudanças climáticas, o artigo **“O Impacto das Mudanças Climáticas nas Forças Armadas”** de Marcus Vinícius Gonçalves da Silva amplia o debate ao tratar a crise climática como questão de segurança nacional. A vulnerabilidade logística das Forças Armadas na Amazônia diante de eventos extremos reforça a necessidade de incorporar a variável climática ao planejamento estratégico da defesa.

Espera-se que a leitura transversal dos artigos amplie a lente da interdisciplinaridade como condição epistemológica para a compreensão da Amazônia contemporânea. O volume revela uma região atravessada por conflitos intensos, mas também por projetos alternativos, saberes sofisticados e formas plurais de existência.

Nirvia Ravena
Editora da Revista



NOVOS CADERNOS NAEA

ARTIGOS

EDITORIAL

Com mais de cinco décadas de atuação, o NAEA consolidou-se como referência internacional nos estudos sobre desenvolvimento regional, articulando pesquisa acadêmica aos grandes dilemas socioambientais contemporâneos. A publicação do volume 28, número 2, da revista *Novos Cadernos NAEA* reafirma o compromisso histórico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) com a produção de conhecimento crítico, interdisciplinar e territorialmente situado sobre a Pan-Amazônia.

Este volume reúne onze artigos que transitam da etnografia quilombola à econometria financeira, do planejamento urbano ao sensoriamento remoto, da agroecologia à segurança nacional. A interdisciplinaridade aqui operada não é retórica, mas condição metodológica para compreender uma região marcada pela complexidade, por elevada sociobiodiversidade, por intensos conflitos territoriais e por crescente pressão do capital global. Apresenta também os desafios que a interdependência entre colonialidade neoliberalismo e crise climática apontam para a região.

Os artigos dialogam entre si e constroem uma narrativa integrada sobre as tensões entre modelos hegemônicos de desenvolvimento, políticas estatais e estratégias locais de resistência no contexto da complexidade que marca as territorialidades amazônicas.

O artigo **“Tambores de Louvação: Uma Linguagem Sociocultural no Quilombo de João Grande, Viseu-PA”** dos autores Raimundo Gonçalves da Silva, João Plínio Ferreira de Quadros, Joana d’Arc de Vasconcelos Neves, Nádila Ronnielly Fontel do Rosário de Quadros e Mirleide Chaar Bahia, revela o tambor como dispositivo central de memória, pedagogia e ação política. A etnografia demonstra que o instrumento estrutura a vida comunitária, conecta gerações e reafirma a ancestralidade negra diante das pressões de apagamento cultural. As transformações materiais na confecção dos tambores são interpretadas como estratégias de resiliência, e não como perda de autenticidade. Em diálogo direto com o artigo anterior, **“Etnografia do Dia da Consciência Negra no Território Quilombola de Jambuaçu”**, dos autores Marina Ramos Neves de Castro, Fábio Fonseca de Castro, Aymé Jilvana Castro Fergueira, Keyse Valadares e Bianca de Oliveira Leão, analisa a celebração de 20 de novembro como ato político coletivo. A festa transcende

o ritual comemorativo e converte-se em espaço de articulação territorial, onde identidade negra, meio ambiente e direitos se tornam indissociáveis. A resistência manifesta-se de forma intersensorial, intergeracional e performativa. O artigo **“A Transição Agroecológica do MST: Possibilidades e Desafios Vistos a Partir da Realidade Amazônica na Atualidade”**, dos autores Gabriel da Cunha Melo e Sergio Roberto Moraes Correa analisa a experiência do assentamento João Batista II situado em Castanhal no estado do Pará. A agroecologia é apresentada como um projeto político contra hegemônico, capaz de enfrentar simultaneamente a crise climática, a dependência de insumos externos e a insegurança alimentar. O artigo evidencia conflitos internos, limitações técnicas e ausência de políticas públicas, mas demonstra a viabilidade social e ambiental do modelo. Apresentando o lado perverso das monoculturas, o artigo **“A ação coletiva sob o contexto da integração à cadeia produtiva do dendê em Irituia e São Domingos do Capim no Pará”**, escrito por Marciclei Lopes Balieiro, examina os limites do associativismo rural quando subordinado à lógica da agroindústria. A análise desenvolvida revela dilemas clássicos da ação coletiva, como o problema do *free rider*, e alerta para o risco de esvaziamento político das organizações sob contratos rígidos e endividamento bancário. Complementarmente, o artigo **“Diagnóstico de empreendimentos agroextrativistas pesqueiros com potencial de incubação na microrregião do Salgado Paraense”**, de Anderson Paixão Hungria, Álvaro Lima de Moura, Maria Elza de Souza Braga, Lian Valente Brandão e Fabricio Nilo Lima da Silva destaca o papel da economia solidária e da extensão universitária no desenvolvimento local. A incubação tecnológica aparece como estratégia de fortalecimento da autogestão, da viabilidade econômica e da sustentabilidade ambiental, ainda que enfrente desafios institucionais e financeiros. A dimensão urbana da Amazônia é explorada no artigo **“Regularização Fundiária Urbana no Pós-Regularização: O Caso do Núcleo Urbano Informal Paraíso das Águas na Cidade de Canaã dos Carajás (PA), Brasil”**, da autora Maria do Carmo Campos da Silva demonstra que a permanência da população de baixa renda está mais associada à oferta de infraestrutura e serviços do que ao título de propriedade em si. O estudo desafia leituras deterministas sobre gentrificação e oferece lições relevantes para a política urbana regional. Também na área dos estudos urbanos, a análise histórica e territorial de **“Da Ferrovia ao BRT: Dinâmica Urbana de Ocupação da Rodovia BR-316”**, Paulo Ribeiro e Gilberto Rocha evidencia como a infraestrutura de transporte moldou padrões desiguais de uso do solo na Região Metropolitana de

Belém, produzindo fragmentação urbana e graves problemas de mobilidade. O êxito do BRT, argumentam os autores, dependerá da capacidade estatal de regular o território e conter a especulação imobiliária. No plano da análise de infraestruturas e seus impactos na dinâmica regional, o artigo **“Influência das Rodovias BR-230 e BR-319 no Uso e Ocupação do Solo na Mesorregião do Sul Amazonense com Uso de Ferramentas de Geoprocessamento”** dos autores Matheus Mendonça Leite, Douglas Marcelo Pinheiro Silva, Viviane Vidal Silva, Renato Francisco da Silva Souza, Milton Cesar Costa Campos confirma empiricamente o papel das rodovias como vetores de desmatamento, especulação fundiária e expansão da agropecuária. Os dados de sensoriamento remoto reforçam a urgência de uma governança territorial rigorosa diante de projetos de integração viária. Na perspectiva crítica da interseção entre colonialidade, capital e crise climática, o artigo **“Uso Neoliberal do Território e Condição de ‘Condenados da Terra’ aos Povos Indígenas no Brasil”**, de Claudio Jorge Moura de Castilho e Lycia Amélia Ribeiro Brasil, demonstra como a violência territorial contra os povos indígenas é estrutural ao projeto colonial-moderno de desenvolvimento. Ancorado em Fanon e Quijano, o artigo destaca as práticas de reexistência indígena como formas de ruptura epistemológica e política. Na ótica centrada na atuação do capital financeiro, o artigo intitulado **“Adoção de Práticas ESG e seu Impacto no Comportamento Financeiro das Empresas Listadas na Bolsa de Valores Brasileira”**, de Paulo Marcelo Fecury Macambira e Luiz Maurício Furtado Maués, evidencia correlações positivas entre a sustentabilidade corporativa e o desempenho financeiro. A agenda ESG, ainda que controversa, passa a influenciar diretamente projetos de infraestrutura e de urbanização no país. Numa abordagem voltada às mudanças climáticas, o artigo **“O Impacto das Mudanças Climáticas nas Forças Armadas”** de Marcus Vinícius Gonçalves da Silva amplia o debate ao tratar a crise climática como questão de segurança nacional. A vulnerabilidade logística das Forças Armadas na Amazônia diante de eventos extremos reforça a necessidade de incorporar a variável climática ao planejamento estratégico da defesa.

Espera-se que a leitura transversal dos artigos amplie a lente da interdisciplinaridade como condição epistemológica para a compreensão da Amazônia contemporânea. O volume revela uma região atravessada por conflitos intensos, mas também por projetos alternativos, saberes sofisticados e formas plurais de existência.

Nirvia Ravena
Editora da Revista



NOVOS CADERNOS NAEA

ARTIGOS



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536





TAMBORES DE LOUVAÇÃO: UMA LINGUAGEM SOCIOCULTURAL NO QUILOMBO DE JOÃO GRANDE, VISEU-PA



**DRUMS OF PRAISE: A SOCIOCULTURAL LANGUAGE
IN THE QUILOMBO OF JOÃO GRANDE, VISEU-PA**

Raimundo Gonçalves da Silva  



Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

João Plínio Ferreira de Quadros  



Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Joana d'Arc de Vasconcelos Neves  

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Nádila Ronnielly Fontel do Rosário de Quadros  

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Mirleide Chaar Bahia  

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este estudo investiga a função sociocultural do tambor no quilombo de João Grande, localizado em Viseu-PA, no contexto da Festividade de São Benedito. O objetivo é compreender de que modo esse instrumento se insere nas práticas culturais e identitárias da comunidade. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na observação participante e em entrevistas semiestruturadas com os tocadores de tambor, buscando apreender as múltiplas camadas simbólicas que envolvem sua utilização. A análise demonstra que, apesar da incorporação de novos elementos à festividade ao longo do tempo, o tambor permanece como dispositivo central na configuração da memória coletiva e na articulação das dinâmicas interculturais. Além disso, evidencia-se que sua musicalidade fortalece os laços comunitários e se constitui como componente pedagógico essencial à preservação dos saberes tradicionais e à construção de uma educação decolonial. Conclui-se que a contínua resignificação dessa prática reafirma o tambor como patrimônio imaterial atravessado por dimensões históricas, políticas e espirituais, conferindo-lhe o estatuto de resistência cultural no quilombo de João Grande.

Palavras-chave: interculturalidade; decolonialidade; educação; quilombo; Amazônia.

ABSTRACT

This study investigates the sociocultural role of the drum in the quilombo of João Grande, located in Viseu, Pará, within the context of the Festivity of São Benedito. The aim is to understand how this instrument is embedded in the community's cultural and identity practices. The research adopts a qualitative approach, based on participant observation and semi-structured interviews with the drum players, in order to grasp the multiple symbolic layers surrounding its use. The analysis shows that, despite the incorporation of new elements into the festivity over time, the drum remains a central device in shaping collective memory and articulating intercultural dynamics. Furthermore, the findings reveal that its musicality not only strengthens community bonds but also serves as an essential pedagogical component for preserving traditional knowledge and fostering a decolonial education. It is concluded that the ongoing re-signification of this practice reaffirms the drum as intangible heritage, marked by historical, political, and spiritual dimensions, granting it the status of cultural resistance within the quilombo of João Grande.

Keywords: interculturality; decoloniality; resistance; quilombo; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

“Os negros
trazidos lá do além-mar
vieram para espalhar
suas coisas transcendentais
Respeito
ao céu, à terra e ao mar
[...] Nas veias dessa pátria - mãe gentil
É preciso altitude
De assumir a negritude
Pra ser muito mais Brasil”
(Luis Carlos da Vila)

A canção escrita por Luis Carlos da Vila, interpretada por Beth Carvalho, nos conecta à histórica diáspora africana no Brasil e sua influência na formação da identidade cultural brasileira. Reconhecer elementos fundamentais do cotidiano brasileiro, poeticamente narrados, revelam, para além da reexistência da ancestralidade africana, a necessidade do Brasil ter “altitude para assumir a negritude e ser muito mais Brasil”.

Essa perspectiva dialoga com a ideia de que a luta dos quilombolas é mais ampla do que o reconhecimento de seus territórios, trata-se também da ressignificação dos valores atribuídos aos conhecimentos ancestrais, frequentemente marginalizados por uma lógica colonial e eurocêntrica. A poesia remete ao convite de Souza (2008) para o aquilombar-se, ou seja, para fomentar as várias estratégias e mobilizações impetradas pelos quilombos, mocambos, terras de preto, terras de santo (dentre outras denominações existentes), que mantiveram e se constituíram à revelia de processos de silenciamento e de tentativas de invisibilidade dos negros no Brasil.

Nessa perspectiva, este artigo situa-se teoricamente no debate sobre a resistência como algo intrinsecamente correlacionado à existência. Como descreve Miriam Alves (1982), ainda no início de suas escrituras na década de 1980, quando participava do coletivo Quilombhoje Literatura e colaborava com os Cadernos de resistências atravessada por processos de opressão que transpassaram a pele “comecei chorando, agora grito palavras e lágrimas, os soluços e as agulhas da opressão que ferem fundo minha pele negra” (Alves, 1982, p. 44).

Assim, reconhecer a negritude e ser mais Brasil, no caso deste estudo, reconhecer a negritude amazônida, requer refletir sobre ações contínuas de reexistências frente a antagonismos que, ao longo da história

das comunidades quilombolas, assumiram diferentes formas. Essas ações movimentaram e ainda movimentam lutas por gerações, em defesa do direito fundamental à vida e à preservação de seus saberes ancestrais.

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa sobre saberes ancestrais e territorialidades quilombolas amazônicas, com ênfase na articulação entre saberes, linguagens e interculturalidade a partir do uso do tambor. Os registros foram realizados por meio de relatos orais dos remanescentes quilombolas de João Grande. Sua ancestralidade remonta ao território de Viseu-PA, marcada pela travessia do Rio Gurupi, que introduziu expressões significativas da cultura africana, incluindo costumes, práticas religiosas e, entre elas, o batuque do tambor, utilizado como meio de linguagem e comunicação nas celebrações religiosas.

Nesse território, o tambor tornou-se instrumento essencial na Festividade de São Benedito, celebração cultural religiosa realizada anualmente entre os dias 20 e 27 de dezembro, constituiu-se como instrumento de comunicação usada nos rituais de celebração de São Benedito, uma forma de linguagens mantida pela tradição da ancestralidade negra na Amazônia.

Compreende-se a linguagem como um mecanismo mais usado pela humanidade para contar suas variadas formas de existência e experiência social, seja ela política, econômica ou artística (Souza, 2021). Ela sempre foi e será fundamental para a realização das ações e concretização do pensamento humano, tornando-se fundamental enquanto elemento central na construção das relações sociais, pois acompanha o ser humano em todos os aspectos de sua existência (Fiorim, 2008).

Nesse sentido, entende-se que a linguagem do tambor na louvação do Benedito atua como uma ferramenta de comunicação, possui semelhança a qualquer tipo de linguagem, com códigos próprios. Assim, compreende-se que o tambor nas manifestações na louvação do São Benedito é um complexo elemento cultural, parte da identidade deste território, como descreve Alencar (2014,p. 30) “um mundo de sentidos, de signos, de símbolos, de índices, de linguagem, de textos que dialogam entre si e com os seus criadores”. Isso implica dizer que o tambor é carregado de uma linguagem simbólica para a compreensão do grupo que o utiliza, uma ferramenta que não apenas expressa, mas também constrói e preserva identidades coletivas (Fiorin, 2008).

Ressalta-se que autores, como Ferreira e Souza (2020), destacam que diferentes formas de linguagens, saberes, culturas e simbologias foram

trazidas para a região amazônica, o que tornar salutar considerar “as especificidades locais, em que a interculturalidade tornaram-se alternativas que possibilitaram diálogos entre as culturas, constituindo-se como elementos de identidades locais” (Ferreira; Souza, 2020, p. 35).

Diante desse contexto, formula-se a seguinte questão-problema: de que maneira o tambor é inserido no contexto da festividade em homenagem a São Benedito? E como essa prática atua como um elemento de identidade, reexistência e transmissão de saberes ancestrais no quilombo de João Grande? Assim, para responder a esses questionamentos, este estudo tem como objetivo examinar o papel do tambor de Louvação nas festividades do Quilombo de João Grande, em Viseu-PA, com ênfase na relação entre memória, ancestralidade e práticas culturais locais.

Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para a compreensão das raízes históricas do quilombo João Grande, evidenciando a relevância de sua trajetória na configuração sociocultural da região. Logo, o estudo reforça a importância histórica deste quilombo, bem como a continuidade de suas práticas culturais e identitárias ao longo do tempo na Amazônia paraense.

2 METODOLOGIA

No intuito de captar a complexidade das interações e dos significados atribuídos ao tambor de Louvação no território do João Grande, em Viseu-PA, adotou-se a pesquisa exploratória como metodologia. Essa escolha se ancorou nos princípios da abordagem qualitativa que, conforme aponta Gil (2008), é adequada para investigações que buscam compreender fenômenos socioculturais em contextos específicos. Além disso, conforme observa Chizzotti (2006), tal abordagem permite interpretar os fenômenos a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Trata-se, portanto, de uma metodologia que valoriza a compreensão das experiências e das construções simbólicas, priorizando a subjetividade dos participantes como elemento central da análise.

O *locus* da pesquisa é o território do Quilombo de João Grande, que possui uma área de 96 hectares, de acordo com dados do SICAR/PA. A comunidade está localizada a aproximadamente 6 km da sede urbana do município de Viseu, pertencente à mesorregião do nordeste paraense, e integra a microrregião Bragantina. Situa-se a cerca de 2 km da BR-308, ligada por um ramal de terra batida, e fica a 2,5 km da margem do Rio Gurupi.

Certificado pela Fundação Cultural Palmares pela Portaria nº 92/2017, de 14/02/2017, o Quilombo de João Grande estima abrigar, atualmente, 70 famílias, totalizando 274 moradores. Desse total, 122 são homens, 107 mulheres e 45 crianças, conforme dados fornecidos pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) responsável pela área.

O território dispõe de uma igrejinha, onde se realizam as rezas; de uma escola de Ensino Fundamental Menor, que atende 35 crianças¹; e de um barracão de festa, emprestado por uma família, utilizado em eventos festivos relacionados principalmente à Louvação de São Benedito. A base econômica da comunidade é formada pela agricultura familiar, pela pesca tradicional e pelo extrativismo vegetal. Este último, por vezes, gera conflitos territoriais com a proprietária da fazenda do Pirateua, que alega possuir o território de João Grande por herança de seu bisavô Francisco Aureliano (Silva, 2019).

No intuito de captar a complexidade das interações e dos significados atribuídos ao tambor de Louvação, buscou-se valorizar, como orienta Geertz (1989), as narrativas dos sujeitos envolvidos. Para tanto, o estudo contou com a participação de três tocadores de tambor (conhecidos como tamboreiros), todos moradores do quilombo, que atuaram como interlocutores da pesquisa (Figura 1).

Figura 1 – Tamboreiros no quilombo João Grande



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

1 Dados cedidos oralmente por um servidor da Secretaria de Educação de Viseu-PA durante a pesquisa de campo.

Ressalte-se que a divulgação de nomes e imagens foi autorizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse procedimento assegurou a ética da pesquisa e o respeito à identidade dos participantes, cujos dados estão dispostos no quadro a seguir.

Quadro1 – Sujeitos da pesquisa

Nome	Idade	Tempo de tocador
Manoel Carlos de Sousa e Silva	82 anos	30 anos
Santinho de Nazaré Lopes	70 anos	52 de entoador tocador de onça (cuíca)
Manoel Guimares	73 anos	60 anos de tocador

Elaborado pelos autores, 2024.

Para a coleta das informações, fez-se uso de celulares e cadernos de anotações para registrar as entrevistas, observações e as imagens captadas. As informações foram tratadas e analisadas a partir das seguintes categorizações temáticas: a) Entre existências e reexistências: a territorialidade negra no Quilombo de João Grande; b) As interconexões entre linguagens e interculturalidades no Tambor de João Grande.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Focado no diálogo entre saberes ancestrais e territorialidades quilombolas amazônicas, a investigação concentrou-se em compreender como o tambor de Louvação, presente nas festividades em homenagem a São Benedito no Quilombo de João Grande, atua na construção identitária do território. Parte-se da premissa de que o tambor transcende sua função musical, configurando-se como uma linguagem própria da comunidade quilombola, carregada de significados que fortalecem a memória coletiva e a luta por reconhecimento. Assim, como a língua organiza e mantém identidades coletivas na Amazônia (Souza, 2021), o tambor preserva a tradição de João Grande, expressa narrativas históricas e promove a interculturalidade, como evidenciam as categorias temáticas analisadas: existência e resistência; linguagens e interculturalidades.

3.1 ENTRE EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: A TERRITORIALIDADE NEGRA NO QUILOMBO DE JOÃO GRANDE

Os territórios quilombolas não podem ser reduzidos apenas a um espaço físico, mas devem ser compreendidos como parte de uma simbologia que influencia diretamente a identidade coletiva. O reconhecimento de grandes extensões territoriais como pertencentes a comunidades quilombolas constitui uma importante conquista da sociedade brasileira e um passo significativo em direção ao quilombamento (Souza, 2008). Nesse sentido, os marcos regulatórios legais de autodeterminação da territorialidade negra brasileira, especialmente o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, estabelecem que:

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003, art. 2º).

A territorialidade quilombola, definida como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (Little, 2002, p. 3), se configura como “um produto histórico de processos sociais e políticos” (Little, 2002, p. 3).

Partindo desta compreensão, o território do Quilombo João Grande simboliza, o lugar de luta e resistência da população negra na Amazônia Paraense, constituída por descendentes de africanos vindos do Maranhão, em uma estimativa de mais de 200 anos², e que se estabeleceram no território descrito por Santiago (2019, p. 12) como “um lugar de pertencimento e produção agrícola, consolidando-se como um ambiente de trabalho livre e de valorização do cultivo da terra”.

² Não há data precisa para esse processo de migração. Entretanto, dois aspectos ajudam a indicar esse período. O primeiro é que historiadores descrevem que, no século XVII, quando foi encontrado ouro no leito do rio Gurupi, ocorreu a fundação de Viseu (1620), marcando a conquista e a ocupação da região. É nesse período que começa a chegada de mão de obra escrava, pela rota do Maranhão, destinada ao trabalho na mineração do ouro, na lavoura de cana-de-açúcar e nas plantações de tabaco. Esse movimento provocou também rotas de fuga, abrindo a hipótese de que, nesse contexto, o Quilombo de João Grande tenha começado a se formar. O segundo aspecto refere-se a estudos sobre a devoção da marujada no território de João Grande. Neles, pessoas com mais de 80 anos relatam lembranças de infância em que seus pais e avós já realizavam atividades em louvação ao Santo Preto (Gonçalves, 2014).

Ressalta-se que o conceito de territorialidade quilombola do João Grande refere-se ao vínculo de significado criado e perpetuado culturalmente ao longo desses anos. Um lugar marcado pela “experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária” (Escobar, 2005, p. 233).

Os moradores mais antigos relatam que o nome João Grande se refere a um antigo morador, descrito como um homem negro de baixa estatura, reconhecido como o primeiro a habitar o local. Entretanto, a história do quilombo está entrelaçada com a devoção a São Benedito e com os tambores de louvação, conforme reportagem de Thais Rezende (2017), publicada no portal G1, que será ilustrada a seguir (Figura 2).

Figura 2 – Reportagem da Certificação do Quilombo do João Grande



Fonte: Rezende (2017).

Isso significa que a legitimação da identidade étnica quilombola de João Grande vai além da existência de um território conquistado no passado e perpetuado ao longo do tempo pelas sucessivas gerações de famílias. Essas famílias estão ligadas por laços de consanguinidade, mas, sobretudo, pela continuidade de aspectos culturais herdados de seus antepassados, associados ao culto ao Santo Preto.

Pelos relatos dos moradores e pela reportagem citada, observa-se que o início das festas se confunde com a própria história do Quilombo de João Grande. A imagem do Santo, mantida pelas mãos de uma moradora, encontra-se na comunidade há mais de 200 anos. Além disso, os mais antigos relatam que viram seus antepassados, em especial membros da família Canela, organizarem a festividade ao toque do tambor, conforme descreve seu Santinho:

Lá pra trás tinha o Luciano Canela, que passou para o Felipe Canela, depois foi a Maria Canela, teve também a Teodora Canela, é tradição que passou de geração a geração. A comunidade manteve sua tradição de louvar o Santo ao longo do tempo. A gente tem o toque do tambor, a ladainha, a feitura do doce de coco no período da festa, a matança dos animais para o almoço dos mordomos, as emboladas cantadas aos visitantes da festa. A levantação do mastro é logo no início do evento. Muita coisa é acompanhado pelos tamboreiros, no mastro a gente acompanha do mato até a igreja. Também a gente acompanha a ladainha rezada pelas rezadeiras de São Benedito. Aqui quem reza são as mulheres.³

Nesta perspectiva, compreende-se o Quilombo de João Grande como um exemplo de territorialidade quilombola amazônica, no qual saberes, práticas e modos de vida ancestrais se perpetuam pelas sucessivas gerações de famílias que fizeram deste lugar o seu território de vida. Esse território foi construído a partir da interconexão entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Trata-se de saberes continuados e compartilhados por meio da oralidade e das experiências vividas, veículos fundamentais para a transmissão de conhecimentos (Zumthor, 1997).

Nesta direção, a despeito das lutas para fazer valer a certificação como território Quilombola, evidencia-se a necessidade de se assegurar os processos de significação que fazem do território do João Grande uma referência para a reprodução social e cultural da negritude Amazônica. Ressignificação contra-hegemonia em torno da qual são elaborados novos pactos sociais, baseados nas demandas políticas, econômicas e culturais dos moradores deste território. Vale frisar que os desafios são inúmeros, em particular o epistemicídio, que busca ocultar e invisibilizar conhecimento ou contribuições da cultura negra na formação da identidade Amazônica.

Adicionalmente, convém frisar que, mesmo que o artigo 68 do Ato de Disposições Transitórias da Constituição de 1988 constitua um avanço em relação à uniformidade dos processos de uso e ocupação do espaço, novas formas de colonialidade ainda marcam a luta dos territórios quilombolas. Essa luta não se restringe apenas à garantia do direito ao território, mas se amplia para a contraposição a modelos de uso e exploração econômica dos recursos naturais. Trata-se de processos de extenuação territorial, evidenciados pela venda de terras que acentua as fronteiras expansivas do agronegócio na região. Tais práticas colocam em risco, de maneira significativa, as dinâmicas

³ Informação concedida pelo Sr. Santinho, em 19 de novembro de 2024.

culturais e socioambientais do quilombo, reforçando mecanismos que aprofundam desigualdades e intensificam conflitos ecológicos.

A adoção de políticas neodesenvolvimentistas gera, paradoxalmente, consequências neoextrativistas (Milanez; Santos, 2013), fortalecendo setores intensivos em recursos naturais e consolidando uma inserção subordinada do país na economia global. Para as comunidades tradicionais, incluindo os territórios quilombolas, esse modelo representa uma ameaça direta à manutenção de seus territórios e modos de vida. Isso porque implica na fragmentação de seus espaços, na intensificação dos impactos socioambientais e na deslegitimação de suas reivindicações culturais e territoriais em nome do “interesse nacional”.

Assim, verifica-se que, mesmo imerso na luta pelo seu reconhecimento como território quilombola, João Grande reflete a dualidade entre afetividade e conflitos, elementos inerentes às dinâmicas sociais de comunidades tradicionais, sobretudo na Amazônia. Esse reconhecimento transcende a dimensão física e assume, atualmente, significados que envolvem resistência, identidade e trocas interculturais. Nesse sentido, o espaço é constantemente ressignificado pelas interações entre seus habitantes, consolidando-se como um lugar de encontros, disputas e manifestações culturais que coexistem em meio a desafios e tensões próprias da contemporaneidade.

3.2 O TAMBOR DE JOÃO GRANDE: INTERCONEXÕES ENTRE LINGUAGENS, INTERCULTURALIDADES E ANCESTRALIDADE

No contexto de disputas pelo reconhecimento ancestral, o tambor no Quilombo de João Grande possui, além de sua função musical, o papel sociocultural mais amplo, funcionando como um meio de expressão que conecta os moradores da comunidade ao seu território e aos saberes ancestrais. Como descreve Casanova (1993, p. 4), “temos a capacidade de produzir sons portadores de certos significados e de compreender ou interpretar”, sons ritmados, constituídos de códigos de comunicação que carregam significados simbólicos e espirituais.

O tambor, como instrumento sonoro, acompanha de perto todas as atividades realizadas na festa em homenagem a São Benedito. Ele convoca os participantes e visitantes a reconhecerem a ajuda do Santo Preto pela fartura dos frutos, além de entoarem louvores e participarem de cada momento do festejo. A mensagem do saber ecoa tanto no som do tambor quanto na voz dos tamboreiros, manifestando-se na “embolada”, ou canto,

entoada pelos tocadores de João Grande: “Obrigado ó Santo preto pelo seu grande amor ôôô/ dando frutos e mais frutos da árvore que se regou ôôô. Vamos agradecer que o nosso Santo mandou pelo toque do tambor ôôô”.⁴

Nas ladainhas, o ronco do tambor ganha intensidade, impulsionado por alguns goles de cachaça que energizam os tocadores. Animados, eles entoam emboladas de adoração e agradecimento pelas graças alcançadas, clamam por proteção para a comunidade e saúdam os amigos que chegam ao quilombo, conforme relata um dos tocadores:

A cachaça é uma bebida que sempre está presente na festa quando a gente se reúne para bater o tambor no período da festividade, mas a cachaça que a gente bebe, não é para ficar porre não, é somente para esquentar as ideias, porque a gente fica mais animado é uma forma de ficar alegre também, até para tocar fica melhor, mas o que a gente toma muito é o vinho que também não é para embriagar, sempre a gente usa quando está aqui na festa do Santo, ficamos fica mais espertos para fazer as emboladas, seja para São Benedito ou para um amigo que chega e agente saúda ele, então é muito assim.⁵

O relato evidencia que a bebida alcoólica faz parte do contexto da festividade, não como elemento de embriaguez, mas como recurso inspirador para a construção das emboladas criativas. Dessa forma, revela o processo criativo dos tocadores de louvores na festividade de São Benedito, no Quilombo de João Grande.

Para corroborar, Reis e Vieira (2016, p. 10) afirmam que “a existência da bebida alcoólica nas festas de quilombo remonta desde os tempos de senzala, quando os escravos saíam do labor extremamente cansados e, à noite, para afastar o cansaço, bebiam a pinga ou a aguardente, dançavam e cantavam até a madrugada”.

Sendo assim, a cachaça torna-se indispensável para os tocadores de São Benedito que, ao utilizá-la nos ritos festivos, transgridem a religiosidade católica cristã e atribuem novos elementos à Louvação do Santo. Nesse contexto, rezas e orações são atravessadas pelo toque do tambor, agregando alegria, dança e improviso às manifestações religiosas em João Grande.

Em decorrência disso, ressalta-se que, embora possa parecer contraditório, a presença da cachaça no ritual religioso está desvinculada da noção de pecado, pois se insere em um contexto sagrado e ritualístico. A relação entre o consumo de bebidas alcoólicas e as festividades religiosas populares, como ocorre no território do Quilombo de João Grande, pode

⁴ Informação concedida pelo Sr. Adelmo Pereira, tocador, em 19 de novembro de 2024.

⁵ Informação concedida pelo Sr. Manoel Carlos, tocador, em 19 de novembro de 2024.

ser compreendida a partir da perspectiva do catolicismo popular. Conforme discutido por Maués (1995), o entrelaçamento entre o sagrado e o profano nas festas de santo, especialmente nas comunidades amazônicas, caracteriza-se por um aspecto essencialmente lúdico.

O depoimento supracitado do tocador Manoel Carlos evidencia essa dinâmica ao destacar que o consumo de cachaça e vinho durante a festividade de São Benedito, em João Grande, não ocorre pela busca da embriaguez, mas para garantir a condução da festa com animação e criatividade. Esse consumo integra membros da comunidade e visitantes ao conjunto de práticas que compõem a festividade, sobretudo por meio da execução das emboadas, reforçando a relação entre o social, o cultural e o espiritual.

A festividade de São Benedito no Quilombo de João Grande envolve um conjunto de práticas culturais, dentre as quais se destacam: rituais de bênçãos; jogos de futebol; levantamento e derrubada de mastros; festas dançantes; e ladainhas, todas guiadas pelos toques dos tambores. Trata-se de uma celebração religiosa de natureza ritualística, que traduz a interculturalidade amazônica e se estende por aproximadamente uma semana.

Rituais de pajelança, torneios de futebol, festas de santos, levantamentos ou derrubadas de mastros, tirações de reis, apelos ou esmolações para os santos, festas dançantes, [...], ladainhas (sobretudo as de estilo antigo, dirigidas por capelões e as cantadas em latim), [...], tudo isso constitui motivo e faz parte da diversão popular, especialmente do povo do interior. [...] Festas religiosas populares constituem, ademais, por sua própria natureza ritualística, momentos extraordinários na vida das populações ou comunidades que as realizam, possuindo aquele caráter de fato social total (Maues 1995, p. 316).

Nesse contexto de simbolismo e representações, destaca-se a participação intergeracional como elemento fundamental para a realização do evento. Todos os participantes, velhos, jovens e crianças, são convocados a colaborar ativamente em diversas atividades: desde o preparo de doces e almoços na cozinha até a escolha da árvore, a coleta das ramas para empalhar a madeira, a amarração das frutas presas à estrutura do mastro, o momento de sua elevação (Figura 3) e, posteriormente, a derrubada. Também colaboram nas ladainhas e nas ofertas a São Benedito, seja na condição de promesseiros, seja como mordomos da festa. Em cada momento, o tambor embala, com seus acordes e entoadas, a participação e a mobilização na festividade.

Figura 3 – Levantação do mastro



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

No processo de organização da festividade de São Benedito, torna-se perceptível o uso dos tambores na condução do coletivo e na resistência dos saberes ancestrais. Como evidencia Maués (2011, p. 18), “religião, linguagem e cultura entrelaçam-se de forma interdependente, consolidando-se como práticas que se retroalimentam, uma vez que diversos elementos simbólicos e sociais se encontram envolvidos nessa crença popular”.

Com base nisso, os participantes atuam nos diversos momentos rituais, inserindo-se em práticas culturais que orientam e ressignificam saberes e a identidade coletiva, ou, melhor dizendo, aquilombam-se em João Grande. Observa-se que se trata de um movimento que envolve a transmissão de saberes de forma intergeracional, por meio da oralidade e das vivências na festividade da comunidade. Esse processo possibilita tanto a continuidade quanto a renovação das práticas culturais ao longo do tempo. A relação intrínseca entre homem e linguagem reforça essa dinâmica, visto que ambos se constituem de maneira interdependente.

Nesta esteira, passado e presente coexistem em um processo contínuo de estabilidade e reconstrução das atividades festivas, consolidando uma linguagem que não apenas mantém a tradição, mas também se configura como um instrumento essencial para a constituição sociocultural da comunidade quilombola de João Grande. Por isso, o toque do tambor é compreendido como instrumento de linguagem que gera alegria, criatividade e conexão da comunidade com a identidade ancestral negra. Dessa forma, ressignifica-se o modo de existir a partir da louvação e da fé em um Santo Preto, transgredindo a cultura católica com seus louvores e danças.

Meu senhor São Benedito, nós viemos lhe louvar, aqui com o tambor, nos viemos lhe louvar aêêê/ pra pedir a Deus do céu pra ele nos perdoar, somos cheios de pecados, queremos ser perdoados aêêê/ na casa da mãe de Deus, onde Deus fez a morada, onde mora o “Cálice Bento” e a “Ortia Consagrada”.⁶

Os percussionistas entram em ação louvando o Santo ao som do tambor. De maneira calma, o instrumento conduz os participantes da comunidade e os visitantes à concentração, criando um espaço de comunhão e intimidade com São Benedito. Nesse movimento, o tambor se consolida como protagonista, convocando para as atividades religiosas e profanas que compõem as diversas formas de louvação ao Santo Preto pelos moradores do Quilombo de João Grande. Nesse sentido, corrobora-se a perspectiva de Kristeva (1998, p. 15), ao afirmar que “cada época ou civilização, em conformidade com o conjunto do seu saber, das suas crenças, da sua ideologia, responde de modo diferente e vê a linguagem em função dos moldes que a constituem a si própria”.

Com isso, depreende-se que os tocadores não apenas atraem a atenção dos moradores, mas também transmitem ensinamentos vivenciados por meio da louvação. O período festivo transforma esses homens em verdadeiros reconstrutores da história ancestral, pois, ao praticarem a cantoria e tocar o tambor, mantêm vivo o simbolismo herdado dos antepassados. Assim, o ato de tocar o tambor configura-se também como uma forma de divulgar e dar visibilidade aos saberes construídos no interior da Amazônia.

Nesse contexto, tocar, cantar e entoar não se reduzem a privilégios, mas representam um legado cultural e espiritual profundamente enraizado, como relata Manoel Guimarães, tocador de tambor:

Sou tocador de tambor de São Benedito desde muito jovem, aprendi com meu pai que fazia a festa da comunidade de São José do Piriá, hoje não tem mais a festa como eu conheci, então eu aprendi cedo, depois que meu pai morreu, os outros foram enfraquecendo a festa, mas eu sempre toquei tambor, quando vim para o lado daqui, já do João Grande, a festa era muito bonita, eu vi como era. Hoje tem tambor ainda, mas os mais antigos foram se acabando, eu passei a tocar com eles também. O chefe que era João Cardoso, antes de morrer me chamou e disse: Carlinho, toma conta e não deixa se acabar o tambor aqui. Então eu só aumentei minha missão de cuidar até eu não dar mais conta. Tocar tambor de São Benedito é para mim um privilégio, ainda mais hoje que tenho essa missão, me sinto muito

⁶ Informação concedida pelo Sr. Manoel Carlos, chefe de cantoria, em 19 de novembro de 2024.

feliz, a cantoria só começa quando eu chego e eles me recebem é uma alegria, enquanto vida eu tiver vou tocar tambor no João Grande isso é fé que tenho neste Santo e temos que manter o tambor, esse ano já estou me preparando para ir lá.⁷

A fala do tocador revela o lugar de guardião, marcado pela responsabilidade, pelo compromisso, pela religiosidade e pela tradição que se conserva e, ao mesmo tempo, se reconstrói a cada festividade. Nela, o tambor continua a ocupar um papel de fundamental importância como demarcador de cada momento da celebração.

Ao som do tambor, determinam-se o início e o término das atividades, orientam-se os momentos mais eufóricos e os mais calmos, estabelecem-se formas de interação com os outros e perpetuam-se linguagens usadas desde o início da diáspora africana no Brasil. São códigos construídos para expressar pensamentos e sentimentos que ressignificaram modos de existir e reexistir. Assim, ressalta-se que a prática de tocar tambor em João Grande, como instrumento de louvação nos atos litúrgicos, foi transmitida de geração em geração. Geralmente, o grupo de tocadores é composto predominantemente por homens, com idade média de sessenta anos (Figura 4).

Figura 4 – Momento de uma roda de louvação a São Benedito



Fonte: Acervo do autor, 2025.

Esses senhores, muito mais que simples tocadores, se destacam ao assumirem o papel de transmissores dos saberes que envolvem o tambor na festividade. Verifica-se que existe uma hierarquia dentro do grupo dos

⁷ Informação concedida pelo Sr. Manoel Guimarães, em 19 de novembro de 2024.

tamboreiros: quem puxa as toadas e quem bate o tambor é o chefe de cantoria, responsável por variar os ritmos que acompanham as entoadas pelos integrantes da banda em cada contexto da celebração. Conforme se observa na foto, o tambor integra gerações de homens em um movimento circular, no qual se ensaia, se ensina e se constrói o companheirismo, na corresponsabilidade pela manutenção da Louvação de São Benedito.

A imagem acima representa os tamboreiros em roda de tambor, realizando uma louvação ao Santo glorioso. Os instrumentos, tocados pelos próprios integrantes, são produzidos na comunidade. Sua confecção exige habilidade: utiliza-se um tubo plástico coberto com couro de boi; o tubo não pode ser fino e o couro não deve ser muito grosso. Esses cuidados explicam a qualidade sonora e demonstram os saberes de quem os fabrica.

Um dos tocadores recorda:

O tambor de madeira foi usado até os anos 80, não sei dizer exatamente qual foi o último ano, mas foi nessa época, eu me lembro, de lá pra cá é que passou a ser feito de cano. Um dos motivos foi mesmo a falta de madeira apropriada para eles fazerem, porque foi ficando escasso. Um outro motivo foi a falta do feitor de tambor, porque nem todos aqui sabia fazer, porque tem todo um jeito, tamanho, grossura da boca, não é assim não, eles faziam com todo cuidado, era um jeito só deles mesmo. Quem sabe fazer agora é o Zacarias, mas é de cano, mas sabe fazer de madeira também, mas não tem essa madeira que era a siribá. Hoje os mais jovens não sabem fazer e quem vai fazer quando o Zacarias morrer? é achar alguém para fazer porque eles nem se botam pra aprender, pode acabar, daí não vai ter de nenhum jeito, é difícil.⁸

Tempos atrás, os tambores eram produzidos com madeira apropriada encontrada nas matas da região. Hoje, apesar da transformação na matéria-prima, eles não perderam o valor, e sua presença continua marcante na comunidade, ainda que não haja mais exemplares de madeira.

Como conta Manoel:

O tambor era de madeira, eu ainda toquei muito neste tipo de tambor, era pesado porque era de madeira pesada, siriba que era retirada lá ... lá no manguê, lá pelos anos 80, por aí, tá bem longe e com a idade agente vai também dizando de lembra certas coisas, mas era pesado, o ombro e o pescoço ficava marcado da corda que era alça do tambor, era o dia todo tocando e carraegando, com a madeira ficando escaça, foi mudando e começou a ser feito de cano até hoje é assim. Mas o importante também é que ele não se acabou e vamos fazer de tudo

⁸ Informação concedida pelo Sr. Santinho, em 19 de novembro de 2024.

para que continue com os mais novos para a cultura não morrer, não pode morrer, já tem alguns meninos filhos de zacarias que já tocam outros já estão no rumo, mas é assim tem que ta com eles se não, não vai, sabe como é hoje muita coisas vão chegando e tudo vai mudando, mas é preciso manter a cultura, olha também já estou velho, os outros já se foram e daqui a pouco eu vou também, e aí, se eles não forem ensinados vai se acabar porque os velhos estão se acabando. De cano ou ou não esse tambor tem que existir porque é bonito tocar, ainda mais quando é para São Benedito e é o costume de muito tempo”.⁹

O tambor, neste sentido, é um instrumento que movimenta a preocupação com a coesão social, carregado de simbologia e condutor de uma linguagem que revela a negritude amazônica. Mais do que visibilizar a cultura, o tambor é um elo de conexão ancestral, imprimindo ritmo e cadência à vida cotidiana. Nessa direção, os tambores são confeccionados, cuidados e tocados, possuem personalidade própria e interação entre si e com os humanos de formas específicas, devolvendo o toque a cada um de acordo com sua própria singularidade.

Como descreve Bispo (2023), saberes, práticas, ferramentas e instrumentos compõem a gramática da vida cotidiana, alinhando seres de diversas dimensões e dando sentido único à Louvação de São Benedito. Couro e madeira compõem os tambores, mas sua confecção e manutenção implicam processos ritualísticos que consideram não somente eventos climáticos, mas também papéis sociais locais, permissões e proibições.

Sob a perspectiva antropológica de Hobsbawm (1997, p. 12), é preciso considerar que “a tradição não é imutável e sofre readaptações”. As práticas culturais que envolvem o tambor em João Grande também não se mantiveram de forma estática: foram e ainda estão sendo reinterpretadas e reinventadas de acordo com os desafios e demandas dos novos contextos históricos. Isso revela, na prática cultural do uso do tambor na louvação, um campo de negociações simbólicas no qual o passado é revisitado e ressignificado à luz das novas experiências coletivas.

Como contou o chefe de cantoria Manoel Carlos:

O tambor é muito antigo nesta festa desde muito tempo, os primeiros organizadores sempre fizeram a festa tocando tambor, já chegou todo tipo de som mas ele tá aqui é tradição não sei dizer quem começou a tocar esse objeto porque a comunidade é antiga, mais nenhuma aparelhagem conseguiu acabar com o nosso modo de tocar e ver a festa.¹⁰

⁹ Informação concedida pelo Sr. Manoel Carlos, tocador, em 19 de novembro de 2024.

¹⁰ Informação concedida pelo Sr. Manoel Carlos, chefe de cantoria, em 19 de novembro de 2024.

Na foto acima, observa-se também que as transformações estruturais, como o acesso à eletricidade e as mudanças no padrão das moradias, reconfiguram as dinâmicas do festejo, tornando a memória coletiva ainda mais presente, seja pela nostalgia dos mais velhos ou pela reinterpretação dos mais jovens. Assim, verifica-se um movimento contínuo de ressignificação cultural, no qual o tambor permanece como elemento central na construção da identidade quilombola de João Grande: um artefato que conecta diferentes gerações, reforça laços comunitários e preserva as tradições, ainda que estas se adaptem a novos contextos (Reis; Vieira, 2016). Ao mesmo tempo, novos elementos vão sendo agregados às formas pelas quais a louvação vem se realizando ao longo dos anos.

Observa-se, na fala de Manoel Carlos, que as adaptações às novas realidades implicam a permanência do uso do tambor, garantindo a continuidade dos saberes e práticas culturais em meio às complexidades da modernidade. Isso significa dizer que as relações entre o tambor, as aparelhagens sonoras e o uso da energia elétrica refletem processos do tempo presente que, como descrevem Candau e Oliveira (2010, p. 27), representam “a construção de um novo espaço epistemológico que inclui os conhecimentos subalternizados e os ocidentais, numa relação tensa, crítica e mais igualitária”.

Nesse processo, a prática cultural do tambor se reconfigura, preservando suas bases identitárias ao mesmo tempo em que se abre para novos diálogos e influências, reafirmando a interculturalidade como um processo dinâmico de trocas e reconstruções sociais. São processos que requerem a promoção de práticas de interação, compreensão e respeito entre os diferentes grupos sociais, fortalecendo os valores que integram a coletividade. Observa-se, portanto, que a reconstrução da festa, de um ciclo para outro, atende às necessidades do grupo e reflete um processo contínuo de adaptação.

No caso do território quilombola de João Grande, o tambor é silenciado em um momento específico para abrir passagem a outra forma de diversão no barracão. Nesse instante, o eletrônico entra em cena e cumpre seu papel: as aparelhagens trazem para o quilombo uma variedade de ritmos que vai do tecnobrega paraense ao axé baiano. Ainda assim, o tambor permanece vivo e respeitado em todos os outros momentos das festividades.

4 CONCLUSÕES

O som do tambor no quilombo de João Grande ressoa como um chamado ancestral, um eco das histórias e lutas de um povo que resiste e se reinventa ao longo dos séculos. Como expressa Beth Carvalho, por meio dos versos de Luiz Carlos da Vila, “Os negros / Trazidos lá do além-mar / Vieram para espalhar / Suas coisas transcendentais / Respeito / Ao céu, à terra e ao mar / Ao índio veio juntar / O amor, à liberdade” (Nas [...], 1985). Esses versos traduzem não apenas a trajetória de um povo, mas também a força e a identidade cultural que se perpetuam nas expressões musicais e festivas da comunidade quilombola.

A pesquisa revelou que o tambor, para além de sua função musical, ocupa um papel central na construção da identidade do quilombo João Grande, na resistência cultural e na transmissão intergeracional de saberes. Seu toque não apenas conduz os ritos religiosos em homenagem a São Benedito, mas também reafirma a territorialidade e a coesão social do quilombo. Trata-se de um instrumento que não apenas comunica, mas se torna um potencial de comunicação que fortalece laços comunitários e mantém viva a memória coletiva da comunidade.

Carregado de simbolismo e significado, o tambor se mantém em negociação com as novas demandas sociais e continua no centro da dinâmica socioreligiosa, transitando de forma relevante no contexto festivo e criando espaços de reconhecimento e visibilidade da identidade africana tanto na comunidade quanto para outros grupos afros residentes no território de Viseu. O tambor segue como elemento condutor da celebração: seu som é um elo entre passado e presente, pelo qual os saberes e valores ancestrais permanecem, mesmo diante das metamorfoses contemporâneas.

Nesse cenário, os tamboreiros são sujeitos que asseguram seus espaços, estabelecendo privilégios e liderança comunitária, compartilhando sentimentos religiosos e suas relações com a natureza. Isso porque se concebem como integrantes de um evento que se realiza entre o antigo e o novo. A prática do tambor permite que homens, mulheres e crianças se organizem em busca de proteção e segurança junto a São Benedito, que, no cuidado com esses sujeitos, exerce o papel de intercessor. Trata-se de uma louvação que resiste ao tempo pelo som e pelas batidas que embalam cantos e rezas em noites de celebração no território, traços do passado deixados pelos primeiros moradores de João Grande há mais de 200 anos,

entrelaçando o sentido da ancestralidade, a memória e a história coletiva sobre o próprio quilombo.

Entre os desafios para a continuidade dessa tradição estão a dificuldade na confecção dos tambores e a ausência de aprendizes para dar prosseguimento à prática, o que evidencia a necessidade de estratégias para assegurar a permanência dessa manifestação cultural. Nesse contexto, a transmissão intergeracional de saberes torna-se essencial para preservar o tambor como patrimônio imaterial da comunidade, reafirmando sua centralidade na identidade quilombola.

É preciso refletir sobre como se processam os sentimentos de religiosidade ligados ao meio natural por parte dos quilombolas, que conseguem se reinventar dentro de um mundo simultaneamente emocionante e sagrado. Ressalta-se, entretanto, que ainda convivem com preconceitos de diversas formas, uma vez que grande parte da sociedade não consegue refletir sobre as variadas maneiras de se relacionar com o ser superior.

Em síntese, pode-se dizer que o desenvolvimento da prática do tambor nos ritos da cultura religiosa beneditina possibilita o aquilombar-se nesse território, transformando-o em um lugar de diálogos com a linguagem e os saberes na Amazônia. Entender o papel do tambor de São Benedito, em João Grande, na organização social do território e em suas dimensões históricas, significa reconhecer como ele anuncia os acontecimentos celebrativos da comunidade, revelando costumes, hábitos e experiências do cotidiano dos moradores, materializados pela linguagem rítmica do tambor.

Nesse sentido, compreende-se que, na perspectiva intercultural da prática educativa do tambor, evidencia-se o processo constitutivo da identidade na relação com o outro (interno e externo), por meio de suas linguagens e saberes. Nesse contexto sociocultural e linguístico, é provável que todos os sujeitos envolvidos se relacionem de forma humana, respeitem o viver e promovam novas formas de convivência. Os moradores de João Grande, ao tocarem o tambor em uma linguagem ancestral vinculada às homenagens a São Benedito, ensinam e, ao mesmo tempo, aprendem a se relacionar com outros sujeitos e outros saberes. Assim, criam a interculturalidade e apresentam formas de existência e reexistência.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, L. F. **No rastro dos “pés descalços”**: da marujada à narrativa literária. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguagens e saberes na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2014.
- ALVES, M. **Cadernos Negros 5**. São Paulo: Ed. dos Autores, 1982.
- BISBO, A. S. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 10 de janeiro de 2003**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 10 maio 2024.
- CANDAU, V. M. F.; OLIVEIRA, L. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 19-27, abr. 2010.
- CASANOVA, I. **Introdução à linguagem**. Coimbra: Livraria Almeida, 1993.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e as ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur; CLACSO, 2005. p. 133-168.
- FERREIRA, D. L. O.; SOUZA, A. P. V. Os estudos culturais: Vertentes sobre uma proposta de educação intercultural na Amazônia. In: SOUZA, C. A. M.; NEVES, J. V.; SANTOS, R. A.; SILVA JUNIOR, S. R. (org.). **Nas teias da Amazônia: sujeitos, identidades, territorialidades, linguagens e diversidades**. Curitiba: CRV, 2020. p. 129-140.
- FIORIN, J. L. Linguagem e interdisciplinaridade. **Alea**, [s. L.], v. 10, p. 29-53, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-106x2008000100003>. Acesso em: 20 set. 2025.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOBSBAWN, E. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1998.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, DF, n. 322, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

MAUÉS, R. H. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesástico**. Belém: Cejup, 1995.

MAUÉS, R. H. Outra Amazônia: os santos e o catolicismo popular. **Norte Ciências**, Belém, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2011.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. C. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. p. 1-30.

NAS veias do Brasil. Intérprete: Beth Carvalho. Compositor: Luiz Carlos da Vila. *In*: BETH. Intérprete: Beth Carvalho. Rio de Janeiro: RCA Records Label, 1985. 1 álbum, faixa 1.

REIS, M. H. A.; VIEIRA, N. C. “Batida” pra elas, cachaça pra eles: o ritual de beberagem na festa de Todos os Santos na comunidade quilombola de Jurussaca em Tracuateua/PA. **Nova Revista Amazônica**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 1-14, 2016.

SANTIAGO, K. L. **As narrativas de moradores a respeito da formação do Quilombo do América e a migração negra na Amazônia bragantina**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2019.

SILVA, R. G. **Viseu: histórias entre passado e presente**. Bragança: [s.n.], 2019.

SOUZA, A. B. L. **Um estudo etnolinguístico dos artefatos culturais da comunidade tradicional quilombola de Jurussaca, Tracuateua, Pará.** 2021. Dissertação (Mestrado em Linguagens e saberes na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2021.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro.** 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

ZUMTHOR, P. **Tradição e Esquecimento.** Trad. Jerusa Pires. São Paulo: Hucitec, 1997.





Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



ETNOGRAFIA DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU


ETHNOGRAPHY OF BLACK CONSCIOUSNESS DAY IN THE QUILOMBOLA TERRITORY OF JAMBUAÇU

Marina Ramos Neves de Castro  



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Fábio Fonseca de Castro  



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Aymé Jilvana Castro Fergueira  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Keyse Valadares e Valadares  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Bianca de Oliveira Leão  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este texto busca compreender, etnograficamente, a partir das narrativas quilombolas e do encontro com elas, num contexto comemorativo, a complexidade e os múltiplos sentidos do Dia da Consciência Negra no território quilombola de Jambuaçu, localizada no município do Moju, estado do Pará. O evento foi realizado em 20 de novembro de 2024, primeiro feriado nacional com essa denominação. Na observação realizada destacaram-se as dimensões culturais, políticas e simbólicas que o constituíram a partir da comunicação intersensorial. Como metodologia, utilizamos a observação participante, com ênfase nos diálogos e nas experiências sensoriais vivenciadas e experienciadas pelos autores, buscando construir uma etnografia sensorial. A etnografia sensorial é aqui compreendida como um aporte teórico metodológico que implica na construção do próprio conhecimento a partir das disposições sensoriais cognitivas elaboradas pelos indivíduos a partir de suas narrativas. Por meio dele, buscamos compreender como se foram as articulações de sentidos em torno de processos relacionados à construção social da identidade

Palavras-chave: consciência negra; quilombolas; etnografia; Jambuaçu.

ABSTRACT

This article aims to ethnographically understand, through quilombola narratives and the encounter with them in a commemorative context, the complexity and the multiple meanings of Black Consciousness Day in the quilombola territory of Jambuaçu, located in the municipality of Moju, in the state of Pará, Brazil. The event took place on November 20, 2024, the first official national holiday under this designation. The observation highlighted the cultural, political, and symbolic dimensions that shaped the event through intersensorial communication. As methodology, we employed participant observation, with emphasis on dialogues and the sensory experiences lived and perceived by the authors, in an effort to build a sensory ethnography. Sensory ethnography is understood here as a theoretical and methodological approach that involves the construction of knowledge itself, based on the cognitive sensory dispositions developed by individuals through their narratives. Through this approach, we seek to understand how meanings were articulated around processes related to the social construction of identity.

Keywords: black consciousness; quilombolas; ethnography; Jambuaçu.

1 INTRODUÇÃO

A celebração do Dia da Consciência Negra no território quilombola de Jambuaçu, realizada na comunidade de São Manoel, município de Moju, configurou-se como um evento de grande relevância simbólica e política para as dezesseis comunidades que compõem o território. Organizada pela BAMBAÊ, Coordenação das Associações Quilombolas de Jambuaçu, a data foi transformada em um momento de reflexão, resistência e valorização da cultura quilombola, reunindo moradores, lideranças, jovens, crianças e parceiros externos aos quilombos, em uma grande festa coletiva. Estivemos presentes nessa solenidade, convidados por três de nossas alunas de graduação, orientandas de Iniciação Científica, mas, também, integrantes da comunidade e coautores deste texto.

Contextualizando nosso referencial de partida, somos pesquisadores da Universidade Federal do Pará, desenvolvendo um conjunto de projetos de pesquisa e extensão que buscam fazer o que compreendemos como sendo uma etnografia da comunicação, ou, em plano contíguo, uma fenomenologia da comunicação, indagando sobre os modos como se conformam formas sociais e práticas interacionais nos processos de socialidade de populações rurais e semirurais amazônicas. Os elementos destacados neste artigo se referem à observação da construção social da identidade quilombola num contexto de celebração bastante especial: a primeira marcação social de um feriado nacional referente à consciência negra.

Começaremos descrevendo o espaço e suas correspondências éticas e étnicas e, em seguida, nos concentraremos nos elementos interacionais-comunicacionais que gravitam em torno do evento.

Começamos observando que todas as dezesseis comunidades pertencentes ao território quilombola de Jambuaçu, estavam política e socialmente representadas e, portanto, presentes, na ocasião, e que isso se fazia seja através de suas lideranças, seja através de seus partícipes, alguns dos quais com grande prestígio social. A abertura do evento ocorreu com o discurso do presidente da Bambaê, seguido das falas das lideranças quilombolas de cada uma das comunidades, ou de seus representantes. Em suas falas, destacaram a importância da luta histórica dos povos quilombolas, enfatizando os desafios contemporâneos e a necessidade de resistência diante das ameaças ao território e aos modos de vida tradicionais.

No horizonte da construção do evento, as comunidades haviam escolhido um tema central que o orientava: “Consciência Negra e Meio

Ambiente”, assunto amplamente debatido nas semanas precedentes e que, sobretudo, anunciava uma agenda política, evidenciando o que, na percepção local, produzida socialmente por meio de longo debate, seria a intrínseca relação entre a preservação ambiental e a garantia dos direitos territoriais quilombolas. As falas das lideranças e suas reverberações entre nossos interlocutores – nem todos eles, naturalmente, integrantes dos círculos dessas lideranças – reforçaram a importância das noções, coletivamente partilhadas, de união e de mobilização contínuas, ressaltando que a luta pela terra e pela identidade cultural é indissociável da defesa do meio ambiente – num sentido amplo – e, mais objetivamente, da reprodução de seus modos tradicionais de produção.

A programação do evento foi marcada por uma diversidade de expressões culturais que, como era enunciado, celebraram a diversidade da identidade quilombola. Apresentações de danças tradicionais, como o carimbó, enunciaram a ancestralidade e a vitalidade da cultura local, enquanto exposições fotográficas narravam as formas do bem viver das comunidades, destacando suas especificidades e trajetórias de resistência. O teatro, protagonizado por jovens e crianças, trouxe à tona questões contemporâneas, como o racismo e a luta por direitos, ao mesmo tempo em que reafirmava o orgulho da identidade quilombola.

A música e o ritmo dos tambores, executados pela juventude local, ressoavam pelo espaço, criando uma atmosfera de celebração e conexão com as raízes africanas que, idealizadas ou não, conformavam identidades e eram reivindicadas pelas comunidades. As pessoas de mais idade, presentes em grande número, compartilhavam histórias e saberes, inclusive produzindo uma autorreflexão sobre sua experiência, sua ancestralidade e a importância da memória e da transmissão intergeracional de conhecimentos. Essas narrativas eram recebidas e, por meio de códigos de atenção, respeito e veneração ao conceito comum de experiência, também assimiladas pela juventude e pelo coletivo das lideranças. A referência – e a reverência – à experiência dos mais velhos, ao que percebemos – e não apenas em função de seu conteúdo, mas, também, porque a sua enunciação, o seu ato ilocutório – significava prestígio comunicacional e, assim, um marcador ideológico comum.

A presença das muitas crianças da comunidade, por sua vez e nesse mesmo contexto ilocutório – pois a locução não se faz, somente por meios de discursos, mas, também através de partilhas simbólicas – assinalaram ideias de esperança e continuidade, simbolizando, nesse contexto interpretativo,

tal como referido por nossos interlocutores, o futuro da mencionada, a todo momento, “luta quilombola”.

Além das expressões culturais, o evento foi marcado por momentos de diálogo e de articulação política. Com efeito, tudo o que era simbólico era, ao mesmo tempo, político. Representantes das comunidades e parceiros externos participaram de debates que abordaram temas como a regularização fundiária, a implementação de políticas públicas para quilombolas e a importância da educação escolar quilombola. Esses espaços de discussão reforçaram o caráter político da celebração, evidenciando que o Dia da Consciência Negra não se restringe à comemoração, mas também se constitui como um momento de reivindicação e fortalecimento das lutas coletivas.

Esta etnografia objetiva refletir sobre o ato de celebração do Dia da Consciência Negra no Jambuaçu. Compreende-se, de imediato, que esse *tropos* – celebração – transcende o âmbito meramente festivo, configurando-se como um ato de resistência social política e como afirmação identitária, ou melhor, de construção, reflexiva, de símbolos comuns de identidade. Por meio de práticas culturais, discursos políticos e interações sociais, os participantes reafirmaram sua conexão com o território, sua ancestralidade e sua determinação em lutar por direitos e justiça social. O evento, portanto, não apenas celebrava a cultura quilombola, mas, também, a reinventava e a projetava para o futuro, demonstrando a vitalidade e a resiliência dessas comunidades.

Na sequência do artigo, descrevemos sucintamente o território do Jambuaçu e seus conflitos, seguindo-a por uma apresentação da ação etnográfica de encontro, integração e participação no evento e, por fim, procedemos uma descrição etnográfica, amparada pela reflexão em torno da etnografia sensorial, a respeito das interações e das trocas intersubjetivas de nossos interlocutores.

2 DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO E DE SEUS ENFRENTAMOS

O Território do Jambuaçu está localizado no município de Moju, que possui área territorial de 9.094 km² e uma população estimada, em 2024, de 84.094 habitantes, segundo dados do IBGE (2024). O município de Moju fica a cerca de 125 km de Belém. Faz fronteira, ao norte, com os municípios de Abaetetuba e Barcarena, a leste com Acará e Tailândia, ao sul com Breu Branco e, a oeste, com Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri, sendo, assim, um território com várias conexões geográficas e históricas (Salgado; Salgado, 2024).

Hoje, o território de Jambuaçu, é composto por dezesseis comunidades quilombolas, sendo elas São Manoel, Ribeira, Santa Maria do Mirindeua, Santana do Baixo, Jacundaí, Conceição do Mirindeua, São Bernardino, Santo Cristo, Nossa Senhora das Graças, Santa Luzia do Tracuateua, Santa Maria do Tracuateua, São Sebastião, Bom Futuro do Poacê, Santana do Alto, Bom Jesus do Centro Ouro e Santa Luzia do Bom Prazer.

O território teve seu processo de titulação fundiária iniciado no ano de 2001, com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988. Em 2003, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) entregou os títulos coletivos das comunidades de Santa Maria de Mirindeua, Santo Cristo, Santa Maria de Tracuateua, São Manoel e Conceição de Mirindeua. (Marin *et al.*, 2007) e as demais titulações foram outorgadas nos anos seguintes, completando-se em 2009, embora, como assinala Marin (2010, p. 52), “este processo de titulação carece de completude, pois existem áreas em mãos de particulares que não foram indenizadas [...]”.

De fato, ao longo das últimas quatro décadas, o território quilombola de Jambuaçu tem sido significativamente impactado por grandes empreendimentos agroindustriais e de mineração. Esses empreendimentos têm causado diversos conflitos territoriais e socioambientais, afetando diretamente as comunidades da região. Dentre os principais empreendimentos que impactaram e impactam seu território pode-se mencionar a ação empresarial da REASA, Reflorestamento S. A., que, desde a década de 1970, vem ocupando terras reivindicadas por povos quilombolas, produzindo uma longa história de conflitos fundiários e perdas territoriais para as comunidades locais (Freire, 2023).

Outro conflito de longa duração se dá com a Marborges Agroindústria S.A., uma empresa dedicada ao cultivo extensivo de dendê (palma, *Elaeis guineensis*). A expansão territorial desse cultivo, por essa empresa, tem causado desmatamento, contaminação dos recursos hídricos e conflitos com as comunidades quilombolas de Jambuaçu (Pedrosa Neto; Abreu; Schramski, 2023). Há, ainda, conflitos com a Companhia Vale, atuante na mineração de bauxita, no Moju, que implantou uma infraestrutura que atravessa o território quilombola, como linhas de transmissão e minerodutos, gerando impactos ambientais e sociais significativos (Justiça [...], 2018). Outra fonte de conflitos

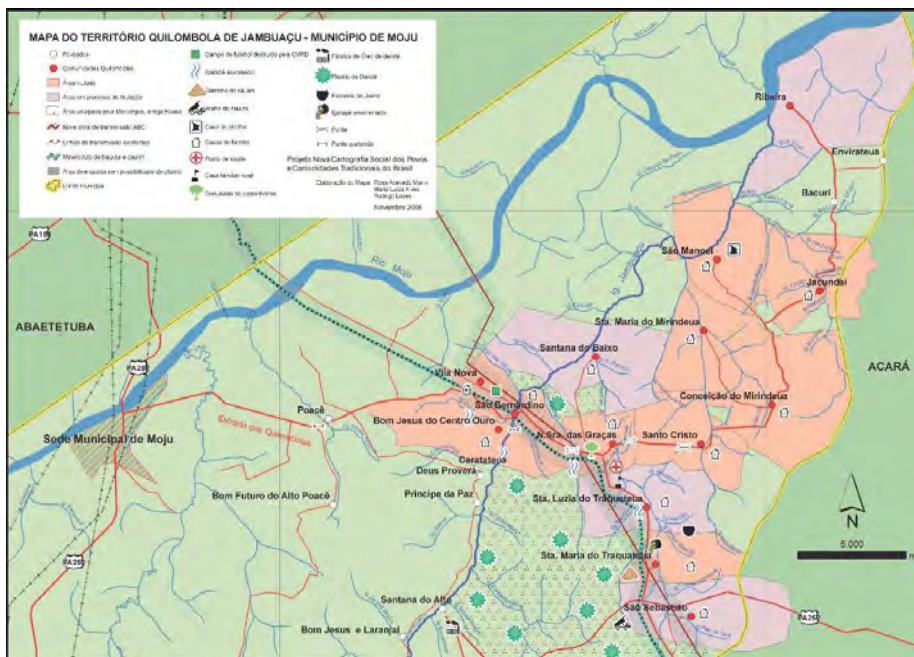
se dá com a Mineração Paragominas S.A., empresa dedicada à extração de bauxita na região e que utiliza minerodutos que atravessam o território de Jambuaçu, contribuindo para novos impactos ambientais e sociais.

Ainda nesse contexto, destaca-se a atuação da Imerys Rio Capim Caulim, empresa francesa que opera minerodutos de caulim atravessando o território de Jambuaçu, impactando áreas produtivas e cursos d'água, com consequências danosas ambientais e sociais significativas para as comunidades locais (Giovanaz, 2023). Trata-se de mais um vetor de conflitos na região.

E, por fim, a Norsk Hydro, multinacional norueguesa que possui minerodutos e linhas de transmissão que cortam o território quilombola, transportando bauxita de Paragominas para Barcarena. A falta de renovação de licenças ambientais e a ausência de consultas prévias às comunidades têm intensificado os conflitos (Quilombolas [...], 2020).

Na cartografia abaixo (Figura 1), elaborada pelo projeto Cartografia Social da Amazônia (2007), ilustra-se o mapa dos conflitos presentes no território:

Figura 1 – Mapa do território quilombola de Jambuaçu, município de Moju-PA



Fonte: Almeida e Marin (2007, p. 6-7).

3 A CAMINHO DO EVENTO

Partimos cedo de Belém com o objetivo de participar do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra – primeiro feriado nacional estabelecido pelo Decreto nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023 (Brasil, 2023), sancionado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva e aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal do mês anterior. Era o dia 20 de novembro de 2024. Nosso destino era a Comunidade de Remanescentes Quilombolas de São Manoel, uma das comunidades do território do Jambuaçu. Éramos três pesquisadoras no carro: M. Castro, antropóloga, docente da UFPA; Figueira, bolsista de iniciação científica matriculada no curso de graduação em História da mesma instituição e Leão, bolsista de iniciação científica matriculada no curso de graduação de Publicidade e Propaganda, também da mesma instituição. Uma quarta pesquisadora, Valadares, bolsista de iniciação científica matriculada no curso de graduação em Ciências Sociais, igualmente da UFPA, já aguardava no quilombo. Por fim, um quinto autor do artigo, F. Castro, sociólogo e também docente da UFPA, não participou dessa ida a campo, contribuindo, no entanto, com a análise de dados e escritura do texto. Cabe dizer que as três bolsistas são originárias do Jambuaçu e que todos integram um mesmo grupo de pesquisa, empenhado em produzir etnografias e fenomenologias das socialidades e das sensibilidades amazônicas - sendo as alunas orientandas dos dois docentes.

Já na saída, estavam ansiosas, primeiro com o trânsito na saída da região metropolitana de Belém, que sempre é caótico, especialmente em dia de feriado, devido às obras de construção do BRT (*Bus Rapid Transit*), que se estendem há anos, sem sinais de conclusão. Além disso, porque era a primeira vez que uma das pesquisadoras, M. Castro, ia ao território, não conhecendo o tempo necessário para o deslocamento e, por conseguinte, temendo chegar com atraso ao início das comemorações. E isso considerando, precisavam parar para tomar um café, pois saíram por volta das 5h30 da manhã de Belém e, ainda, porque pretendiam fazer uma segunda parada a fim de comprar mantimentos a fim de contribuir com a alimentação durante a estadia de dois dias no quilombo.

No contexto do grupo de pesquisa e da orientação de iniciação científica, as três discentes realizam pesquisa de base etnográfica e em

diálogo com a cartografia social (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009; Nova Cartografia Social, s.d.) sobre o uso de telefones celulares e tecnologias comunicacionais em suas comunidades.

Neste artigo nos concentramos nas formas de comunicação intersensorial produzidas durante as jornadas dos dias 20 e 21 de novembro, nas comunidades de São Manoel e de Jacundaí. O dia 20, como referido, constituiu o feriado do Dia Nacional da Consciência Negra. Por sua vez, o dia 21, abrigou uma continuidade dessa festividade promovida pela Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor Rildo Valadares, da comunidade do Jacundaí.

Importante salientar que, no fazer da observação participante, com a perspectiva da etnografia sensorial, são produzidas comunicações intersensoriais, ou seja, interações corporais, mentais e sensoriais, produzidas coletivamente enquanto arcabouço de processos de sociação – socialidade e sociabilidade – pertinentes a uma dada cultura e no contato, e contágio, entre diferentes culturas.

Dessa maneira partimos do entendimento de que:

[...] essa etnografia, de natureza sensorial e desenvolvida em campo a partir da interação entre o pesquisador e seus interlocutores, orienta-se no sentido de buscar compreender, fenomenologicamente, o processo da comunicação enquanto um fenômeno promovido, igualmente, pelos sentidos corporais (Castro, 2024, p. 13).

Assim, no processo de interação, estamos comunicando com todo o nosso corpo e sentidos, especialmente se isso ocorre coletivamente, onde falamos, narramos, dançamos, cantamos e performatizamos para o coletivo, e com o coletivo trocamos (Castro, 2021a, 2021b, 2021c, 2024).

Nessa dinâmica interacional, as três autoras naturais do território, produziram uma autcartografia, com sua representação a respeito da sua territorialidade comum, abaixo ilustrada na Figura 2.

Na Figura 2 podemos observar, através do desenho das três autoras, a disposição das comunidades no território de Jambuaçu e dos lugares importantes para as comunidades quilombolas. Já na Figura 3, por seu turno, podemos observar o desenho da comunidade de São Manoel, feito por quilombolas da comunidade e que faz parte do documento de preparação para o Protocolo de Consulta do Território.

Figura 2 – Desenho do Território de Jambuaçu, realizado pelas quilombolas e bolsistas de Iniciação Científica



Fonte: SISA, por Fergueira, Valadares e Leão, em 3 fev. de 2024.

Figura 3 – Mapa da comunidade de São Manoel, feito pelos quilombolas da Comunidade referida



Fonte: SISA, fotografia feita por M. Castro, em 20 nov. 2024.

A caminho do território, essas cartografias sociais, já conhecidas das pesquisadoras, foram ganhando sentido, produzindo um diálogo sensorial que, aos poucos, desvendava algo mais do que a indicação espacial e que possibilitava a compreensão das narrativas visuais dos referidos mapas como eventos simbólicos.

4 A CHEGADA AO TERRITÓRIO – AS PERCEPÇÕES SENSORIAIS GANHAM ESPAÇO

A chegada ao território é lenta. Chega-se de barco, de bicicleta, de moto, de ônibus escolar, de carro. A estrada é de barro, muitos contornos, muita floresta, algumas pontes de madeira, animais atravessando a estrada. Das notas de campo de Fergueira, extrai-se um momento de expectativa:

[...] uma estrada de terra sinuosa, margeada por árvores frondosas e uma vegetação densa, cortava a mata e revelava a essência viva do território quilombola. [...] O ar quente se misturava ao frescor das folhas e ao cheiro da terra molhada, enquanto a expectativa pelo encontro crescia a cada instante (Fergueira, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

A Figura 4 mostra um trecho do percurso, traduzindo um pouco dessa paisagem:

Figura 4 – Na estrada para chegar ao território de Jambuaçu



Fonte: SISA, por M. Castro, em 20 nov. 2024.

O tempo é lento. Precisa ser lento. É lento, num plano mais imediato, em função da distância e das condições físicas da estrada ou, no caso de ir-se de barco, da sinuosidade dos rios e igapós. Porém, ele também é lento

em função da relação com a paisagem. Como observa o autor F. Castro, em diário de campo referente a uma visita a um outro território quilombola, no contexto do mesmo projeto de pesquisa:

[...] a temporalidade das comunidades quilombolas da Amazônia possui uma relação com a paisagem natural que demanda lentidão e, talvez, um pouco de solidão. Lentidão porque o envolvimento das pessoas com o território se baseia numa relação de trocas contínuas com a natureza, necessárias, inclusive, como forma de vida, em padrões econômicos estruturados no tempo circular das coletas e colheitas. Solidão, porque em todas as nossas interações, nossos interlocutores mencionam a distância entre o território e as vilas ou os postos de comércio e trocas, ainda que essa solidão esteja sendo transformada em alguma outra coisa, com as estradas que vão sendo abertas, o acesso a motocicletas e bicicletas e o acesso à telefonia celular e à internet (F. Castro, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

Refletimos sobre as diferenças entre nossas interações com a paisagem. M. Castro e F. Castro são pesquisadores urbanos, nascidos em Belém, para quem a estrada ou o caminho de barco até as comunidades com as quais dialogam é um meio, um caminho. Valadares, Fergueira e Leão, por sua vez, são quilombolas, e pertencentes àquele território. Possuem uma outra relação com o caminho. Para elas, o caminho já faz parte da paisagem e, assim, das suas marcações de temporalidade e interação – com suas comunidades, entre as comunidades do mesmo território, com a paisagem. Para elas, talvez, o caminho também já faça parte da referida solidão – e das suas superações...

Há porém, um marcador temporal maior, que atravessa o evento do estar-a-caminho tratado neste artigo. Não estamos a caminho, apenas, de um “onde”. Também estamos a caminho de um evento marcador de “identidade”, pois se trata, afinal, da celebração do primeiro Dia da Consciência Negra. Também estamos a caminho, portanto, de um “por quê”.

Estamos a caminho de um evento-tempo. A caminho de um evento que transcende a sua temporalidade em termos de uma determinada data, de um ponto específico no calendário ou na agenda das pessoas para se tornar um evento com disposição e disponibilidade para falar de duração. Na verdade, de muitas durações. Tanto da longa duração das lutas sociais do território e de suas comunidades negras, descendentes de um longo processo social de resistência ao poder instituído como da longa duração da sua pretensão a uma consciência desse processo: a consciência complexa de sua negritude, identidade, territorialidade, paisagem.

Leão, em suas notas de campo, observa a festividade coletiva, a capacidade de mobilização da Bambaê e a presença de todas as comunidades do território de Jambuaçu no evento. Sentindo-se parte da comunidade e refletindo sobre “a importância da luta dos povos quilombolas, abordando os desafios enfrentados anualmente e a necessidade de resistência, especialmente com o tema central deste ano: Consciência Negra e Meio Ambiente.” (Leão, notas de Campo da pesquisa, 2024).

Chegamos por volta das 9h da manhã. Estacionamos o carro à sombra de uma grande árvore, em frente e na diagonal da pequena praça da igreja da Comunidade e do Centro Pastoral Padre Sérgio Tonetto, onde mais tarde seria fornecido o almoço para todos os participantes – carne de panela, mortadela, arroz, macarrão e feijão, cada prato acompanhado com açaí – sem açúcar – e farinha. A festividade, o evento, propriamente, seriam realizados no trapiche da Comunidade.

Valadares, em suas notas de campo, reflete sobre essa chegada, compreendendo-a como mais do que um encontro – e, sim, como uma celebração de um encontro que não é fortuito, mas marcado pela temporalidade de um evento:

[...] a chegada no Quilombo de São Manoel, em Jambuaçu, Moju, foi uma chegada em silêncio, mesmo com som da caixa anunciando que tinha encontro; mesmo com falar alto no aglomerado de pessoas. Aquele aconchego, aquela calma era o que eu estava sentindo. Como é bom estar em casa, com os amigos e companheiros de luta, cada abraço, cada sorriso, aperto de mão, olhar, era como se dissessem, que bom que tu veio (Valadares, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

Chegar em um novo campo de pesquisa – no caso de M. Castro – é um momento de tensão, ainda que atenuada pela presença dos nativos que conduzem o pesquisador. Era um momento do coletivo das comunidades que festejavam para si. Mas era também um momento de aprendizado para o outro. Com passos ainda incertos, e tentando se sentir confortável naquele lugar que não tinha nada de inóspito – bem ao contrário, pois as pessoas sorriam, conversavam entre si, jovens iam e vinham em direção ao trapiche através, principalmente, de uma passarela feita em concreto e cercada de árvores frondosas, fazendo com que o caminho entre o trapiche e a Igreja fosse agradável, protegendo quem ali passava do intenso sol, o ambiente era leve e tranquilo. Caminhamos, Castro, Fergueira e Leão em direção ao trapiche. Cumprimentávamos quem cruzávamos, parávamos e procurávamos Valadares, que, como dissemos, já ali se encontrava.

A própria construção daquele lugar, a ambientalização das coisas daquele mundo da vida (Merleau-Ponty, 1999; Castro, 2024) fazia com que nos percebêssemos dentro do lugar e sentíssemos, com o corpo, para onde nos dirigir. Ali já estava ocorrendo o que chamamos de comunicação intersensorial – naquilo que ouvíamos ao perto e ao longe, simultaneamente; no sol que sentíamos sobre a pele a quase 9h da manhã, quente e intenso; naquilo que víamos e no conjunto de sensações que nos perpassavam e com as quais, coletivamente dialogávamos. Nas figuras 5 e 6 buscamos mostrar esse percurso.

Figuras 5 e 6 – Caminho que liga a Igreja de São Miguel ao Trapiche da Comunidade de São Miguel, Território do Jambuaçu, Moju, PA



Fonte: SISA, por M. Castro, em 20 nov. 2024.

Nos dirigimos ao trapiche. Estavam finalizando a arrumação do mesmo, com espaço para uma exposição de fotografias e espaços para venda de produtos locais. Ali, já encontráramos uma grande fila, era o café da manhã ofertado com pão, tapioca, café e nescau. Entramos na fila. Alguns mais tímidos; outros, mais despojados. E a toda hora chegavam mais quilombolas, de canoas – a maioria –, de moto, carro, ônibus...

Era o momento de reconhecimento do lugar que ia nos acolher naquele dia, das trocas que faríamos, dos novos conhecidos e dos conhecimentos que faríamos. Como seria realizado aquele 20 de novembro de 2024, constituído,

pela primeira vez, como Feriado Nacional em comemoração ao Dia da Consciência Negra, data tão importante para a constituição simbólica do que é o Brasil? Tínhamos a oportunidade de ali estar para participar e aprender.

Aliás, há, a incluir em nossa reflexão sobre a temporalidade o momento vivenciado coletivamente, essa outra dimensão (embora ela já esteja implícita, desde o título deste artigo): não se tratava de, apenas, uma temporalidade física ou de uma temporalidade sobre a consciência coletiva histórica, mas, também e sobretudo, em função do significado da data, do primeiro feriado em celebração da Consciência Negra.

Fazer etnografia, em nossa compreensão, é encontrar a alteridade e refletir sobre esse encontro. M. Castro e F. Castro são pesquisadores brancos, instituídos e representantes de uma Instituição de Ensino Superior (IES). Suas bolsistas de iniciação científica, Figueiras, Valadares e Leão, também possuem institucionalidades: são alunas da mesma IES e são bolsistas. No entanto, também são membros do território observado. Há um esforço contínuo e mútuo de compreensão entre os autores deste artigo; bem como entre o que são e sua ancestralidade. No fazer etnográfico, todos nos observamos e dialogamos. Além disso, mediamos olhares e compreensões. Aderimos à sensibilidade do outro. Buscamos superar nossas disposições cognitivas e culturais, senão mesmo ideológicas. Pensamos que fazer uma etnografia sensorial é perceber, antes de tudo, a maneira como construímos a partilha de horizontes cognitivos.

Buscando etnografar a vida social que se processa em torno dos fazeres e dizeres e das vontades de dizer - embora não necessariamente em torno de discursos e falas - procuramos os caminhos da compreensão e da possível partilha de horizontes ilocutórios, sensíveis, intersensoriais.

5 UMA ANÁLISE INTERSENSORIAL

Estejamos, então, nesse *punctum* temporal, e mesmo existencial, que nos traz a esse dia e a esse lugar – se não mesmo a este tempo e a seus tempos existenciais, ou seja, seus tempos anteriores e mesmo idealizados. Estejamos naquele presente – e estejamos juntos, partilhando horizontes de compreensão.

Quando chegamos, como dissemos, a movimentação na comunidade era intensa. Homens e mulheres circulavam animados, com sorriso nos lábios e cumprimentando quem encontravam. Parecia que sempre estava faltando um último detalhe a ser ajustado. As crianças corriam entre as casas, algumas

pintadas com cores vibrantes, que contrastavam com o verde da floresta ao redor. Quem estava sentado, procurava a sombra e se abanava com pedaços de papelão ou leques. Difícil manter o corpo parado, ali. O vai e vem de quem arrumava o local, o calor, os encontros, fazia com que todos se locomovessem, seja em direção a um objetivo, seja para dar lugar a um passante.

Todos, de alguma forma, se dirigiam ao centro constituído da cena ilocucional do dia, uma grande roda de cadeiras, com destaque para uma meia lua lateral de cadeiras reservadas para os músicos. Mais ao lado, uma grande aparelhagem de caixas de música com uma mesa de som. Em seguida, pequenos boxes construídos com madeira, onde alguns artesãos comercializavam produções locais, como biojoias, artesanatos diversos, bolsas e licores à base de frutas. Um desses boxes foi destinado à exposição de fotografias, conforme a Figura 7, abaixo.

Figura 7 – Leão expondo as fotografias resultado do projeto Fotoetnografia Quilombola: um olhar “de perto e de dentro” da Comunidade Quilombola Ribeira do Jambu-Açu¹



Fonte: SISA, por M. Castro, em 20 nov. 2024.

¹ O projeto foi realizado com o apoio da Proex, através do Edital Nº05/2023 PRÊMIO PROEX de ARTE E CULTURA, coordenado por Beatriz Aviz. A equipe de campo, além da coordenadora, era composta por Sandro Barbosa, Rebeca Pavão, Bianca Leão e Gilberto Xipaya. As fotografias foram realizadas por Bianca Leão, Sandro Barbosa, Beatriz Aviz e demais integrantes da comunidade da Ribeira.

Havia também uma longa mesa, na qual, tanto sobre ela como abaixo dela, foram colocados produtos que referenciavam à cultura quilombola: cestos de palha e talas artesanais, cuias, artefatos e utensílios de barro, o cacho de açaí, a palha utilizada em múltiplas confecções de cestos, a peconha – artefato utilizado como apoio aos pés, para subir nos açazeiros – alguns frutos como a banana, a manga, o milho, o açaí e utensílios de produção de farinha e de pesca, como o tipiti e o matapi.

Pensamos que a relevância do espaço, situado às margens do rio Jambuaçu, palco das comemorações do Dia da Consciência Negra, só pode ser plenamente compreendida por aqueles que conhecem a história do território, pois se trata de uma reivindicação identitária com força motriz própria. A preocupação com a organização do evento e o desejo de enunciação da experiência social coletiva, por meio da forma social construída e dos enunciados socialmente organizados, pactuados e partilhados em torno dele – ou, mais que isso, por meio dos cuidados e esmeros de sua enunciação – figuravam em torno de nós.

O local escolhido para a celebração não é sem significação. A comunidade de São Manoel marca o início simbólico da trajetória dos dezesseis quilombos que compõem o território. Tem significância e lugar de memória, bem como de resistência. Igualmente significante, na intersubjetividade local, é a presença da juventude a tocar tambores e animar os participantes. No entender comum, como insistentemente colocado por nossos interlocutores, isso evocava a continuidade da vontade de existir coletivamente, ou melhor, de garantir as existências de suas referências e de seu território, que se mantém vivo e pulsante através dos processos de sociabilidades constituídos por dinâmicas culturais presentes em seu mundo da vida, ou seja, suas produções ordinárias e cotidianas, seus hábitos alimentares, suas festividades, suas formas de dançar, de cantar, os usos de vestimentas e sua cultura material de maneira geral.

Por fim, é importante referir a participação das pessoas de maior idade no evento-tempo. Tal como havia idealizações a respeito da juventude engajada na celebração, compreendida, intersubjetivamente, como futuro da comunidade, havia, também, a celebrada presença das pessoas “mais velhas”, que traziam consigo a sabedoria e a confiança necessárias para lembrar que “nossos passos vêm de longe” e que “a luta coletiva assegura que nunca estaremos sós”, nos dizeres dos interlocutores do momento.

6 A INAUGURAÇÃO DO MOMENTO-TEMPO: O ATO ILOCUTÓRIO, A DINÂMICA COMUNICACIONAL E A PARTILHA INTERSENSORIAL

No contexto havia, por necessário, uma institucionalidade, ou um compromisso com uma certa institucionalidade, e isso ocorria em torno do feriado, ou melhor, do motivo do feriado, uma reivindicação antiga dos movimentos sociais. Por conta dessa percepção – e dessa sensorialidade coletiva – uma parte importante do evento foi dedicada a debates, que orientaram as reflexões a respeito da datificação em torno da “consciência negra”. Do ponto de vista comunicacional, é profundamente significativa a maneira como esse momento foi concebido: não como preleção, sermão ou “discurso”, mas, sim, como “debate”, ou seja, como diálogo. Ainda que encetado por percepções de pessoas reconhecidas como mais abalizadas, a disposição era o encontro de ideias.

O ponto de partida, dessa reflexão coletiva, foi dado pelas falas das lideranças das dezesseis comunidades integrantes da Bambaê, que enunciaram sua compreensão do momento, geralmente refletindo a respeito da significação da data feriado, discorrendo sobre a conjuntura política e econômica das comunidades quilombolas, a respeito de suas articulações políticas e, sobretudo, a respeito da necessidade de “preservar as tradições”.

Depois do café da manhã coletivo ao som do carimbó de pau e corda, o presidente da Bambaê, Seu Geovam Almeida fez a abertura oficial do evento, com uma fala que, em nossa compreensão, permanece significativa por condensar a constelação de sentidos presentes naquele momento:

Tenhamos a consciência de que a nossa vida depende da preservação do meio ambiente. Da preservação do igarapé, da preservação das nascentes; da preservação do Jambuaçu, da preservação da floresta; da preservação dos animais; da preservação da nossa cultura, que isso nos faz ter responsabilidade pelo meio ambiente, pelas pessoas. Gente, nós temos essa grande responsabilidade. Queremos passar a palavra para vocês.²

Sua fala evocava o tema central escolhido para a celebração, “Consciência Negra e Meio Ambiente”, e indicava, a todos, a respeito do que se deveria refletir e discutir. Após sua breve, mas significativa abertura, G. A. passou a palavra às lideranças presentes. Interessante perceber que, como num ato de afirmação das identidades e, talvez, ainda mais, das representatividades identitárias, a cada líder que falava, G. A. convidava os

² Informação verbal cedida por G. A., em 20 de novembro de 2024.

participantes da comunidade dessa liderança a ficarem brevemente de pé, a fim de serem reconhecidos pela coletividade.

Em seu conjunto, essas lideranças mencionaram, em suas falas, a relação entre meio-ambiente e identidade quilombola e, por meio dessa associação, a necessidade de “preservar as tradições” como o instrumento fundamental da sustentabilidade socioambiental. Tratava-se de um ato ilocutório maior, central, intersubjetivo e socialmente partilhado – em síntese, a perspectiva de que as comunidades do território se percebem, se compreendem e se constituem, politicamente, como sabedores e herdeiros, bem como potenciais continuadores, de um paradigma sócio-tecnológico centrado na preservação ambiental.

Em nossa compreensão, “preservar as tradições” constitui o mote político fundador da temporalidade comum. E, assim, o *locus* da comunicação intersensorial dos integrantes do evento. “Preservar as tradições” significava, no contexto, muitas coisas: primeira e fundamentalmente, uma partilha de horizontes - uma partilha por meio da qual se configurava a possibilidade de uma identidade comum. E, a partir dela – porém, efetivamente, fundamentando-a – a luta comum por justiça social.

Depois das falas das lideranças – que não o são por acaso, evidentemente, e que, não o sendo, ocupam um direito ilocutório maior – convidaram-se parceiros das comunidades presentes a, também, tomarem a palavra. Como não estávamos informados a respeito da sua presença, não deixamos de nos surpreender com elas e, efetivamente, com o prestígio do território em recebê-las.

O momento dessas falas se constituía, sensorialmente, como uma mescla entre as falas tradicionais, significadoras do *ethos* identitário do território, e as falas institucionais pretensamente acolhedoras e reconhecentes desse *ethos*. Em seu diálogo, diziam, e, a partir daí, demarcavam o evento-tempo referido. As lideranças locais incorporavam um direito ancestral, amparado por um prestígio de escuta e enunciação e, em síntese, por um poder-dizer a temporalidade e o evento-tempo. As lideranças externas, visitantes do evento-tempo, assinalavam direitos e demarcavam, a um tempo, compromissos e, num tempo mais geral e subjetivo, alianças e solidariedades na luta pelo território.

Observando a significação desse momento para as comunidades presentes percebemos a importância da conformação institucional de uma “mesa”, bem como do ato de “abertura do evento”. Como coloca F. Castro, em suas notas de campo:

Há uma dinâmica de inaugurabilidade da ação comunicacional que preenche os sentidos ainda abertos da comunidade. A inauguração do ato de fala, numa assembleia, numa reunião, numa escuta coletiva, parece corresponder a uma solenidade que certifica o estar-junto, a partilha de horizontes sensíveis, sejam políticos, sejam identitários, ou, mais comumente, uma fusão de ambos, pois não se inaugura ato político formal sem enunciação da identidade comum (F. Castro, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

Disso, constatamos a premência do momento de solenização – ou seja, a ação ilocutória e sensorial, simultaneamente, de instituir a “abertura” de uma reunião comunal. E isso pode ser interpretado conforme coloca M. Castro, em suas notas de campo:

Do ponto de vista comunicacional, toda reunião, toda discussão de grupo, numa ação, num encontro de comunidade, inicia muito antes do evento propriamente dito, pois estabelece pactuações em torno dos ditos e, sobretudo, dos não-ditos. Pactuações que, se algumas vezes, em função de tais não-ditos, é silenciosa (ainda que eloquente), é, sobretudo, dita, e re-dita, e construída, socialmente, em torno daquilo que precisa ser compreendido como dizeres inaugurais, como atos ilocutórios centrais, aqueles que norteiam a construção de uma comunicação-em-comum” (M. Castro, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

Assim, uma vez inaugurados os atos de fala dentro das expectativas socialmente consolidadas, passamos, no tópico seguinte, a observar o contexto e o conjunto das falas comuns, refletindo sobre como elas constroem uma intersubjetividade partilhada.

7 DAS FALAS DAS LIDERANÇAS AS PERSPECTIVAS E EMOÇÕES PARTILHADAS

Observemos as falas das lideranças quilombolas, na sua constituição e, sobretudo, em relação à sua abertura intersensorial, buscando ver como referiam a data celebrada no contexto de suas lutas socioambientais. A Figura 8 mostra o contexto enunciatório dessas lideranças.

Figura 8 – Lideranças e representantes das comunidades do Território de Jambuaçu no dia da Consciência Negra



Fonte: SISA, por Leão, em 20 nov. 2024.

Após as falas inaugurais, tomou a palavra o senhor J. C., da Associação Quilombola Filhos de Zumbi: “É com satisfação que estamos aqui neste momento representando a nossa comunidade. Muito orgulho por ser quilombola.” Não se trata de uma comunicação aleatória, mas de um ato de correlação e adesão, que busca constituir-se como um ato coinaugural da fala anterior do presidente da associação. O padrão, que observamos nas falas seguintes, conforma um desejo político de adesão ao *locus* estabelecido.

Nas análises comuns dos atos discursivos, essas falas são, na maioria das vezes, negligenciadas, por não constituírem uma identidade locativa própria, ou original, no conjunto referencial da análise, mas pensamos ser importante referenciar a sua importância, enquanto adesão intersubjetiva à agenda comum da ação comunicacional em curso.

Assim, na continuidade de seu discurso, o senhor J. C. afirmou que, seguindo as palavras do presidente da Bambaê, sua comunidade travava uma luta contra as grandes empresas, enfrentando dificuldades, mas que seguiam sustentados pela disposição à resistência, que lhes mantinha “de pé”. Referiu, também, sua certeza de que a referida “luta” seria transmitida e continuada pelas futuras gerações. Por fim, expressou sua satisfação por estar presente, “firme e forte”, ao lado de todos ali, ressaltando a importância da construção coletiva do território e fortalecendo a união quilombola. Destacou, ainda, que, “apesar dos sofrimentos do passado, continuamos

aqui”³ e que nada os distanciaria de sua busca por alcançar os objetivos comuns a todos os presentes.

Sua fala seguiu um padrão que observamos em diversas outras reuniões de comunidade. Elementos marcantes foram a adesão ao ideário comum e a disposição em relação à continuidade das lutas sociais iniciadas. Nos discursos de todas as lideranças seguintes observamos a mesma marcação de compromissos coletivos e, por meio desse enunciado, a afirmação do *ethos* intersubjetivo, noção essa traduzida melhor por meio de termos como coletividade, comunidade, território, quilombo, negritude e luta - no caso, luta social pelo reconhecimento de direitos.

Os oradores seguintes ao senhor J.C. seguiram esse padrão narrativo, buscando, no entanto, incluir especificidades comunais ou perspectivas políticas contributivas, em relação ao escopo geral da sensibilidade social do evento. Assim, a representante da comunidade da Ribeira, D., procurou ressaltar a continuidade da reivindicação de direitos numa perspectiva macrossocial:

O dia de hoje já é uma conquista que tornou-se feriado nacional. Essa conquista foi devido a nossa luta. Ficamos 400 anos sem nenhum direito, escravizados. Já estamos requerendo uma indenização, pois até o século XX não tínhamos acesso a nenhuma política pública. Sempre o nosso povo, preto, negro, quilombola foi marginalizado, sempre foi excluído da sociedade, sem direito a nada. Hoje em dia conseguimos tudo através da luta. Não teve nada que veio de graça. Nada veio de colonizador para nós a não ser a negação de direitos. Hoje tudo que temos é pela nossa luta. Inclusive esse ano estamos na luta pelo ensino médio quilombola, pois a nossa principal arma, que nós temos para lutar contra esses governos, é a educação.⁴

Buscando variações a esse padrão - como nos parece ser natural, no contexto das reuniões comunais - o orador seguinte, Seu M., representando a comunidade de Jacundaí na ausência do líder local, destacou a presença dos visitantes do Incra, Banco do Brasil e demais convidados institucionalizados. No contexto desse agradecimento, também elaborou uma crítica à ação do agronegócio nos limites do território, assinalando que as essas mesmas instituições que acabaram de saudar financiavam o avanço da fronteira agrícola e grandes empreendimentos privados que impactam as comunidades do Jambuaçu. Cabe observar que suas palavras críticas foram seguidas por um expressivo aplauso dos presentes e que o conjunto das falas

³ J. C. em 20 de novembro de 2024, na abertura do referido evento-tempo.

⁴ Informação verbal cedida por D., em 20 de novembro de 2024.

das lideranças alternou-se entre uma percepção mais crítica e uma procura por constituir laços institucionais, ainda que, em nenhum momento, tenha havido discurso denegativo a respeito da luta social partilhada.

J. C., recentemente empossada como presidente da associação Axé Santana do Baixo de Jambuaçu, lembrou, em sua fala, que sua mãe foi uma das primeiras presidentes da associação, “nos tempos do Padre Sérgio”, e mencionou seu trabalho na Casa Família Rural. Refletiu sobre as dificuldades educacionais enfrentadas no passado, como a falta de transporte, professores e alimentação escolar, ressaltando os avanços atuais. Enfatizou a importância dos pais incentivarem os filhos a permanecerem na escola, pois a educação é um caminho para a conquista de melhores condições de vida. Esse padrão de fala, a nosso ver, conforma uma importante argamassa de sentidos: pontuada por referências históricas da vida comunal, também constrói um referencial de futuro com uma orientação teleológica de grande impacto político. Nesse sentido, dialogamos com uma observação de campo do autor F. Castro que aborda, a nosso ver, essa dinâmica:

Um padrão recorrente das interações comunicacionais de populações tradicionais, em atos coletivos ou em assembleias, parece ser a ilocução de um oxímoro, marcado pela superposição de dois elementos: a referência ao passado de sacrifícios e, ao mesmo tempo, ao futuro libertador. Não se trata de uma imagem simples de identidade, mas, na verdade, da simplificação, para efeitos políticos, de uma identidade complexa. Todo oxímoro é apenas a ilusão de uma simplificação, um marcador de identidade, sendo a identidade social, no entanto, algo que não se reduz a marcadores. Nesse processo, é interessante referir os elementos que produzem o vínculo lógico entre as duas partes do oxímoro e, sobretudo, o seu caráter testemunhal, pois a pessoas que enunciam, numa reunião, numa assembleia, num evento qualquer, esse oxímoro, tendem a se autoenunciar como a comprovação do elo paradoxal, como a prova viva e testemunhal da verdade da experiência coletiva (F. Castro, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

Trata-se, precisamente, do caso descrito. A evocação da figura materna, liderança histórica das comunidades; a referência aos “tempos do Padre Sérgio”, marcador temporal de experiência; a menção ao seu trabalho na Casa Família Rural, marcador de permanência e compromisso, e de continuidade militante, são marcadores identitários que legitimam, a narradora a estabelecer a visão teleológica de que um futuro “melhor” será conquistado.

À fala de J. C. seguiu-se o depoimento do senhor R. R., presidente atual do Poacê, que destacou que está há dois anos e dois meses no mandato e

ressaltou a importância do trabalho coletivo para atender as quase duzentas famílias que a associação representa. Lembrou que há um ano a comunidade recebeu seu título definitivo, resultado de uma luta iniciada em 2011 pela “professora V., a primeira presidente, seguida por C. e A.”⁵. Destacou a conquista do título e do Cadastro Ambiental (CAR), pontuou a necessidade de reflexão sobre as questões ambientais, propondo um debate com a Bambaê e os órgãos responsáveis, devido às ameaças constantes do agronegócio. Relatou ainda que, no momento, havia uma queimada próxima ao território, exigindo mutirões para conter o fogo, o que reforça a urgência do tema. Por fim, sublinhou a importância de levar essa discussão para escolas, centros e reuniões, visto que, apesar dos decretos contra queimadas, os impactos ambientais continuam afetando a comunidade.

O tecido comum das falas construía, politicamente, a imagem do que entendemos como um *esforço de continuação*. Os vários oradores que se seguiram adotaram o mesmo padrão, referindo a construção comum e fundamentando - a nosso ver mais nela do que os elementos de ancestralidades, ainda que ambos sejam, evidentemente, convergentes – a necessidade de coesão social para fazer a luta política.

Por sinal, interessante ressaltar que não percebemos diálogos e enunciações diretamente relacionados ou referentes aos enfrentamentos territoriais e econômicos do território. Ou seja, não percebemos menções, senão indiretas, às empresas com as quais as diversas comunidades vêm sendo confrontadas. Não obstante, havia a busca por uma construção política basilar, como que uma tentativa por produzir uma conscientização de que os enfrentamentos não eram pontuais ou específicos, mas uma questão estrutural, permanente, e que a maneira mais produtiva de defesa era a organização social e política. Nesse sentido, a fala do presidente do coletivo da comunidade de Santa Maria de Marindeua, A. C., ressaltou que tanto os benefícios quanto os malefícios que chegassem ao território impactaram e impactam diretamente os moradores, razão pela qual era fundamental que a comunidade estivesse inserida no processo e nas políticas que a afetam, garantindo que estas atendessem às suas expectativas e necessidades:

Como a Guiomar falou, é de comemoração para alguns, mas a gente está aqui para reafirmar que somos um povo negro, quilombola que estamos aqui na luta, todos os dias, seja contra as empresas que vem trazer malefício contra o nosso território, seja contra o poder público municipal, estadual que quando vem para o nosso território

⁵ R. R., em 20 de novembro de 2024,

não nos consulta, não olha o nosso Protocolo de Consulta. Tem o conhecimento dele, mas não tem nenhum respeito conosco, para nos consultar [...]”.⁶

Em seguida à fala dessa liderança, teve início uma cantoria vibrante, acompanhada pelo som dos tambores. Quase todos os presentes se uniram em coro, batendo palmas e entoando os versos: *“Essa luta é nossa. Essa luta é do povo. É com quilombo que se faz um Brasil novo.”* O ritmo evidenciava o envolvimento e a força das vozes, reafirmando o que compreendiam e enunciavam como sendo “o espírito de resistência e união da comunidade”. Era uma maneira de unificar e de chamar aqueles que estavam ali a se envolverem corporalmente, mentalmente e emocionalmente – sensorialmente, diríamos – às falas e às emoções evocadas pelos líderes das comunidades. Nesse processo cumpria-se a agenda política que, no entender comum, na partilha dos horizontes dos indivíduos ali presentes, se constituía como um procedimento simbólico cujo objetivo, efetivo e imediato, ou teleológico e politicamente idealizado, era o de transformar as histórias, lutas sociais, dores e fracassos, mágoas e ressentimentos, mas, sobretudo, enfrentamentos – e “enfrentamentos” era uma palavra comumente enunciada por nossos interlocutores - em uma só dinâmica, em uma dinâmica-símbolo, por meio da qual se fazia possível consolidação e o tornar-comum de vontades, desejos, disposições, agendas políticas e lutas. Uma partilha de horizontes que focava, insistentemente, na sugestão de conexão entre memória social, história, resistência, por um lado, e identidade coletiva, por outro, como que representando o futuro, ou, talvez, a ideia de conexão entre as lutas sociais do passado e as do futuro.

Nesse momento, simbolicamente, o ato político ganhou nova dimensão, uma dimensão mais festiva. Percebemos, efetivamente, uma transição: a partir de certo momento da solenidade, os tambores e cordas começaram a aparecer; intensificaram-se mais à frente e ganharam peso maior nos atos ilocutórios que indicavam a finalização do evento.

Ao som do curimbó de pau e corda, iniciou-se uma coreografia coletiva. Os movimentos corporais ganhavam fluidez, estabelecendo uma relação entre ritmo, corporeidade e pertencimento identitário. Como observa Maranhão (2020), o curimbó, de onde o carimbó, não é apenas uma dança, mas um espaço de socialização e resistência, no qual os participantes ressignificam suas histórias e fortalecem suas raízes culturais. Dessa forma, a roda de carimbó tornou-se um momento de celebração da cultura negra

⁶ Informação verbal cedida por C., em 20 de novembro de 2024.

e das matrizes afroindígenas presentes no território, reafirmando sua relevância para a preservação da memória coletiva.

Outras apresentações seguiram, e a disposição daqueles que participavam, assistindo a tudo, vai se adequar às necessidades do espaço concedido à dinâmica performática, seja das danças, seja da peça teatral apresentada, seja do desfile das pinturas infantis. Nesse contexto, a comunidade e os visitantes transitam por entre as barracas e boxes de vendas de alimentos e produtos. A dinâmica espacial se modifica de acordo com a complexidade da sensorialidade de cada um e do coletivo, em se postar ou se arrumar para participar, ainda que como espectador, daquilo que lhes é apresentado. Esse movimento, de cada um e coletivo, comunica impressões, desejos, emoções. Vai-se de um box de produto a outro. Toca-se, cheira-se, olha-se a tudo. Esbarramos em um e outro; passam das 12h e caminhamos para o final das apresentações. E somos convidados para o almoço coletivo que ocorrerá no Centro Pastoral Padre Sérgio Tonetto, localizado ao lado da Igreja de São Manoel. Na parte da tarde haverá uma gincana, bastante aguardada pela juventude e em torno da qual já percebemos muitos comentários.

8 DAS MANIFESTAÇÕES ÀS CONCLUSÕES

Mais do que uma festividade, o evento se revelava como um reencontro simbólico com a ancestralidade, a valorização da história negra, o pertencimento e a afirmação identitária. Compreendemo-lo, a princípio, por meio das percepções das três autoras naturais do território, que, entre si, mencionaram esse fato. Porém, se tratava de algo comum a todos os presentes: tudo partia de uma ideia de reencontro, entre as pessoas, entre as comunidades e com a ancestralidade comum - rememorada, idealizada e social e coletivamente construída. Nesse sentido, poderíamos falar sobre uma comunicação sensível; sim, uma comunicação voltada para o outro, para afirmar o meu, o teu e os nossos valores; os valores de quem ali se encontrava e reencontrava. Mas, também, era uma relação que se construía por meio da sensorialidade, e mais, pela intersensorialidade, pois são “processos comunicativos que emergem a partir da vivência e da experiência em campo são, em última instância, moldados pelas sensorialidades e intersensorialidades pessoais e coletivas geradas e reverberadas” coletivamente (Castro, 2024, p. 15), quando o corpo e a mente respondem e/ou reagem produzindo interações:

Ver, pegar, escutar, cheirar, sentir, aproximar todo o corpo e a mente é um encontro intenso, porque levamos nossos sentidos, aqueles do corpo, a encontrar os sentidos do outro, inclusive os sentidos emanados pela vivência corporal do outro. E, desta maneira, a intensificar uma partilha intersensorial de vivências, ou seja, uma partilha daqueles *estares no mundo*, múltiplos, diversos, plenos de sensações e sentidos (Castro, 2024, p. 15)

Era um momento de reafirmação da identidade quilombola, de fortalecimento dos laços comunitários e de projeção do futuro. Cada elemento presente – as vestimentas coloridas, as danças, os cânticos, os discursos e as trocas de saberes e de sorrisos, e de movimentos – evidenciava a força de um povo que, ao longo dos séculos, resistiu, lutou e se reinventou. Entre nós, os pesquisadores-interlocutores, havia um diálogo intersensorial que se materializava não somente através das falas, mas, principalmente através dos olhares, dos movimentos dos corpos, do diálogo que se estabelecia com o ambiente, quente e úmido, nos sons e ruídos do ambiente, nas percepções sensoriais e intersensoriais do campo – e no campo – da pesquisa que, é, em todas as instâncias, o mundo da vida do “outro” – do pesquisado, do indagado, do interlocutor –, e no caso das bolsistas, do “meu” – do pesquisador.

A partir das notas de campo de Valadares e de Figueira, sintetizamos as narrativas produzidas nas falas, nas expressões, nos movimentos corporais, nos odores e nas sensações provocadas pela temperatura do lugar, ou seja, nos processos intersensoriais partilhados no campo.

Enquanto os tambores continuavam a tocar e os corpos seguiam dançando, compreendemos que não estávamos apenas participando de um evento: estávamos testemunhando a força de uma cultura que se mantém viva pela memória, pela luta e pela coletividade. A celebração não terminava ali – ela seguia nos corações, nos cantos, nas histórias e na luta que se fortalece a cada nova geração quilombola. (Figueira, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

O Processo de Comemoração da Consciência Negra tem se consolidado no território de Jambuaçu, como forma de apresentar nossos feitos, nossa herança ancestral, a diversidade, união no território, e também refletir sobre nossas ações, sobre os avanços, e buscar lutar cada vez mais por políticas públicas voltada para os quilombos, e a luta pela garantia da terra e dos nossos direitos. (Valadares, Notas de Campo da pesquisa, 2024).

Nesse contexto, a comunicação intersensorial (Castro, 2024) emerge como um elemento central para compreender a dinâmica do evento. A

experiência transcende o discurso verbal, envolvendo os participantes em uma rede de significados construída por meio de imagens (fotografias), sons (tambores e cantos), movimentos (danças e apresentações), memórias (narrativas dos mais velhos) e afetos (a presença das crianças e a união da comunidade). Essa multiplicidade sensorial reforçou – e reforça – a identidade coletiva e a resiliência do povo quilombola, demonstrando como a luta por direitos e reconhecimento se entrelaça com a preservação de tradições e a celebração da vida.

O encontro entre comunidades quilombolas configurou-se como um espaço de enunciação da cultura – ou de construção coletiva de um determinado sentido do termo cultura, enquanto reafirmação identitária e continuidade histórica. Porém, essa enunciação precisa ser compreendida como construção intersubjetiva, como processo, e não como algo acabado. De tal forma, o evento integrou debates, apresentações culturais de escolas e comunidades, gincanas e competições que evidenciaram a vitalidade e a diversidade do Território de Jambuaçu. Por meio de diferentes linguagens buscava-se significar o encontro e, portanto, a celebração. A comemoração da Consciência Negra consolidou-se como um momento de exibição dos feitos quilombolas, da herança ancestral, da diversidade cultural e da união entre as comunidades. Simultaneamente, serviu como um espaço de reflexão sobre as ações empreendidas, os avanços conquistados e os desafios que persistem, especialmente no que tange à luta por políticas públicas voltadas para os quilombos, pela garantia da terra e pela efetivação de direitos.

Ao final do dia, com o sol se pondo no horizonte, o sentimento predominante, relatado por nossos interlocutores, era de fortalecimento e renovação coletiva. Nossa chegada à comunidade de São Manoel, no Dia da Consciência Negra de 2024, superou uma simples travessia física, configurando-se como uma imersão na memória e na resistência quilombola. Como pontua Munanga (2019), os quilombos não são apenas espaços territoriais, mas símbolos históricos da luta por liberdade e autodeterminação dos afrodescendentes no Brasil. Como mencionou Gomes (2015), cada passo dado num território marcado por tanta simbologia evocava as trajetórias dos antepassados e projetava a continuidade de uma luta que se renova a cada geração (Gomes, 2015). Na celebração compartilhada, reafirmava-se a centralidade da identidade quilombola enquanto construção política e cultural, em um processo contínuo de reivindicação por reconhecimento, justiça e dignidade (Nascimento, 2021).

Esse conjunto de significações invadia nossa sensorialidade, ou melhor, nossas múltiplas sensorialidades. Elas se interrelacionam, produzindo uma comunicação intersensorial com o outro e com o ambiente através dos sons, dos odores, das temperaturas sentidas na pele e através dela, na cor do céu e da luz nas coisas daquele mundo da vida (Merleau-Ponty, 1999). Pensando nisso, compreendemos a etnografia como uma experiência eminentemente intersensorial, tal como o conto e o contágio entre os saberes, as sociedades e os mundos.

Nesse sentido, as sensorialidades dos outros, ou seja, as experiências sensoriais compartilhadas pela comunidade, conformam uma etnografia sensorial ao evidenciar como os sentidos são mobilizados coletivamente para construir e transmitir significados. A interação entre as sensorialidades individuais e coletivas permite que a etnografia capte não apenas o que é dito ou visto, mas também o que é sentido, cheirado, ouvido e vivido em conjunto. Essa abordagem ressalta a importância das experiências sensoriais compartilhadas na construção de uma identidade coletiva e na manutenção das tradições, reforçando a ideia de que a cultura é um processo dinâmico e sensorialmente mediado. Assim, a etnografia sensorial se configura como uma ferramenta poderosa para compreender como as comunidades, como os quilombos, articulam suas histórias, lutas e celebrações por meio de uma rede complexa de sentidos e sensações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. (coord.). **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Quilombolas de Jambuaçu-Moju**. Pará. Fascículo 3. PNCSA: Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023**. Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Acesso em: 10 mar. 2025.

CASTRO, M. R. N. Comprando na feira: etnografia sensorial e comunicação intersensorial na observação participante *In: CASTRO, M. R. N. et al. (org.) Socialidades e sensibilidades amazônicas*. Belém: NAEA, 2024. p. 13-34.

CASTRO, M. R. N. O vestido vermelho: Consumo, cultura material e comunicação intersensorial na feira do Guamá, Belém-Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 24, n. 2, p. 125-141, 2021a.

CASTRO, M. R. N. Etnografia sensorial e experiência sensível: experienciando a carne do mundo. **Amazônica: revista de antropologia**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 289-310, nov. 2021b.

CASTRO, M. R. N. A antropologia dos sentidos e a etnografia sensorial: dissonâncias, assonâncias e ressonâncias. **Revista de Antropologia**, São Paulo. V. 64, n. 2, e186657, 2021c.

FREIRE, L. E. A. **Análise dos conflitos territoriais das Comunidades Quilombola de Jambuaçu – Moju/Pa**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Geoprocessamento – Faculdade de Geoprocessamento, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2023).

GIOVANAZ, D. Multinacional francesa Imerys coleciona violações ambientais em produção de caulim no Pará. **Observatório da Mineração**, [s. l.], 24 fev. 2023. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/multinacional-francesa-imerys-coleciona-violacoes-ambientais-em-producao-de-caulim>. Acesso em: 23 fev. 2023.

GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

IBGE. Censo demográfico 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/moju/panorama>. Acesso em: 06 mar. 2025.

JUSTIÇA Federal condena Vale por danos ambientais em comunidades quilombolas do Pará. **Vermelho.org.br**, [s. l.], 19 jan. 2018. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2018/01/19/para-justica-federal-condena-vale-por-danos-ambientais-em-comunidades/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MARANHÃO, J. C. **Carimbó e identidade: música, dança e resistência cultural no Pará**. São Paulo: Annablume, 2020.

MARIN, R. E. A. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da Vale S.A. no Moju, Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010. p. 49-61.

MARIN, R. A. *et al.* **Quilombolas de Jambuaçu – Moju, Pará. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Brasília, DF, março 2007. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/cadernos/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Nova Cartografia Social**, Manaus, s.d. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEDROSA NETO, C.; ABREU, A.; SCHRAMSKI, S. A pandemia e os conflitos no território Jambuaçu no Pará. **Amazônia Real**, Belém, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/a-pandemia-e-os-conflitos-no-territorio-jambuacu-no-para/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

QUILOMBOLAS de Jambuaçu (Moju-PA) em situação de conflito com a empresa Norsk Hydro. **Nova Cartografia Social**, Manaus, 2020. Disponível em: <https://novacartografiasocial.com.br/quilombolas-de-jambuacu-moju-em-situacao-de-conflito-com-a-empresa-norsk-hydro/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SALGADO, M. S.; SALGADO, M. A. S. A produção do espaço no território quilombola do Jambuaçu Moju-PA frente aos processos de reprimarização da economia. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 1 (edição 573), p. 1-13, 2024.





Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536





A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO MST: POSSIBILIDADES E DESAFIOS VISTOS A PARTIR DA REALIDADE AMAZÔNICA NA ATUALIDADE

**THE AGROECOLOGICAL TRANSITION OF THE MST:
POSSIBILITIES AND CHALLENGES VIEWED FROM
THE AMAZONIAN REALITY TODAY**

Gabriel da Cunha Melo  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Sérgio Roberto Moraes Corrêa  

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este artigo se propõe a refletir sobre a “transição agroecológica”, que vem sendo implementada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em diversos de seus assentamentos no Brasil. Contudo, para fins deste artigo, vamos focar a referida reflexão no contexto amazônico, em particular na experiência do MST no assentamento João Batista II, no município de Castanhal, Nordeste do estado do Pará. A metodologia se assentou numa abordagem qualitativa, que combinou duas técnicas: a) a revisão de literatura sobre esse tema e b) trabalho de campo, fazendo uso da observação participante e de entrevista semiestruturada. Esse texto compartilha resultados finais de uma pesquisa de graduação em ciências sociais, que vem sendo aprofundada, agora, no mestrado. A experiência de transição agroecológica no MST vem compondo o seu repertório desde os anos 90, passando a ocupar papel decisivo na reconfiguração de sua agenda de reforma agrária e de desenvolvimento rural na atualidade. Em face da crise de emergência climática global e da própria particularidade da realidade brasileira, hegemonizada pelo agronegócio e pela problemática agrária, essa transição vem ocorrendo de forma conflituosa e diversificada nos assentamentos do MST, apresentando avanços, problemas e desafios, em particular no contexto amazônico.

Palavras-chave: MST; transição agroecológica; Amazônia; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the “agroecological transition” that has been implemented by the Landless Workers’ Movement (MST) in several of its settlements in Brazil. However, for the purposes of this article, we will focus this reflection on the Amazonian context, particularly on the MST’s experience in the João Batista II settlement in the municipality of Castanhal, in the northeast of the state of Pará. The methodology was based on a qualitative approach, which combined two techniques: a) a literature review on this topic and b) fieldwork, using participant observation and semi-structured interviews. This text shares the final results of an undergraduate research project in social sciences, which is now being deepened in the master’s degree. The experience of agroecological transition in the MST has been part of its repertoire since the 1990s, and has come to play a decisive role in the reconfiguration of its agrarian reform and rural development agenda today. In the face of the global climate emergency crisis and the particularity of the Brazilian reality, dominated by agribusiness and agrarian issues, this transition has been occurring in a conflicting and diversified manner in the MST settlements, presenting advances, problems and challenges, particularly in the Amazonian context.

Keywords: MST; agroecological transition; Amazon; Development.

1 INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹ iniciava uma mudança significativa em seu repertório de luta pela reforma agrária na sociedade brasileira, introduzindo o tema da *sustentabilidade* (Costa Neto; Canavesi, 2002). Um paradigma agroecológico buscava superar uma concepção produtivista, gerando um deslocamento paradigmático no tocante ao sentido e uso da agricultura familiar, ao introduzir o tema da “transição agroecológica” como parte fundamental de seu projeto no Brasil (Borges, 2010; Borsatto; Maristella, 2013). Assim, a dimensão ambiental passava a ocupar um lugar de destaque nessa agenda do movimento, como contraponto a uma visão economicista de desenvolvimento, demarcando, também, uma conotação política que o MST vai dando nesse debate, posto a sua posição como um movimento contra-hegemônico do Sul Global.

Contudo, existe um discurso ideológico hegemônico, que advém dos detentores do poder econômico-político e cultural, em particular o agronegócio, como modelo ideal de modernização e de desenvolvimento da sociedade brasileira². Isso não só contribui para invisibilizar e apagar diversas outras formas de modos de vida e de economias de base comunitária e familiar do mundo rural brasileiro, como, também, desperdiça um conjunto de saberes e de experiências sociais que advém dessas margens, obstaculizando ainda mais o caminho para construir alternativas de sociabilidade diante de um momento histórico de crise civilizatória global, que clama pela invenção de novas lógicas e formas de convivência entre ser humano-ser humano e natureza (Acosta, 2016).

Dentre essas experiências que vêm ocorrendo nessas margens brasileiras, em particular da Amazônia, é possível situar e destacar a transição agroecológica do MST, mas, também, chamar atenção para o relevante e atual debate do “bem viver” em territórios de povos originários e outras experiências comunitárias em territórios de comunidades tradicionais, que há muito tempo vêm construindo e contribuindo para a

¹ O MST nasce em 1984, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, no Paraná. Sobre essa história do movimento, consultar Fernandes (1996, 2000).

² Em horário nobre da TV Globo (mas em outras grandes empresas de comunicação, também), é veiculado esse ideal através do “Agro é TECH, Agro é POP, Agro é Tudo”. Existem outros campos simbólico-culturais de divulgação e massificação desse *ethos* do agronegócio, como os grandes festivais de rodeios em grandes e pequenas cidades do país e da música sertaneja.

preservação de terras, mares, rios, florestas, e outros biomas etc. (Porto-Gonçalves, 2017; Acosta, 2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de seus dados de 2017, evidencia que 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são classificados como de agricultura familiar (IBGE, 2019). Entretanto, esses mesmos correspondem somente a 23% da área total de estabelecimento rural no país. Além disso, o IBGE também apontou que 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras são produzidos pela agricultura familiar. Isso mostra a relevância da agricultura de base familiar, comunitária, para todo o país e ainda assim está à margem tanto de políticas públicas estruturantes, como de debates que dizem respeito a temáticas sobre as quais esses diversos sujeitos possuem um acúmulo de saberes e fazeres coletivos (Nitahara, 2019).

Um dos pontos de relevância desta pesquisa ocorre pela descoberta do diálogo entre os saberes produzidos no assentamento pelo MST com o conhecimento científico, posto que a perspectiva aqui é da relação, da cooperação, da solidariedade compreendendo que ambos se potencializam e se reinventam nesse diálogo anticolonial e não eurocentrado (Lander, 2005). Dessa forma, essa pesquisa assume uma posição de *desobediência epistêmica* (Mignolo, 2010), haja vista que contesta e desestabiliza o paradigma hegemônico de ciência eurocentrado.

A partir disso, compreende-se que a experiência de transição agroecológica produzida pelo MST na Amazônia, além de educar, contribui para disseminação de conhecimentos e práticas inovadoras na sociedade, nas universidades e em políticas públicas. Além disso, a riqueza de experiência no assentamento demonstra alternativas agroecológicas de modos outros de viver, em harmonia, com a natureza, mostrando-se, assim, como uma possibilidade em potencial de superação ou atenuação da crise climática, resultante do modelo capitalista neoextravista (Dilger; Pereira Filho, 2016), que tem como um dos principais impactos, o desmatamento produzido pelo agronegócio.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: Seção 1 – Trilha metodológica, em que apresentamos os objetivos, os procedimentos da pesquisa e demais partes estruturantes. Na Seção 2 - Agroecologia em foco na Amazônia/Brasil, fazemos um passeio teórico-conceitual, de forma resumida, sobre a agroecologia e sua relevância para as discussões atuais. Na última seção, 3, tratamos da contextualização da realidade da pesquisa, que é dividida em duas subseções: a primeira apontando a realidade macro

do Brasil e Amazônia e a segunda sobre o micro/*locus* do trabalho de campo no assentamento João Batista II em Castanhal (PA), advertindo que essas duas dimensões se conectam dialeticamente.

SEÇÃO 1 – TRILHA METODOLÓGICA

Este artigo é resultado de uma pesquisa iniciada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Ela avançou na especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade, vinculada ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), e agora prossegue na dissertação de mestrado em Planejamento de Desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) com uma nova perspectiva.

Como aporte teórico, essa pesquisa se assenta numa perspectiva crítica, dando ênfase no diálogo com o pensamento latino-americano decolonial (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007; Lander, 2005), tendo em vista apresentar contribuições teóricas e conceituais não eurocêntricas, a partir do Sul Global³, que possibilitem fazer emergir outras epistemes e interpretações, historicamente silenciadas e invisíveis (Santos, 2010). Além dessa postura de ruptura e desobediência epistêmica (Mignolo, 2010) ao cânone científico hegemônico ocidental, buscamos, também, outros caminhos metodológicos nesse trabalho.

Sobre a metodologia da pesquisa, ela possui uma abordagem qualitativa que se caracteriza por pesquisar o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, tudo isso engloba a realidade social e dialoga com aspectos da subjetividade que não podem ser quantificados (Minayo, 2001). Não obstante a ênfase nessa abordagem qualitativa, fazemos uso, todavia, de dados quantitativos, para substancializar os argumentos aqui elaborados. Por isso, esses dados são trabalhados de maneira relacional e complementar.

No que tange aos procedimentos, lançamos mão de dois momentos articulados: Primeiramente, foi realizada uma revisão de literatura, para compreender como a temática em estudo vem sendo tratada no campo acadêmico, suas contribuições e limites teórico-conceituais. Para isso,

³ Nessa geopolítica contemporânea entre *Norte Global* (países desenvolvidos, centro hegemônico) e *Sul Global* (países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, periferia do sistema capitalista), é importante considerar que no Norte Global existe um Sul Global, e dentro deste existe um Sul Imperial e anti-imperial. Sobre isso, ver (Lander, 2005; Santos, 2010).

utilizamos livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e cadernos de estudos de núcleos de pesquisa, entre outros materiais. Gil (1995) entende que esse procedimento é importante na fase da pesquisa exploratória e auxilia a estruturar a pesquisa descritiva a partir de um material elaborado, através de principalmente livros e artigos. O autor também aponta que uma vantagem da revisão é a ampla cobertura de fenômenos que poderiam ser pesquisados diretamente.

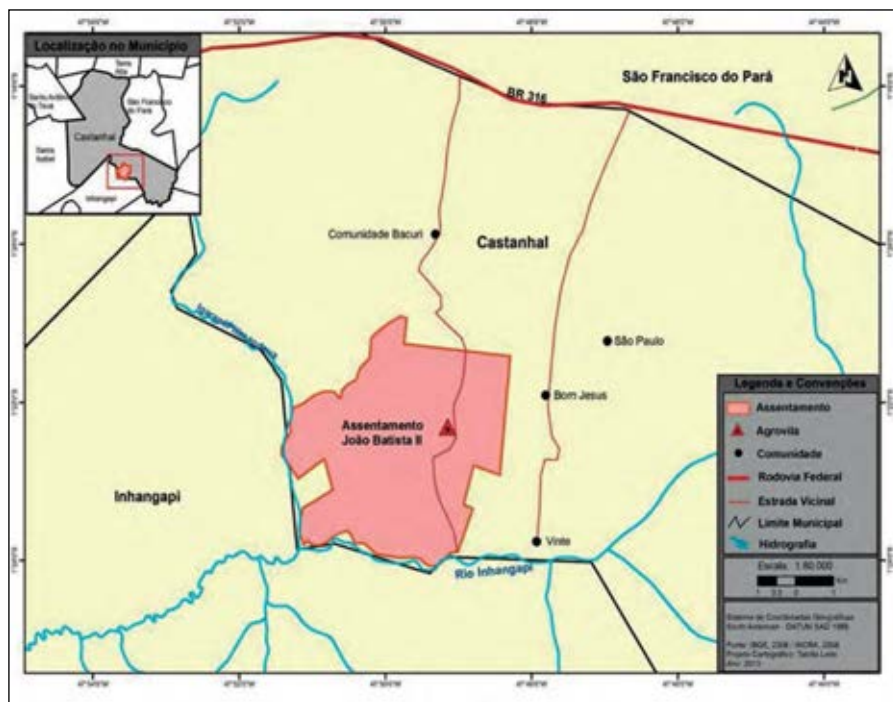
No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo, por meio da qual foram desenvolvidas a observação participante e entrevista semiestruturada com um roteiro, previamente elaborado com perguntas abertas, que sofreu alteração de acordo com a necessidade de cada entrevista. Em campo, a pesquisa assumiu um caráter participante e foi feita uma coleta de dados para obter informações de determinados aspectos da realidade (Boni; Quaresma, 2005).

A observação participante possibilitou o contato mais direto com colaboradores e participantes da pesquisa a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (Lakatos; Marconi, 1996, p. 79). A entrevista semiestruturada associa perguntas abertas e fechadas, através das quais o sujeito da pesquisa discorre sobre o tema proposto com auxílio de um roteiro previamente elaborado sendo possível a “elasticidade” quanto à duração do tempo e aprofundamento de assuntos específicos (Boni; Quaresma, 2005).

Ivone Gebara (2015) adverte que existem dois tipos de epistemologia: a epistemologia da vida ordinária e a reflexiva/científica. Para ela, o conhecimento da vida cotidiana é condicionante ao conhecimento científico, primeiramente a partir de uma ideia ou experiência ensinada. A partir dessa premissa epistemológica, faz-se necessário ouvir e entender os saberes e as experiências daqueles e daquelas que se conectam com o território do assentamento e buscam construir uma outra vivência a partir da agroecologia.

A amostragem foi de quatro lotes do assentamento João Batista II (Mapa 1), que se encontra no município de Castanhal (PA), localizado na região metropolitana de Belém e a 75 km da capital paraense. Ele possui, de acordo com o último Censo do IBGE, o total de 207.603 habitantes (IBGE, 2022). Castanhal possui o título de “Cidade modelo” devido a se situar em posição estratégica para o escoamento da produção e ter integrado a Estrada de Ferro Belém-Bragança, cujo trem “Maria Fumaça” é ponto turístico na cidade. Histórica e simbolicamente, representou o desenvolvimento do comércio, que até os dias atuais são as principais atividades econômicas.

Mapa 1 – Assentamento João Batista II



Fonte: INCRA ([2013]).

Considerando a materialidade da experiência da transição agroecológica no assentamento, posto que parte considerável de lotes do assentamento ainda não trabalha com esse paradigma agroecológico, o que revela dinâmicas e processos diferentes, avanços e limites dentro do próprio assentamento. Essa mostra, também, considerou e buscou contemplar a participação dos (as) *interlocutores da pesquisa*⁴: lideranças jovens e adultas, homens e mulheres que vivenciaram o antes, durante e depois da transição agroecológica.

⁴ Estamos utilizando a denominação de “interlocutores da pesquisa” por compreendermos que esses sujeitos, a partir de sua experiência de vida cotidiana, de luta e resistência, constroem coletivamente saberes sobre seu mundo mais imediato e a sociedade, denunciando seus problemas e apontando possíveis caminhos alternativos. Sob esse ponto de vista, são saberes legítimos de leitura de mundo que precisam ser considerados e reconhecidos pela ciência para construir outras interpretações, não de forma hierárquica e dualista, mas por meio de uma relação dialógica na tentativa de superação da dualidade sujeito x objeto e neutralidade científica, tão fortes no paradigma eurocêntrico de ciência, que coloniza nossa forma de fazer pesquisa em ciências humanas/sociais (Lander, 2005), bem como nossas relações sociais (Connel, 2012). Por isso, também, que essa feitura da pesquisa e interlocução implica uma relação de colaboração e cooperação recíproca.

Esses sujeitos da pesquisa são agricultores (as) familiares assentados (as) que vivenciam ou vivenciaram a transição agroecológica em seus lotes e possuem relevantes experiências para esse debate. Dessa forma, o anonimato dos indivíduos foi mantido e o quadro de entrevistados (Quadro 1) se dividiu da seguinte maneira:

Quadro 1 – Quadro de entrevistados

Nome	Idade	Tempo morando no assentamento	Lote
Entrevistada 1	53 anos	19 anos	A
Entrevistada 2	67 anos	26 anos	B
Entrevistada 3	63 anos	25 anos	C
Entrevistada 4	26 anos	25 anos	C
Entrevistado 5	43 anos	24 anos	D

Elaborado por Gabriel da Cunha Melo, 2024.

Vale ressaltar a busca por representatividade nas entrevistas em relação à geração para compreender a perspectiva das faixas-etárias sobre a transição agroecológica, principalmente em relação às vivências das diferentes fases da transição agroecológica. A partir disso, houve a sistematização das contribuições coletadas em campo, juntamente com a revisão de literatura a fim de responder à questão existente neste trabalho.

Também, a fim de resguardar os direitos dos pesquisadores e de interlocutores como sujeitos e colaboradores da pesquisa, como dimensão ética da pesquisa, foi apresentado e assinado de comum acordo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa desenvolvida colocou como questão central de investigação a seguinte pergunta: “Qual a visão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Amazônia sobre o debate do desenvolvimento, em particular o desenvolvimento rural a partir da experiência de transição agroecológica?”. Para delimitação dessa questão, neste artigo, optamos por focar na seguinte questão: **qual a contribuição da transição agroecológica implementada pelo MST no assentamento João Batista II, no município de Castanhal-Pa, para ajudar a apontar caminhos alternativos de sustentabilidade na Amazônia?**

Como objetivo, este artigo analisa a contribuição do MST, por meio da experiência de transição agroecológica no assentamento João Batista II, na construção de caminhos alternativos de sustentabilidade na Amazônia.

SEÇÃO 2 - AGROECOLOGIA EM FOCO NA AMAZÔNIA/BRASIL

Da Costa (2006) adverte que o debate do modelo de agricultura, quer seja o *convencional*, orientado sob a lógica da revolução verde, do mercado, bem como o da *agroecologia*, não é neutro, pois se insere dentro de um debate maior de projeto de sociedade, marcado por interesses e relações de poder. Isso, também, vale para o debate no campo acadêmico, científico, onde não é possível dissociar o debate epistemológico da política (Quijano, 2005).

Conforme defendem Corrêa e Nascimento (2019, p. 304), o tema da *transição agroecológica* precisa ser tratado e compreendido dentro um campo de pesquisa mais amplo e complexo:

[...] que é o “campo da agroecologia” que tem assumindo relevância e visibilidade em diversos setores da sociedade contemporânea, que sustentam a crítica ao modelo hegemônico de sociedade e de desenvolvimento capitalista e defendem mudanças para um outro paradigma de “desenvolvimento sustentável”, dentre eles no espaço rural.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) compreende o conceito de “agroecologia” como:

Enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis (ABA, 2019).

Conforme Franco (2022), a agroecologia surge enquanto uma ciência interessada em conciliar o desenvolvimento humano, ambiental e a produção rural, comprometida com outro modelo de desenvolvimento e sociedade.

A agroecologia, considerada como ciência do vivo e de processos de vida tanto sociais quanto ecológicos, confirma que a agricultura como uma forma de uso dos recursos naturais é fruto da coevolução dos seres humanos, com seu ecossistema social, ambiental e espiritual, resultando numa infinidade de agroecossistemas adaptados (Franco, 2022, p. 7).

Nesses termos, é possível identificar que a agroecologia emerge e atua nos espaços acadêmicos (e não acadêmicos) como uma ruptura paradigmática e contra-hegemônica face ao modelo hegemônico do agronegócio (Sauer;

Balestro, 2013). A agroecologia surge na confluência de conhecimentos inter-transdisciplinares, preocupada tanto com a questão ambiental e com a igualdade e justiça social, defendendo uma outra lógica de desenvolvimento rural com sustentabilidade, valorizando o conhecimento e experiência de povos originários, comunidades tradicionais e camponesas, que há muito tempo têm praticado uma relação de cooperação e reciprocidade entre si e com a natureza (Sauer; Balestro, 2013).

Os sistemas agroecológicos buscam se opor ao desenvolvimento que, historicamente enxerga a natureza somente enquanto uma *fronteira de recurso* (Becker *et al.*, 1995). A produção de bens de consumo, que depende inevitavelmente do desmatamento e da produção de *commodities*, está associada ao processo que Karl Marx (2011) descreveu como a fase histórica de formação inicial do capitalismo, conhecida como acumulação primitiva. Essa concepção foi posteriormente revisada e ampliada por Harvey (2006), que a adaptou para explicar os mecanismos contemporâneos de expansão do capital, caracterizando-os como um processo de apropriação violenta e desigual de recursos. Sob essa forma de acumulação, o capitalismo se “adapta” à realidade e desenvolve novas formas de expropriar e destruir modos de vida, ao ponto de manipular a própria ideia de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

É importante chamar aqui atenção para uma característica do capitalismo: ele, em cada momento histórico, busca se redefinir com novos mecanismos, para perpetuar sua dominação e hegemonia (material e simbólica) e seu processo de acumulação, inclusive lançando mão de ideias e conceitos da agenda crítica de pensamento social, para ressignificar e ajustar conforme seu interesse em tempos de acumulação flexível (Harvey, 1992) e de novo espírito do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009). Além dessas importantes contribuições ao debate crítico sobre o capitalismo na contemporaneidade, cabe destacar e incluir a fórmula “mágica” do capitalismo em se afirmar e reproduzir-se, a partir da ideia-modelo do *Ocidente*, como espelho único e perene de civilização para o resto do mundo, sendo isso, numa perspectiva hegemônica, sendo produzido e circulado por uma ciência humana/social eurocentrada do Norte Global (Said, 2008; Castro-Gómez, 2005; Dussel, 2005).

As disputas de narrativas que atravessam o campo político, econômico, social e ambiental estão inseridas sobretudo, em estruturas de poder, relacionadas a projetos e modelos de sociedade. Está em curso, um modelo de desenvolvimento exógeno e colonial que não contempla as necessidades

das classes sociais dominadas e grupos subalternizados, a riqueza se acumula em grupos dominantes como fazendeiros, empresários e políticos além de destruir, as maiores riquezas existentes no país, os ecossistemas e tudo que neles habitam.

O pensamento hegemônico a respeito da temática ambiental mantém privilégios e as estruturas do projeto de modernidade pós-capitalista cuja premissa básica é estimular, cada vez mais, processos crescentes de consumo e manutenção de estratégias de apropriação (Tourinho, 2001, p. 13).

A hegemonia imposta pelas práticas e narrativas buscam invisibilizar modos de vida que possuem particularidades e apropriações territoriais harmônicas com a produção rural e o meio ambiente. Dessa forma, existem assentamentos que estão em processo de transição agroecológica onde possuem especificidades, a fim de que seja possível melhorias financeiras diante da crise econômica e proteção socioambiental para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

É desafiador para a sociedade atual a substituição da cultura do desmatamento pela cultura da floresta e isso implica diretamente na qualidade de vida das comunidades rurais, ribeirinhas, povos indígenas e quilombolas, também a população urbana que tem sido assolada pelos impactos dos eventos climáticos extremos. Sob esse viés, é necessário compreender que o modelo de ocupação territorial da Amazônia foi colonial e repensar alternativas que se opunham a isso, é uma prática contra-hegemônica que tem sido pensada pelos agricultores familiares que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Amazônia.

Nesses termos, vale lembrar que o conceito de desenvolvimento, e mais recentemente, o de *desenvolvimento sustentável*, são formulações eurocêntricas, que se disseminaram para o mundo, trazendo importantes contribuições, mas, também, problemas, reproduzindo lógicas e práticas de dominação (Santos, 2010; Acosta, 2016). Por isso, é preciso, também, chamar atenção criticamente a esse debate que se faz no campo da agroecologia.

O ambientalismo “global” permanece firmemente fundamentado na tradição do pensamento econômico ocidental, deshistoricizando e marginalizando as tradições ambientalistas de culturas não-ocidentais. Embora os problemas ambientais, como a poluição, não reconheçam as fronteiras nacionais ou regionais, as soluções “globais” defendidas pelos países industrializados perpetuam as relações de dependência do colonialismo (Banerjee, 2003, p. 89).

O conceito de desenvolvimento sustentável, em sua teoria busca rearticular os pilares da infraestrutura, a fim de que o consumo da atual geração tenha menores impactos e menores danos às futuras gerações. Ricardo Abramovay (2022) ao debater sobre a infraestrutura do desenvolvimento sustentável na Amazônia diz que é necessário pensar as infraestruturas a partir das Soluções Baseadas na Natureza (SBN), por meio da qual se ofertem serviços ecossistêmicos, na economia do cuidado, na infraestrutura do uso sustentável da sociobiodiversidade florestal que valoriza as culturas locais de comunidades integradas ao meio ambiente e energia e mobilidade, além de criar dispositivos para processamento e organização produtiva, saúde, saneamento e marcas de qualidade.

A agroecologia é colocada neste debate do desenvolvimento, defendendo posições epistemológicas e políticas de alternativa de desenvolvimento sustentável ao modelo hegemônico (Sauer; Balestro, 2013; Guerra; Waquil, 2013), e não de alternativas ao desenvolvimento, como sugere a tese de Alberto Acosta (2016) sobre o *Bem Viver*. A agroecologia retoma e valoriza o conhecimento de povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas, dentre seus valores está a necessidade de alto nível de biodiversidade para garantir o bom funcionamento do agroecossistema, sistemas agrícolas diversificados que contemplem as especificidades de cada região e também de extrema importância à segurança e soberania alimentar (Costa, 2006; Sauer; Balestro, 2013).

Sauer e Balestro (2013, p. 12), ao se referirem à “transição agroecológica”, sustentam:

Transição agroecológica passa por mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos. Ela atinge diretamente a soberania e segurança alimentar. Neste sentido, o aperto que deriva do aumento nos custos dos insumos e da diminuição dos preços pagos aos produtores, além de um forte indicador do esgotamento do paradigma da Revolução Verde, pode ser uma grande motivação para a transição agroecológica (Sauer; Balestro, 2013, p. 12).

Nesse sentido, a soberania e segurança alimentar emergem enquanto um princípio fundamental para religar o desenvolvimento rural com a justiça socioambiental, com ênfase nas necessidades alimentares das camadas populares e na sustentabilidade da natureza, por meio da agroecologia (Costa, 2006; Sauer; Balestro, 2013). A necessidade ecosocial da produção alimentícia e de garantir comida de qualidade na mesa de trabalhadores (as) surge como uma demanda de movimentos sociais que

enxergam na agroecologia um suporte para reivindicar outros modelos de sustentabilidade de desenvolvimento rural e da sociedade em seu sentido mais amplo e complexo, como o MST (Corrêa; Nascimento, 2019; Guerra; Waquil, 2013).

4 SEÇÃO 3 – MST E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE

Nesta seção, a partir do pressuposto de que o MST é um movimento transnacional, é necessário contextualizar a sua realidade em nível nacional e regional, para além do *locus* da pesquisa. Dessa forma, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) irão contribuir para a contextualização da realidade de disputa e conflito do desenvolvimento agrário diante dos cenários políticos e econômicos no país.

Estamos situados em uma região marcada por uma rica e complexa sociobiodiversidade, que evidencia toda uma potencialidade, para reprodução e sustentabilidade da vida *do e no* Planeta Terra, quer seja de seres humanos, quer não humanos. Isso torna a Amazônia particular e importante na formulação de projeto e de políticas públicas para a sociedade brasileira e de relação de cooperação Sul-Sul, que se queira incluyente, democrático e sustentável (Acosta, 2016).

Contudo, historicamente, a região amazônica tem sido dominada e hegemonizada por projetos e políticas que primam por paradigmas e lógicas coloniais externos e internos, que vêm destruindo modos e lógicas outras de vida e a própria natureza, desperdiçando, por conseguinte, a oportunidade de aprender com seus povos, com seus saberes (epistemes) e experiências e construir caminhos outros de sociabilidade e de relação com a natureza (Loureiro, 2022; Porto-Gonçalves, 2017).

Ao trazer o contexto de conflitos agrários na região amazônica, essa problemática possui especificidades, que ocorrem por diferentes compreensões da relação entre as classes e grupos sociais em conflito e da relação com a terra/natureza. Sendo assim, a conjuntura amazônica possui características similares com outras regiões brasileiras, posto o processo de colonização, mas necessita de atenção aos fenômenos internos que ocorrem nesse espaço, dada sua *singularidade* (Porto-Gonçalves, 2017; Loureiro, 2022).⁵

⁵ Pablo Gonzales-Casanova (2006) cria um importante conceito de *colonialismo interno*, a fim de chamar atenção para outra dinâmicas e processos que ocorrem de colonização na América Latina, com forte papel do Estado. Violeta Loureiro (2022) adverte para o colonialismo da Amazônia dentro do próprio Brasil.

A Amazônia possui potencialidade de produção agrícola e sua população já se relaciona com o solo de maneira simbiótica, onde se encontra alimento, remédio, arte e outros elementos que fazem parte do cotidiano dos povos da floresta, das águas e dos campos. Toda essa riqueza natural e de saberes da região torna-se alvo do interesse nacional e internacional e de grandes proprietários de terra que, em diversos momentos da história, entram em conflito com os interesses desses povos e comunidades.

Por outro lado, em meio a esses conflitos e contradições, que marcam historicamente a região, emergem movimentos e organizações sociais em diversos espaços na defesa de seus territórios, de seus direitos e da dignidade. Dentre eles, no âmbito da luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (A História [...], s.d.), fundado em 1984, ou seja, completou 40 anos em 2024, com amplo histórico de lutas e conquistas, em defesa da reforma agrária popular. Um grupo de trabalhadores(as) rurais se organizou em Cascavel, no Paraná, para construir um movimento camponês nacional. O primeiro congresso oficial do MST carregou o título “Sem reforma agrária não há democracia” dialogando, profundamente, com o contexto de redemocratização do país, das Diretas-Já, a partir do campo democrático popular.

Um movimento que nasce no sul do Brasil e se especializa e territorializa para além da fronteira nacional, assumindo uma posição anticapitalista, como movimento contra-hegemônico, que vai ganhar repercussão internacional. Assim, o MST nasce assumindo uma posição de profunda crítica à estrutura agrária do país e ao modelo de sociedade que a sustenta, reproduzindo a lógica colonial e o latifúndio.

Em 1985, foi instituído o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que não cumpriu com a meta de assentar 1,4 milhão de famílias, tendo alcançado somente 6% desse quantitativo com muita luta e pressão popular no Governo Sarney (1985-1990).

O MST enquanto um movimento que se confunde com a própria história de redemocratização do Brasil, também apoiou na escrita da Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), na qual constam os artigos 184 e 186 que garantem a desapropriação das terras que não cumprirem com a função social previamente estabelecida.

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988).

A partir do século 21, houve uma expansão e consolidação do agronegócio incentivado por capital estrangeiro, bancos e grandes conglomerados econômicos. A reforma agrária popular surge nesse contexto para disputar os espaços, as narrativas e a produção, ao decorrer dos anos se apropriou de pautas importantes, algumas delas como a questão ambiental e agroecologia.

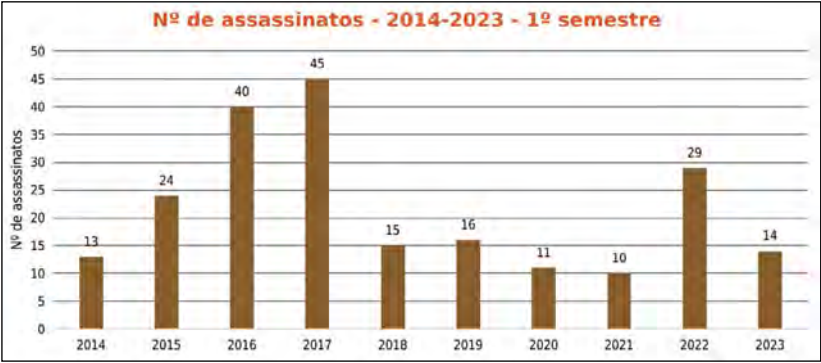
4.1 REALIDADE AMAZÔNIA/BRASIL

Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou no primeiro semestre de 2023 que foram registrados 973 conflitos, 8% maior em relação a 2022 e o 2º maior resultado dos últimos 10 anos. Desses conflitos, 791 foram relacionados à terra, 102 a trabalho escravo rural e 80 em relação à água. O aumento do número de casos de trabalho escravo está relacionado à flexibilização dos direitos trabalhistas e a ausência de fiscalização dos órgãos públicos nestes espaços (CPT, 2023).

Nos primeiros seis meses de governo do atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva foram resgatadas da situação de trabalho escravo mais do que o quantitativo dos últimos 10 anos, totalizando 1408 pessoas resgatadas. Ademais, a monocultura da cana de açúcar, as lavouras permanentes, o agronegócio e a mineração somam 967 dos casos, isso mostra que o modelo de desenvolvimento rural defendido no Brasil representado por esses setores tratam o trabalhador de maneira desumanizada e o lucro acima da vida.

Ainda em relação a violência, a CPT identificou que houve um aumento do 1º semestre de 2022 para o 1º semestre de 2023 da violência contra a pessoa de 418 para 779 casos. Liderando o *ranking* está a contaminação por agrotóxicos com 327 casos, em seguida a contaminação por mineração com 55 casos. Em contrapartida, houve uma queda de 51,72% no número de assassinatos em campo no mesmo período, sendo que 80% dos casos ocorreram na Amazônia Legal, região mais vulnerável aos conflitos agrários (Gráfico 1).

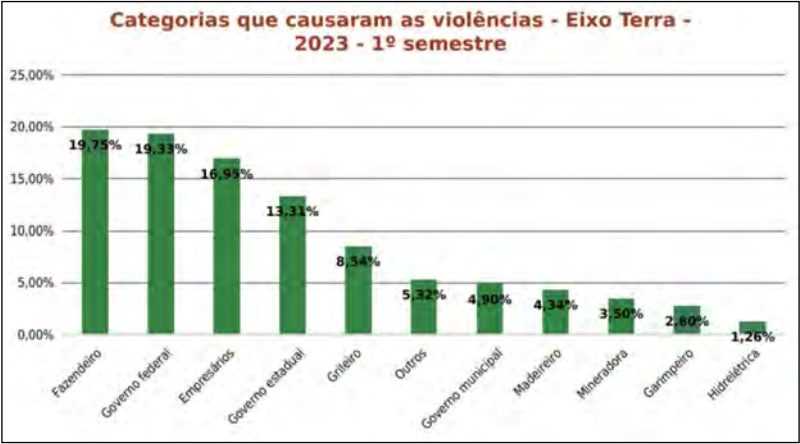
Gráfico 1 – Número de assassinatos no campo no Brasil no 1º semestre dos últimos 10 anos



Fonte: CPT (2023).

Ainda sobre os dados relacionados a violência no território, a dicotomia entre aqueles que detêm os meios de produção e a propriedade privada em oposição a classe trabalhadora ganha uma nova face no Brasil e na Amazônia representada por novos atores sociais (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Categorias que mais causaram violência no campo no 1º semestre de 2023



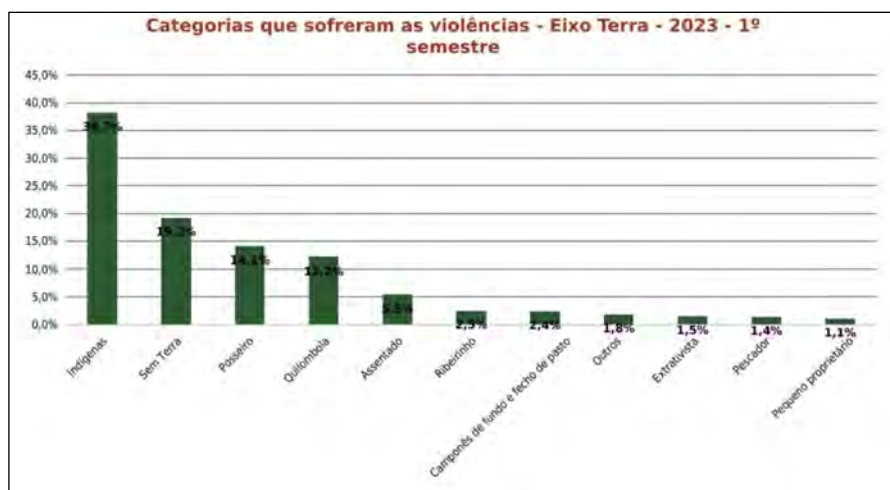
Fonte: CPT (2023).

Observa-se que, o Estado possui o uso legítimo da força e em muitos momentos é instrumentalizado pelas classes dominantes (Harvey, 2006) para cumprir os seus desejos e reprimir as minorias sociais. No contexto nacional, os fazendeiros são os maiores causadores de violência no eixo terra chegando a 19,75%. A agressividade do latifúndio demonstra-se como

uma ferida do período colonial que está aberta até os dias atuais e tem destruído vidas e famílias que dependem das suas terras como instrumento de subsistência.

Assim como é importante destacar aqueles que mais causam a violência no campo, também é necessário apresentar dados sobre os grupos sociais que mais sofrem com essa violência (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Categorias que mais sofreram com a violência no campo no 1º semestre de 2023



Fonte: CPT (2023).

Os povos indígenas são os mais vulneráveis diante das violências citadas, liderando o ranking com 38,2%, depois temos os Sem-Terra com 19,2% do total. Não menos importante, existem outras categorias de comunidades tradicionais ameaçadas, isso demonstra que aqueles grupos que possuem maior relação harmônica e afetiva com a terra, que desenvolvem um manejo responsável e saberes históricos dialogados com a natureza são os mais prejudicados pelo agronegócio e pelo desenvolvimento capitalista tradicional no espaço rural.

O intelectual Ailton Krenak (2023) afirma que é necessário pisar suavemente na terra pois ela é ancestral e possui seres e saberes inerentes à natureza. Em contrapartida, o desenvolvimento capitalista hegemônico não enxerga o território/terra como um “ser”, pois a Amazônia é vista pelo próprio país como uma fronteira de recurso, uma região para expropriar riquezas e que por muito tempo era colocada no debate nacional como vazio demográfico que necessita ser ocupado e desenvolvido (Becker *et al.*, 1995).

Os dados estatísticos auxiliam as ciências sociais a analisar a realidade criticamente, entendendo as violências históricas que são resultados da colonização que privilegiou práticas da tradição cientificista europeia, em oposição àquelas de manejo-conservação dos recursos naturais praticadas na Amazônia pelos povos tradicionais. Toda a violência é alimentada por discursos que são naturalizados, o cientificismo hierarquiza povos da floresta e do campo, colocando-os em uma categoria de atraso primitivismo, a partir do evolucionismo moderno. (Quijano, 2005).

Na Amazônia, se concentra 70% dos assentamentos totais do país, o MST começou a ocupar as terras com maior intensidade na região a partir de 1970 e em 1984 criou-se o conceito de 'Assentamentos convencionais' que direcionam sua produção para a agropecuária, com práticas de desmatamento. Contudo, a partir dos anos 2000, o debate ambiental em diálogo com extrativistas e comunidades tradicionais ganhou força e criou-se os 'Assentamentos ambientalmente diferenciados' (Souza, 2022) que tem seus objetivos conciliados com a preservação da floresta amazônica, a área desse modelo de assentamento de 2004 para 2012 cresceu de 1,7 mil para 12,4 mil de hectares.

Esse dado mostra o aumento de práticas sustentáveis a partir dos anos 2000, os povos amazônidas, entre eles os agricultores familiares, se relacionam com a terra de maneira particular, onde ocorre o desenvolvimento de ambos, ainda que com certo grau de desmatamento. Importante lembrar que a própria Lei Fundiária no Brasil a partir dos conceitos de regularização e ocupação territorial de 1970 orientava desmatar 50% da terra para conseguir o título dela, hoje no Pará a Lei estadual nº 8.878/2019 (Pará, 2019) garante a titulação de maneira que concilie a preservação das florestas com o combate ao desmatamento e grilagem (Governo [...], 2023).

4.2 LOCUS DA PESQUISA: ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

Esta subseção foi feita a partir da observação participante e resultados das entrevistas em campo realizadas no assentamento João Batista II, em Castanhal (PA). Destaca-se, o protagonismo das lideranças femininas frente a associação comunitária assim como, foi maior o interesse das mulheres em contribuir para a pesquisa.

As lideranças da associação sugeriram os nomes que poderiam contribuir com a pesquisa, a partir das suas respectivas experiências de transição agroecológica. No meu primeiro contato direto com o

assentamento, fui para fazer conversas informais, me apresentar, começar a observação participante junto ao caderno de campo e buscar entender algumas dinâmicas internas, nesse momento ainda não fiz as entrevistas. Alguns meses depois, retornei a campo para as entrevistas e elas ocorreram de maneira bem-sucedida.

Os relatos coletados permitem entender a realidade da agroecologia em campo, para consolidar aquilo que a teoria apresenta e desmistificar questões colocadas de forma utópica. Os saberes e práticas do cotidiano da reforma agrária enriquecem esse trabalho científico ao protagonizar pontes e apontar caminhos sustentáveis diante de eventos climáticos extremos e domínio do agronegócio e uso de agrotóxicos.

O assentamento João Batista II foi ocupado em 1988 pelo MST em parceria com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF), com apoio da igreja católica e outros movimentos sociais, a regularização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ocorreu em 2000. Anteriormente a esse período era uma fazenda de um grande proprietário de terras do município, onde não cumpria a sua função social e havia relatos de irregularidades em relação aos direitos trabalhistas.

Era uma fazenda do Domingos Rangel, porém, uma fazenda que tinha práticas de crimes, de trabalho escravo, e ela estava, como se diz [...] improdutivo e devendo ela não tinha documento, estava toda irregular, porém, das práticas desse fazendeiro [...] o MST junto com todos os movimentos sociais se juntaram e ocuparam, tinha mil famílias aqui dentro.⁶

Hoje, vivem no assentamento 157 famílias e ele é dividido entre a vila Raio de Sol e os lotes de produção agrícola, os entrevistados apontaram que por família são em média 3 pessoas. A produção dos lotes é variada, desde hortaliças, mel, galinhas, piscicultura, café, cacau, frutas variadas até gado, muitas dessas produções utilizam práticas agroecológicas. Contudo, ainda é um desafio dentro do assentamento para os agricultores e também existem conflitos de interesses.

A pauta da agroecologia no assentamento é importante e incentivada a ser discutida pelos agricultores com o objetivo de que atuem com um novo manejo do solo, interrompam a utilização de agrotóxico nas produções e se produza alimentos saudáveis e orgânicos. Apesar disso, não é unânime entre os assentados ainda, a defesa dos valores agroecológicos na produção,

⁶ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

isso acaba ocasionando conflitos de interesse, como no caso da entrevistada 2 que o uso de pesticidas de seu vizinho prejudicou a sua apicultura.

Eu nunca usei, nós nunca usamos agrotóxico na nossa área, porque quando nós chegamos aqui, o que nós estudávamos era sobre isso, entendeu? “Nós” era contra isso, mas, infelizmente, ao passar do tempo, as coisas vão mudando, né? A pessoa não tem mais aquele pico de estar na enxada, eles querem mais se envenenar mesmo, se matar, né? Aí larga o veneno direto, é onde atinge toda [...] Olha, essa semana passada botaram veneno perto da minha casa, lá atingiu a nossa abelha então, é um caso sério isso, sabe?⁷

A entrevistada 3, que presenciou a ocupação da terra e vive até hoje no assentamento, relatou sobre os conflitos existentes atualmente e como era antigamente.

A gente, desde o começo, assim, a gente tinha grupos que tratavam de várias atividades, a gente tinha um grupo [...] era saúde, cada grupo tinha uma pessoa, uma liderança na saúde, na educação, no lazer, na parte de estrutura, tipo aquele que comandava, mão de obra, a gente trabalhava muito assim, junto [...] coletivo. [...] No início a gente não teve muito conflito, mas teve umas coisinhas, mas não foi tão grave, né, como acontece dos conflitos de tomar terra, ocupação, essas coisas, aí ficou naquela tensão dois anos. Depois de dois anos que foi normal. Cada um foi vivendo a sua vida, até hoje, mas foi muita gente embora, outros já faleceram, outros venderam, que não pode vender, mas venderam, né? A gente não consegue dominar as pessoas, né e hoje já está aí o assentamento, já tem uma população que vive, outras pessoas que vieram e estão morando.⁸

Essa fala ocorreu, pois alguns dos que chegaram depois da ocupação não possuem os valores defendidos pelo MST, por vezes desmatam ou fazem uso inapropriado do solo, desrespeitando as fases do plantio e utilizando agrotóxicos.

O Entrevistado 5, ao ser questionado sobre os desafios da agroecologia em seu lote, principalmente em relação a evitar agrotóxicos, disse que existem, mas ainda que seja difícil, os benefícios se destacam:

Tem, tem, tem, só que o que a gente perde na produção, a gente ganha em anos vividos, né? [...] A gente tem problema, né, porque [...] sem o uso de agrotóxico aumenta o número de pragas na produção, mas aí [...] diminui a produção, mas só que a produção que você tem, você tem um produto de qualidade, sem o uso de agrotóxico, o que a praga comer é dela e o que não comer é seu.⁹

⁷ Informação concedida pela Entrevistada 2, 67 anos, no dia 20 de abril de 2024.

⁸ Informação concedida pela Entrevistada 3, 63 anos, no dia 20 de abril de 2024.

⁹ Informação concedida pela Entrevistada 5, 43 anos, no dia 20 de abril de 2024.

No assentamento, as experiências são enriquecedoras, desafiadoras, mas exitosas possuem em seu território um projeto piloto de Unidade Demonstrativa (UD) implementado pelo MST chamada Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (Sapo), onde existem sistemas agroflorestais capazes de restaurar a paisagem natural, diversificar a produção e melhorar a renda e saúde das pessoas. A seguir o logotipo do Sapo e um exemplo de sistema agroflorestal em desenvolvimento.

Foto 1 – Logotipo do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Foto 2 – Sistema agroflorestal em desenvolvimento do entrevistado 5



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Foi possível observar nas falas, que cada lote possui a sua fase na transição agroecológica, enquanto tem aqueles que optaram por não se

adaptarem ao modelo. A dificuldade de acesso a recursos financeiros e alternativas sustentáveis para manejo e insumo são fatores que, por vezes, desmotivam os agricultores familiares para prosseguirem com a transição. De todo modo, a restauração florestal e a melhora na qualidade de vida e dos alimentos são pontos importantes para a implementação dela.

Os desafios enfrentados para aqueles que defendem um desenvolvimento rural alternativo a partir do repertório dos movimentos sociais são muitos. Foi comum no discurso dos entrevistados que a transição agroecológica é difícil, mas caso houvesse assistência técnica por parte do Estado, os impactos positivos poderiam ser potencializados e os problemas mitigados.

Para mim, desafio é desafiar, como é que se diz? Eu não sei nem te dizer, o desafio é muito trabalho. O trabalho se torna mais árduo, mas prazeroso, porque é algo que você está produzindo um alimento saudável E você vai vender saudável também e vai agregar mais valores.¹⁰

Os entraves no acesso ao acompanhamento técnico para os agricultores familiares fizeram com que se dificultasse a implementação da prática agroecológica e sustentável nos lotes. Para se avançar, muitos fizeram de forma autônoma ou coletiva, um oferecendo suporte ao outro com intercâmbio de conhecimento e técnicas.

Outra agenda de discussão em voga na agroecologia, é o reflorestamento feito de maneira integrativa entre ser humano e natureza. A antiga fazenda que foi ocupada e recebeu famílias assentadas era um grande pasto com erosões na terra e improdutividade. Com a chegada do MST, foi defendida o plantio de árvores onde muitos agricultores executaram e desfrutam hoje da diversidade produtiva como aponta a Entrevistada 2:

Porque, assim [...] quando nós chegamos aqui, era só capim, não tinha uma árvore, só tinha uma árvore ou duas, né? Ou quatro árvores de mangueira. Por isso, que nós chegamos e encheram o assentamento de mangueira para nós comemos logo e agora deu pra todo lado (risos) Aí, o que aconteceu? A nossa preocupação, a minha preocupação no meu lote foi reflorestar, porque não tinha como aguentar, aí reflorestamos, aqui é a floresta de acácia, muitas plantações boas mesmo [...] É copaíba, é [...] andiroba, é o[...] que nós reflorestamos [...] é acácia, é acapu, e tem um açailal, né? Lá para trás, tudinho, que nós plantamos, Caju, tem cacau [...] Tem goiaba, tem manga, tem laranja, tem limão, tem muruci, entendeu? Todas essas coisas.¹¹

¹⁰ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹¹ Informação concedida pela Entrevistada 2, 67 anos, no dia 20 de abril de 2024.

Podemos inferir que a prática agroecológica, passada pelas gerações, oferece benefícios ao solo e consequentemente pode ajudar no melhoramento da renda pela sua fertilidade junto à diversidade do arranjo agroflorestal. Um dos objetivos deste trabalho é compreender também as oportunidades que a agroecologia oferece a partir de seus impactos socioeconômicos. Essa questão pode ser complexa, visto que como já foi dito, ocorre a diminuição da produção e o melhoramento da qualidade dos produtos, algumas respostas foram coletadas em relação a essa questão como:

A gente vai adquirindo melhoras na alimentação, vai adquirindo melhoras na forma de produção. Aí, enquanto você queimava 5, 6 linhas pra produzir, arava 5, 6 linhas, você vai trabalhando devagarinho mesmo, você produz o que der diariamente, aí futuramente você colhe, você é claro que não colhe, mas futuramente colhe [...] mas melhorou porque eu trabalhava semana para apurar 300 reais, né? E assim não, tem semana que eu apuro 300, mas tem semana que eu apuro 600, 900, 1000.¹²

Olha, na realidade a gente tem sim, são os produtos mais caros, geralmente a gente vende mais caro, porém são menos de produção. [...] Ela ficou a mesma coisa (a renda), Porque você produz pouco, não se produz muito [...] A gente precisa avançar mais ainda, ter mais, como eu te falei, assistência técnica e também o incentivo financeiro, a gente precisa ter, não tem quem trabalhe sem dinheiro.¹³

Porque as pessoas querem comprar mais se for orgânico [...] Pessoas que conhecem, né? Que sabem um pouco sobre alimento orgânico, mas se tu leva na feira, os orgânicos para eles não servem, porque tem umas “falinhas”, né? [...] Vender assim para Belém um valor mais em conta e também no gosto, né? Tem diferença também [...] Um maior lucro.¹⁴

Em outras palavras, a produção orgânica melhorou a renda dos agricultores, ainda que com suas dificuldades, a ausência de amparo do poder público a um modelo de desenvolvimento sustentável dificulta a implementação de bons SAFs. Todavia, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que sofreu um apagão pelos últimos governos e foi retomado em 2022 com o presidente Lula é um importante mecanismo para auxiliar nessas práticas e de acordo com a presidente da associação, 7 agricultores do assentamento foram contemplados com recursos do PRONAF em 2024.

¹² Informação concedida pela Entrevistada 5, 43 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹³ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹⁴ Informação concedida pela Entrevistada 4, 26 anos, no dia 20 de abril de 2024.

O incentivo financeiro infelizmente ainda é um gargalo para a luta agroecológica, mas a resistência e o diálogo dos agricultores com movimentos sociais e universidades públicas têm possibilitado o avanço da teoria e prática da temática na Amazônia. Sob esse viés, a reparação através de investimento é uma forma de colocar em prática esse modelo de justiça que enxerga a dicotomia pessoa/meio ambiente integralmente.

A agroecologia, apesar de ser um conceito recente na academia, é praticada no cotidiano da Amazônia há muitos anos por diferentes grupos sociais, a entrevistada 1 vai dizer que é uma forma de retomada a um modelo dos antepassados:

O discurso é muito bonito, mas na prática não é, quem vive no meio vê e sabe que há muita contradição. São poucos que produzem agroecologicamente [...] É porque esse modelo, na realidade, está voltando lá atrás, no tempo da minha avó, da minha bisavó, quando eu nasci também, eu vivi isso aí, eu vivenciei [...] Eu vi a minha avó, como ela era uma líder comunitária, ela fazia a horta tamanho desse meu quintal aqui, para toda uma comunidade e a gente via muito bonito as verduras, sabe? Todo mundo cuidava, mas era sem esse produto agrotóxico, era tudo [...] Está voltando atrás.¹⁵

Assim como para a entrevistada 1 a agroecologia retoma uma forma de viver a produção agrícola conciliada ao bem-estar do meio ambiente, a entrevistada 2 acredita que o sentido da apropriação do território pela agroecologia é o reflorestamento:

O sentido do reflorestamento é a terra, sabe? Uma mudança na terra, porque o capim foi-se, né? Daquela área, então, o que a gente planta ali, as coisas ficam muito bonitas, naquela área que não é de capim, porque o capim é uma luta pra acabar, né? E como essas árvores fizeram aquela defesa [...] E aquela folha ela aduba, então é uma diferença, até pro bichinho, pro pássaro, sabe? Que aqui, lá, a gente não vê nada, sabe? era só mesmo [...] a terra foi virada quantas vezes você tem aqui, é muito bonito.¹⁶

Destarte, os saberes tradicionais de agricultores familiares que têm vivenciado a agroecologia no seu cotidiano podem ajudar a apontar uma saída à crise climática principalmente em relação a apropriação do território campesino e produção rural, visto que o agronegócio é um dos maiores causadores desta crise pela forma destrutiva que lida com a terra. Os investimentos financeiros são importantes e merecem atenção

¹⁵ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹⁶ Informação concedida pela Entrevistada 2, 67 anos, no dia 20 de abril de 2024.

principalmente em contexto de crise, a luta pela terra se adequou à realidade ambiental vigente no país e por isso a reforma agrária para além de reivindicar a redistribuição de terras, também defende o uso dela de forma sustentável.

5 CONCLUSÃO

No que tange aos resultados da discussão, a experiência de transição agroecológica implementada no assentamento João Batista II em Castanhal possui diferentes fases para cada lote, levando em consideração que alguns não são adeptos desse modelo de produção agrícola e isso causa conflitos dentro do próprio assentamento. Sendo assim, foi possível analisar avanços e desafios referentes à implementação da agroecologia que busca dialogar dentre as principais questões, o desenvolvimento econômico com a preservação da natureza.

Primeiramente, destaca-se a dificuldade no acesso da assistência técnica aos agricultores familiares, o que tarda a consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) e não utilizar agrotóxicos pois necessitam de outras formas para controle de pragas. O incentivo à monocultura ainda é mais frequente nos discursos e nas políticas públicas dos Governos, devido esse modelo de produção retornar economicamente mais rápido.

Por outro lado, o MST ao incorporar a agroecologia nas suas discussões traz ricas contribuições à diversidade socioprodutiva. Ao defender os SAFs possibilita variar a renda familiar dos agricultores, devido ao manejo agroflorestal conseguir diferentes práticas agrícolas para o lote. Dentre as principais experiências exitosas está o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (Sapo) que funciona no assentamento como uma unidade demonstrativa da prática agroecológica.

Além disso, a produção orgânica reforça a soberania alimentar para o assentamento e para as cidades onde ocorrem o escoamento da produção. A melhora na saúde e qualidade de vida através dos alimentos sem agrotóxicos e reflorestamento tornam a agroecologia uma saída para a crise financeira, social e ambiental. A produção orgânica permite a agregação de valor para os alimentos, pois ainda que a produção diminua, ela é de maior qualidade.

A agroecologia se apresenta para os agricultores familiares como uma oportunidade desafiadora, que transparece no aumento da qualidade de vida relatado pelos entrevistados, isso ocorre pela harmonia entre ser humano e natureza de modo geral conciliada a produção rural. Contudo, é difícil

desenvolver um lote agroecológico sem recursos financeiros e assistência técnica, o processo se torna mais lento e é preciso por vezes, buscar outras fontes de renda até a sua consolidação.

É necessário que o Estado, ao olhar para as mudanças climáticas, enxergue o agronegócio e seu modelo de desenvolvimento enquanto um dos causadores dessa crise e que por outro lado, agricultores familiares têm vivido experiências que são potentes para mitigar os impactos negativos e ajudar a encontrar uma solução. Para isso, é importante investimentos financeiros e reconhecimento público da importância das práticas agroecológicas que ajudam no desenvolvimento rural, restauração e proteção da sociobiodiversidade.

A realidade rural no Brasil e na Amazônia se apresenta através dos dados e das entrevistas, por vezes, de maneira cruel. Entretanto, reler a história da Amazônia de maneira decolonial e buscando alternativas a partir de dentro dos territórios no sentido da desobediência epistemológica nos dá esperança de projetar futuros coletivos.

Por fim, devemos repensar e construir utopias que se concretizem no cotidiano da cidade, do campo, dos rios e das florestas na Amazônia, desenvolvimentos e modelos de sociedade que enxerguem as nossas riquezas de forma respeitosa, levando em consideração sua relação com as epistemes locais, com a cultura e ancestralidade alocada no interior amazônida.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da luta pela terra. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ABA. Revista Brasileira de Agroecologia. **Associação Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, 30 jun. 2019. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/revista-brasileira-de-agroecologia-v-14-n-2-2019/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ABRAMOVAY, R. **Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. São Paulo: Elefante, 2022.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016.

- BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O Desenvolvimento Sustentável e a Reinvenção da Natureza. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p. 75-130.
- BECKER, B. K. *et al.* **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: UGI, 1995.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BONI, V.; QUARESMA, J. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BORGES, J. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo: Terceira Margem; Goiânia: Editora PUC Goiás, 2010.
- BORSATTO, R. S. C.; MARISTELA, S. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica e pensamento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (coord.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 9-24.
- CORRÊA, S. R. M.; NASCIMENTO, M. D. F. MST, agroecologia e educação do campo na Amazônia: um estudo sob a abordagem das epistemologias do sul. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracajú, v. 12, n. 29, p. 299-324, 2019.
- COSTA, G. S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In*: ALIMONDA, H. (org.). **Ecologia política: natureza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 203-215.

CPT. Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados parciais de conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023. **Comissão Pastoral da Terra**, Goiânia, 10 out. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/10/comissao-pastoral-da-terra-cpt-divulga-dados-parciais-de-conflitos-no-campo-brasileiro-do-1o-semester-de-2023/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DILGER, G; PEREIRA FILHO, J. Apresentação à edição brasileira. Ousar pensar “fora da caixa”. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016. p. 12-22.

DUSSEL, H. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25-34.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, F. Prefácio. *In*: LOMBARDI, A. C. (org.). **Agrofloresta e a prática agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 7-11.

GEBARA, I. Epistemologias teológicas e suas consequências. *In*: NEUENFELDT, E.; BERGESCH, K.; PARLOW, M. (org.). **Epistemologias, violência e sexualidade: olhares do II Congresso Latino-americano de gênero e religião**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2015. p. 31-50.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GONZÁLES-CASANOVA, P. Colonialismo interno [uma redefinição]. *In*: BORON, A. *et al.* (org.). **Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 395-420.

GOVERNO do Pará regulamenta lei para regularização fundiária e combate à grilagem e ao desmatamento. **Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade**, Belém, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2020/11/26/governo-do-para-regulamenta-lei-para-regularizacao-fundiaria-e-combate-a-grilagem-e-ao-desmatamento/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GUERRA, G. A. D.; WAQUIL, P. D.(org.). **Desenvolvimento rural sustentável no Norte e Sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 15/16, p. 21-34, 2006.

IBGE. Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8#:~:text=Cerca%20de%2077%20dos%20estabelecimentos%20foram%20classificados,23%20da%20C3%A1rea%20total%20dos%20estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios.&text=No%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio%20de%202017%2C%203.897.408%20estabelecimentos,77%20dos%20estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20levantados%20pelo%20censo.> Acesso em: 5 jun. 2025.

IBGE. Cidades e estados: Castanhal. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/castanhal.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

INCRA. Acervo Fundiário Digital. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, DF, [2013]. Shapefiles. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/login.php>. Acesso em: 5 jun. 2025.

KRENAK, A. **O futuro é ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LOUREIRO, V. **Amazônia, colonial do Brasil**. Manaus: Valer, 2022

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica**: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NITAHARA, A. Censo Agropecuário: Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuário-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PARÁ. **Lei ordinária nº 8.878, de 8 de julho de 2019**. Dispõe sobre a regularização fundiária de ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará [...]. Belém: Assembleia Legislativa, [2019]. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/104647.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensão territorial em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-73.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, M. L. Assentamentos Rurais da Amazônia: diretrizes para a sustentabilidade. **Amazônia 2030**, [s. l.], 4 maio 2022. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/assentamentos-rurais-da-amazonia-diretrizes-para-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

TOURINHO, E. Prefácio. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p. 9-14.

Submissão: 13/04/2025 • Aprovação: 09/05/2025



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**A AÇÃO COLETIVA SOB A CONDIÇÃO
DA INTEGRAÇÃO À CADEIA PRODUTIVA
DO DENDÊ EM IRITUIA E SÃO DOMINGOS
DO CAPIM NO PARÁ**

**COLLECTIVE ACTION UNDER THE CONDITION OF
INTEGRATION INTO THE PALM OIL PRODUCTION CHAIN
IN IRITUIA AND SÃO DOMINGOS DO CAPIM IN PARÁ**

Marciclei Lopes Balieiro



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Neste estudo analiso uma proposta de cooperativismo/associativismo rural sob a condição de integração à agroindústria de dendê nos municípios de Irituia e São Domingos do Capim (PA). O estudo de caso foi conduzido por meio de abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico, análise documental e uso de formulário semiestruturado. Entrevistas abertas foram realizadas com 21 pessoas entre agricultores e representantes de organizações envolvidas, direta ou indiretamente, com a implantação do projeto de dendeicultura e a Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (CONSERGC), meu objeto de estudo. Os resultados mostram que a CONSERGC atua como uma associação de mediação e representação junto a empresa que compra os frutos de dendê e com o banco financiador do projeto. A organização apresenta dificuldades com a falta de recursos para viabilizar seus encontros e desenvolver outras atividades sociais e econômicas como mutirões, dias de campo, atividades estas que reforçam os laços associativos e reduzem os custos de produção. Seus gestores têm experiência política, em negociação, possui a confiança dos associados e têm contornado os problemas recorrentes e contribuído para a continuidade da proposta associativa estudada.

Palavras-chave: agricultura familiar; associativismo; integração produtiva; dendeicultura.

ABSTRACT

In this study, I analyze a proposal for rural cooperatives/associations under the condition of integration with the oil palm agroindustry in the municipalities of Irituia and São Domingos do Capim (PA). The case study was conducted using a qualitative approach, with bibliographical research, document analysis and use of a semi-structured form. Open interviews were conducted with 21 people, including farmers and representatives of organizations directly or indirectly involved in the implementation of the oil palm project and the Central das Organizações Sociais Entre os Rios Guamá e Capim (CONSERGC), my object of study. The results show that CONSERGC acts as a mediation and representation association with the company that buys the oil palm fruits and with the bank that finances the project. The organization faces difficulties due to the lack of resources to facilitate its meetings and develop other social and economic activities such as collective work and field days, activities that strengthen the associative ties and reduce production costs. Its managers have political and negotiation experience, have the trust of their members and have overcome recurring problems and contributed to the continuity of the associative proposal studied.

Keywords: family farming; associativism; productive integration; oil palm cultivation.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, em um processo de abertura democrática, o Governo Federal e Estadual apoiou novas formas de ação coletiva por meio de cooperativas e associações. Com a nova perspectiva, no Brasil essas organizações têm sido consideradas como um instrumento utilizado pela sociedade civil para disputar e, ao mesmo tempo, compartilhar a responsabilidade para a implantação das políticas públicas (Ganança, 2006). Posteriormente, no país isso se intensificou a partir da década de 1990, com a concessão de crédito à agricultura familiar, o incentivo à aquisição de máquinas, de implementos agrícolas e a criação de pequenas agroindústrias, bem como a demarcação e a gestão de assentamentos, territórios quilombolas e reservas extrativistas (Schmitz; Mota; Sousa, 2017).

Assim como o crédito rural, o acesso a alguma política pública do governo federal a partir de 2003, quando foram iniciadas as compras institucionais da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de 2009, foi um forte indutor para a criação de inúmeras associações e cooperativas no estado do Pará, como visto no trabalho de Rocha, Assis e Sablayrolles (2023).

Nesse sentido, observa-se um certo superficialismo para a constituição das associações e cooperativas levando muitas dessas organizações ao status de meros grupos formais que buscava acesso ao crédito e as políticas públicas, sem o entendimento da proposta associativa, como também, sem a participação efetiva dos sócios.

Vale ressaltar que, as políticas públicas diferenciadas são importantes para o desenvolvimento rural e têm possibilitado o desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar camponesa. É fundamental reconhecer que o desenvolvimento das políticas públicas combinado com o trabalho associativo é um processo em transformação e possibilita o acesso a outras formas de trabalhar e organizar a produção (Rocha, Assis e Sablayrolles, 2023). Entretanto, sem o engajamento e o entendimento dos sócios da proposta associativa e seus desafios no espaço rural, as organizações tendem a não continuar com suas atividades.

Para Moraes (2021) a democracia e o controle sobre as decisões, que deveriam ser elementos fundamentais, acabam prejudicados pela ação do Estado porque o governo estabelece uma relação de poder e dependência sobre essas organizações através de contratos, sejam eles

vinculados a políticas públicas ou bancos, como ocorreu com a expansão da dendeicultura no Pará. Melo e Resende Filho (2017) discorre que esta é uma realidade contraditória do avanço do modo de produção capitalista, pois muitos agricultores estão ficando endividados por conta de financiamentos e crédito rural. Para Fagoti (2017), essa relação prejudica os agricultores e a associação a qual estão vinculados, retirando deles a autonomia sob a organização, a mobilização coletiva e a autogestão, o que pode levar ao fracasso da proposta associativa.

Somam-se ainda os problemas de planejamento, gestão, formação e participação que são entraves para a associação (cooperativas e associações), como afirmam os autores (Canassa; Costa, 2018; Ribas *et al.*, 2017).

Na análise de Farias (2009), os problemas identificados estavam ligados à dificuldade da cooperação dos sócios. O autor constatou em sua pesquisa que estratégias de ação divergentes dos atores permitiram, em vários momentos, que o interesse particular predominasse sobre o coletivo. No caso aqui reportado parece predominar a figura do *free rider* o dilema estudado por Olson (1999) entendido por diferentes estudiosos como carona ou aproveitador. Para o autor alguém que não pode ser excluído dos benefícios de um bem coletivo, uma vez que o bem está produzido, tem pouca motivação para contribuir voluntariamente no fornecimento desse bem.

Mesmo não sendo otimista quanto a atuação voluntária e coletiva dos indivíduos, Olson (2015) considera que as organizações são importantes como uma das maneiras pelas quais os indivíduos podem buscar objetivos comuns, o principal desafio é fazer com que os interesses individuais convirjam e não superem os coletivos, ou seja, é importante que mesmo os interesses individuais caminhem rumo ao sucesso coletivo da organização.

No estudo de Moraes (2024) sobre o movimento sindical rural no município de Tomé-Açu, Nordeste Paraense, os problemas de gestão também foram identificados como os principais desafios às ações coletivas e ao fortalecimento das organizações estudadas. Para o autor, a burocratização e a priorização de interesses individuais em detrimento dos coletivos levantam questões sobre o futuro desse movimento e a sua capacidade de enfrentar cenários de crise.

Apesar de serem poucas as literaturas (Schmitz; Farias, 2021; Schmitz; Mota; Sousa, 2017), que evidenciam o êxito da ação coletiva na região do Nordeste paraense, existem experiências de trabalhos associativos bem sucedidos promovidos, como exemplos, pelo trabalho fraterno de base da igreja católica e outras organizações a partir de incentivos à prática dos

mutirões, de trocas de dias de trabalho e do adjunto, importantes para o aprendizado da cooperação.

Schmitz e Farias (2021) mostraram que as diferentes formas de ajuda mútua mantidas pelos associados, assim como, as relações de poder equilibradas em função da participação direta e ativa dos associados nas instâncias de decisão contribuíram para a persistência e o sucesso da ação coletiva por eles estudados. Neste caso o poder equilibrado é uma força estruturante para a ação coletiva.

O comprometimento dos sócios e a associação contribui para fortalecer as relações de pertencimento ao local, bem como, a autogestão¹ através da união dos sócios é uma opção de viabilização de defesa de interesses locais e para atender as demandas postas pelos associados, como verificou em seu estudo Santana (2019).

No quadro apresentado, este artigo tem como objetivo analisar uma proposta de cooperativismo/associativismo sob a condição da integração de agricultores familiares à agroindústria do dendê no nordeste do Pará a partir do ano de 2011. Mais especificamente, analisei a mobilização para criação de uma organização central, como ela se organiza e atua para representar os interesses dos agricultores familiares. Em síntese, o estudo de caso engloba a relação entre a Archer Daniels Midland Company (ADM²), – a COSERGC – as associações afiliadas a CONSERGC – e os agricultores familiares que são sócios das associações e integrados a cadeia produtiva do óleo de palma. A relevante questão que se coloca é se esse modelo de integração das associações a uma organização central vem dando conta de atender e prover os benefícios almejados pelos associados.

A metodologia apoiou-se, sobretudo, em entrevistas abertas, levantamento bibliográfico, análise documental e a aplicação de formulário semiestruturado. Foram entrevistados 21 pessoas, entre agricultores, presidentes das associações afiliadas a CONSERGC, os diretores da organização estudada, um funcionário da ADM e com representantes de outras organizações envolvidas (sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras

¹ No sentido mais simples, podemos definir a autogestão como aquela em que as ordens e tomadas de decisões são tomadas de maneiras horizontais, com a efetiva participação de todos os sócios.

² A ADM vendeu seus negócios de cultivo de palma no Brasil em 2020 para a Reflorestadora Moju Acará, do grupo Marborges, que continua cumprindo os acordos com os produtores. A ADM era a empresa que mantinha contratos de integração na região. O contexto de integração à agroindústria de dendê foi um forte indutor para a criação da Central das Organizações Sociais entre os Rios Guamá e Capim, nosso objeto de estudo.

rurais, Emater, dentre outras), direta ou indiretamente, com a implantação do projeto de dendeicultura nos municípios foco do estudo.

Para atender a esta proposta, realiza-se, inicialmente, um debate acerca das diferentes matrizes que orientam os projetos de desenvolvimento no meio rural, especificamente aqui me reporto a agroindústria do dendê. Posteriormente, aborda-se o percurso metodológico escolhido, e, então, apresenta-se os principais resultados da pesquisa.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA A AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ: BREVE DEBATE

Há duas décadas, o governo brasileiro tem discutido políticas públicas a partir de um modelo que propõe considerar o desenvolvimento regional de maneira “sustentável e inclusivo”, como se apresenta o projeto para a produção de agrocombustíveis que, segundo as políticas oficiais, constitui-se em uma alternativa biodegradável e de grande potencial econômico devido à sua obtenção a partir de fontes renováveis de biomassa (Brasil, 2011).

Dentre as oleaginosas utilizadas para a extração de óleo vegetal para a produção de biodiesel e consumo doméstico encontra-se a palma de dendê (dendezeiro: *Elaeis guineensis* Jacq). No cenário mundial, a maior parte da produção de dendê ocorre na Ásia sendo a Indonésia e a Malásia os maiores produtores e exportadores, respectivamente (USDA, 2025).

A produção mundial de óleo de dendê vem crescendo a um ritmo de cerca de 6% ao ano, tomando-se os dados dos últimos dez anos (Venturieri *et al.*, 2024).

A cultura do dendê foi introduzida na Amazônia paraense a partir da década de 1950 pelo extinto Instituto Agrônomo do Norte (IAN), depois transformado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), passou a ser produzida comercialmente e subsidiada pelo Estado como parte do plano de colonização na década de 1970 por meio de incentivos fiscais oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Também ganhou destaque com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, criado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Outro evento importante foi a criação

do Selo Combustível Social (SCS) ³, que incentivou a inclusão social da agricultura familiar no projeto (Brasil, 2011).

Os incentivos financeiros oferecidos pelo Governo Federal para o desenvolvimento do setor têm privilegiado os bancos e as empresas. Grandes corporações nacionais e multinacionais⁴ se interessaram pela atividade e realizaram o plantio do dendezeiro em áreas próprias, arrendadas ou de agricultores integrados por contrato através do discurso do desenvolvimento territorial rural com inclusão social e geração de emprego e renda (Nahum; Santos; Santos, 2020).

A produção da dendeicultura no Brasil (0,78% da produção mundial) se concentra no estado do Pará (85%), sobretudo na mesorregião do Nordeste paraense. Na região essa atividade produtiva foi consolidada a partir do Plano Palma Verde, lançado na cidade de Tomé-Açu em 2010. Nesse mesmo ano, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso Sustentável da Palma de Óleo (PSOP) ⁵. O consumo nacional de óleo de palma é estimado em 915 mil toneladas anualmente e movimenta 3 bilhões de reais em salários e benefícios para o Brasil, como também, no país a indústria de óleo de palma gera 20 mil empregos diretos e 60 mil indiretos (Abrapalma, 2025).

Em 2023, o Pará colheu 2,8 milhões de toneladas de cachos de dendê, segundo o IBGE, um volume 173% maior do que o de dez anos antes. Nesse mesmo intervalo de uma década, a área destinada à colheita passou de 72.370 hectares para 186.240 hectares, um aumento de 157,3%. No Estado o dendezeiro apresenta um espaço consolidado com elevada produção, podendo tratar a microrregião de Tomé-açu, em especial Tailândia e Moju, como uma região em que a expansão da cultura tem-se dado de forma consistente, incluindo momento de elevadíssimas taxas de incorporação anual, em regiões contíguas a dita “região de palmares”.

A perspectiva e possibilidade de melhoria da renda e qualidade de vida, da infraestrutura local, da oferta de empregos e de serviços de qualidade (saúde, educação), acesso a assistência técnica, bem como, ter um

³ O SCS possibilita às empresas que atuam no mercado de agrocombustível subsídios como: maior acesso a financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras, bem como direitos à desoneração de tributos e acesso à reserva de cerca de 80% do mercado de biocombustíveis. Em contrapartida, as empresas devem oferecer aos agricultores familiares integrados um contrato, a compra de sua produção, além de oferecer cursos e capacitação técnica.

⁴ As empresas presentes no estado do Pará são: Agropalma, Biopalma, Denpasa, Dentaúá, BBB/Petrobras, Guanfeng Group, Yossan, Marborges, Palmasa.

⁵ O programa visava oferecer uma maior estrutura ao grande projeto de oleaginosa, como o zoneamento Agroecológico da Palma (ZAE/PALMA) realizado para identificar e delimitar as áreas aptas para o plantio do dendê.

culivo de ciclo longo com comercialização garantida por contrato, conforme propugnada na política de expansão da dendeicultura, motivaram os agricultores familiares a integrar-se às agroindústrias em vários municípios do Nordeste Paraense, como visto nos trabalhos de Balieiro, (2019), Guimarães *et al.* (2025), dentre outros.

Assim, a partir de 2010, sobretudo, um número significativo de agricultores tem aderido à integração e obtido o financiamento para a introdução da cultura de dendê. Desde então, diversas mudanças têm ocorrido e ora tem fortalecido a agricultura familiar tradicional, ora fragilizado, as opiniões comumente diferenciam-se.

Para os autores Graziano e Navarro (2015), a integração produtiva a grandes agroindústrias se apresenta como uma alternativa para o desenvolvimento do espaço rural brasileiro, seja pela produção de *commodities*, seja pela produção de alimentos para a população, como também pela geração de renda e pela inclusão e modernização da produção da agricultura familiar. Ressalto que o modo de produzir das populações tradicionais nunca foi arcaico e, sempre esteve de cunho com a realidade e a necessidade desses atores sociais.

Becker (2010) visualiza o cultivo como oportunidade de desenvolvimento para Amazônia, capaz de gerar empregos, renda e promover a recuperação de áreas degradadas. Já para Gomes *et al.* (2021) em face das dinâmicas locais no Pará a qualidade do material genético das plantas e também a renda auferida, são destaques como vantagens para a produção de dendê.

Os estudos sobre a dendeicultura no Nordeste Paraense também demonstram que essa atividade produtiva promove mudanças para o sistema social comunitário e nas relações de sociabilidade e no padrão de uso dos recursos naturais (Costa *et al.*, 2024; Cruz; Farias, 2017; Silva, 2017), risco de aumento da concentração fundiária (Beckhouse, 2013) e, para os agricultores que têm contratos de produção, foram identificadas transformações nos estabelecimentos e na organização dos grupos domésticos, bem como, assimetrias de poder e relações desiguais entre as empresas e os agricultores, isto é, as ordens foram tomadas de fora para dentro por autoridades, órgãos ou empresas que na implantação das políticas públicas e programas dominaram o processo de estabelecimento dos projetos (Albuquerque, 2017).

Gomes *et al.* (2021) em seu estudo constataram que a insatisfação com os contratos, risco de aumento da concentração fundiária, dúvidas quanto

ao preço do dendê, diferenciação social e comprometimento da autonomia familiar foram mencionados como fatores vistos pelos agricultores como desvantagens para a introdução da dendeicultura.

Por sua vez, Gemaque, Ferreira Filho e Beltrão (2015) apontaram que a inserção da dendeicultura como política pública de Estado na Amazônia, por meio da integração dos agricultores à agroindústria do dendê, promoveu mudanças no seu modo de vida acarretando no abandono das unidades produtivas, a perda da identidade, isto é, a busca pelo emprego e renda transformaram os agricultores em trabalhadores assalariados totalmente dependentes da estrutura empresarial local.

As afirmações feitas acima não diferem das encontradas por Guimarães *et al.* (2025) ao analisarem a trajetória de agricultores integrados. Para os autores, existe uma problemática implícita na questão de terras ocupadas por monocultivos, cujos produtos dependem de um único comprador estabelecido no contrato, o que provoca dependência de uma estrutura empresarial que pode gerar conflitos, no caso estudado pelos autores levou a ruptura do contrato, reconfiguração de estratégias para viabilizar a permanência no campo, bem como, houve aqueles que usaram a ruptura do contrato como uma transição para uma vida urbana, isto é, rompendo a estratégia de sucessão na agricultura familiar (Guimarães *et al.*, 2025).

A ênfase do trabalho foi analisar uma proposta associativa sob o contexto de um projeto de integração de agricultores familiares a dendeicultura, assim para os meus propósitos, esta breve contextualização do avanço do dendê foi relevante para o meu estudo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em Irituia e São Domingos do Capim⁶, estado do Pará. Os municípios fazem parte da mesorregião do Nordeste paraense, microrregião do Guamá, uma unidade sub-regional na Amazônia oriental. Segundo dados fornecidos pelo IBGE (2017) possuem territórios de aproximadamente 1.677,249 km² e 1.379,362 km², respectivamente, e origens resultantes da ocupação baseada na circulação dos rios Guajará, Guamá, Capim e Irituia, em incursões realizadas por colonizadores portugueses pelo interior do Estado.

⁶ A efervescência na criação de inúmeras associações nos municípios de Irituia e São Domingos do Capim entre os anos de 2011 e 2017 chamou a minha atenção e despertou meu interesse de realizar uma pesquisa científica sobre esse fenômeno nos municípios supracitados.

A referida região viveu um segundo ciclo de ocupação influenciado pelo extrativismo da borracha e a construção de vias de circulação, nos séculos XIX e XX, com destaque para a ocupação agrícola da região Bragantina, cujo objetivo foi o abastecimento de Belém e dos seringais que dinamizavam a economia da borracha do período. A ocupação esteve alicerçada nas políticas públicas da Província e do Estado do Pará, que promoveram a construção da ferrovia Belém-Bragança⁷. (1883-1965). Esse investimento possibilitou a criação de novos povoados ao longo de seu percurso, bem como a intensificação da migração de Nordestinos para a região.

Por fim, o ciclo de ocupação ocorreu com a abertura das rodovias de circulação terrestres, em especial, a partir da década de 1960, com a política nacional de integração da Amazônia, com destaque para a abertura das rodovias federais BR-010 (Belém-Brasília – em 1960), BR-316 (Pará-Maranhão na década de 1970) e BR-222 (Pará-Ceará) que interligaram a Amazônia ao restante do Brasil. As referidas rodovias promoveram uma maior mobilidade de populações em busca de terras devolutas do Pará, o que intensificou o fluxo migratório e resultou na criação de novos municípios no estado (Tavares, 2008).

A pesquisa foi realizada entre julho de 2017 e os meses de maio, junho e novembro de 2018 e os dados foram atualizados em novembro de 2024⁸. A metodologia consistiu em um estudo de caso do tipo qualitativo sobre a CONSERGC. A pesquisa qualitativa possibilitou um contato mais próximo com o objeto em estudo, o que ampliou o campo das relações, da observação e das coletas de informações. De acordo com Brumer *et al.* (2008), a pesquisa qualitativa “possibilita a análise profunda das qualidades de um fenômeno estudado, permite ao informante maior liberdade de manifestação e ao pesquisador identificar e compreender dimensões particulares da ação humana”. Além de entender as mudanças que ocorrem nos sujeitos-participantes da pesquisa.

O trabalho foi conduzido a partir de quatro técnicas de coletas de dados: levantamento bibliográfico, análise documental, realização de entrevistas abertas e com uso de formulário através de um contato permanente com o campo no intuito de recolher informações sobre o objeto em estudo e os atores envolvidos – agricultores familiares, presidentes das associações afiliadas, gestores da CONSERGC, lideranças sindicais e representantes de

⁷ A estrada ligava Belém até à cidade de Bragança, com uma extensão de 222 Km.

⁸ A pesquisa teve início em 2017 como requisito para a minha defesa de dissertação de mestrado realizada em 2019. Uma nova imersão no campo foi realizada em 2024 e os dados da pesquisa foram atualizados para a publicação deste artigo.

outras organizações locais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agricultores e Agricultoras Rurais (STTRs), bem como, com um representante da empresa ADM, somando um total de 21 pessoas entrevistadas.

O critério utilizado para a seleção dos entrevistados foi a sua ligação, direta ou indiretamente, com a trajetória da CONSERGC e com a introdução do projeto de dendeicultura nos municípios em que o estudo foi realizado. Vale lembrar que vários membros da primeira diretoria participam da gestão recente em 2024.

Como forma de manter sigilo nos dados informados não serão identificados os vinte e um entrevistados. Assim, fiz a opção de me reportar aos colaboradores da pesquisa a partir do uso de letras, para alguns mais de uma letra. As análises e a interpretação das informações coletadas em campo foram feitas a partir da transcrição das entrevistas, da elaboração de relatórios e do confronto com a literatura que aborda a discussão em torno da ação coletiva.

4 RESULTADOS

Para analisar a proposta associativa aqui debatida, realiza-se inicialmente um breve debate sobre a ação coletiva, sobretudo, a partir das contribuições de Mancur Olson e da escola francesa da Sociologia das Organizações.

4.1 A COOPERAÇÃO ASSOCIATIVA O ESPAÇO RURAL

Para as diferentes atividades coletivas usa-se o termo “ação coletiva” que, Nesse trabalho, entendo a partir da descrição de Tilly (1981, p. 17), como sendo: “[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns”.

A publicação do livro *A lógica da ação coletiva*, de Mancur Olson, em 1965, aqui referenciado como Olson (1999), foi marcante na época para colocar o tema da ação coletiva na pauta dos cientistas. Olson (1999) levanta a questão de que membros de um mesmo grupo com interesses comuns, não agem voluntariamente como agiriam em benefício próprio.

A partir de uma perspectiva principalmente econômica, Olson (1999) junto com outros estudiosos desenvolveu a Teoria da Escolha Racional, que pode ser enquadrada em um pensamento utilitarista de custo-benefício, isto

é, na relação entre o ‘investimento’ necessário para o alcance de um bem e o benefício recebido. A teoria tenta explicar fenômenos sociais a partir da preferência de indivíduos racionais que buscam maximizar a satisfação dessa preferência. O autor mostrou que o engajamento das pessoas não é uma coisa natural, um fato dado, mas, ao contrário, é pouco provável porque, em muitos casos, o indivíduo pode compartilhar os benefícios, mesmo sem participar do esforço para conquistá-los. O autor ressalta que:

[...] Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais (Olson, 1999, p. 14).

A organização facilita o desenvolvimento de ações coletivas onde a cooperação é indispensável, porém o comportamento de determinado número de indivíduos é um desafio para os líderes das organizações, uma vez que, todo indivíduo dispõe de certo grau de autonomia para agir e, podem seguir interesses que não são necessariamente convergentes (Friedberg, 1995a; Olson, 1999). Contrariamente, outros autores explicam porque os indivíduos não se comportam sempre como previsto por Olson (1999).

Na ideia de que em todo momento os indivíduos são movidos por uma racionalidade que determina suas ações, é onde reside a principal crítica feita a teoria da Escolha Racional, conforme Axelrod (1984), Ostron (1990), entre outros, isto é, o fato de não considerar outros valores que podem ser criados em uma relação, como a amizade, a solidariedade e a reciprocidade⁹ que não podem ser entendidos apenas como valores puramente pragmáticos.

Crozier e Friedberg (1993) colaboram com o debate sobre a análise das organizações e o modo de observar a ação social ao afirmar que os atores dispõe de certa liberdade para agir, diferente da visão Tayloriana de um indivíduo passivo. Outra introdução importante para a análise das organizações são as relações de poder, pois no interior das organizações ocorrem relações de interesses e jogos de poder (Friedberg, 1995a).

De acordo com Weber (2002), em uma relação social o poder é a probabilidade de impor a própria vontade nessa relação, independente do fundamento dessa probabilidade e mesmo contra resistências.

⁹ Para mais informações ver Axelrod (1984), Hébert (2010), Sabourin (2006) e Ostron (1990, 2010).

Em uma relação de disputa, o poder é relacional e os indivíduos podem possuir trunfos e levar vantagens nessa disputa que se concentra nas zonas de incerteza (Bernoux, 2005). O mecanismo fundamental de estruturação das relações de poder e da ação coletiva pode ser entendido, então, como jogo, possibilitando a cooperação, unindo liberdade e coação. Dificilmente nessa disputa, os atores que expõem sua fraqueza terão sucesso.

Friedberg (1995b) argumenta que as possibilidades de escolha são o resultado do modo como a organização e todos os indivíduos e grupos que as compõem percebem e analisam as oportunidades e as restrições existentes objetivamente em seu contexto e decide integrá-las a seu comportamento. Para o autor “o contexto não é dado objetivamente, tampouco é estável” (Friedberg, 1995b, p. 396).

Parece oportuno dizer que as ações dos indivíduos nas organizações dependem da,

[...] cooperação de diferentes membros apesar de interesses divergentes, da integração dos membros em torno de um objetivo comum, da mobilização da participação ativa através do reconhecimento social dos indivíduos, tarefas que mostram a importância dos líderes e do poder como uma força estruturante para possibilitar a coordenação da organização, não se trata de fazer desaparecer o poder (Farias; Schmitz, 2010, p. 8).

Na concepção deste trabalho, o poder é importante como uma força estruturante para a realização da ação coletiva no espaço rural.

4.2 A EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA EM IRITUIA E SÃO DOMINGOS DO CAPIM

4.2.1 A cooperação sob a condição de integração à dendeicultura

A partir de 2011, o associativismo nos municípios de Irituia e de São Domingos do Capim também foi incentivado pela multinacional ADM que estabeleceu um projeto de cultivos de dendê nas propriedades dos agricultores familiares que assinaram o contrato de integração com o objetivo de produzir matéria prima para a indústria de biocombustíveis. Em 2012, uma das propostas da empresa foi à estruturação das associações locais. Das associações abrangidas nesse estudo, cinco estão sediadas no município de Irituia e nove em São Domingos do Capim.

Com exceção de cinco associações (três em São Domingos do Capim e duas em Irituia) as associações foram fundadas por incentivo da

empresa. Três das cinco associações, apesar de instituídas antes da chegada da dendeicultura, recentemente não registravam ações econômicas e/ou sociais, assim foram reativadas pelo projeto de dendê. A CONSERGC foi fundada em 28 de fevereiro de 2015.

As análises mostrou o interesse da empresa ADM em dialogar com uma organização que represente os agricultores familiares integrados a essa cadeia produtiva. O informante O declara:

A ADM sugeriu a organização dos agricultores em associação, devido à dificuldade para reunir com todos os agricultores integrados de maneira individual. São muitos agricultores e algumas comunidades são distantes, o deslocamento para reunir os agricultores dos dois municípios fica difícil.¹⁰

O informante C revela: “a nossa associação tem três anos de fundação e o objetivo maior da fundação foi o incentivo dado pela ADM para o projeto de palma”.¹¹ A fala seguinte também aborda os incentivos dado pela ADM:

A gente tinha algumas associações que funcionavam e tinha algumas comunidades que não tinha associações. Então, em 2013 a empresa me colocou à frente desse trabalho. Em 2013/2014 eu ajudei até mesmo a fundar algumas associações, eu posso citar aqui a do Botafogo, a do São Pedro, a do Igarapé-Açu de Baixo, a do Bangú, tem várias outras, aí que a gente foi tentando ajudar a organizar essas associações. Algumas conseguiram avançar, conseguiu dar certo, outras ainda estão meio que engatilhando como é comum acontecer com qualquer associação de agricultura familiar, né”.¹²

O Sr. A em sua fala revela a participação da ADM na criação da CONSERGC:

A ADM participou todo tempo junto com os agricultores, inclusive a primeira reunião que discutiu a criação dela (CONSERGC) foi no escritório da ADM. Nós fizemos todos os convites, as mobilizações, visitamos cada comunidade, reunimos todo mundo, falamos da importância dessa organização após as associações criadas e, dessa reunião fizemos um almoço e no final saímos com a primeira diretoria que poderia ser da CONSERGC. Alguns nomes foram colocados, se deixou inclusive que eles mesmos dissessem quem seria o presidente, quem se indicaria, saiu vários nomes dessa reunião. Posteriormente, começou uma discussão em relação à elaboração do estatuto, das regras de como seria, foram duas ou três reuniões para a gente montar esse estatuto colocando todo mundo. Trouxemos

¹⁰ Entrevista concedida pelo Informante O, em 6 de junho de 2018.

¹¹ Entrevista concedida pelo Informante C, em 8 de junho de 2018.

¹² Entrevista concedida pelo Sr. F, em 20 de novembro de 2018.

também um contador para dar uma orientação, porque não era uma associação simples, era uma Central de Associações. Então a ADM participou diretamente nessa fundação da CONSERGC. Depois nós fizemos todo um trabalho de orientação, só não participamos mesmo da parte financeira, mas o que a gente pode fazer, de pegar um carro, ir à casa dos presidentes das associações, dos tesoureiros, levar as documentações no cartório, tudo que a gente pode fazer, a não ser a parte financeira de pagamento de taxas, a gente fez.¹³

A organização expandiu suas atividades. Ela é uma estrutura de articulação entre a empresa e as comunidades onde estão situadas as associações afiliadas e, ao mesmo tempo, atua em várias frentes econômicas. Isto é, ela se aproxima das expectativas, tanto da empresa, como dos sócios que assumem o papel de jogadores entre si. Esse jogo de interesses mostra a importância das estruturas de poder para garantir, mesmo com dificuldade, a ação coletiva na CONSERGC.

Os atores respondem aos seus interesses e se comportam de acordo com as oportunidades que aparecem. Entre os presidentes das associações afiliadas os interesses são divergentes. Existem aqueles que afirmam que seu interesse remonta a possibilidade de obter melhorias no contrato do projeto de palma, outros vislumbram a possibilidade de compra de pequenos implementos agrícolas de maneira coletiva e obter descontos, ou porque por meio da organização são oferecidos serviços como emissão de bloco de notas a um preço menor que o de mercado. As falas a seguir mostram os interesses:

O Sr. D diz “o que incentiva fazer parte da associação local e da CONSERGC é que assim fica mais fácil para conseguir projetos e acessar os serviços prestados por ela que venha beneficiar a comunidade”. Outro informante afirma que a organização compra alguns implementos agrícolas e retira o bloco de notas para a venda da produção de dendê a um preço mais acessível, o segundo item que custava no mercado algo em torno de R\$ 800,00, pela Central custa em torno de R\$ 166,00. Segundo ele, essas já são vantagens que a organização trouxe. Ela contrata um contador para prestar serviços para as associações a um preço muito menor que o de mercado.¹⁴

Entre os diretores da CONSERGC, no geral as falas evidenciam o interesse de obter melhorias no contrato com o Banco da Amazônia (financiador do projeto), como aumento dos prazos para o pagamento das parcelas do financiamento no qual a ADM é intermediadora do diálogo

¹³ Entrevista concedida pelo Sr. A, em 5 de novembro de 2018.

¹⁴ Entrevista concedida pelo Sr. JP, em 1º de novembro de 2024.

entre os diretores e o banco, bem como, a possibilidade de organização da produção e assim transformar a Central de associações em uma cooperativa.

Por sua vez, a empresa tem o interesse no bom andamento do projeto de dendê. O representante da ADM encontrou no conselho fiscal uma maneira de acompanhar de perto e de participar dos assuntos debatidos pela CONSERGC, o que foi identificado como um trunfo da empresa nessa relação, além do contrato de 25 anos com os agricultores.

O diálogo com a empresa para o desenvolvimento do projeto de dendê, associado à participação dos diretores e lideranças pautada no jogo de interesses e da negociação, tem sido importante para o segmento da proposta associativa da organização em estudo no espaço rural de Irituia e São Domingos do Capim. Os dados desta pesquisa e minhas observações mostraram que, apesar das dificuldades recorrentes, a continuidade da organização tem se pautada na relação equilibrada entre a diretoria da CONSERGC, a empresa ADM e na confiança e amizade entre os associados. Embora o poder não possa ser distribuído, é equilibrado entre os atores. A gestão equilibrada precisa do poder como força estruturante, isto é, para que a coordenação aconteça na organização.

4.2.2 As conquistas obtidas com a atuação da CONSERGC

A organização estudada atende os interesses comuns dos grupos. Uma das vantagens para os associados é o apoio jurídico oferecido pela CONSERGC e a mediação com outras organizações. Pela organização, os associados das afiliadas obtêm descontos na compra de insumos e pequenos implementos agrícolas, retiram bloco de notas a um valor menor que o de mercado, prorroga contratos e dialogam com a empresa ADM que faz a intermediação com o Banco da Amazônia S/A (banco financiador dos recursos) dentro do projeto de dendê (preço, entrega, prazos). Os entrevistados afirmam que essas vantagens são oferecidas com maior frequência para os agricultores organizados de maneira formal.

Assim, observa-se que a CONSERGC atua no sentido de facilitar as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais, bancos e com a empresa ADM. Por esta perspectiva, os associados teoricamente obtêm vantagens de estarem representados por essa Central de Associações que se caracteriza, sobretudo como uma organização de mediação. De acordo com Schmitz, Mota e Prado (2007, p. 5), a mediação nessas organizações tem como objetivo:

[...] Facilitar as atividades econômicas dos membros, assim como, os contatos e procedimentos junto aos órgãos governamentais e bancos. Pode atender também, numa estrutura clientelista, aos interesses de pessoas influentes, especialmente de políticos. Não tem produção própria de forma mútua. Muitas vezes, o interesse é captar financiamento ou projetos. Os sócios podem ser avalistas. Tipicamente trata-se de uma “associação de pequenos produtores”, que tem como sócios agricultores familiares autônomos, que são, também, os beneficiados da atividade. Presta serviço num sentido mais amplo. Mesmo sendo um tipo com uma atividade econômica indireta, por causa da sua importância, por exemplo, para receber crédito e ter projetos, e pelo fato de serem os próprios sócios que executam as tarefas, este tipo caracteriza-se pelo interesse dos membros em contribuir para o projeto comum (Schmitz; Mota; Prado, 2007, p. 5).

Por essa perspectiva, os resultados corroboram com Olson (1999), este afirma que dificilmente uma organização persiste se não defender os interesses econômicos de seus sócios. Esse modelo (Associação Central – Associações afiliadas – agricultores familiares) tem possibilitado aos produtores de dendê obter melhorias no contrato de integração. Neste sentido, os argumentos indicam que se integrar a CONSERGC possibilita um maior diálogo com a empresa e o alcance de melhorias para os agricultores dentro do projeto de dendê.

4.2.3 Os principais entraves e as dificuldades de cooperação

As associações e as cooperativas, em geral, sempre enfrentaram dificuldades para mobilizar os agricultores para uma efetiva participação como associados e para gerir os empreendimentos que devem atender, por um lado, as demandas de mercado e se constituir enquanto associação de pessoas, por outro lado. No Estado do Pará, esse dilema foi estudado pelos autores (Oliveira, 2020; Rocha; Assis; Sablayrolle, 2023) dentre outros.

Ao se reportar ao dilema da cooperação, Olson (1999) identificou as dificuldades dos indivíduos se engajarem em projetos coletivos:

Mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto ou a menos que algum incentivo à parte, diferente do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais (Olson, 1999, p. 14-15).

As dificuldades de entender a proposta associativa se mostrou presente desde a criação das Associações afiliadas a CONSERGC. Muitos indivíduos afirmam que se associaram com o objetivo de acessar algum projeto.

Essa é uma constatação que precisa ser debatida dentro da organização, uma vez que, as primeiras organizações abrangidas nesse estudo situadas nos municípios de Irituia e São Domingos do Capim que demandaram exclusivamente o acesso ao crédito e os programas de habitação rural, não obtiveram êxito. O Sr. P declara: “as associações em Irituia são mais para participar de projetos, o financeiro é muito importante aqui em Irituia para o engajamento no associativismo”.¹⁵

O Sr. N, uma liderança sindical no município de Irituia e atual presidente de uma associação sediada no município, declara:

A associação local foi criada com o objetivo de buscar parcerias, alguns projetos vieram como o da Minha Casa Minha Vida, porém quando os projetos não saíram muitas pessoas desistiram, éramos no início 60 sócios e hoje apenas 26. A ADM nos incentivou a reativar a associação em 2014, estávamos parados.¹⁶

As colocações acima, em certa parte, retratam as experiências associativas no NEP que sofreram influência do crédito e, no caso aqui estudado, do projeto de dendeicultura. Portanto, é plausível a consideração de que a CONSERGC precisa trabalhar o entendimento da proposta associativa em seu contexto amplo, isto é, por um lado, precisa atender às demandas econômicas dos seus associados e, por outro lado, precisa reconhecer que as formas de cooperação e ajuda mútua devem vislumbrar o fator social, a relação sociedade e Estado (Gohn, 2000; Hébette, 2010). Vale lembrar que, em um primeiro momento, o associativismo no Nordeste paraense assumiu em inúmeros municípios a forma de associação simples, pautada na autogestão, na realização de mutirões, bem como, na relação de amizade e de reciprocidade entre seus associados.

Por essa perspectiva, existe uma vasta literatura, assim como os estudos que preconizam as mobilizações espontâneas e gratuitas de cooperação consagradas pela tradição camponesa – ajuda mútua como troca de dias e mutirões em que o interesse pode se caracterizar pela reciprocidade em retribuir um favor na hora do plantio de um roçado, na construção de uma benfeitoria, dentre outros (Sabourin, 2006; Hébette, 2010). Rios e Carvalho (2007) estudando a ação coletiva em assentamentos

¹⁵ Entrevista concedida pelo Sr. P, em 20 de maio de 2018.

¹⁶ Entrevista concedida pelo Sr. N, em 16 de maio de 2018.

rurais na Paraíba, afirmam que é importante partir de níveis mais simples de cooperação (mutirão, troca de dias de trabalho) para os mais complexos (associações e cooperativas).

Os agricultores que compõem as associações afiliadas à CONSERGC quase não promovem mutirões, convidados ou adjuntos para realizar os tratamentos culturais nos dendezaís. O mais comum, nesse caso, é a contratação de terceiros ou da própria família para realizar os trabalhos de capina, poda, adubação e colheita nas lavouras. O estudo de Schmitz e Farias (2021) mostra que o trabalho coletivo de maneira recíproca e com as forças de poder equilibradas contribuíram para o sucesso da ação coletiva analisada.

Outra dificuldade que a organização enfrenta nos dias atuais, se reporta a sua logística para reunir os diretores, uma vez que, as assembleias e reuniões acontecem no município de São Domingos do Capim e parte dos integrantes da sua diretoria residem no município de Irituia. Bem como, a partir da comparação dos discursos de alguns dos presidentes das associações, identifiquei uma baixa participação efetiva dos sócios, um baixo índice de adimplência, dificuldades em buscar parcerias políticas, o que reflete diretamente no desenvolvimento da proposta associativa e das demandas a serem levadas para as assembleias da CONSERGC e, pode resultar futuramente no fracasso.

Em um segundo momento, o associativismo no NEP necessitou se formalizar (assembleias, atas da posse da diretoria e registro em cartório e na receita federal). A cooperação nas associações formais passou a estabelecer relação com organizações não governamentais, com as agências estatais e privadas.

As minhas análises mostraram que a CONSERGC passa por um problema de comunicação com algumas instituições importantes para o desenvolvimento de atividades rurais no Estado do Pará. O representante da Emater e do STTR de São Domingos do Capim que me concederam uma entrevista, mantêm certa distância da organização e, em certo ponto, desconhecem as atividades desenvolvidas pela organização. No município de Irituia, departamentos como a Secretaria de Agricultura e um dos membros do STTR local que colaborou com a pesquisa, não têm conhecimento das atividades desenvolvidas pela organização no município.

Todavia, a partir do ano de 2023 a organização tem se aproximado de algumas forças políticas como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAGRI), a secretaria de agricultura de São Domingos, bem como representantes dos STTRs dos referidos municípios. Essa é uma clara

demonstração de que a organização utiliza estratégias para promover os interesses de seus sócios e contribui para uma boa avaliação enquanto atuação dos dirigentes da Central.

Das quatorze associações afiliadas a CONSERGC, os presidentes de doze aceitaram falar sobre a atuação dos diretores da organização. Os associados foram perguntados sobre suas opiniões em relação à atuação da diretoria da organização junto à empresa ADM e às associações integradas a ela, conforme os gráficos 1 e 2.

Gráficos 1 – Opinião sobre a atuação junto à empresa ADM



Fonte: Elaborado por Marciclei Balieiro, em 2018, e atualizado em 2024.

Gráficos 2 – Opinião sobre a atuação junto aos representantes das associações afiliadas a CONSERGC



Fonte: Elaborado por Marciclei Balieiro, em 2018, e atualizado em 2024.

Observou-se que dois terços dos entrevistados estão satisfeitos com a atuação da diretoria junto à empresa, pois os diretores já conseguiram melhorias para os integrados ao projeto e possui uma boa relação com o atual representante da ADM para a agricultura familiar, com seu antecessor o diálogo pouco existia. No caso daqueles que atribuíram à nota regular, os relatos, em geral, fazem referência às solicitações não atendidas.

A maioria dos entrevistados (83,4%) avalia de maneira positiva a atuação dos gestores da CONSERGC junto às associações que a compõe, sobretudo, pela boa relação entre os representantes das organizações. O Sr. S faz questão de informar a importância que a CONSERGC tem para os agricultores familiares locais e relata:

A ADM conseguiu mobilizar todo mundo para a criação da CONSERGC, o sindicato, a FETAGRI, os agricultores, porém deixo claro que a CONSERGC é independente da ADM, ela tem atuado para defender os interesses dos agricultores familiares integrados ou não.¹⁷

Todavia, aqueles que consideraram a atuação regular comentaram que em algumas ocasiões não participam das assembleias pela falta de recursos para se deslocar até os locais dos encontros, por problemas pessoais ou pelo trabalho nas propriedades. Eles questionaram a falta do presidente da CONSERGC não fazer contato para se informar do por que dessa ausência. Um dos entrevistados declara: “eu passei seis meses sem frequentar as assembleias da CONSERGC, por problemas pessoais, até de falta de recursos, eu precisei me estruturar novamente e correr atrás”.¹⁸

Percebe-se, pelas narrativas dos entrevistados que a adesão do agricultor a uma associação que faz parte de uma organização maior (CONSERGC) lhe traz a possibilidade de organização da produção de dendê, de acesso ao crédito e a garantia na compra de insumos, pequenos implementos agrícolas e acesso à serviços de contabilidade a um preço menor que o mercado oferece para produtores individuais. Neste estudo, as razões para a proposta associativa, sobretudo, está relacionada ao projeto de integração à dendeicultura e o vislumbre de melhoria da renda familiar. Assim, possibilitar melhoria na qualidade de vida como um todo, seja nas condições de saúde, lazer, alimentação, moradia, transporte, etc.

Para Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) no estado do Pará as cooperativas camponesas, de modo geral, têm suas ações concebidas para resolver um problema econômico, de melhoria de renda a partir

¹⁷ Entrevista concedida pelo Sr. S, em 17 de maio de 2018.

¹⁸ Entrevista concedida pela Entrevistada P, em 21 de maio de 2018.

da comercialização dos produtos da agricultura. Essa constatação precisa está alinhada com a gestão participativa, com a reciprocidade, as forças de poder estruturantes equilibradas e o entendimento da proposta associativa para a continuidade da ação coletiva no espaço rural da CONSERGC.

Entre os interesses das Associações locais em se afiliarem a CONSERGC está relacionado, em princípio a mobilização e o incentivo dado pela empresa ADM para a criação das organizações. Posteriormente, a CONSERGC foi vista pelos associados como uma facilitadora do diálogo com a empresa e, entre as vantagens, um meio para obtenção de melhorias no contrato de integração a dendeicultura com o Banco da Amazônia S/A, financiador dos recursos. Dentro do projeto de dendê alguns agricultores estão satisfeitos, outros se sentem frustrados com a renda que para muitos ainda é incipiente devido aos custos da produção.

O estudo de Mota *et al.* (2023), com 122 agricultores integrados à dendeicultura, mostra que 53% dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos com a produção e a renda. No entanto, 25% estão insatisfeitos com os dois, e 19% insatisfeitos somente quanto ao fato de produzirem dendê. Os autores constataram em seu estudo que os motivos para insatisfação ocorre por causa do baixo retorno financeiro o que limita os investimentos após pagar os custos de produção, receio de endividamento, o medo de que os resultados econômicos não compensem a escolha pelo cultivo de longa duração e o temor da perda de autonomia, razões que corroboram com as insatisfações de uma parcela dos entrevistados da minha pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que as iniciativas e incentivos para a organização formal dos agricultores que participaram desta pesquisa foram orientadas por uma matriz agroindustrial, caracterizada por ações pré-determinadas e promoção de relações de dependência. As ações coletivas nas associações afiliadas a CONSERGC mostram fragilidades e ocorrem quando iniciativas de melhorias em torno do contrato de integração chamam a atenção dos seus sócios, mas sem investimento nas relações de reciprocidade.

A CONSERGC apresenta dificuldades, sobretudo, no que diz respeito à falta de recursos para viabilizar a participação dos diretores que residem no município de Irituia nas instancias de tomadas de decisões (assembleias e reuniões) e para desenvolver outras atividades sociais e econômicas como mutirões, dias de campo, atividades estas que reforçam os laços associativos

e reduzem os custos de produção. Vale lembrar que a diretoria da CONSERGC é composta por alguns sócios das afiliadas que residem em Irituia, e os encontros da organização são feitos no município de São Domingos do Capim. Outro dilema é uma das questões centrais que influencia a participação e o engajamento nas atividades coletivas dizem respeito aos custos, pois além das despesas para o transporte, a participação custa tempo (Olson, 1999).

A ausência da participação oportuniza a gestão centralizadora, que pode abrir espaço para a sobreposição dos interesses individuais sobre o coletivo e levar as organizações a problemas de gestão e, conseqüentemente ao fracasso da ação coletiva proposta (Farias, 2009). Diante disso, a participação dos agricultores nas atividades internas das associações afiliadas é a melhor estratégia, a que oportunizará melhores resultados aos associados.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, conclui-se que o estudo aponta para a necessidade de entendimento dos agricultores sobre o papel que cada um tem no processo associativo em sua abrangência e especificidades, uma vez que, será a participação de maneira efetiva e recíproca das atividades das associações afiliadas e na própria CONSERGC, que oportunizará melhores benefícios para os seus membros e o entendimento da implantação de projetos orientados pela lógica agroindustrial. Seus gestores têm experiência política, em negociação, possui a confiança dos associados e têm contornado os problemas recorrentes e contribuído para a continuidade da proposta associativa estudada.

REFERÊNCIAS

ABRAPALMA. Palma de óleo: a força da biodiversidade tropical que impulsiona indústrias e transforma paisagens. **Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://abrapalma.org/sobre-a-palma/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ALBUQUERQUE, J. O Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma e seus efeitos sobre o espaço rural em Tomé-Açu, Pará. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2017. p. 1-13.

AXELROD, R. M. **The evolution of cooperation**. New York: Basic Books, 1984.

BALIEIRO, M. L. **Ação coletiva sob influência da dendeicultura**: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (CONSERGC). 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confin**s, Paris, n. 10, 2010. Disponível em: <http://confin.s.revues.org/6609>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BERNOUX, P. **A sociologia das organizações**. Trad. Adão Carvalho. Porto: RES, 2005.

BRASIL. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (org). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

CANASSA, B. J.; COSTA, D. R. M. Ciclo de vida das cooperativas de crédito brasileiras: o desempenho da cooperativa como motivo para a descontinuidade das operações. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 1, p. 51-68, 2018.

COSTA, R. J., *et al.* “Os daqui” e “os de fora”: sociabilidade entre trabalhadores assalariados na dendeicultura na Amazônia oriental. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [s. l.], v. 6, n. 5, p. 1-23, 2024.

CROZIER, M.; ERHARD, F. **Die Zuänge Kollektiven Handelns**: Über Macht und Organisation. Trad. E. Friedberg, S. Frankfurt: a.M, 1993.

CRUZ, R. H. R.; FARIAS, A. L. A. Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na amazônia paraense: uso de agrotóxicos. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 5, n. 10 p. 86-109, 2017.

FAGOTTI, L. N. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 9, n. 1 e 2, p. 1-29, 2017.

- FARIAS, S. K. P. **Gestão coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas na agricultura familiar no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- FARIAS, S. K. P.; SCHMITZ, H. Gestão coletiva de máquinas e equipamentos agrícolas na agricultura familiar no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho. *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. *Anais [...]*. Porto de Galinhas: UFPE, 2010. p. 1-20.
- FRIEDBERG, E. **O poder e a regra: dinâmicas da ação organizada**. Lisboa. Instituto Piaget, 1995a.
- FRIEDBERG, E. Organização. *In*: BOUDON, R. (ed.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1995b. p. 375-412.
- GANANÇA, C. A. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- GEMAQUE, A. M. S.; FERREIRA FILHO, H. R.; BELTRÃO, N. E. S. A dendeicultura na Amazônia: adoção do projeto dendê familiar em uma comunidade rural no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 11, n. 3, p. 80-100, set./dez. 2015.
- GOHN, M. G. O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. **Motrivivência**, Campinas, ano XI, n. 14, p. 15-32, maio 2000.
- GOMES, D. L.; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultores familiares, agroindústrias de dendê e a integração produtiva na Amazônia Paraense. **Caminhos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 83, p. 301-320, 2021.
- GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- GUIMARÃES, J. B. *et al.* “O dendê era um sonho”: agricultores familiares e rupturas com as agroindústrias de dendê no Pará, Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 63, e288908, 2025.

HÉBETTE, J. Associativismo: um ensaio sobre sua contextualização histórica. Estudo sobre as dinâmicas das associações rurais no nordeste amazônico. In: GOMES, A. C.; MANESCHY, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; FERREIRA, J. M. C. (org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**: estudos em Portugal, África e Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2010. p. 53-66.

IBGE. São Domingos do Capim (PA). Panorama Geral. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-domingos-do-capim/panorama>. Acesso em: 5 abr. 2017a.

MELO, L. B.; RESENDE FILHO, M. A. Determinantes do risco de crédito rural no Brasil: uma crítica às renegociações da dívida rural. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 67-91, jan./mar. 2017.

MORAES, L. G. S. O associativismo rural e a lógica da ação coletiva: reflexões sobre motivação e engajamento. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 5, p. 1-22, 2021.

MORAES, L. G. S. O movimento sindical rural e os desafios da ação coletiva em tempos de crises. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFAS E GEOGRAFOS, 8., 2024, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2024. p. 1-15. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727106232_ARQUIVO_e330855ad4fcdc9ebe831b92d6d847a6.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

MOTA, D. M. *et al.* Entre o discurso e as evidências na dendeicultura: inclusão social e agricultores familiares na Amazônia Oriental. **Amazônica**: revista de antropologia, Belém, v. 15, n. 2, p. 305-330, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/13102/0>. Acesso em: 12 maio 2025.

NAHUM, J. S.; SANTOS, L. S.; SANTOS, C. B. Formation of palm oil cultivation in Para's Amazon. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, p. 1-14, 2020. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19007>. Acesso em: 12 jun. 2025.

OLIVEIRA, K. E. H. **A ação coletiva de agricultores integrados à agroindústria de dendê na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia/Pará**. 2020. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução Fabio Fernandes. São Paulo: Edusp, 1999.

OSTROM, E. Analyzing collective action. **Association of Agricultural Economists**, [s. l.], p. 154-166, 2010.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RIBAS, R. A. *et al.* Diagnóstico Organizacional da Cooperativa dos Produtores de Leite da Vila Bom Jardim - Cooperlight, dm Pacajá – PA. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, RS, v. 4, n. 8, p. 109-122, jul./dez. 2017.

RIOS, G. S. L.; CARVALHO, D. M. Associação de agricultores familiares como estruturas de ensaio pré-cooperativa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2007. p. 1-15.

ROCHA, A. C. O.; ASSIS, W. S.; SABLAYROLLES, P. J. L. Caracterização e desafios do cooperativismo camponês no nordeste paraense. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, RS, v. 10, n. 19, e66070, 2023.

SABOURIN, E. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. *In*: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2006. CD-ROM.

SANTANA, R. T. **Associativismo rural**: o caso da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Tiririca, Cruz das Almas-Ba. 2019. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, 2019.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M.; PRADO, E. S. A. C. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SBSP, 2007. p. 1-14.

SCHMITZ, H; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan./abr. 2017.

SCHMITZ, H.; FARIAS, E. S. Cooperação e persistência: um estudo da ação coletiva de agricultores familiares no Oeste do Pará, Amazônia. **Redes**, Santa Cruz Sul, v. 26, p. 1-21, 2021.

SILVA, C. C. S. **Percepção comunitária de impactos socioambientais da monocultura do dendê (*elaeis guineensis*) em Boa Vista, nordeste paraense, Bonito-Pará**. 2017. 107 f. Monografia (Bacharelado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2017.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ano II, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008.

TILLY, C. Introduction. In: TILLY, L. A.; TILLY, C. (ed.). **Class conflict and collective action**. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.

USDS. Oilseeds: World Markets and Trade. **United States Department of Agriculture Foreign Agricultural Service**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://www.fas.usda.gov/sites/default/files/2025-03/oilseeds.pdf> Acesso em: 14 mar. 2025.

VENTURIERI, A. *et al.* Cultivo de dendezeiro no Pará: dinâmicas espaciais e uma aproximação geohistórica. **Confins**, Paris, n. 63, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/58333>. Acesso em: 3 maio 2025.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília, DF: UnB, 2002. 2 v.





Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



DIAGNÓSTICO DE EMPREENDIMENTOS AGROEXTRATIVISTAS PESQUEIROS COM POTENCIAL DE INCUBAÇÃO NA MICRORREGIÃO DO SALGADO PARAENSE



DIAGNOSIS OF AGROEXTRACTIVE ENTERPRISES FISHING WITH INCUBATION POTENTIAL IN THE MICRO-REGION IN THE SALTY PARAENSE

Anderson Paixão Hungria  



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Vigia, PA, Brasil

Álvaro Lima de Moura  



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Vigia, PA, Brasil

Maria Elza de Souza Braga  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Vigia, PA, Brasil

Lian Valente Brandão  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Vigia, PA, Brasil

Fabricio Nilo Lima da Silva  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Vigia, PA, Brasil

RESUMO

A economia solidária, baseada na autogestão e na cooperação, desempenha um papel essencial na sustentabilidade dos empreendimentos agroextrativistas pesqueiros. Este estudo teve como objetivo diagnosticar esses empreendimentos na microrregião do Salgado Paraense, localizada na região Norte do Brasil. A pesquisa, realizada entre 2023 e 2024, seguiu um estudo de caso focado na etapa de pré-incubação, abrangendo os municípios de Curuçá, Salinópolis, São Caetano de Odivelas e Vigia, caracterizados por forte atuação nos setores da pesca, aquicultura e agricultura familiar. A metodologia foi estruturada em três fases: planejamento, mapeamento e diagnóstico. Os resultados revelaram a existência de 52 empreendimentos agroextrativistas pesqueiros, categorizados da seguinte forma: 06 microempreendedores individuais, 30 aquicultores (piscicultores), 08 associações, 04 hotéis e 04 restaurantes com foco na produção e comercialização de pescado. Os dados obtidos, indicam que a integração desses empreendimentos acarreta impactos significativos nos âmbitos social, econômico e ambiental, reforçando sua relevância para o desenvolvimento sustentável local. Conclui-se que a implementação de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento dos pequenos empreendimentos do setor, aliada a investimentos em capacitação contínua, assistência técnica e incentivos estruturais, é fundamental para consolidar um modelo produtivo sustentável nesta microrregião.

Palavras-chave: agricultura familiar; aquicultura; economia solidária; pesca artesanal.

ABSTRACT

The solidarity economy, based on self-management and cooperation, plays an essential role in the sustainability of agro-extractive fishing enterprises. This study aimed to diagnose these enterprises in the Salgado Paraense micro-region, located in northern Brazil. The research, carried out between 2023 and 2024, followed a case study focused on the pre-incubation stage, covering the municipalities of Curuçá, Salinópolis, São Caetano de Odivelas and Vigia, characterized by strong activity in the fishing, aquaculture and family farming sectors. The methodology was structured in three phases: planning, mapping and diagnosis. The results revealed the existence of 52 agro-extractive fishing enterprises, categorized as follows: 06 individual micro-entrepreneurs, 30 fish farmers, 08 associations, 04 hotels and 04 restaurants focused on fish production and marketing. The data obtained indicates that the integration of these enterprises generates significant social, economic and environmental impacts, reinforcing their relevance to local sustainable development. The conclusion is that the implementation of public policies aimed at strengthening small enterprises in the sector, combined with investments in ongoing training, technical assistance and structural incentives, is fundamental to consolidating a sustainable production model in this micro-region.

Keywords: family farming; aquaculture; solidarity economy; artisanal fishing.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária, consitui-se como um processo educativo, cultural e científico que estabelece uma articulação indissociável entre ensino e pesquisa, promovendo interações transformadoras entre instituições de ensino e a sociedade (Pereira; Santos; Sampaio, 2021).

Nessa perspectiva, a extensão universitária apresenta-se como uma via de mão dupla, na qual a comunidade acadêmica encontra, na interação com a sociedade, uma oportunidade para a aplicação prática do conhecimento científico (Vieira *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2023). Por sua vez, o retorno dessa experiência à instituição permite que docentes e discentes aprimorem sua formação acadêmica, por meio de uma reflexão teórica crítica, ampliando e enriquecendo o conhecimento produzido (Freire, 2004; Caporal, 2005).

A incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, promovida por incubadoras institucionais, ainda é pouco conhecida e, muitas vezes, confundida com o modelo de incubação de empresas tradicionais (Felizardo *et al.*, 2015; Monteiro *et al.*, 2022). Essa percepção ocorre devido à prevalência de um modelo hegemônico tradicional, que enfatiza o ensino e a pesquisa, atribuindo menor relevância às atividades extensionistas.

As incubadoras de empreendimentos solidários desempenham um papel crucial ao promover processos de desenvolvimento mais justos e igualitários, facilitando a implementação de políticas públicas necessárias para combater desigualdades sociais (Singer, 1999; Moreno *et al.*, 2024). Por meio de metodologias específicas de incubação, essas iniciativas organizam e requalificam trabalhadores, proporcionando-lhes a oportunidade de entrar no mercado de trabalho com maior autonomia organizativa e viabilidade econômica (Souza *et al.*, 2024; Souza *et al.*, 2023; Vieira *et al.*, 2021).

Neste contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Vigia, desempenha um papel estratégico na microrregião do salgado paraense, território caracterizado pela forte presença de empreendimentos que exercem atividades ligadas ao agroextrativismo pesqueiro. Setor este que abrange as iniciativas que atuam de forma integrada e sustentável, nas práticas da agricultura familiar, no extrativismo vegetal, na pesca artesanal, além do cultivo de organismos aquáticos (Brasil, 2009; Felizardo; Rocha, 2020). Tais atividades não apenas sustentam a economia local, mas também expressam a diversidade cultural e a riqueza socioambiental que marcam a identidade da região.

A implantação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Empreendedorismo (ITESE) no IFPA campus Vigia, consolida uma importante iniciativa extensionista voltada ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável. Por meio de ações como o mapeamento e a prospecção de empreendimentos para pré-incubação, a ITESE busca identificar e apoiar empreendimentos econômicos solidários que tenham potencial para contribuir com o progresso socioeconômico local (Bunde *et al.*, 2023; Soares *et al.*, 2023).

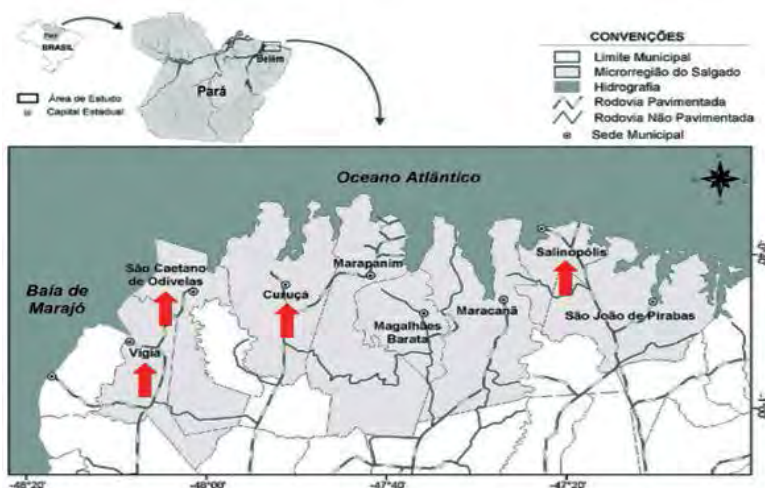
Diante do exposto, este estudo teve como objetivo diagnosticar empreendimentos agroextrativistas pesqueiros, possibilitando identificar demandas específicas e com isso propor estratégias de intervenção voltadas para o fortalecimento de empreendimentos agroextrativistas pesqueiros na microrregião do Salgado Paraense.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, é o segundo maior do país em extensão territorial, com uma área de 1.248.042 km², distribuída em 144 municípios (IBGE, 2022). Portanto, este estudo de caso foi conduzido em quatro municípios da Microrregião do Salgado Paraense: Curuçá, Salinópolis, São Caetano de Odivelas e Vigia (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios envolvidos no estudo



Fonte: Santos e Lisboa (2008).

A seleção desses municípios para o estudo, justifica-se por sua relevância no contexto do agroextrativismo pesqueiro na região costeira paraense e pelo potencial para o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão voltadas ao fortalecimento da economia solidária. Além disso, a integração entre características locais, como a biodiversidade, práticas culturais e atividades econômicas, representa uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento sustentável.

2.2 COLETA DE DADOS

A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Empreendedorismo (ITESE) foi implantada por docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Vigia, com o objetivo de apoiar diversos municípios da região. O público-alvo que a ITESE atende, inclui microempreendedores individuais, agricultores, aquicultores, pescadores, colônias, associações, cooperativas, hotéis e restaurantes. Esta pesquisa é caracterizada como um estudo de caso, com foco na exploração, descrição e explicação de fenômenos atuais em seu contexto original. O projeto foi conduzido por servidores e estudantes, nos anos de 2023 e 2024, seguindo etapas metodológicas estruturadas em planejamento, mapeamento e diagnóstico:

2.2.1 Planejamento

O planejamento foi estruturado em três fases principais: Pré-campo, Campo e Pós-campo, seguindo a metodologia de campo adaptada de Silva, Silva e Varejão (2010). No Pré-campo, foram realizadas as seguintes etapas: revisão da literatura, determinação do público-alvo, elaboração de perguntas norteadoras e construção do questionário. Na fase de Campo, as atividades incluíram: identificação dos empreendimentos, seleção dos empreendimentos, visitas aos locais, esclarecimento ao público-alvo, aplicação das entrevistas e realização de caminhadas transversais. Por fim, no Pós-campo, foram conduzidas as etapas de tabulação das informações, agrupamento dos resultados e análise e discussão dos dados obtidos.

2.2.2 Mapeamento

O mapeamento consistiu no levantamento de informações sobre os empreendimentos. Onde nesse momento, foi possível criar bases

de informações detalhadas sobre os empreendimentos identificados. Inicialmente o contato com os gestores foi realizado por telefone, buscando compreender o interesse em receber apoio da incubadora. Após o contato, os empreendimentos foram visitados para dar início às etapas de incubação.

Para uma melhor compreensão da metodologia, cabe destacar que esta foi adaptada de Silva *et al.* (2018), considerando as três etapas definidas para o enquadramento dos empreendimentos: pré-incubação, incubação e pós-incubação. Neste estudo, o foco esteve apenas na etapa de pré-incubação, que compreende três estágios principais: sensibilização, prospecção e seleção dos grupos.

No estágio de sensibilização, envolveu os primeiros contatos com o público, formado por grupos que desejavam se fortalecer em uma atividade econômica. As ações incluíram: identificação do público-alvo, apresentação da incubadora e do projeto de extensão, além da explicação dos objetivos da incubadora, suas ações, possibilidades e limites de atuação.

A prospecção consistiu na coleta de dados para a realização de um diagnóstico social e econômico, conduzida pela área técnica da incubadora, composta por docentes e estudantes. Foram levantadas informações sobre localização, infraestrutura, equipe, recursos financeiros, processos a serem desenvolvidos, produtos ou serviços oferecidos e mercado potencial dos empreendimentos.

A seleção dos empreendimentos para a etapa de incubação avaliou o grau de maturidade de cada empreendimento, tanto coletivo quanto individual. Além disso, foram descritos os desafios e as oportunidades presentes no ciclo de vida da maioria dos empreendimentos, permitindo a definição de prioridades para o processo de incubação.

2.2.3 Diagnóstico

Durante as visitas, foram realizadas entrevistas com os gestores dos empreendimentos e aplicados questionários estruturados. O objetivo foi coletar informações relacionadas às condições sociais, econômicas e ambientais dos empreendimentos por meio do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), além de identificar suas potencialidades para a região, conforme a metodologia adaptada de Verdejo (2010). Para o mesmo autor, o DRP constitui um conjunto de técnicas e ferramentas que possibilitam o levantamento de informações sobre as condições sociais, econômicas e ambientais. Essa abordagem utiliza uma pedagogia construtivista e

humanista, tendo como ponto de partida a realidade e o conhecimento local, o que fortalece a legitimidade e a aplicabilidade dos dados coletados. Para isso, houve a participação ativa de discentes, docentes e representantes dos empreendimentos, em um processo democrático que adotou metodologias participativas, como o DRP.

A abordagem metodológica adotada foi quali-quantitativa, permitindo interpretar informações qualitativas com suporte de dados quantitativos. As informações qualitativas foram obtidas por meio de entrevistas, utilizando um questionário semiestruturado composto por perguntas abertas e fechadas. O roteiro de entrevistas foi elaborado com base em literatura científica (Singer; Souza, 2000; Felizardo *et al.*, 2015; Monteiro *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2023; Moreno *et al.*, 2024), abordando temas como a incubação de empreendimentos solidários, em alinhamento com os objetivos do trabalho.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo a ética na pesquisa. Suas identidades foram mantidas em sigilo, assegurando anonimato e confidencialidade. Vale ressaltar que essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com o Parecer Consubstanciado (nº 7.158.845).

2.3 Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados utilizando estatística descritiva, conforme a metodologia de Zar (1999). O software Microsoft Excel foi empregado para a elaboração de tabelas e infográficos, facilitando a visualização dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

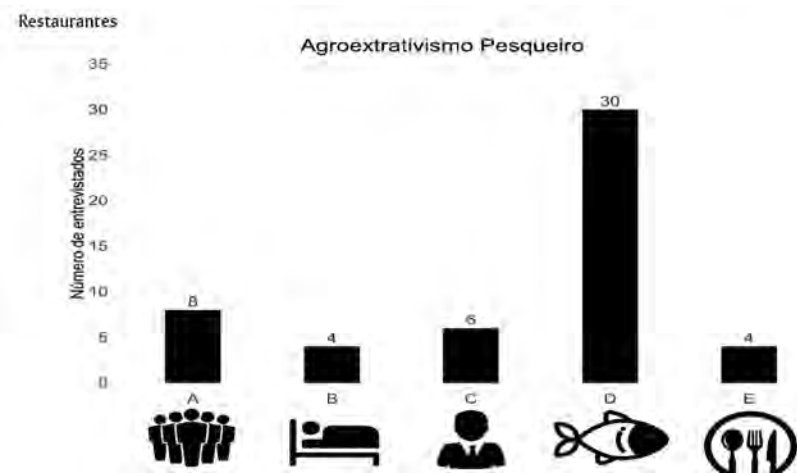
Neste estudo, foram mapeados e diagnosticados um total de 52 empreendimentos agroextrativistas pesqueiros (Figura 2). Vale destacar que todos trabalham e integram a cadeia produtiva do pescado local. A integração destes estabelecimentos, demonstrou gerar impactos sociais, econômicos e ambientais significativos para este estudo.

No que se refere à categoria dos Microempreendedores Individuais (MEIs), o estudo contabilizou seis empreendimentos que atuam no setor de comercialização de pescados conforme (Quadro 1).

Os resultados do diagnóstico apontam impactos positivos que incluem o fortalecimento do empreendedorismo local, o surgimento de

redes comunitárias, o aumento de renda e geração de empregos, além de oportunidades para práticas sustentáveis. A integração dos MEIs ao projeto trouxe resultados iniciais relevantes, no que se refere às dimensões social, econômica e ambiental.

Figura 2 – A) Associações, B) Hotéis, C) Microempreendedores Individuais, D) Aquicultores (piscicultores) e E) Restaurantes



Fonte: Elaborada pelos autores, 2024, a partir do Google Imagens.

Quadro 1 – Microempreendedor individual encontrado neste estudo

MEI	Município	Atividade principal	Status cadastral	Situação
Lisboa Mariscos e Pescados	Vigia	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	Ativo	Mapeada e diagnosticada
Gaia Pescados	Salinópolis	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	Ativo	Mapeada e diagnosticada
P & M Pescados	Vigia	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	Ativo	Mapeada e diagnosticada
Pescados Coração de Maria	Vigia	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	Ativo	Mapeada e diagnosticada
Natan Pescados	São Caetano de Odivelas	-	Inativo	Mapeada e diagnosticada
Paulinho Pescados	Vigia	-	Inativo	Mapeada e diagnosticada

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Segundo, Paiva *et al.* (2021), as incubadoras tecnológicas de base solidária (ITESE), têm como propósito fortalecer os empreendimentos, oferecendo serviços de capacitação, suporte administrativo, assessoria para gestão e oportunidades de networking com diversos eventos. Desempenhando uma rede de apoio fundamental para estas iniciativas, contribuindo assim para a geração de empregos e renda (Shekapure; Dipti; Shekapure, 2024; Moreno et al., 2024).

No que se refere ao âmbito social, destaca-se o fortalecimento do empreendedorismo local. Microempreendedores individuais como Lisboa Mariscos e Pescados e Gaia Pescados ganharam maior visibilidade, contribuindo para a consolidação de seus papéis na comunidade local. Além disso, o projeto promoveu integração comunitária, facilitando a troca de conhecimentos e experiências entre os empreendedores. Esse intercâmbio contribuiu para o aumento do senso de cooperação e colaboração social, reforçando desta maneira, os vínculos entre os envolvidos.

Com relação à dimensão econômica, o projeto contribuiu para estimular a geração de empregos e renda. A inclusão de Microempreendedores individuais focados na atividade pesqueira, dinamizou a economia local, gerando assim oportunidades para aumento da renda dos empreendedores, favorecendo a criação de empregos indiretos ao longo da cadeia produtiva.

Outra contribuição importante que podemos destacar, é a valorização da produção no comércio local. Pois negócios como os dos MEIs, Paulinho Pescados e Pescados Coração de Maria ampliaram sua competitividade no mercado regional, fortalecendo a economia nos municípios amostrados. De acordo com Martínez-Martínez (2022), o apoio das (ITESE) aos empreendimentos durante a fase inicial de incubação, corresponde a um fator estratégico para o sucesso desses estabelecimentos. Nesta fase de implantação, a integração favorece a criação de valor, assim como a transferência de tecnologia e a promoção de inovação (De la Hoz-Villar; Prieto-Flórez 2020).

Deste modo, a ITESE/IFPA, em parceria com os empreendedores, buscam por acesso a novos canais de distribuição para seus produtos pesqueiros. Uma das saídas promissoras seriam as cadeias curtas de comercialização, onde os MEIs negociam diretamente com seus clientes sem a presença de intermediários, implicando na construção de uma relação de confiança mútua entre quem produz e quem consome, assim como oportunidades de melhoria na sua renda. Os canais de comercialização como bares, restaurantes, hotéis e supermercados são, portanto, ótimas possibilidades de cadeias curtas de comercialização do pescado (Campos; Almeida; Timóteo, 2021).

Do ponto de vista ambiental, observou-se avanços na promoção de práticas sustentáveis. Pois a integração dos MEIs contribuiu para a sensibilização dos empreendedores sobre a importância de práticas de pesca sustentável, minimizando assim os impactos ambientais na exploração de recursos pesqueiros. Além disso, o projeto estabeleceu uma base inicial para promover ações futuras que alinhem a produção de pescados à conservação dos recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade da cadeia produtiva.

Os resultados obtidos evidenciaram que o projeto fortaleceu a economia local, promoveu maior integração entre microempreendedores do setor de pescados e valorizou os negócios regionais. Estudos semelhantes, como de Oliveira *et al.* (2019), demonstraram como a (ITESE) pode apoiar transferência de tecnologias e assim potencializar empreendimentos. Além disso, identificou-se o potencial de implementar práticas ambientalmente conscientes, reforçando os impactos sociais, econômicos e ambientais do projeto.

No que diz respeito aos empreendimentos relacionados ao setor aquícola, o estudo mapeou e diagnosticou um total de 30 unidades de pisciculturas, localizadas em 19 comunidades distintas no município de Vigia, conforme destacado no (Quadro 2).

Quadro 2 – Aquicultura (piscicultura) localizada neste estudo

Localidade	Município	Situação	Número de aqüicultor
Itapuá	Vigia	Mapeado e diagnosticado	4
Km 43	Vigia	Mapeado e diagnosticado	2
Curuçazinho	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
4 Marcos	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Penha longa	Vigia	Mapeado e diagnosticado	2
Cumarú	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Meratauá	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Santa Rosa	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Tujáu	Vigia	Mapeado e diagnosticado	4
Riozinho	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Santa Maria do Guarimã	Vigia	Mapeado e diagnosticado	2
Km 35	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Paraíso	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Porto Salvo	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Km 32	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
São Sebastião do Guarimã	Vigia	Mapeado e diagnosticado	2
Coração de Jesus	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1
Vila Anauerá	Vigia	Mapeado e diagnosticado	2
Vila Acapú	Vigia	Mapeado e diagnosticado	1

Elaborado pelos autores, 2024.

Os resultados da prospecção, demonstram gerar impactos significativos entre os piscicultores identificados, os quais destacam o fomento de vínculos comunitários e a integração entre os empreendimentos solidários.

Entre os impactos sociais alcançados pelo projeto, embora em estágio inicial, destaca-se o maior engajamento comunitário, uma vez que o contato com os aquicultores estabeleceu uma base sólida para ações futuras de capacitação e formação, que podem melhorar as condições de trabalho e qualidade de vida das comunidades.

De acordo com Asensio-Ciria *et al.* (2024), as fases iniciais de incubação dos empreendimentos são primordiais para se estabelecer relações de confiança entre os membros, sanar dúvidas, apresentar ideias inovadoras além de capacitar os associados. Segundo Silva (2023), cursos de capacitação para pequenos aquicultores, torna-se uma excelente ferramenta para minimizar os entraves enfrentados durante o manejo da produção, e uma vez aplicada, melhora a atividade e garante qualificação para setor (Oliveira *et al.*, 2020).

Na área econômica, a sistematização de dados sobre os aquicultores permitiu um diagnóstico inicial que identificou necessidades e oportunidades de apoio técnico. Isso pode contribuir para aumentar a produtividade e a renda. O fomento ao empreendedorismo solidário também foi uma conquista significativa, com potencial para estruturar processos produtivos e comerciais que beneficiam economicamente as comunidades envolvidas.

Experiências exitosas foram registradas em associações de pequenos piscicultores no nordeste e sudeste do Brasil (Pedroza Filho *et al.*, 2014). Os resultados demonstraram transformação significativa na vida das famílias envolvidas, não apenas através da renda gerada, mas também no empoderamento social dos membros que passaram a ter melhor percepção de seu papel na sociedade.

Em relação aos impactos ambientais, o estudo criou uma base inicial para práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, alinhadas ao diagnóstico socioeconômico e ambiental. A conscientização ambiental emergiu como um ponto de destaque, com perspectivas de incluir práticas que conciliam produtividade e preservação dos ecossistemas, especialmente na região do Salgado Paraense.

Paiva *et al.* (2021), ao analisar sobre o papel das instituições de pesquisa na Incubação de empreendimentos Solidários no estado do Ceará (Brasil), obteve resultados promissores, onde indicaram que os processos de incubação baseada nas relações igualitárias entre participantes e a

dialogicidade entre os saberes acadêmico e popular, impulsiona impactos positivos nos modos de agir dos sujeitos envolvidos, repercutindo assim em um aperfeiçoamento no processo de gestão dos empreendimentos.

A pesquisa também mapeou e diagnosticou oito associações nos municípios de Vigia, Curuçá e São Caetano de Odivelas (Quadro 3). Os resultados incluem o fortalecimento de redes comunitárias, diversificação econômica, potencial para práticas ambientalmente conscientes e preservação de recursos naturais.

Quadro 3 – Associações localizadas neste estudo

Organização social	Municípios	Situação
1 - ASSPAV Z3	Vigia	Mapeada e diagnosticada
2 - AECOTRAMC	Vigia	Mapeada e diagnosticada
3 - APIVIN	Vigia	Mapeada e diagnosticada
4 - ACRAP	Vigia	Mapeada e diagnosticada
5 - APCV	Vigia	Mapeada e diagnosticada
6 - ASTERVI	Vigia	Mapeada e diagnosticada
7- AQUAVILA	Curuçá	Somente mapeada
8 - ASSOPEF	São Caetano de Odivelas	Somente mapeada

1- Associação de pescadores e agricultores de Vigia de Nazaré (ASSPAV Z3). 2- Associação ecológica dos trabalhadores rurais, agroextrativista e dos moradores da vila Curuçazinho (AECOTRAMC). 3- Associação dos apicultores de Vigia de Nazaré (APIVIN). 4- Associação dos consertadores de rede artesanal e pescadores do município de Vigia - PA (ACRAP). 5- Associação dos pescadores consertadores e tecedoras de redes de pesca de Vigia de Nazaré - (APCV). 6- Associação dos taxistas da estação rodoviária de Vigia (ASTERVI). 7- Associação de aquicultores da vila Lauro Sodré (AQUAVILA). 8- Associação dos ostreicultores, apicultores, agricultores, pescadores artesanais e extrativistas da comunidade do Pereru de Fátima (ASSOPEF). Elaborado pelos autores, 2024.

O fortalecimento das redes comunitárias foi possível graças ao fortalecimento de vínculos entre as associações e o IFPA, promovendo senso de pertencimento e colaboração regional. Além disso, o projeto engajou associações de diferentes perfis produtivos e econômicos, fomentando a inclusão e a diversidade.

Resultados bem sucedidos, foram obtidas por Oliveira e Scholz (2022) em trabalho desenvolvido por uma (ITESE) e cooperados no Rio Grande do Sul (Brasil), demonstrando a importância da atuação de institutos de pesquisas na área de incubação de empreendimentos e como suas ações repercutem em estratégias para o fortalecimento de cooperativas, desenvolvimento de

procedimentos técnicos de apoio para gestão e sistematização de ações, possibilitando a geração de tecnologia social.

Na dimensão econômica, associações como ASSPAV Z3 (pescadores e agricultores) e APIVIN (apicultores), foram beneficiadas com interações iniciais que criaram a base para futuras capacitações, impulsionando a produtividade e a renda de seus membros. A inclusão de associações como ASTERVI (taxistas) e ASSOPEF (extrativistas e pescadores) ampliou os segmentos de setores econômicos beneficiados pelo projeto.

Os impactos ambientais incluem oportunidades para implementar práticas produtivas sustentáveis em associações como AECOTRAMC (agroextrativistas) e ASSOPEF (ostreicultura). Essas ações podem estimular a preservação dos recursos naturais e a conservação ambiental, especialmente nos ecossistemas costeiros.

Além disso, quatro estabelecimentos do setor hoteleiro foram diagnosticados no município de Vigia (Quadro 4).

Quadro 4 – Hotéis localizados neste estudo

Hotel	Municípios	Localização	Situação e localidade
Fazenda Santa Rosa	Vigia	(Zona rural)	Diagnosticada e mapeada
Alto Paraíso	Vigia	(Zona urbana)	Diagnosticada e mapeada
Pousada Paraíso	Vigia	(Zona urbana)	Diagnosticada e mapeada
Elisa	Vigia	(Zona urbana)	Diagnosticada e mapeada

Elaborado pelos autores, 2024.

Os impactos gerados incluem o fortalecimento da rede local, valorização cultural e desenvolvimento do turismo sustentável. Socialmente, a inclusão de hotéis como Fazenda Santa Rosa e Pousada Paraíso, promoveu maior integração entre o setor turístico e iniciativas locais, enquanto culturalmente fortaleceu a identidade regional e atraiu visitantes interessados nas práticas locais.

No campo econômico, os hotéis ajudaram a posicionar a região como destino turístico, promovendo empregos e renda. Além disso, sua conexão com produtores locais fomenta uma economia circular, beneficiando pescadores e agricultores. Resultados semelhantes foram obtidos por Costa e Silva (2019), onde por intermédio de parceria entre ITESE, agricultores familiares e redes hoteleiras, foi possível adquirir e inserir no cardápio dos hóspedes produtos agroalimentares. Demonstrando assim um importante exemplo de como a prática da incubação implementada por institutos de

pesquisas, repercutem em estratégias para o apoio e fortalecimento aos processos de auto-organização de grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica (Oliveira; Addor; Maia, 2018).

Ambientalmente, os hotéis demonstraram potencial para práticas de turismo sustentável, como o gerenciamento de resíduos orgânicos produzidos internamente, que são direcionados para o uso em práticas de compostagem, resultando na produção de fertilizantes, que serão utilizados em hortaliças, consumidas no cardápio oferecido para seus hóspedes, promovendo a reciclagem de nutrientes e contribuindo para preservação dos recursos naturais.

De acordo com Pereira *et al.* (2023), o turismo quando bem planejado e gerido de forma correta, é capaz de impactar positivamente toda comunidade receptora, promovendo emprego e renda, e fortalecendo a economia local.

Por fim, foram diagnosticados quatro restaurantes em Vigia (Quadro 5), gerando impactos positivos em integração comunitária, fortalecimento da gastronomia local e potencial para práticas sustentáveis.

Quadro 5 – Restaurantes localizados neste estudo

Restaurante	Município	Localização	Tipos de pescados comercializados	Forma de preparo	Situação
Dusitio	Vigia	(Zona rural)	Dourada, Filhote, Gurijuba, Pescada amarela, camarão e caranguejo.	Caldeirada, empanado, frito, moqueca e refogado.	Diagnosticada e mapeada
Braseiro	Vigia	(Zona urbana)	Dourada, Pescada amarela, camarão	Ao molho, empanado, frito e na chapa.	Diagnosticada e mapeada
Nossositio	Vigia	(Zona rural)	Pescada amarela, dourada, gurijuba, camarão.	Caldeirada, frito, empanado, na chapa e refogado.	Diagnosticada e mapeada
Bar do cafezinho	Vigia	(Zona urbana)	Gurijuba, camarão, caranguejo	Frito, empanado, na chapa e refogado.	Diagnosticada e mapeada

Elaborado pelos autores, 2024.

No contexto social, estabelecimentos como Dusitio restaurante e Bar do cafezinho, contribuíram para o fortalecimento dos vínculos entre o setor de alimentação e a comunidade, promovendo a valorização da cultura regional por meio da gastronomia, especialmente com a inclusão de pratos à base de pescados em seus cardápios.

Do ponto de vista econômico, esses empreendimentos contribuíram para o fortalecimento de cadeias produtivas locais e para o desenvolvimento do turismo gastronômico na região.

Por fim, sob a perspectiva ambiental, destacam-se práticas sustentáveis adotadas pelos estabelecimentos, como a utilização de ingredientes de baixo impacto ecológico e a implementação de estratégias de gerenciamento de resíduos orgânicos. A valorização da gastronomia local por intermédio da inclusão de pratos à base de pescado, foi observado em pesquisa realizada por Corrêa-Pereira *et al.* (2019), tendo em vista que o pescado representa uma importante fonte protéica para os moradores da região de estudo.

O estudo evidenciou a relevância do mapeamento e diagnóstico de Microempreendedores Individuais (MEIs), aquicultores, associações, hotéis e restaurantes no contexto da Microrregião do Salgado Paraense (Quadro 6). Os resultados destacaram o fortalecimento do empreendedorismo local e comunitário, a geração de renda e empregos, bem como a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis.

Quadro 6 – Resumo dos Impactos (social, econômico e ambiental) na microrregião do salgado paraense (Brasil)

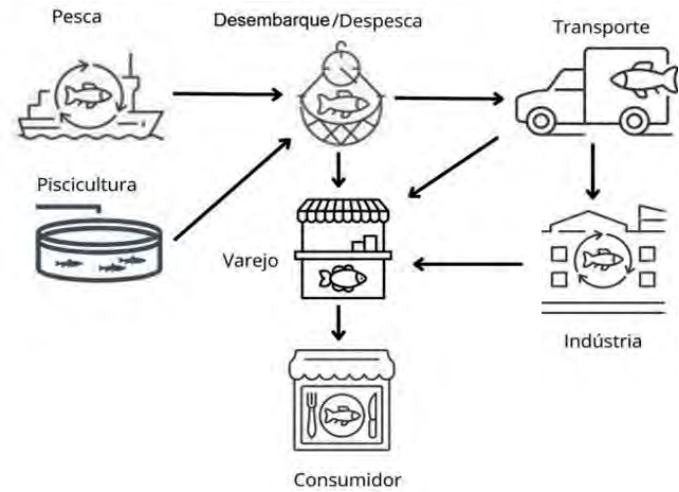
Social	Econômico	Ambiental
Microempreendedor individual		
Fortalecimento do Empreendedorismo Local	Geração de Renda e Empregos	Promoção de Práticas Sustentáveis
Integração Comunitária	Valorização da Produção Local	Sustentabilidade da Cadeia Produtiva
Aquicultura (piscicultura)		
Engajamento e Inclusão	Identificação de Empreendedores	Base para Sustentabilidade
Capacitação Potencial	Fomento ao Empreendedorismo Solidário	Conscientização Ambiental

Social	Econômico	Ambiental
Associações		
Fortalecimento de Redes Comunitárias	Apoio ao Empreendedorismo Solidário	Potencial para Sustentabilidade
Inclusão e Diversidade	Diversificação Econômica	Preservação de Recursos Naturais
Hotéis		
Fortalecimento da Rede Local	Desenvolvimento do Turismo Sustentável	Potencial para Práticas Sustentáveis
Valorização da Comunidade	Conexão com Cadeias Produtivas Locais	Conservação de Recursos Naturais
Restaurantes		
Integração Comunitária	Fortalecimento da Economia Local	Potencial para Práticas Sustentáveis
Valorização Cultural	Expansão do Turismo Gastronômico	Uso de Ingredientes Locais

Elaborado pelos autores, 2024.

A Figura 3, representa as principais interações que ocorrem ao longo da cadeia produtiva da pesca e piscicultura no município de Vigia. Englobando atividades desde a captura/criação do pescado/peixe em sistemas de cultivos, passando pela desembarque/despesca, transporte, processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, até chegar a mesa do consumidor.

Figura 3 – Cadeia produtiva do agroextrativismo pesqueiro



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

3.1 PESCADO PROVENIENTE DA CAPTURA

A captura das espécies nesta região é realizada por embarcações com capacidade que varia entre 5 e 20 toneladas (Sombra *et al.*, 2022). Para a captura do pescado, são utilizados diversos apetrechos, como redes de emalhe e espinhéis, dependendo da espécie-alvo. O tempo de captura varia entre 3 e 20 dias, considerando o período de porto a porto (Mourão; Pinheiro; Lucena, 2007).

3.2 DESEMBARQUE

Após a atracação do barco no trapiche, a qualidade da matéria-prima é verificada, avaliando-se seu grau de frescor. Uma vez aprovada, a matéria-prima é transferida das embarcações para caminhões isotérmicos, utilizando recipientes plásticos com capacidade aproximada de 20 kg, sempre acompanhados de uma quantidade adequada de gelo para preservar sua qualidade.

3.3 TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA

A distribuição do pescado ocorre principalmente por via rodoviária, atendendo tanto o mercado regional quanto o interestadual. Os atacadistas adquirem a produção diretamente nas embarcações, acondicionam o produto em caminhões frigoríficos e abastecem indústrias de beneficiamento, varejistas de feiras, mercados municipais, peixarias e, frequentemente, restaurantes e hotéis da cidade.

3.4 INDÚSTRIA/BENEFICIAMENTO

O município de Vigia conta com uma unidade de beneficiamento de pescado, que possui o selo de aprovação do Serviço de Inspeção Federal (SIF) e é capaz de absorver parte da matéria-prima pesqueira produzida na região. No entanto, grande parte da produção é destinada ao mercado interestadual ou externo.

3.5 VAREJO/CONSUMIDOR FINAL

A comercialização do pescado ocorre ao longo de todo o ano, estando disponível para o consumidor final ou intermediário em diversos pontos de

venda, como feiras livres, mercados municipais e peixarias administradas por microempreendedores individuais. Esses empreendedores absorvem a produção e a distribuem para bares, restaurantes e hotéis da cidade. No presente estudo, foram identificados e diagnosticados seis empreendedores atuantes no ramo da comercialização do pescado.

3.6 PESCADO PROVENIENTE DA AQUICULTURA

A piscicultura configura-se como a principal atividade aquícola desenvolvida no município de Vigia, com iniciativas distribuídas em 19 comunidades. Neste estudo, foram mapeados e diagnosticados 30 empreendimentos piscícolas, nos quais os produtores atuam predominantemente em unidades de cultivo de pequeno porte. As estruturas mais utilizadas são os viveiros escavados, sendo o sistema extensivo o modelo produtivo mais adotado pelos produtores locais. As principais espécies cultivadas são o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e a tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*). A comercialização do pescado ocorre principalmente em feiras livres ou diretamente nas propriedades, sendo o peixe vendido em sua maioria, na forma viva ou inteiro fresco.

3.8 TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA

A distribuição do pescado ocorre principalmente por via rodoviária, atendendo predominantemente o mercado local. Os atacadistas adquirem a produção diretamente nas propriedades, acondicionam o produto em caminhões frigoríficos e abastecem varejistas em feiras, mercados municipais e peixarias, além de realizarem entregas frequentes a restaurantes e hotéis da cidade.

3.9 INDÚSTRIA/BENEFICIAMENTO

Em relação à agregação de valor, Vigia destaca-se como um importante entreposto de pescado com estrutura para beneficiar parte de sua produção pesqueira, e dispõem de uma unidade de beneficiamento, certificada pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) com capacidade para absorver matéria prima oriunda tanto da pesca extrativista como de cultivo. No entanto, os piscicultores enfrentam dificuldades em combinar quantidade, qualidade e regularidade na produção, o que restringe a variedade de produtos disponíveis para o consumidor.

Dessa forma, as principais formas de comercialização do peixe oriundo da piscicultura, são vivas ou *in natura*, uma vez que qualquer tipo de beneficiamento, mesmo preliminar, só pode ser realizado em estabelecimentos autorizados pelo órgão responsável pela inspeção sanitária.

3.10 VAREJO/CONSUMIDO FINAL

Os piscicultores limitam a comercialização de sua produção às próprias propriedades, atendendo ao consumidor final ou a intermediários, com alguns vendendo exclusivamente no período da Semana Santa. Há uma baixa presença de peixe oriundo da piscicultura nas feiras, mercados, restaurantes e hotéis de Vigia. Quando questionados sobre a possibilidade de expandir a comercialização para novos canais de venda, a maioria dos produtores manifestou interesse em diversificar o escoamento de sua produção para outros mercados.

Embora os impactos positivos tenham sido evidentes durante as fases de desenvolvimento deste estudo, é importante mencionar que persistem diversos gargalos estruturais e limitações que dificultam a consolidação do propósito da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Empreendedorismo (ITESE/IFPA).

Nesse sentido, destacamos alguns fatores que comprometem o pleno funcionamento do processo de incubação analisados nesta pesquisa. Dentre esses, temos a dificuldades na captação de recursos financeiros destinados ao custeio das atividades da incubadora. Mesmo quando obtidos por intermédio de apoio institucional, esses recursos nem sempre são suficientes para atender de forma contínua, às demandas de assessoria técnica e formativa dos empreendimentos incubados, comprometendo a efetividade das ações de fortalecimento dessas iniciativas. Estudo conduzido por Obaji e Olaolu (2020), relatam dificuldades financeiras vividas pelas incubadoras analisadas em seu estudo.

Outro fator limitante identificado, e que pode interferir no progresso dos processos de incubação, refere-se ao desafio de articular diferentes esforços na construção de uma abordagem de comunicação assertiva a respeito das propostas e possibilidades que o modelo de incubação estabelecido pode oferecer.

Deste modo é fundamental que os empreendedores participantes compreendam que a atuação da (ITESE) está focada e direcionada na construção dialógica e no fortalecimento das iniciativas por meio de

atividades que abrangem formação e assessoramento técnico.

Conforme apontado por Morais e Molina (2021), o papel das incubadoras de economia solidária, está centrada fundamentalmente na implementação de práticas autogestionárias, fortalecimento da capacidade organizativa dos grupos e na promoção da autonomia dos empreendimentos. Porém, em muitos casos, observa-se uma expectativa prévia dos empreendedores em adquirir recursos materiais ou financeiros, o que revela uma compreensão limitada do papel da incubadora.

Portanto, a desconstrução dessa cultura enraizada, constitui um dos principais desafios enfrentados, exigindo a implementação de estratégias de sensibilização consistentes e fundamentadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições do projeto vão além dos resultados iniciais, estabelecendo bases sólidas para ações futuras que podem ampliar os impactos positivos identificados.

A integração entre os diferentes setores envolvidos no escopo do projeto, demonstrou o potencial transformador da atuação conjunta, entre iniciativas locais e políticas públicas, contribuindo para a construção de um ambiente favorável para o desenvolvimento sustentável.

O mapeamento dos diversos públicos alvo, identificou um número elevado de piscicultores, o que torna necessário estudos sobre a caracterização do perfil da atividade, contribuindo para identificação de fatores que limitam a atividade, assim como detectar oportunidades que possam aumentar a produtividade e renda dos piscicultores dos municípios estudados.

No tocante aos desafios diagnosticados, o enfrentamento desses entraves se faz com atuação conjunta da ITESE/IFPA, órgãos governamentais e os empreendimentos agroextrativistas pesqueiros, atuando alinhados na luta pela construção de estratégias mais abrangentes, que leve em consideração a capacitação técnica dos atores sociais, assim como elaboração de programas de fomento e incentivos financeiros, promovendo a profissionalização e elevando a competitividade desses setores na região.

Em suma, o projeto se posicionou como uma estratégia eficaz no fortalecimento de redes produtivas, valorizar práticas culturais e preservar os recursos naturais. Sendo assim sua continuidade com ações de apoio e implementação das novas fases do processo de incubação e pós incubação.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), pelo apoio financeiro concedido por meio do Edital nº 01/2024 – PROEXTENSÃO/IFPA.

REFERÊNCIAS

ASENSIO-CIRIA, A.; DE-PABLOS-HEREDERO, C.; BLANCO JIMÉNEZ, F.J.; GARCÍA MARTÍNEZ, A. Typology of Business Incubators in Spain According to the Stages of Startups Incubation. *Adm. Sci.*, [s. l.], v. 14, n. 11, , 2024. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-3387/14/11/291>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa Conjunta nº 18, de 28 de maio de 2009.** Regulamenta o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2009]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-18-de-28-de-maio-de-2009-alterada-pela-in-no-24-11-processamento.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BUNDE, A.; COSTA, C.; LARRUSCAIM, I. M.; CASTRO, E. B. Economia Solidária: a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na Fronteira da Paz, Santana do Livramento/Rio Grande do Sul. **Revista Tocantinense de Geografia**, Palmas, v. 12, n. 28, p. 80-99, 2023.

CAMPOS, M. M.; ALMEIDA, L.C.; TIMÓTEO, G.M. Entraves no mercado da pesca artesanal: Entre a dependência e a desconfiança. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, p. 205-230. 2021

CAPORAL, C. R. F. Agroecologia. In: EMATER-RS. **Projeto Inovar**. Porto Alegre: EMATER-RS, 2005. p. 12-15.

CORRÊA-PEREIRA, E. D.; BRAGA, T. M. P.; FARIA JÚNIOR, C. H. **O comércio de pescado nos restaurantes de Santarém, Pará, Brasil**. Ponta Grossa: Atena, 2019. v. 2.

COSTA, B. A. L.; SILVA, M. G. A incubação de redes de economia solidária sob o enfoque agroecológico. **Revista Conexão**, Viçosa, MG, n. 16, p. 1-13, 2019.

DE LA HOZ-VILLAR, R.; PRIETO-FLÓREZ, J. Emprendimiento, Dinámica Empresarial y Empleo: Una Revisión Desde La Óptica Del Crecimiento Económico. **Revista Científica Anfibios**, [s. l.], v. 3, p. 11-18, 2020.

FELIZARDO, A. O.; SANTOS, A. R. S.; NASCIMENTO, W. L. N.; REIS, A. A. Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários: Verticalização das relações entre universidade e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, [s. l.], v. 11, p. 178-192, 2015.

FELIZARDO, A. O.; ROCHA, C. G. S. A diversidade de práticas produtivas de famílias agroextrativistas na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, Belém, v. 8, n. 3, p. 95-109, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IBGE. SIDRA: Pesquisa da pecuária municipal. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, S. L. Entrepreneurship as a multidisciplinary phenomenon: culture and individual perceptions in business creation. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, [s. l.], v. 35, p. 537-565, 2022.

MONTEIRO, G. V.; OLIVEIRA, C. R.; SILVA, P. C.; RODRIGUES, B. A. C.; PINTO, R. M. F. Processo de Incubação de Empreendimentos Solidários em Universidades e sua importância educativa. **Unisanta Business and Management**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1-10, 2022.

MORAIS, C. A.; MOLINA, W. S. L. Incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária: perspectivas de gestão de um sistema não hierarquizado e suas relações com o sistema burocrático. **Ciência & Tecnologia Social**, [s. l.], v.4, n.1, p. 72-88, 2021.

MORENO, E. A. C. Las incubadoras de negocios universitarias: el caso de la incubadora de negocios de la Universidad Autónoma de Baja California. **Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo**, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 1-23, 2024.

MOURÃO, K. R. M.; PINHEIRO, L. A.; LUCENA, F. Organização social e aspectos técnicos da atividade pesqueira no município de Vigia-PA. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 39-52, 2007.

OBAJI, N. O.; OLAOLU, D. Evaluation Study on the Barriers to Success of Technology Business Incubation Programme in Nigeria – The Moderating Role of Government Policy. **Journal of Economics and Business**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 9-18, 2020.

OLIVEIRA, C. R.; SCHOLZ, R. H. “A incubadora resgatou a imagem da cooperativa na sociedade”: Estratégia como Prática e Memória Social na Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade La Salle. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 20, n. 58, p. 1-14, 2022.

OLIVEIRA, E. C.; SANTOS, D. C.; PEREIRA, E. C.; SILVA, J. C.; SILVA, L. V. F. Treinamento em reprodução de peixes: uma troca de experiências com piscicultores. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], vol. 6, n. 3, p. 11597-11607, 2020.

OLIVEIRA, M. L. G.; SIMÕES FILHO, C.; MENDONÇA, C. M. C.; LIMA JÚNIOR, W. T. Empreendedorismo e Transferência Tecnológica: uma análise da atuação das incubadoras de empresas da Amazônia. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 12, n. 5, p. 1158-1173, 2019.

OLIVEIRA, T. C. S.; ADDOR, F.; MAIA, L. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 32, p. 38-59, 2018.

PAIVA, V. R. A.; CARDOSO, G. C. C.; CHACON, S. S.; CUNHA, E. V. Reflexões sobre Incubação em Economia Solidária e o papel das universidades: um estudo na região do Cariri Cearense, Nordeste do Brasil. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 33545-33558, 2021.

PEDROZA FILHO, M. X.; BARROSO, R.; FLORES, R.; SILVA, A. P. **Modelos associativos como estratégia de inclusão produtiva para pequenos piscicultores**. Palmas: Emrapa, 2014.

PEREIRA, A. A.; CONDURÚ, M. T.; FLORES, M. S. A. Planejamento e gestão do turismo sustentável da vila dos pescadores, Bragança/Pará, na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu: primeiras reflexões. **Universidade e Meio Ambiente**: revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, Belém, v. 8, n. 1, p. 76-89, 2023.

PEREIRA, E. P.; SANTOS, T.; SAMPAIO, J. F. Ações extensionistas da área de saúde de uma universidade pública brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 1, n. 7, p. 36-55, 2021.

SANTOS, R. C. P.; LISBOA, R. C. L. Musgos (*Bryophyta*) da microrregião do salgado paraense e sua utilização como possíveis indicadores de ambientes perturbados. **Rodriguésia**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 361-368, 2008.

SHEKAPURE, N.; DIPTI, D. P.; SHEKAPURE, S. Data Analytics for Finding Emerging Entrepreneur's Success Factors. **Journal of Autonomous Intelligence**, [s. l.], v. 7, p. 1-10, 2024.

SILVA, E. C. P.; BASSO, L.; RASIA, P. C.; ALBARELLO, S. R.; ALLEBRANDT, S. L. Metodologia de incubação tecnológica: um processo em construção na economia solidária. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: experiências e reflexões a partir da prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 2, p. 337-350.

SILVA, F. N. L. Capacitação para promoção da piscicultura e desenvolvimento rural. **Ciência Animal**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 1-7, 2023.

SILVA, J. S. R.; SILVA, M. B.; VAREJÃO, J. L. Os (des)caminhos da educação: a importância do trabalho de campo na geografia. **Revista Vértices**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 187-198, 2010.

SINGER, P. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999. p. 51-60.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, C. C.; FRONZA, C. S.; HINKEL, J.; SCHIOCHET, V. Economia Solidária e Ações Territoriais: Uma Experiência de Extensão Universitária. **Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC, Florianópolis**, v. 17, p. 1-14, 2023.

SOMBRA, D.; SILVA, C. N.; FURTADO, I. U. F.; GOES, A. L. P. Atividade pesqueira e produção do espaço na Amazônia atlântico-esturina: Vigia de Nazaré, Pará, Brasil. **Mares: revista de geografia e etnociências**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 77-98, 2022.

SOUZA, A. F. D.; PINHEIRO SILVA, A. P. X.; DOMINGUES, E. A.; TEODOROVICZ, J. Economia solidária e cooperativismo: A relevância de políticas públicas de incentivo às incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. **IUS GENTIUM**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 87-111, 2024.

SOUZA, L. J. S. S.; MOMO, D. C.; DANTAS, Í. J. M. Incubadora tecnológica para empreendimentos em Río Grande Do Norte, Brasil. IF de Río Grande Do Norte. Campus de Caicó. **Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación**, [s. l.], n. 193, p. 333-346, 2023.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

VIEIRA, R. S.; MENDES, S. M.; DENKEWICZ, P.; PANHOCA, L. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná: Um estudo sobre as ações realizadas. **Revista das ITCPs**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 174-174, 2021.

ZAR, J. H. **Biostatistical analysis**. 3rd ed. Hoboken, NJ, USA: Prentice Hall, 1996.



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-ago. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO
PÓS-REGULARIZAÇÃO: O CASO DO NÚCLEO
URBANO INFORMAL PARAÍSO DAS ÁGUAS NA
CIDADE DE CANAÃ DOS CARAJÁS (PA), BRASIL**

**URBAN LAND REGULARIZATION IN THE
POST-REGULARIZATION PERIOD: THE CASE OF THE
INFORMAL URBAN CENTER PARAÍSO DAS ÁGUAS IN THE
CITY OF CANAÃ DOS CARAJÁS (PA), BRAZIL**

Maria do Carmo Campos da Silva



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

A regularização fundiária urbana é uma política pública que envolve medidas nas dimensões jurídica, urbanística, ambiental e social, configurando o seu caráter pluridimensional, que visa incorporar os Núcleos Urbanos Informais ao ordenamento territorial da cidade e titular os ocupantes, contrapondo-se à precariedade que compromete a qualidade de vida dos residentes nesses espaços, pela ausência ou insuficiência de políticas públicas em áreas urbanas ou rurais adequadas às necessidades da população, em especial as frações das classes trabalhadoras. A literatura sobre a regularização fundiária urbana não tem privilegiado a avaliação sobre a pós-regularização e este *paper* foca esse aspecto, aferindo o grau de permanência de famílias que tiveram seus imóveis regularizados em um núcleo urbano informal localizado no município de Canaã dos Carajás/PA, procurando entender os fatores que, sob a ótica dos moradores, influenciaram a permanência ou saída das famílias do local regularizado. Os resultados revelaram que 76,74% das famílias permanecem na área, motivadas principalmente pelas condições da infraestrutura consideradas satisfatórias e pela proximidade de equipamentos públicos importantes. A regularização fundiária representou um componente relevante em razão da segurança jurídica da posse que oferece, entendida como sinônimo de tranquilidade e segurança, embora, não seja considerada o principal fator de permanência.

Palavras-chave: regularização fundiária urbana; núcleo urbano informal; imóvel regularizado; Canaã dos Carajás.

ABSTRACT

Urban land tenure regularization is a public policy that encompasses measures in the judicial, urbanistic, environmental, and social realms, having a multidimensional make-up, as it intends to turn Informal Urban Cores part of the territorial organization in a city, as well as offer titles to its inhabitants. Thus, it stands opposite to a precariousness that compromises quality of life for residents of those spaces, which is due to public policy absence or insufficiency in urban or rural areas suitable for fulfilling the population's needs, especially those related to portions of the working class. The literature on urban land regularization has not privileged the evaluation of post-regularization and this paper focuses on this aspect by measuring the degree of permanence of families who had their properties regularized in an informal urban nucleus located in the municipality of Canaã dos Carajás/PA, seeking to understand the factors that, from the residents' perspective, influenced the families' stay or departure from the regularized location. The results revealed that 76.74% of families remain in the area, mainly motivated by the infrastructure conditions considered satisfactory and the proximity to important public facilities. Land regularization represented a relevant component due to the legal security of ownership it offers, understood as synonymous with tranquility, but it was not considered the main factor.

Keywords: urban land regularization; informal urban core; regularized property; Canaã dos Carajás.

1 INTRODUÇÃO

A regularização fundiária urbana (Reurb), que envolve medidas jurídicas, urbanísticas ambientais e sociais (Brasil, 2017) é uma política pública, por meio da qual o Poder Público tenta responder a um dos principais componentes do déficit habitacional por inadequação da moradia, qual seja, a “inadequação fundiária”, enfrentando a questão da precarização da moradia, que constituem os principais espaços de residência das populações mais pobres, processo denominado por Abramo (2003, p. 3) como “lógica da necessidade”, que é ao mesmo tempo, motivação e instrumentalização social que engendra as ações individuais ou coletivas de ocupação do solo urbano e expressa o processo de exclusão social e segregação socioespacial, configurando o crescimento urbano intensivo de países em desenvolvimento como o Brasil.

Por seu caráter pluridimensional, a regularização fundiária urbana, especialmente a de interesse social (Reurb-S)¹, pode representar um importante mecanismo de superação dessas desconformidades e contribuir para a concretização do direito social à moradia, uma vez que a irregularidade fundiária representa um dos itens que caracterizam a inadequação habitacional – ou déficit qualitativo (FJP, 2021, p. 30).

Desde a década de 1980, ações de regularização fundiária em áreas urbanas vêm sendo desenvolvidas² com intensificação nas últimas décadas, impulsionadas por legislações como o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), que a reconhece como instrumento da política urbana, e os marcos regulatórios nacionais específicos, como: i) a Lei nº 11.481/2007, que previu medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União (Brasil, 2007); ii) a Lei nº 11.952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária em áreas da União na Amazônia Legal e prevê a transferência de terras da União para os municípios (Brasil, 2009a); iii) a Lei nº 11.977/2009, que instituiu a política nacional de regularização fundiária (Brasil, 2009b) e foi substituída pela Lei nº 13.465/2017 (Brasil, 2017), hoje vigente.

Na literatura não foram encontrados estudos sistemáticos que analisem, de forma abrangente, a implantação da política de regularização

¹ A Reurb-S é uma das modalidades de regularização fundiária urbana aplicada em núcleos urbanos ocupados, predominantemente, por população de baixa renda. Sobre as modalidades de Reurb ver Lei Federal nº 13.465/2017, art. 13 (Brasil, 2017).

² Exemplos de programas de regularização fundiária no Brasil após a constituição de 1988, que dedicou dois artigos à política urbana: Programa Municipal de Regularização de Favelas – Profavela em Belo Horizonte/MG, Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – Prezeis em Recife/PE.

fundiária urbana no Brasil. Entretanto, Fernandes (2013) aponta abordagens distintas ao comparar as práticas nacionais com a experiência peruana, identificando as vertentes de regularização socioespacial integrada no caso nacional e no país vizinho a prática limitada à titulação das ocupações informais, prospectando que a formalização da propriedade imobiliária passa a representar um ativo econômico favorecendo o acesso ao crédito para a dinamização de negócios com foco, portanto, no aspecto econômico.

Essa tese é refutada por Rolnik (2015), declarando que a ideia do “capitalismo para todos” não representou êxito em locais fora do “mundo capitalista avançado” além da simplificação de uma dinâmica tão complexa como as relações econômicas e sociais de uma cultura, enquanto Fernandes (2013) afirma que no programa peruano a segurança da posse teve pouco impacto sobre o acesso ao crédito e os beneficiários da regularização fundiária permanecem optando por fontes informais de crédito mais flexíveis comparadas ao sistema bancário tradicional, e conclui que a situação de emprego é mais relevante para a obtenção de crédito do que o título de propriedade.

No caso das experiências brasileiras, mesmo sendo categorizadas como regularização socioespacial integrada, o foco na titulação ainda constitui o paradigma dominante avançando, apenas, no que diz respeito à provisão de infraestrutura essencial³ conforme previsto na legislação, mas carecem de ações de natureza socioeconômica e de articulação com as redes de segurança e bem-estar social que propiciariam a integração socioespacial. A ausência dessas estratégias compromete a permanência da população nos núcleos regularizados (Bezerra; Chaer, 2020, p. 68).

Outro debate presente é a perspectiva de gentrificação em áreas que foram objeto de regularização de interesse social e que mecanismos poderiam ser utilizados para minimizar esse tipo de desdobramento ao menos no curto prazo, principalmente pela valorização dos imóveis decorrente da regularização, e tratando-se de população de baixa renda, é grande a vulnerável às investidas do mercado imobiliário formal. Sobre esse tema Angelim (2011) constatou que a irregularidade fundiária de imóveis residenciais urbanos reduz seu valor em 14%, e a possibilidade de

³ A Lei nº 13.465/2017 em seu artigo 36 § 1º define como infraestrutura essencial: i) sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual; ii) sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual; iii) rede de energia elétrica domiciliar; iv) soluções de drenagem, quando necessário; e v) outros equipamentos a serem definidos pelos Municípios em função das necessidades locais e características regionais (Brasil, 2017).

negociação de um imóvel regularizado para fins de financiamento, eleva o valor de venda em cerca de 20% acima do valor de mercado.

Paralelamente a essas questões, as ações de regularização fundiária urbana se fazem presentes nas pautas governamentais em todo o país, entretanto, a literatura ainda não oferece avaliações sistemáticas sobre o pós-regularização, que permitam aferir o alcance dos objetivos estabelecidos pela legislação⁴. Os estudos sobre a temática têm focado aspectos econômicos, metodológicos, conceituais, ambientais, jurídicos e registrais.

Estudos de Malheiros (2018), à luz do pensamento de Hernando de Soto, apontam que a regularização fundiária induz investimentos em melhoria dos próprios imóveis regularizados, e viabiliza o acesso a financiamentos para o fomento de pequenos negócios. Fardim e Fardim (2023) constataram a complexidade e a necessidade patente de integração real entre o processo urbanístico e as questões ambientais no âmbito da Reurb para garantir mudanças efetivas para a melhor qualidade de vida das populações beneficiárias da regularização; Corrêa, Santana, Holanda e Santos (2022) analisaram, comparativamente, procedimentos metodológicos por diferentes instituições promotoras de regularização fundiária de interesse social no estado do Pará; Bezerra e Chaer (2020) apontam os avanços da regularização fundiária sob as óticas conceitual, do marco legal, metodológica e prática e sugerem que as dificuldades para a avaliação podem estar relacionadas à pluridimensionalidade da política.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa na cidade de Canaã dos Carajás (PA), realizada em janeiro de 2025, por meio de um levantamento dos beneficiários pela regularização cadastrados pelo órgão municipal executor da Reurb, o qual foi confrontado com a identificação dos atuais ocupantes, via contato presencial em cada domicílio. Após conhecer o quantitativo das duas situações – os que permaneceram e os que saíram – foram realizadas entrevistas com moradores que receberam as titulações e com moradores que passaram a residir no núcleo urbano após a titulação.

Além desta introdução, o presente artigo apresenta notas que caracterizam o município de Canaã dos Carajás e o Núcleo Urbano Informal (NUI) Paraíso das Águas objeto da regularização, descreve a dinâmica do processo de regularização fundiária aplicado até a titulação dos imóveis, expõe os resultados da pesquisa e encerra com as conclusões onde constam as lições aprendidas.

⁴ Sobre os objetivos da Reurb, ver Lei Federal nº 13.465/2017, art. 13 (Brasil, 2017).

2 MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

O município de Canaã dos Carajás está localizado na mesorregião Sudeste do Estado do Pará distando, aproximadamente, 777 km da capital Belém, foi desmembrado do município de Parauapebas em 1994 e integra a Província Mineral de Carajás⁵, conhecida por suas reservas de minério de ferro e outros minerais.

Os primeiros sinais de ocupação não indígena no território onde hoje é a cidade, datam da segunda metade da década de 1970, mas a origem da ocupação efetiva foi o Projeto de Assentamento Carajás, também denominado Centro de Desenvolvimento Regional II (CEDERE II) voltado para o apoio a pequenos produtores, criado pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT)⁶ em 1982, com a pretensão de amenizar as situações de conflito de terras na região do bico do papagaio, no norte do atual estado do Tocantins (Hall, 1989, p. 126). Havia, ao mesmo tempo, latifúndios com extração de madeira, pecuária e a maior parcela da população vivia em agrovilas (Lima; Lima; Rolim, 2022).

O fim do apoio técnico e financeiro aos colonos assentados no final da década de 1980, ocasionou a redução da produção e o empobrecimento desse segmento, que buscou alternativa de sobrevivência no garimpo denominado “Sossego”, impulsionado, também, pela exploração no garimpo de Serra Pelada, no município de Curionópolis, presentes no imaginário de cada garimpeiro que se dirigia a essa nova área de exploração mineral (Bandeira, 2014, p. 85).

A partir de 2003, iniciou a exploração mineral de cobre e ouro associados na Mina do Sossego pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), passando a atividade mineral a ser a principal base econômica do município (Lima; Lima; Rolim, 2022, p. 8). A área urbana foi se consolidando estruturada por dois eixos distintos: o da rodovia VE-03 (atual Av. Weyne Cavalcante) e o da rodovia VS-14b (atual Av. Pioneiros) (Figura 1), ambos concentrando os usos comercial, de serviços e habitações mais consolidadas (Bandeira, 2014, p. 85).

⁵ A Província Mineral de Carajás inclui os municípios de Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

⁶ O GETAT foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.523/1977 (Brasil, 1977) com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e reestruturado por meio do Decreto-Lei nº 1.767/1980 (Brasil, 1980).

Figura 1 – Localização esquemática do núcleo urbano inicial de Canaã dos Carajás



Fonte: Bandeira (2014).

A intensificação da exploração mineral, que gerou grande oferta de empregos, resultou também em grande crescimento populacional e expansão da malha urbana. Entre os anos de 2000 e 2010, a população passou de 10.922 para 26.716 habitantes (crescimento de 145%), e entre 2010 e 2022, chegou a 77.079 habitantes (aumento de 189%), o que alçou Canaã dos Carajás à condição de município com o maior crescimento populacional do país registrado no censo de 2022. No estado do Pará, o município ocupa o 19º lugar em população (IBGE, 2000, 2010, 2022).

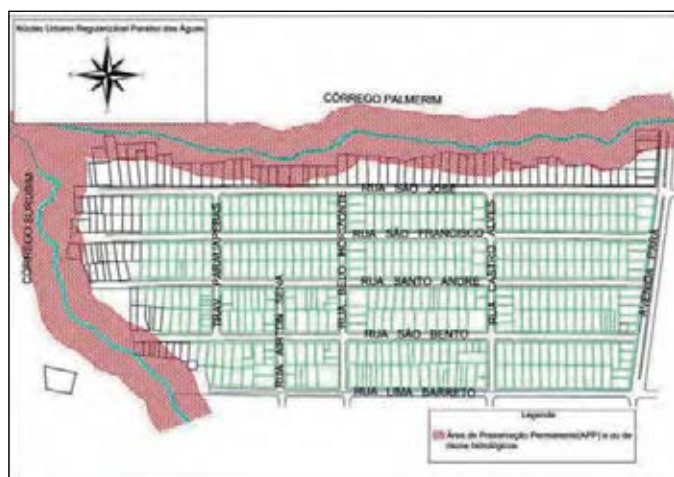
Dinâmica semelhante ocorreu no aspecto econômico medido pelo PIB per capita, especialmente no intervalo de 2000 a 2010, que apresentou incremento de 3.022% (passou de R\$2.541,40 para R\$79.323,98) e entre 2010 e 2021 o crescimento foi de 2.028% (chegou a R\$894.806,28) (IBGE, 2000, 2010, 2022). Foi também registrada evolução no IDHM, entre 2000 e 2010, quando subiu de 0,456 para 0,673 (FJP, 2021), e quanto ao índice de Gini, indicador que afere as desigualdades de renda, no ano de 2000 encontrava-se no patamar de 0,63 e em 2010 registrou 0,56, enquanto no Brasil nos mesmos períodos foi de 0,51 e 0,52, respectivamente.

Associado à expansão da malha urbana, se dá o incremento no mercado de terras, orientado pela provisão de infraestrutura básica pela Vale S.A. que se concentrou na área central ao longo do eixo viário da Av. Weyne Cavalcante alcançando as áreas reservadas para a habitação dos funcionários da mineradora (Bandeira, 2014), caracterizando o espaço urbano pela concentração da população de melhor renda na área central e a população menos abastada nas zonas mais periféricas sem infraestrutura e impróprias para habitação, refletindo a exclusão social e a segregação socioespacial (Fernandes, 2006, p. 10).

3 NÚCLEO URBANO INFORMAL PARAÍSO DAS ÁGUAS

Esse NUI está posicionado na porção noroeste da sede municipal, margeado ao norte pelo córrego Palmerim e a oeste pelo córrego Surubim, com parte dele incidindo em Área de Preservação Permanente (APP) e/ou de riscos hidrológicos (alagadas ou alagáveis), conforme expresso na Figura 2.

Figura 2 – Planta demonstrativa das áreas de APPs e de riscos hidrológicos no NUI Paraíso das Águas



Fonte: Canaã dos Carajás (2018).

As medidas que culminaram com a ocupação do NUI Paraíso das Águas iniciaram com a desapropriação pela Prefeitura Municipal em 2006 de três áreas na zona urbana (Canaã dos Carajás, 2006), ainda com características de pastagens, destinadas à construção de casas populares para a população de baixa renda que ocupariam 365 lotes, cujo loteamento correspondente não foi aprovado pelo órgão municipal que tem essa atribuição. As adjacências da área foram ocupadas posteriormente, totalizando 553 lotes que compõem o NUI Paraíso das Águas (Canaã dos Carajás, 2018).

A ocupação, que se deu por meio de autoconstrução, ocorreu entre os anos de 2006 e 2011, como demonstra a Figura 3, com a abertura e pavimentação das vias, e em 2008 os lotes foram entregues pela prefeitura, uma parte a título de reassentamento para famílias que ocupavam um espaço ao sul da área urbana do município e outra parte atendeu a demandas cadastradas pela prefeitura.

O NUI Paraíso das Águas tem uma área total de 159.787,08m², com lotes de dimensão média de 211,00m², distribuídos em 18 quadras, onde

123.252,48m² correspondem à área de lotes passíveis de regularização e 36.534,58m² compõem o sistema viário. Do total de 553 lotes, 117 encontram-se em área de APP ou apresentam riscos hidrológicos, situação que demanda estudos técnicos específicos para definir sobre a viabilidade de regularização fundiária, o que não ocorreu até o momento da pesquisa, ficando excluídos, portanto, do processo de titulação.

Figura 3 – Evolução e consolidação da mancha urbana no NUI Paraíso das Águas, entre janeiro de 2006 e julho de 2015



Fonte: Adaptado pela autora, em 2025, a partir do Google Earth.

De acordo com o zoneamento definido pelo Plano Diretor Participativo em vigor, que se encontra em revisão, o NUI Paraíso das Águas está inserido em Ambiente Especial de Interesse Social (Aeis) onde a destinação das áreas deve ser, prioritariamente, para a implantação de projetos habitacionais para a população de baixa renda e alocação de famílias oriundas de requalificação urbana em áreas degradadas ou impróprias para habitação (Canaã dos Carajás, 2012).

O NUI Paraíso das Águas que foi objeto da regularização conta com: pavimentação asfáltica (com alguns pontos específicos precisando de reparos), iluminação pública, drenagem superficial (que pela declividade topográfica as águas escoam para o córrego Surubim), coleta de lixo diária, rede de abastecimento de água e de esgoto com Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)⁷.

⁷ A construção da Estação de Tratamento de Esgoto foi a obra objeto do Termo de Compromisso no âmbito do projeto de Reurb.

Em um raio de 1 km, a partir da poligonal de regularização fundiária, existem os seguintes equipamentos urbanos: ginásio de esportes; academia ao ar livre; unidade de saúde, escola municipal de ensino infantil e fundamental, escola estadual de ensino médio, centro de convivência de idosos e duas praças. À época da regularização o município não dispunha de transporte coletivo, mas a partir de dezembro de 2024 iniciou a implementação do sistema, ainda em fase experimental⁸, dispondo de uma rota (Rota 02 – Novo Brasil/Vale da Benção) que contorna o núcleo objeto de estudo, o que foi possível constatar durante a pesquisa.

Em relação à questão fundiária, a poligonal correspondente ao NUI Paraíso das Águas está registrada no 2º ofício de Registro Geral de Imóveis de Canaã dos Carajás, sob a matrícula nº 168, fls. 008, Livro 2-B e resulta do remembramento dos imóveis das matrículas 0023 e 0026, transferidas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em favor do Município, através do Título de Doação MB/Nº 0001/2208 (Canaã dos Carajás, 2018, p. 13).

4 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DESENVOLVIDO NO NUI PARAÍSO DAS ÁGUAS

O projeto de regularização fundiária de interesse social do NUI Paraíso das Águas foi executado no âmbito do Programa “Canaã Meu Lugar”, instituído pelo Decreto Municipal nº 1.070/2019⁹ (Canaã dos Carajás, 2019), sob a gestão do Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás (Idurb), e iniciou os levantamentos e estudos técnicos em 2017 e a titulação ocorreu em fevereiro de 2019, utilizando o instrumento de legitimação fundiária¹⁰. Foi um dos primeiros projetos no estado do Pará a ser executado sob a égide do novo marco legal da regularização fundiária (Brasil, 2017). A denominação “Paraíso das Águas” passou a ser adotada na condição de bairro, incluindo outros núcleos circunvizinhos¹¹.

⁸ O sistema de transporte coletivo regular da cidade foi instituído pela Lei nº 1.051/2023 (Canaã dos Carajás, 2023) e regulamentado por meio do Decreto nº 1.468, 10 de novembro de 2024 (Canaã dos Carajás, 2024).

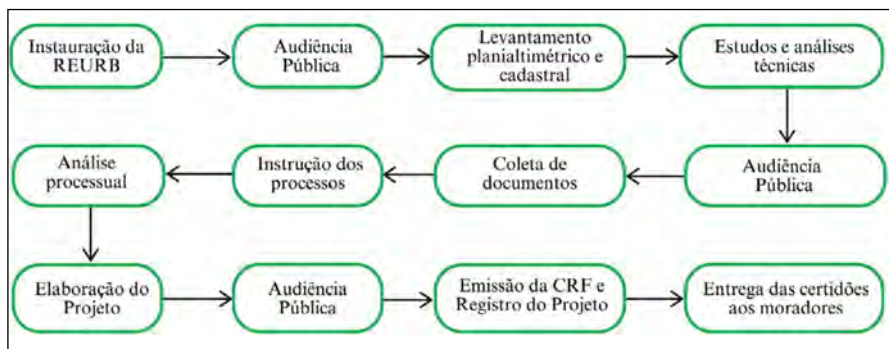
⁹ A instituição formal do Programa “Canaã Meu Lugar” ocorreu após a execução do Projeto Paraíso das Águas. No entanto, sua concepção e divulgação para a sociedade se deu desde o período de execução do Projeto.

¹⁰ Sobre a legitimação de posse ver o art. 23. da Lei 13.465/2017 (Brasil, 2017).

¹¹ Em 2019, foi encaminhado à Câmara Municipal o Projeto de Lei 055/2019 propondo a delimitação dos bairros, indicando o Paraíso das Águas, formado pelo Nui, e parcela dos Loteamentos Bela Vista II, Oásis, Parque dos Carajás, e Vale Dourado, mas, até o momento, sem aprovação pelo Legislativo Municipal.

A legislação define as fases a serem cumpridas na execução de projetos de Reurb, cabendo ao agente promotor definir os procedimentos e sua sequência para cumprir essas fases. Na Figura 4 está demonstrada a sequência de execução, só havendo uma ordem sequencial rígida quando o produto de uma ação é insumo obrigatório para um procedimento subsequente.

Figura 4 – Sequência de procedimentos na execução do projeto de regularização fundiária no NUI Paraíso das Águas



Fonte: Elaborado pela autora, em 2025, com base em Canaã dos Carajás (2018).

A instauração da Reurb se deu por meio de ato administrativo do agente promotor, contendo os estudos preliminares sobre os aspectos fundiário, urbanístico, socioeconômico e ambiental, a estimativa do quantitativo de imóveis na área a ser regularizada, a classificação na modalidade Reurb-S e a indicação do instrumento de legitimação fundiária a ser aplicado.

Em seguida foi realizada a primeira audiência pública para o lançamento do Projeto, com apresentação do cronograma de execução e informações sobre o levantamento planialtimétrico e cadastral georreferenciado, que representa a primeira atividade de campo e produz os subsídios para os estudos e análises que orientarão a elaboração das peças técnicas que compõem o projeto de regularização fundiária. Na sequência ocorreu a segunda audiência pública que orientou os moradores sobre a realização do cadastro socioeconômico das famílias residentes e a coleta dos documentos dos moradores, para a instrução dos processos administrativos individuais, que após análise e emissão dos pareceres urbanístico, social e jurídico, têm definida a especificidade da titulação de sua moradia, se gratuita ou onerosa¹².

¹² Sobre os critérios para gratuidade na Reurb ver art. 23 da Lei nº 13.465/2017 (Brasil 2017).

Finalizada a proposta do projeto de regularização fundiária, especialmente a planta do parcelamento, foi realizada nova audiência pública para a pactuação do projeto e o município emitiu a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) que é o ato administrativo de aprovação do projeto. Em seguida, a CRF foi encaminhada ao Cartório de Registro de Imóveis para registro, acompanhada de todas as peças técnicas que constituem o projeto de regularização fundiária¹³ e a primeira listagem de beneficiários com a devida qualificação e informações sobre os respectivos imóveis, para abertura das matrículas e emissão da certidão do registro¹⁴ em nome de cada um dos beneficiários relacionados.

A entrega inicial de certidões, que alcançou 144 famílias beneficiárias, aconteceu em evento festivo, com a presença de diversas autoridades locais e grande participação da população e, na sequência, foram realizadas entregas individuais, à medida que novas certidões eram emitidas pelo Cartório de Registro de Imóveis totalizando, até o momento da pesquisa, 225 lotes regularizados¹⁵.

5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Esta caracterização tem como fonte o cadastro socioeconômico realizado pelo Idurb em 2017 e focaliza as 137 famílias¹⁶ que compõem o universo da pesquisa, considerando os seguintes indicadores em relação aos dirigentes familiares: gênero, faixa etária, escolaridade, renda familiar, moradia anterior e tempo de ocupação do imóvel antes da regularização. Essa escolha está relacionada tanto à disponibilidade de dados como aos encadeamentos desses indicadores para tomadas de decisão no âmbito do processo de titulação dos imóveis e como fatores que, hipoteticamente, podem influenciar na permanência ou saída das famílias.

¹³ Sobre o conteúdo do projeto de regularização fundiária ver o art. 35 da Lei 13.465/2017 (Brasil, 2017).

¹⁴ A Lei 13.465/2017 no art. 23, § 5º indica ser dispensável a apresentação de título individualizado (Brasil, 2017).

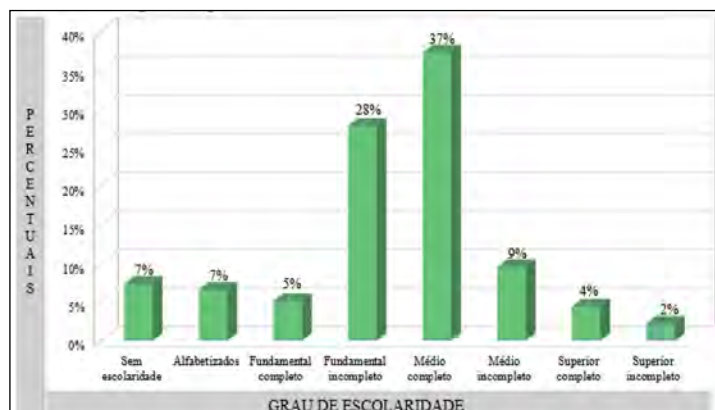
¹⁵ Do total de 553 lotes que compõem o NUI Paraíso das Águas, no momento inicial foram regularizados somente os lotes de uso residencial, cujos ocupantes atenderam aos requisitos de gratuidade.

¹⁶ O universo da pesquisa foi definido considerando os 144 beneficiários correspondentes à primeira listagem, pela facilidade de acesso aos dados dos cadastros sociais que se encontravam sistematizados, eliminando-se 7 beneficiários cujos dados socioeconômicos não foram localizados.

Do total das famílias, 84 (61,31%) são dirigidas por duas pessoas e das 53 (38,68%) restantes que tem apenas um dirigente, 79,24% são mulheres. O IBGE (2022) aponta que 49,1% dos lares brasileiros têm as mulheres como principais responsáveis, entretanto, uma comparação direta entre as duas fontes restaria prejudicada, haja vista que o cadastro social para fins de Reurb, nesse quesito, tem como norte identificar as mulheres no grupo familiar para garantir o cumprimento da legislação que estabelece a prioridade de titulação do imóvel em nome das mulheres (Brasil, 2017), independentemente de serem as principais responsáveis pelo provimento da família.

Quanto à faixa etária, há predominância nas duas faixas intermediárias, onde a metade (48,91%) se encontra no intervalo de 26 a 40 anos, que integra a faixa de população em idade de trabalhar e é semelhante à pirâmide etária municipal (IBGE, 2022), presumindo-se estar relacionada à singularidade do município de alta oferta de empregos em função das atividades minerárias. O grau de escolaridade, expresso no Gráfico 1, é um indicador que também sugere relação com a questão empregatícia no município.

Gráfico 1 – Grau de escolaridade dos/as chefes de famílias do NUI Paraíso das Águas – percentuais



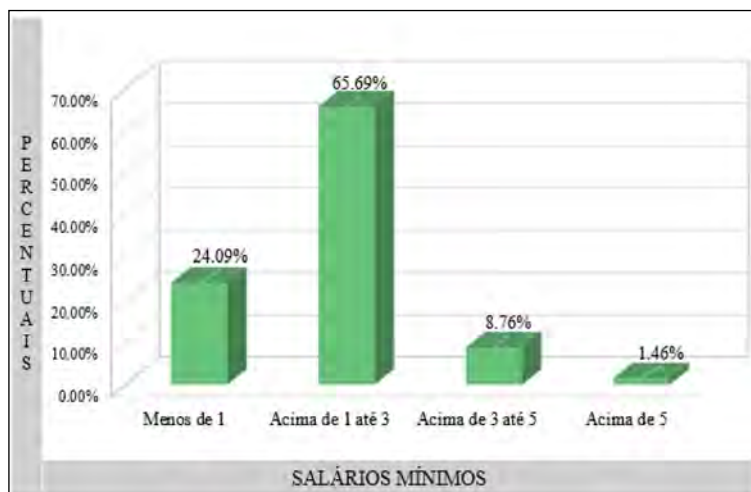
Fonte: Elaborado pela autora, em 2025, com base em Canaã dos Carajás (2018).

Os que contam com o ensino fundamental incompleto (28%), geralmente são absorvidos pelo mercado de trabalho informal e/ou atividades formais de baixa remuneração, o que também é uma oferta constante no município, especialmente nos serviços de construção civil. Os que têm nível superior completo são apenas 4% e os sem escolaridade e apenas alfabetizados¹⁷

¹⁷ A categoria “alfabetizado” corresponde àqueles apenas conseguem assinar o nome e conhecem números, enquanto os “sem escolaridade” são os analfabetos.

correspondem a 7% cada um (Canaã dos Carajás, 2018, p. 9). Já no tópico renda familiar, refletido no Gráfico 2, é apontado um cenário de baixa renda.

Gráfico 2 – Renda das famílias pesquisadas no NUI Paraíso das Águas - percentuais



Fonte: Elaborado pela autora, em 2025, com base em Canaã dos Carajás (2018).

Merece destaque o percentual de 24,09% famílias com renda que não ultrapassa 1 salário-mínimo, o que pode estar correlacionado com o percentual de 26,27% de beneficiários do Programa Bolsa Família que foram identificados no cadastro social. Sobre o local de moradia das famílias antes de se instalarem no NUI Paraíso das Águas, a maioria (66,42%) já residia na cidade em outro bairro, enquanto 29,93% vieram de outra cidade e 3,65%, de outro estado.

Quanto ao tempo de ocupação das moradias antes da regularização, os dados apontaram que 29,93% das famílias residiam na área há menos de 5 anos enquanto a maior parcela (64,95%) se fixou entre 5 e 10 anos e apenas 5,11% já se encontravam no local há mais de 10 anos. É oportuno relembrar que o início da ocupação se deu em 2006 e o cadastro social foi realizado em 2017 (Canaã dos Carajás, 2018, p. 8).

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Do universo de 137 imóveis regularizados que foram pesquisados em 105, correspondendo a 76,74% permanecem os mesmos moradores, e dos 32 que saíram (23,36%), onde novas famílias estão residindo, 5 estão alugados e 27 foram vendidos, não sendo identificados imóveis desocupados, nem

placas de vendas, que poderiam sinalizar uma perspectiva de saída de novas famílias da área regularizada, observação que se aplica ao núcleo como um todo. Foram realizadas 4 entrevistas com chefes de famílias de cada uma das 3 situações – os que permaneceram, os que saíram e os que chegaram – quantitativo condicionado pela disponibilidade dos entrevistados – para buscar compreender as principais razões que levaram os moradores a permanecerem, saírem ou passarem a residir no NUI Paraíso das Águas e qual o papel da regularização fundiária nessa dinâmica.

Em relação à chegada ao município, um ponto em comum para todos os entrevistados está relacionado à oferta de postos de trabalho, em geral a partir de informações de familiares ou amigos já residentes no município que funcionavam, também, como ponto de apoio inicial após a chegada desses novos trabalhadores.

Os que se mantiveram na área foram unânimes em explicar a permanência por tratar-se de “um local tranquilo, um bairro organizado, com todas as ruas pavimentadas, iluminação pública, esgotamento sanitário, rede de abastecimento de água, escola próxima: “é perto de tudo”. Sobre a importância da regularização fundiária, consideram que “está tudo direito, o documento está registrado em todos os órgãos competentes, traz segurança, cada um pode provar que é o dono e também podem dar em garantia para um empréstimo”.

Indagados sobre valorização do imóvel em função da regularização, todos os entrevistados declararam que há significativa valorização, mas um deles informou não conseguir estimar um valor, enquanto a avaliação dos demais entrevistados variou entre 111% e 200% de valorização decorridos 6 anos após a regularização.

Os entrevistados que saíram do núcleo regularizado o fizeram por terem vendido o imóvel, não pretendem voltar a residir no local. Em dois casos a saída se deu por questões de ordem familiar que, segundo os declarantes¹⁸, tornaram inviável a permanência, enquanto nos dois outros casos foi possível identificar nas entrelinhas uma perspectiva de lucratividade, ainda que as principais justificativas declaradas terem sido: i) desejar ‘morar em local mais próximo à natureza’¹⁹, em razão de suas origens interioranas

¹⁸ Os entrevistados que alegaram motivos de ordem familiar eram mulheres.

¹⁹ A residência atual do entrevistado, onde foi realizada a entrevista, é contígua a uma área de preservação ambiental, o que está em consonância com a declaração.

e declarou, também, que “a venda foi um bom negócio”; ii) não ter certeza se “o documento entregue tinha validade definitiva”²⁰, acrescentando que “gosta de fazer negócios que dão lucro”. Todos consideram importante a regularização fundiária para segurança pois “acaba com a incerteza, traz paz, acaba o medo de uma desapropriação e ainda pode dar em garantia para financiamento”, assim como ratificaram que contribui bastante para a valorização, mas não conseguiram estimar um percentual para os dias atuais, por não estarem acompanhando essa dinâmica no núcleo regularizado.

Esses resultados são compatíveis com estudo anterior, com abordagem semelhante, realizado em um núcleo urbano em Belém, que apontou a permanência de mais de 90% das famílias que tiveram os imóveis regularizados, onde o fator de maior influência para a permanência foi a existência de infraestrutura urbana no local com destaque para a proximidade de equipamentos públicos importantes e boa oferta de transporte público em termos de quantitativo de linhas de ônibus que circulam no bairro. A regularização fundiária foi mencionada como sinônimo de segurança, que contribui para a permanência no local, mas não como fator principal (Silva, 2019).

Do grupo de moradores entrevistados no NUI Paraíso das Águas que chegaram à área após a regularização, três compraram o imóvel e verificaram, previamente, a condição de regularidade antes de decidir pela compra para ter mais garantia na aquisição, mas apenas um já havia formalizado a transação junto ao Cartório de Registro de Imóveis, movido pela necessidade de financiar a aquisição. Como os demais, o entrevistado que é inquilino registrou satisfação em relação à nova moradia, pelas mesmas razões apontadas pelos entrevistados que permaneceram na área e declarou interesse em adquirir um imóvel no local, tão logo disponha de recursos financeiros para tal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada no NUI Paraíso das Águas, localizado no município de Canaã dos Carajás/PA, que se destaca pelo grande impacto econômico e demográfico e ampliação das atividades urbanas decorrentes da exploração mineral, especialmente a partir da segunda metade da

²⁰ Esse entrevistado informou que durante a campanha para a eleição municipal em 2020, circulou a notícia de que o documento recebido tinha caráter provisório com prazo de validade de apenas 3 meses, informação que foi confirmada pela liderança comunitária.

década de 2000, o que também impactou o mercado de terras. As famílias beneficiárias da regularização fundiária são, majoritariamente, de baixa renda e já residiam em outro bairro da cidade antes de ocuparem o NUI Paraíso das Águas. Seus dirigentes, que vieram para o município motivados pela oferta de postos de trabalho, são de média escolaridade e a faixa etária predominante é de 26 a 40 anos.

Foi constatada a permanência de 76,74% das famílias originalmente beneficiárias da regularização fundiária, que apontaram a infraestrutura urbana adequada e a proximidade de equipamentos públicos como razões indutoras da permanência, e consideram o local “bastante tranquilo e organizado”, percepção que foi ratificada pelos entrevistados que passaram a residir na área após a titulação.

Não havendo um parâmetro formal para definir o indicador de permanência desejável após a intervenção, e considerando que as razões apontadas para a saída de 23,36% das famílias foram, principalmente, de ordem familiar, portanto, sem influências de externalidades, admite-se que ainda não há sinalização clara de reconfiguração socioespacial, ao menos no curto prazo, ensejando o entendimento de tratar-se de dinâmica inerente ao processo de mobilidade residencial. Mas é cabível registrar que a maioria das transações analisadas referentes à venda dos imóveis não foram acompanhadas da formalização, do ponto de vista registral, o que configura uma situação de irregularidade em um contexto de regularidade. Foi possível também observar alguns casos isolados de novas edificações agregadas à edificação original, que nos casos constatados tratava-se de cessão de uma porção do lote regularizado para familiares, assim como o início de construções avançando para a área de risco hidrológico e preservação. Esses cenários sinalizam, ainda que embrionariamente, uma perspectiva de adensamento e expansão do núcleo regularizado.

A valorização dos imóveis, em decorrência da regularização fundiária, foi uma percepção unânime entre os entrevistados, mas não foi possível confrontar os valores declarados pelos entrevistados com o valor venal aplicado para cobrança de tributos municipais, o que permitiria entender se, em alguma medida, ocorre a apropriação dessa valorização pelo município, cabendo esclarecer que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) já era cobrado mesmo antes da titulação, não onerando, portanto, o custo da moradia após a titulação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres**. Rio de Janeiro: IPPUR; UFRJ, 2003. (Coleção Estudos Cariocas).
- ANGELIM, E. C. S. **A modelagem para a mensuração das variáveis qualitativas violência urbana e regularidade fundiária na formação do valor de imóveis residenciais urbanos**. 120 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- BANDEIRA, A. O. **Alterações socioespaciais no Sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- BEZERRA, M. C. L.; CHAER, T. M. S. (org.). **O que avançou na regularização fundiária urbana: conceitos, marco legal, metodologia e prática**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2020.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.523, de 3 de fevereiro de 1977**. Autoriza a criação de Coordenadorias Especiais no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1977]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1523.htm#:~:text=Autoriza%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20Coordenadorias,pessoal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.767, de 1º de fevereiro de 1980**. Cria grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1767.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.767%2C%20DE,Maranh%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.481, de 31 de maio 2007. Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11481.htm. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2009a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11952.htm. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.977, de 7 julho de 2009. Dispõe sobre o programa minha casa, minha vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF: Presidência da República, [2009b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e revoga e altera leis, medidas provisórias e decretos-lei. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13465.htm. Acesso em: 3 nov. 2024.

CANAÃ DOS CARAJÁS. Projeto de regularização fundiária de interesse social no Núcleo Informal (NUI) Paraíso das Águas. Canaã dos Carajás: Idurb, 2018.

CANAÃ DOS CARAJÁS. Lei n. 122, de 24 de novembro de 2006. Dispõe sobre a desapropriação por interesse social de 365 lotes na zona urbana de Canaã dos Carajás, e dá outras providências. Canaã dos Carajás: Câmara Municipal, [2006]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/c/canaa-dos-carajas/lei-ordinaria/2006/13/122/lei-ordinaria-n-122-2006>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CANAÃ DOS CARAJÁS. Lei n. 557, de 18 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a revisão da Lei n. 162, de 15 de novembro de 2007, que trata do Plano Diretor Participativo de Canaã dos Carajás e dá outras providências. Canaã dos Carajás: Câmara Municipal, [2012]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/c/canaa-dos-carajas/lei-ordinaria/2012/56/557/lei-ordinaria-n-557-2012>. Acesso em: 2 dez. 2024.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Decreto n. 1.070/2019**. Dispõe sobre a criação do Programa “Canaã, Meu Lugar” [...]. Canaã dos Carajás: Câmara Municipal, [2019]. Disponível em: https://transparencia.transparenciacanaa.com.br/leis-decretos/files/Decreto-1070-2019_de_23-09-2019_209.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Lei n. 1.051, de 8 de maio de 2023**. Dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Regular do Município de Canaã dos Carajás-PA. Canaã dos Carajás: Câmara Municipal, [2023]. Disponível em: https://transparencia.transparenciacanaa.com.br/leis-decretos/files/Lei-1051-2023_de_11-05-2023_389.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Decreto n. 1.468, de 22 de novembro de 2024**. Dispõe sobre a tarifa do transporte coletivo urbano [...]. Canaã dos Carajás: Câmara Municipal, [2024]. Disponível em: https://transparencia.transparenciacanaa.com.br/leis-decretos/files/Decreto-1468-2024_de_22-12-2024_745.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.

CORRÊA, I. S.; SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; SANTOS, L. V. Política de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social no Estado do Pará (2009-2018). **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 201-232, 2022.

FARDIM, S. C. S. G.; FARDIM, H. D. Aspectos ambientais da regularização fundiária de interesse social: estudo de caso do Morro do Jaburu/ Poligonal 1. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 26, n. 3, p. 67-92, set./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/13889/10615>. Acesso em: 5 out. 2024.

FERNANDES, E. Perspectivas para a renovação das políticas de legalização de favelas no Brasil. In: ROLNIK Raquel *et al.* (org.). **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006. p. 29-51.

FERNANDES, E. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Cambridge: Lincoln Institute, 2013.

FJP. **Cartilha deficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil. Diretoria de estatística e informações: metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil: 2016 - 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: https://issuu.com/fundacaojoaopinheiro/docs/cartilha_dh_final. Acesso em: 06 jan. 2025.

HALL, A. L. **Amazônia, desenvolvimento para quem?:** desmatamento e conflitos sociais no Projeto Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar. 1989.

IBGE. Censo Demográfico 2000. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html> Acesso em: 15 jan. 2025.

IBGE. Censo 2010: cidades e estados do Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

IBGE. Censo demográfico 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 03 jan.2025.

LIMA, A. P. C.; LIMA, J. J. F.; ROLIM, L. F. Conversão de terra rural em urbana na Amazônia: uma análise a partir da configuração das cidades de Parauapebas e Canaã dos Carajás no Pará. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SINTAXE ESPACIAL*, 1., 2022, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Faunb/UnB, 2022. p. 1-16.

MALHEIROS, F. T. A formalização da propriedade imobiliária e a oferta de crédito: a regularização fundiária urbana como vetor de desenvolvimento econômico. **Revista da PGBC**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 136-152, dez. 2018.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, M. C. C. **Regularização fundiária de assentamentos urbanos informais:** fator de fixação de população de baixa renda ou promoção do mercado imobiliário formal? O caso do assentamento Bengui – Etapa 2, Belém-PA. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



DA FERROVIA AO BRT: DINÂMICA URBANA DE OCUPAÇÃO DA RODOVIA BR-316

**FROM RAILWAY TO BRT: URBAN DYNAMICS
OF OCCUPATION ON THE BR-316 HIGHWAY**

Paulo de Castro Ribeiro



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Gilberto de Miranda Rocha



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O eixo da rodovia BR-316 sempre desempenhou um importante papel na dinâmica da ocupação territorial em direção a leste da cidade de Belém, desde a Estrada de Ferro de Bragança, passando pela consolidação da rodovia Belém–Brasília posteriormente denominada rodovia BR-316. Essa dinâmica, no entanto, nunca foi planejada ou regulada, o que gerou uma ocupação desordenada, com severos impactos à circulação e ao desenvolvimento urbano. Nos últimos seis anos, o Governo do Estado iniciou a implantação do Sistema Integrado de Transporte (SIT) nos onze quilômetros iniciais da rodovia, projeto que provocará profundas alterações físicas e funcionais no citado trecho, com significativa repercussão no uso do solo na Área de Entorno da Rodovia (AER). Este trabalho visa examinar como o padrão de uso e ocupação do solo atual poderá impactar o SIT. Para a compreensão desse processo apresenta-se a retrospectiva histórica da ocupação da AER a partir de seu eixo e analisa-se o padrão atual com base em pesquisa de campo e em dados secundários do Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por meio desta análise identificam-se quatro segmentos distintos quanto ao padrão de uso e ocupação do solo apontando seus impactos para o SIT.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Belém; dinâmica urbana; BRT; rodovia BR-316.

ABSTRACT

The BR-316 highway corridor has historically influenced territorial occupation in the eastern periphery of Belém, beginning with the Bragança Railway and later reinforced by the Belém–Brasília highway, now BR-316. However, this occupation occurred with little formal planning or regulation, resulting in fragmented and disordered urban development, posing challenges to mobility and spatial organization. Recently, the State Government began implementing the Integrated Transport System (SIT) along the first 11 kilometers of BR-316. This infrastructure aims to bring major physical and functional changes to the area, significantly affecting land use in the Road Surroundings Area (AER). This study examines how current land use patterns may affect the effectiveness of the SIT. It begins with a historical overview of occupation along the ERA and then analyzes present-day land use based on fieldwork and 2022 Census data of IBGE. The research identifies four distinct spatial segments, each with specific patterns of occupation and land use. These distinctions are discussed in relation to their potential impact on the implementation and operation of the SIT, offering insights into how urban planning can better align infrastructure projects with local territorial dynamics.

Keywords: Belem Metropolitan Region; urban dynamics; Bus Rapid Transit; BR-316 highway.

1 INTRODUÇÃO

Principal vetor da expansão urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB), a rodovia BR-316 teve como primeira diretriz a estrada do Maranhão. A consolidação dessa diretriz foi, inicialmente, marcada pelo longo processo de implantação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), entre os anos de 1883 e 1908. Após alguns anos de operação regular, a EFB entrou em decadência em razão da crise econômica relativa ao ciclo da borracha (Cruz, 1955). A extinção dessa Companhia ferroviária ocorreu em 1966, como consequência do avanço do rodoviarismo no Brasil, a partir dos anos 1950.

O eixo rodoferroviário que, no princípio, se estabeleceu com a EFB e, mais tarde, com a malha rodoviária, foi decisivo para o avanço da ocupação urbana em direção a leste de Belém, onde, posteriormente vieram a se consolidar os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel do Pará, além de outros mais distantes da capital. Na atual condição de única rodovia federal de ligação da RMB com o restante do país e considerada como principal eixo de expansão da região, a BR-316, hoje apresenta, volume de tráfego diário superior a 40 mil veículos e um Sistema de Transporte Coletivo (STC) que transporta diariamente cerca de 370 mil passageiros (NGTM, 2014).

O estado do Pará está implantando o Sistema Integrado de Transporte (SIT), nos primeiros 10,8 km da rodovia BR-316, do Entroncamento até o município de Marituba, trecho operacional do BRT Metropolitano. Esse projeto realizará uma completa reestruturação física e funcional da referida rodovia, propiciando não só a melhoria dos padrões de mobilidade e de acessibilidade, no entorno da rodovia BR-316, mas também a valorização dessas áreas e seu consequente processo de transformação, em relação aos padrões atuais de uso e de ocupação do solo.

Apesar dos resultados positivos, o empreendimento do Governo do Estado restringe-se às obras de infraestrutura e à operação do sistema, sem qualquer atuação no planejamento e/ou na regulação do uso e da ocupação do solo na área de influência desse corredor. As administrações municipais diretamente afetadas nessa área, por seu turno, também não têm demonstrado atuação efetiva na gestão daquela região, fato que poderá provocar a consolidação de usos inadequados tanto ao bom desempenho do sistema, quanto ao desenvolvimento urbano do corredor.

O presente artigo descreve o processo de ocupação da Área de Entorno da rodovia BR-316 (AER), desde seus primórdios, até os dias

atuais, identificando o atual padrão de uso e ocupação do solo nesta área e apresentando as características físicas e operacionais do Sistema Integrado de Transporte (SIT), com vistas a compreender como tais padrões influenciarão na operação do sistema. Importa ressaltar que a descrição e a análise do processo de ocupação derivaram de dados oriundos de pesquisa bibliográfica e documental, a qual incluiu relatórios técnicos de planos e projetos de transporte e de desenvolvimento urbano, além de dados provenientes do IBGE. Para a identificação do padrão atual de uso e ocupação, foram realizados levantamentos de campo e sobrevoos de drone.

A compreensão do atual padrão de uso e ocupação do solo da AER permitiu identificar quatro segmentos distintos ao longo dos 10,8 primeiros quilômetros da rodovia BR-316, e analisar como esses padrões podem influenciar a operação do sistema.

Este artigo, encontra-se estruturado em três seções que, por assim dizer, constroem o relato da dinâmica de ocupação da rodovia BR-316, no estado do Pará, a descrição e a análise das implicações dessa dinâmica, além das conclusões decorrentes desses relatos e análise de dados

A primeira seção, designada como “Introdução”, dedica-se à apresentação preliminar da temática e à estrutura deste trabalho. A segunda seção, designada “Processo de Ocupação da Rodovia BR-316”, constitui o desenvolvimento do estudo a partir de uma perspectiva histórica sobre o processo de ocupação da rodovia e suas posteriores implicações. Essa seção apresenta-se dividida em dois subtópicos a saber: o Sistema Integrado de Transporte Metropolitano (SIT) (descrevendo-se as principais características de sua infraestrutura e sua dinâmica de operação) e o Padrão Atual de Uso e Ocupação da Área de Entorno da Rodovia BR-316 (AER). Por fim, a terceira seção, designada “Conclusão” expõe o padrão atual de uso e ocupação da AER.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA RODOVIA BR-316

As primeiras frentes de penetração na floresta, em direção a leste, ocorreram a partir da fundação de Belém, em 12 de janeiro de 1616, com o caminho aberto entre as províncias do Pará e do Maranhão (Cruz, 1955).

No final do século XIX, com a ascensão da economia da borracha, houve um significativo crescimento econômico e demográfico em toda a região amazônica, com forte impacto em Belém, o que propiciou a realização de diversos investimentos em infraestrutura, dentre os quais, destacou-se a

construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB). Essa ferrovia estabeleceu um novo vetor de ocupação entre Belém e Bragança, cujo propósito inicial era o de viabilizar o desenvolvimento de atividades agrícolas ao longo de seu percurso para atender à demanda por abastecimento alimentar da região (Leandro; Silva; Rodrigues, 2010).

A EFB teve sua obra iniciada em 1883 e concluída em 1908. A partir de Belém, a estrada seguiu caminhos preexistentes que ligavam a capital a propriedades rurais em seu entorno (Cruz, 1955). A primeira etapa de construção da Estrada de Ferro – de São Braz à Colônia de Benevides, com 29 quilômetros de extensão – foi concluída em novembro de 1884, tendo a Companhia Estrada de Ferro de Belém-Bragança, naquele momento, assumido o compromisso de assentar 10 mil colonos na região, além de dar continuidade à próxima etapa até Santa Isabel (Cruz, 1955).

A história de ocupação do município de Ananindeua confunde-se com a implantação e a consolidação da EFB, desde sua primeira etapa, em 1884, que possibilitou não apenas o assentamento de novas populações no entorno das estações, mas também a implantação de uma vila operária, ao norte da estação de Ananindeua, voltada para a exploração de madeira extraída para o abastecimento das caldeiras da *Parah Electric Railways and Light Company*, concessionária de energia elétrica e de transporte por bondes em Belém (Ananindeua, 2006). Em 1916, a vila operária foi vendida para o Curtume Maguari, dando origem à Vila Maguari, considerada a primeira nucleação urbana que deu origem à Cidade de Ananindeua e propulsora do surgimento de um novo vetor de ocupação, a partir da estação da EFB em direção ao norte. Esse vetor de ocupação foi, posteriormente, denominado de Estrada do Maguari (Castro, 2009 *apud* Rodrigues; Sobreiro Filho; Oliveira Neto, 2018).

Em virtude do *déficit* na operação privada, em 13 de dezembro de 1886, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará sancionou a Lei nº 1.292, que autorizava a encampação da Companhia pelo Estado, ação acordada em 31 de dezembro daquele ano (Cruz, 1955).

Sob a responsabilidade do Governo do Estado, a continuidade das obras em 1897 chegou até Jambu-Açu¹ (quilômetro 105). Naquele contexto, o governador Augusto Montenegro, no ano 1902, afirmou que “a conclusão da ferrovia, por si só constituía um programa de governo” (Lacerda, 2018, p. 226) num período de significativo desenvolvimento econômico, em virtude do ciclo econômico da borracha. Assim, na primeira década do século XX,

¹ Vila do município de Igarapé-Açu.

houve um avanço considerável na construção da EFB até sua conclusão em 1908, na Cidade de Bragança.

Para o governador, a consolidação da ferrovia estava também condicionada às melhorias de sua infraestrutura. Seguindo essa lógica, foi transferida de São Braz para Marituba a principal oficina da Companhia, possibilitando a ampliação das instalações da estação terminal de São Braz (Cruz, 1955). Na oficina de Marituba, iniciada em 1903, foram acrescentadas outras edificações além da vila operária com dezessete grupos de moradias, incluindo casa para o chefe da estação e da oficina, escola, armazém e açougue (Rosa; Palácios, 2020). Toda essa estrutura atraiu um novo contingente populacional para a o entorno da oficina de Marituba, dando origem à atual sede do município.

Com o declínio econômico da borracha, a partir da segunda década do século XX, tornou-se mais difícil para o estado do Pará arcar com o *deficit* da EFB. Para Penteado (1967, v. 1, p. 127,), a ferrovia “foi uma doação da borracha para a Zona Bragantina”.

O acirramento da crise na atividade gomífera impactou severamente o desempenho econômico da EFB, levando o estado do Pará a iniciar o processo de negociação com o Governo Federal, visando sua encampação, sendo a ferrovia definitivamente encampada em 1936, segundo relatam Leandro, Silva e Rodrigues (2010).

Para Valverde e Dias (1967), o eixo contínuo da avenida Tito Franco, atualmente avenida Almirante Barroso, com a rodovia BR-22, posteriormente denominada Belém-Brasília, foi um importante vetor de expansão da cidade. Neste eixo, apesar da descontinuidade provocada pelo cinturão de áreas institucionais², houve a destinação de extensos lotes para instituições governamentais como: Forças Armadas e outros órgãos, sedes campestres de clubes sociais, chácaras, sítios e, mais tarde, indústrias que marcaram o início da ocupação mais contínua, das margens da atual rodovia BR-316.

Para Corrêa (1989), as áreas institucionais estabeleceram-se como “muralhas”, passando a ser reconhecidas como “cinturão institucional”, obstaculizando o crescimento da malha urbana da Primeira Léguas Patrimonial. Tal condição veio a reforçar a função da rodovia BR-22, paralela à EFB, como único eixo rodoviário de ligação entre o centro de

² Área que contorna a Primeira Léguas Patrimonial de Belém, a partir das avenidas Dr. Freitas e Perimetral, constituídas na década de 1940, principalmente para implantação de bases militares, sítios aeroportuários e instituições de pesquisa (Corrêa, 1989).

Belém – local de concentração das atividades econômicas – e a sua área de expansão em direção a leste.

Em 30 de dezembro de 1943, foi criado o município de Ananindeua, emancipado de Belém. À época, o município de Ananindeua abrangia os distritos de Benevides, Benfica e a Vila Operária da EFB, em Marituba, já apresentando uma dinâmica econômica própria e contando com uma população estimada em torno de 5 mil habitantes (Ananindeua, 2006).

Para Paula (2010), o ideário rodoviarista iniciou-se no Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XX, embora ele tenha se firmado no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, popularmente conhecido como JK (1955–1960), período mais representativo desse movimento, seja pela política de atração da indústria automobilística, seja pela transferência da capital, do litoral para o centro oeste do país e pelo conjunto de rodovias implantadas a partir da década de 1960 no Brasil.

A construção da rodovia Belém–Brasília foi autorizada pelo Congresso Nacional em 1958. Inicialmente, denominou-se BR-14, também conhecida como Transbrasiliana (Andrade, 2015). Sua inauguração ocorreu no ano de 1960 (Corrêa, 1989) e, mesmo com a precariedade de sua infraestrutura, estava finalmente estabelecida a ligação rodoviária da capital paraense com o restante do país. À medida que a estrada se consolidava, seu trecho na saída de Belém assumia a condição de principal vetor de crescimento urbano da cidade, em direção ao município de Ananindeua.

Para Mendes (2019), a rodovia Belém–Brasília, no início dos anos 1960, passou a ser um eixo importante de direcionamento do crescimento da região, a partir do cinturão institucional, reforçando a ocupação, até então dispersa, que se estabeleceu ao longo da EFB. Para este autor, a Belém–Brasília tornou-se o marco definitivo da “integração da Amazônia” ao restante do território nacional. Ainda no decorrer da década de 1960, após a implantação da rodovia Belém–Brasília, outra via foi construída em direção ao nordeste brasileiro: a rodovia BR-316 que, segundo Mendes (2019), constituiu um eixo de acesso à Amazônia para a população nordestina. As duas rodovias (a Belém–Brasília e a BR-316) encontravam-se na cidade de Santa Maria do Pará e seguiam com o mesmo traçado, aproximadamente 100 quilômetros até Belém.

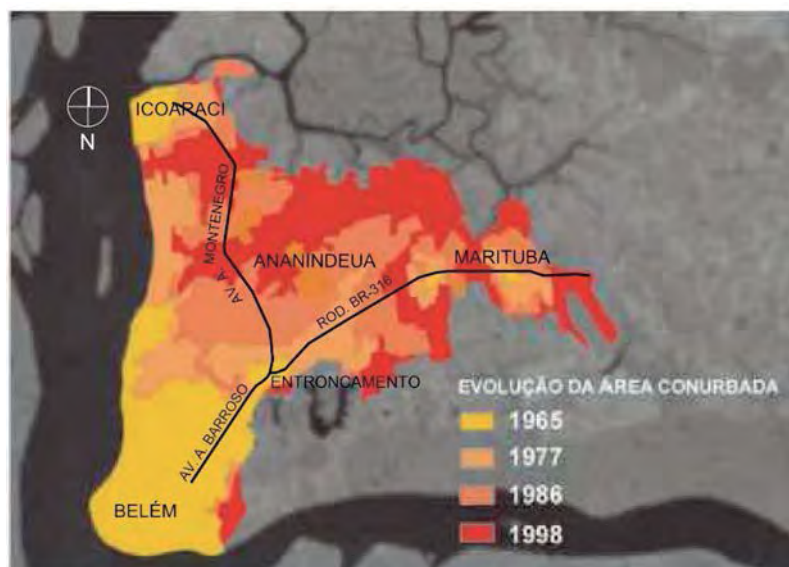
Os governos militares, a partir de 1964, deram continuidade à política rodoviarista, efetuando a desativação e o desmonte definitivo de diversos ramais, estradas de ferro e companhias ferroviárias em todo o Brasil, totalizando, segundo Paula (2010), mais de 8 mil quilômetros de ferrovias,

dentre as quais a EFB que, em 4 de agosto de 1966, teve decretada sua extinção (Leandro; Silva; Rodrigues, 2010).

O trecho da rodovia situado entre o Cinturão Institucional e a sede administrativa de Ananindeua, no quilômetro 8, passou a ser considerado não apenas o principal vetor de expansão da região, mas também a via de ligação entre o Centro de Belém e o restante do país, favorecendo a conurbação entre os dois municípios e a urbanização das margens da rodovia (Geotécnica, 1980).

A Figura 1, a seguir, mostra em manchas, a expansão da malha urbana nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, no período compreendido entre os anos de 1965 a 1998. Esse dado foi publicado em Pará (2004) e adaptado pelo autor, sendo possível identificar a cronologia do avanço das áreas urbanas nos três municípios, ao longo da rodovia BR-316.

Figura 1 – Processo de conturbação, Belém, Ananindeua e Marituba 1965–1998



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Pará (2004).

Com a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, o Governo Federal passou a atuar diretamente na política habitacional das cidades brasileiras, definindo novas formas de produção do espaço urbano com a implantação de grandes conjuntos habitacionais, em áreas periféricas menos valorizadas, sem a devida atenção aos outros serviços e equipamentos urbanos, necessários às boas condições de moradia (Corrêa, 1989).

A implantação dessas novas áreas residenciais periféricas, distantes dos centros tradicionais e desprovidas de espaços terciários, incrementaram o volume de deslocamentos diários entre a casa e o trabalho nas grandes cidades brasileiras, também incentivado pelo crescimento da frota de veículos privados e pela ampliação da malha viária (Corrêa, 1989).

Em 1970, o censo demográfico do IBGE contabilizou, em Ananindeua, uma população de 22.527 habitantes (JICA, 1991, p. 24), denotando um crescimento expressivo, de aproximadamente 83,5 %, entre os anos de 1960 a 1970, apesar da perda parcial de população em decorrência da criação do município de Benevides, em 1961.

Em junho de 1973, foram criadas pelo Governo Federal, as primeiras oito regiões metropolitanas brasileiras, cujo propósito era o de executar as políticas públicas voltadas para gestão dos “serviços comuns de interesse metropolitano”, dentre estas, a Região Metropolitana de Belém (RMB) formada pelos municípios de Belém e Ananindeua (Pará, 2004).

Segundo Corrêa (1989), o período entre os anos 1970 e 1980 foi marcado por um acentuado crescimento populacional nas áreas urbanas da Amazônia, com vultosa concentração nas duas principais capitais, Belém e Manaus, polos de atração dos fluxos migratórios intrarregionais, com maior direcionamento dessa população para as áreas de expansão urbana. Neste contexto, a política habitacional do BNH, juntamente com a Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA), tivera participação essencial no processo de ocupação da periferia metropolitana, onde foram construídas 3.626 novas unidades habitacionais entre os anos de 1970 e 1978 e onde também surgiram outras formas de ocupação espontânea denominadas de “invasões”.

Com base em dados da COHAB/PA, segundo Corrêa (1989), entre os anos de 1971 e 1989 foram construídos 14 conjuntos habitacionais, na área localizada entre a rodovia do Coqueiro e a estrada do Maguari, em Ananindeua, somando 19.569 novas unidades residenciais, completamente isoladas e desprovidas de outros serviços urbanos, num período de dezoito anos, sem nenhuma ação planejada pela administração municipal.

Dentre esses empreendimentos, destacam-se os conjuntos Cidade Nova e Guajará, afastados do centro de Ananindeua que, devido às suas dimensões, foram decisivos na estruturação do município, consolidando novas áreas residenciais com renda mais elevada. Essas áreas passaram a

atrair para seu entorno, outras formas de ocupação desordenada, além de definirem uma nova centralidade terciária distante da sede municipal (Pará, 2004).

Toda essa ocupação também provocou impacto significativo no tráfego das rodovias do Coqueiro e da BR-316, entre o Coqueiro e o Entroncamento, com repercussão na duplicação da BR-316 entre o Entroncamento e Marituba e executada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), entre os anos de 1978 e 1980 com dois projetos diferenciados:

i. Duas pistas, com três faixas por sentido, acostamento e calçadas entre o Entroncamento e a estrada do Coqueiro;

i. Duas pistas com duas faixas por sentido e acostamento, sem calçadas, entre a estrada do Coqueiro e Marituba, ainda que, passando nos centros de Ananindeua e de Marituba.

O relatório diagnóstico da Geotécnica (1980) mencionou o processo de conurbação entre a sede do município de Ananindeua e o núcleo urbano de Marituba, ao longo da rodovia BR-316, destacando também o papel da rodovia como vetor de expansão em direção a leste, ao mesmo tempo em que se estabelecia como barreira para as conexões entre as regiões ao norte e ao sul da rodovia no município de Ananindeua.

Os estudos da Geotécnica (1980) identificaram, ainda, quatro centralidades de comércio e serviços na RMB, sendo a principal denominada de Centro Metropolitano e as três secundárias: Icoaraci; Entroncamento e Centro de Ananindeua.

O relatório destacou, também, a vigorosa predominância do tráfego rodoviário na BR-316 em relação ao urbano, em virtude de esta ser a única via de ligação entre a região metropolitana de Belém e o restante da malha rodoviária nacional, ressaltando que o parcelamento irregular da região dificulta a implantação de outras vias paralelas à BR-316 (Geotécnica, 1980, p. 233).

Diante desse quadro, o relatório defendeu a implantação da avenida 1º de Dezembro – atual avenida João Paulo II – paralela à rodovia BR-316 ao sul, sendo na primeira etapa, até a rodovia do Coqueiro – atual avenida Mário Covas – e, posteriormente, até a PA-150 (Geotécnica, 1980, p. 270).

O relatório da Geotécnica (1980) também destacou o afastamento dos usos residenciais do eixo da rodovia BR-316, devido à indisponibilidade de espaço para estes, às suas margens, sendo seu padrão de ocupação predominantemente disperso e com baixa densidade, à exceção da região ao norte do núcleo de Ananindeua e da região ao sul do núcleo de Marituba, as quais foram consideradas áreas mais consolidadas (Geotécnica, 1980, p. 223).

Em 1989, o Estado do Pará firmou acordo de cooperação técnica com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para a elaboração do primeiro Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU) da RMB, tendo como órgão executor local a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), (Ribeiro; Travassos, 2010).

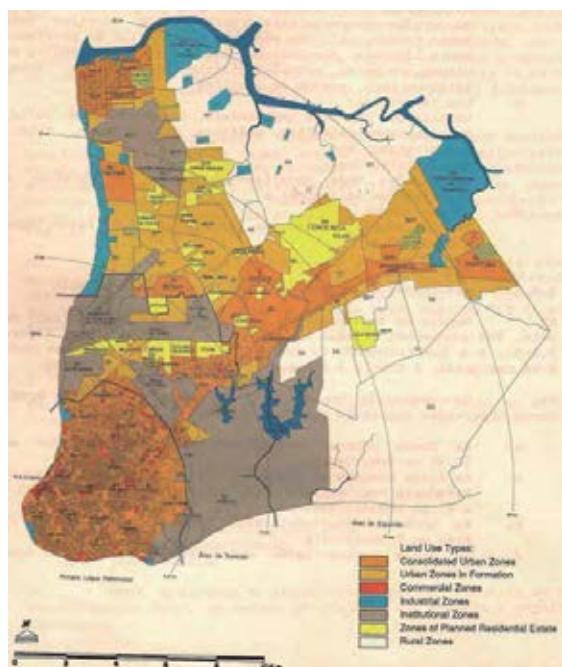
Para efeito de análise do uso e da ocupação do solo, o PDTU dividiu a porção continental da RMB em três áreas distintas, a seguir discriminadas:

- i. Área Central, que corresponde à Primeira Léngua Patrimonial;
- i. Área de Transição, que corresponde ao Cinturão Institucional;
- ii. Área de Expansão, que corresponde ao restante da porção continental dos municípios de Belém, Ananindeua e o núcleo de Marituba, a época, parte de Benevides.

A Figura 2, abaixo, apresenta o levantamento de uso do solo na porção continental da RMB realizado na elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos, em 1991, onde se evidencia:

- i. A nítida presença de Zonas Urbanas Consolidadas (ZUC), ao longo da rodovia BR-316, sendo ao norte a faixa mais extensa, principalmente na região do Coqueiro e dos conjuntos Cidade Nova;
- i. A descontinuidade da ZUC na rodovia BR-316, no igarapé Toras, atual divisa entre os municípios de Ananindeua e Marituba, que já se configurava como nucleação consolidada; e
- ii. Ao sul da rodovia BR-316, a faixa de ZUC é mais extensa entre o Entroncamento e a rodovia Mário Covas, sendo a partir desse ponto, restrita a face lindeira a rodovia, aproximando extensa zona rural.

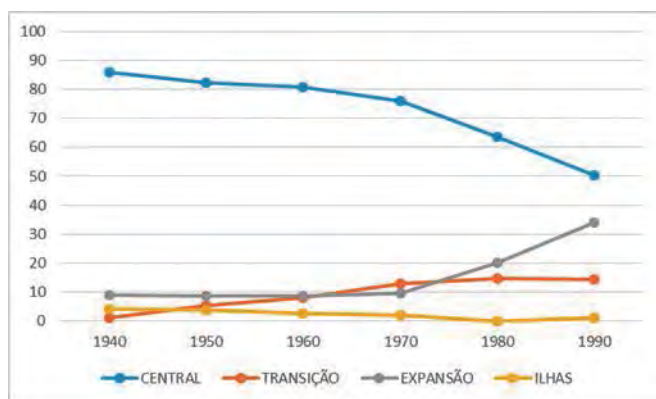
Figura 2 – Uso do solo na porção continental da RMB



Fonte: JICA (1991).

O estudo também apresenta uma série histórica da distribuição percentual de população por área na RMB, no período de 1940 a 1990. Esses dados apresentados no Gráfico 1, a seguir, evidenciam o crescimento populacional acentuado na Área de Expansão, a partir da década de 1970, o crescimento discreto na Área de Transição ao longo de todo o período e o nítido decréscimo de população na Área Central.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população por áreas da RMB, 1940 – 1990



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de JICA (1991).

Por fim, o PDTU apontou alguns problemas identificados na estrutura urbana e no uso do solo da Região Metropolitana. Dentre os quais destacam-se:

- i. Forte concentração de atividades econômicas na Área Central;
- i. Segregação socioespacial dificultando o acesso de populações mais pobres ao sistema de transporte;
- ii. Cinturão de áreas institucionais dificultando a conexão entre Área Central e a Área de Expansão; e
- iii. Ausência de legislação urbanística e de estrutura administrativa de gestão no município de Ananindeua.

Em suas diretrizes, o estudo da JICA também recomendou a implantação de um conjunto de vias estruturantes na RMB, dentre as quais, ressaltam-se as avenidas Independência e a 1º de Dezembro que visavam à melhoria da circulação entre a Área de Expansão e a Área Central, além da implantação do sistema integrado de transporte metropolitano, tendo como principais corredores as avenidas Almirante Barroso, Augusto Montenegro e a rodovia BR-316.

Neste período, a Constituição Federal, promulgada em 1988 (Brasil, 1988), provocou profundas alterações nas atribuições e competências dos entes federativos, passando a caber aos estados, a criação ou redefinição de regiões metropolitanas em seus territórios e, em 1995, o estado do Pará redefiniu a RMB, que passou a incluir além dos municípios de Belém e Ananindeua, os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará.

No ano 2000, o Governo do Estado do Pará iniciou a revisão do PDTU 1991 no projeto denominado PDTU–2001, também em cooperação técnica com a JICA, sendo que, desta vez, o projeto não realizou o levantamento de uso do solo com o mesmo nível de detalhe do plano anterior. Contudo, através da análise dos dados oriundos das pesquisas domiciliares do PDTU de 1990 e de 2000, além de dados extraídos de outros levantamentos de campo mais específicos, juntamente com um conjunto de seminários realizados com especialistas de diversas áreas e outros segmentos representativos da sociedade, foram discutidas tendências de desenvolvimento da região e um conjunto de cenários futuros para os anos de 2010 e 2020.

Com base nos cenários de distribuição dos empregos até 2020 e na geração e atração de viagens futuras, o PDTU–2001 também simulou a capacidade do sistema viário de 2001 para atender ao volume de tráfego previsto para 2020, ano horizonte do projeto, considerando o horário de

pico da manhã e calculando o V/C (quantidade de veículos/ capacidade da via), apresentando em três padrões de capacidade: 1) de 0 a 100% da capacidade da via; 2) de 100% a 150% da capacidade da via; e 3) Superior a 150% da capacidade da via (JICA, 2001).

Na Figura 3, a seguir, são apresentados os resultados dessa simulação, pelos quais se observa que os corredores da avenida Almirante Barroso, a partir da avenida Dr. Freitas e da rodovia BR-316 até a entrada do Conjunto Júlia Seffer, apresentam níveis de saturação superiores a 150%.

Com nível de saturação de 100 a 150% da capacidade da via, aparecem: o restante da avenida Almirante Barroso, a BR-316 até Ananindeua e a avenida Augusto Montenegro em toda a sua extensão. Portanto, os resultados de V/C demonstrados, evidenciaram a necessidade de ampliação desta rede, principalmente, nas ligações entre a Primeira Léguas Patrimonial e a Área de Expansão (JICA, 2001, p. 136).

Figura 3 – Simulação de capacidade, rede viária (2001), tráfego (2020) pico da manhã



Fonte: JICA (2001).

Em relação ao Sistema de Transporte Coletivo (STC), o PDTU- 2001 ratificou a diretriz do plano anterior, com sistema tronco alimentado, nos mesmos corredores, operado por ônibus, enfatizou a ausência de instrumentos de gestão compartilhada da RMB e de seu STC, além da precariedade e da insuficiência do sistema viário, para atender à demanda de tráfego, entre a Área Central e a Área de Expansão, anteriormente mencionadas.

Na sequência do PDTU–2001, seu Estudo de Viabilidade Econômica, denominado Via Metrôpole, desenvolveu os projetos viários e de transporte público, indicados no plano diretor, dentre os quais, no contexto deste trabalho, cabe destacar:

i. Avenida Independência, entre a BR-316 e a avenida Júlio César, definida como corredor secundário de transporte, paralelo à rodovia BR-316, ao norte, com duas pistas e três faixas por sentido, sendo uma exclusiva de ônibus;

i. Prolongamento da avenida 1º de Dezembro entre o Entroncamento, e a Alça Viária, paralela, ao sul da rodovia BR-316, com duas pistas e duas faixas por sentido, acostamento, ciclovia e calçada; e

ii. Corredores troncais de ônibus nas avenidas Almirante Barroso e Augusto Montenegro e na rodovia BR-316.

Em 2008 o recém-criado, Núcleo de Gerenciamento do Transporte Metropolitano (NGTM) concebeu o Projeto Ação Metrôpole, elaborado como um programa de mobilidade para a RMB, incorporando as principais diretrizes do Via Metrôpole e, em 2011, o Governo do Estado habilitou-se no programa PAC Mobilidade Grandes Cidades, para contrair empréstimo, visando à implantação do prolongamento da avenida João Paulo II, com a extensão de 4,7 km, entre o Entroncamento e a avenida Mário Covas.

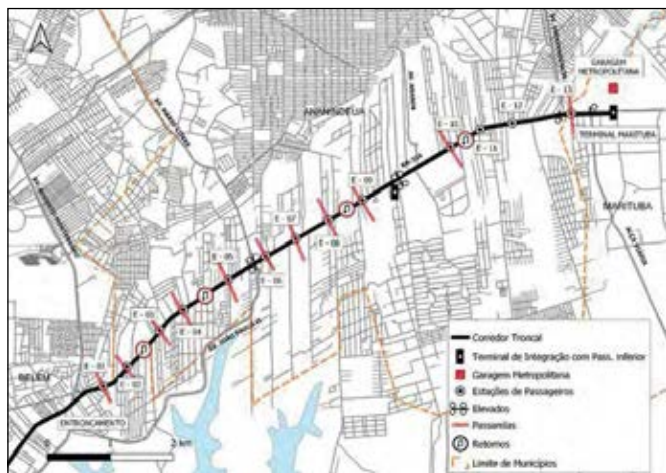
Em agosto de 2015, foi concluído o último trecho de 9,5 quilômetros da avenida Independência, entre a rodovia do 40 Horas e a BR-316, sendo executado com duas pistas de duas faixas por sentido, ciclovia e calçada, na faixa de servidão da linha de transmissão da Eletronorte. Dessa forma, somente vinte e cinco anos após a primeira diretriz, foram concluídos os dois projetos viários complementares à rodovia BR-316, considerados prioritários para a ligação entre a Área Central de Belém e a Área de Expansão da RMB, desde o primeiro PDTU em 1990.

2.1 SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE METROPOLITANO (SIT)

Os vinte e cinco anos decorridos para conclusão das principais vias de ligação entre a Área de Expansão metropolitana e o centro de Belém, avenidas Independência e João Paulo II, não foram suficientes para implantação do sistema integrado de transporte metropolitano, que também teve suas primeiras diretrizes definidas no primeiro PDTU.

As obras de infraestrutura do SIT só foram iniciadas no ano de 2019 com previsão de conclusão para o ano de 2025, compreendendo a reestruturação completa dos primeiros onze quilômetros da rodovia BR-316 além da implantação de dois terminais de integração, treze estações de passageiros e treze passarelas para travessia da rodovia e acesso às estações, conforme ilustrado na Figura 4, abaixo.

Figura 4 – Componentes de infraestrutura do SIT



Fonte: NGTM (2015).

O projeto de infraestrutura da rodovia BR-316, compreende os 50 m de sua faixa de domínio, com as seguintes características:

- i. Calçadas acessíveis com 3,5 m de largura, sendo 2,5 m de passeio e 1 m de faixa gramada e arborizada;
- i. Ciclovias junto às calçadas com 2,5 m de largura;
- ii. Três faixas por sentido, para o tráfego geral;
- iii. Uma faixa exclusiva, por sentido, junto ao canteiro central, para a circulação das linhas troncais de ônibus, com faixa de ultrapassagem nas estações;
- iv. Canteiro Central gramado e arborizado, com largura variável; e
- v. Três viadutos, sendo um na rua Ananin em frente ao terminal Ananindeua; e outros dois: um na avenida Independência e outro na Alça Viária.

Os terminais de integração e as estações de passageiros são os principais pontos de acesso dos usuários ao SIT na rodovia BR-316. Nesses locais, também será possível realizar a transferência entre linhas, sem que o usuário deva pagar outra tarifa.

Os treze pares de estações, dispostos no canteiro central, terão distância média de 680 m, com acesso através de passarelas, possibilitarão o pagamento antecipado da passagem e o embarque em nível nos ônibus das linhas troncais.

Os terminais de integração de Ananindeua e Marituba serão os principais pontos de transferência de passageiros entre as linhas troncais e alimentadoras. Estes terminais podem também receber usuários que chegam a pé, de carro, de motocicleta, de táxi, por meio de veículos de aplicativos, ou de bicicleta, dispondo de estacionamento de veículos, de motocicletas e de bicicletário coberto e com vigilância, além de espaços comerciais e lanchonetes, nas áreas internas (NGTM, 2015).

Inspirados no modelo das Ruas da Cidadania de Curitiba, os terminais de integração de Ananindeua e de Marituba contarão, ainda, com uma agência da Estação Cidadania, órgão público estadual que presta atendimento à população com postos avançados de diversos órgãos das administrações públicas estadual, municipal e federal (NGTM, 2015).

A operação do SIT será realizada por uma frota de 265 ônibus novos com ar refrigerado, adquiridos pelo governo do estado do Pará, sendo 40 com motorização elétrica. Esses veículos serão cedidos a um concessionário operador privado, mediante processo licitatório. Além do mais, suas linhas troncais e alimentadoras apresentam as seguintes características:

- i. Três linhas troncais partem de cada um dos terminais, circulando nas faixas exclusivas da rodovia BR-316 e da avenida Almirante Barroso, duas se dirigem ao centro de Belém, com itinerários distintos e uma até São Braz; e
- i. Vinte e cinco Linhas Alimentadoras sairão de cada um dos terminais, sendo onze do terminal de Ananindeua em direção aos bairros daquele município e catorze do terminal de Marituba em direção aos bairros de Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará e de Santa Bárbara do Pará (NGTM, 2023).

Segundo o relatório do projeto operacional do SIT/RMB, em virtude da frequência das linhas e da integração física e tarifária, a operação do sistema proposto oferecerá melhores padrões de mobilidade e acessibilidade aos seus usuários, comparativamente aos padrões atuais das linhas que operam no corredor, além de apontar outras vantagens como:

- i. Redução de tempo de viagem superior a trinta minutos nos deslocamentos entre as áreas mais periféricas da RMB e o Centro de Belém;

Tabela 1 – Proporção da população residente em até 500 m da rede proposta do SIT município

Município	Belém	Ananin-deua	Maritu-ba	Bene-vides	Santa Bárbara	Santa Izabel	Total
População Municipal	1.303.389	478.778	110.515	63.567	21.089	73.019	2.050.357
População residente a 500 m da rede de linhas do SIT	187.411	237.373	95.132	45.772	8.394	11.222	584.811
% da população residente a 500 m da rede de linhas do SIT	14,38	49,58	86,08	72,00	39,81	15,37	28,52

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE (2023).

Os dados da Tabela 1, acima, evidenciam que os municípios de Marituba e Benevides terão as maiores proporções de população morando na faixa de 500 m de distância da rede proposta de linhas do SIT, sendo que, no município de Marituba, 86,08 % da população residem nesta faixa.

O percentual de população residente na faixa de 500 m da rede SIT, em relação a população municipal, apresentou valores significativamente superiores ao indicador de Mobilidade e Transporte Urbano utilizado para avaliação das metas nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 “Proporção da população vivendo próxima (em um raio de 1 quilômetro) a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade”³, o qual apresentou crescimento discreto, de 13% a 13,7 %, entre os anos de 2016 a 2021 (IPEA, 2024).

É oportuno acrescentar ainda, outros parâmetros operacionais estimados para o SIT, como: regularidade operacional, pontualidade, frequência das linhas, tempo médio de deslocamento, idade média da frota, padrão de conforto dos ônibus, além da integração física e tarifária. Tais parâmetros propiciarão significativa melhoria nos padrões de mobilidade e acessibilidade dos usuários do sistema de transporte metropolitano.

³ Indicador medido pelo IPEA, com a média ponderada pela população das RM de Belo Horizonte (MG); Distrito Federal (DF) e entorno; Curitiba (PR); Recife (PE); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP); Salvador (BA); Belém (PA); e Fortaleza (CE).

2.2 PADRÃO ATUAL DE USO E OCUPAÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO DA
RODOVIA BR-316 (AER)

Para análise do padrão atual de uso e ocupação da AER no trecho onde está sendo implantado o SIT foi considerada, primeiramente, a faixa de um km para cada lado da rodovia, distância admitida para o acesso a pé a corredores de transporte de média e alta capacidade, sendo, na sequência, também apresentados alguns resultados do levantamento de uso do solo, lote a lote, realizado nas faces de quadra da rodovia BR-316.

Em relação à densidade populacional, a AER apresenta valores excessivamente baixos⁴, conforme apresentado na Tabela 2, abaixo. Esses dados foram calculados com base na malha censitária do último Censo (IBGE, 2024).

Tabela 2 – População residente na AER

Município	População	Área (ha)	Densidade (hab./ha)
Belém	36.818	457,87	80,41
Ananindeua	86.856	1.601,25	54,24
Marituba	5.090	279,68	18,20
TOTAL	128.764	2.338,80	50,95

Fonte: IBGE (2024).

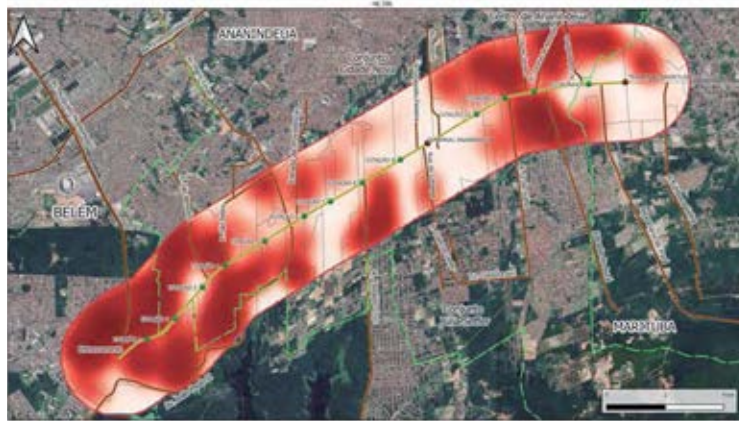
A Tabela 2, acima, indica a densidade populacional média de (50,95 hab./ha) na AER, sendo a densidade mais elevada (80,41 hab./ha) no município de Belém, no entorno do Entroncamento. Já a menor densidade (18,20 hab./ha) circunscreve-se no município de Marituba. No município de Ananindeua, verifica-se uma densidade próxima da média de toda a área (54,24 hab./ha). A densidade média de cada município denota uma correlação com a distância ao centro de Belém: quanto mais distante do centro, menor a densidade, tendência predominante nas periferias urbanas nacionais (EMBARQ, 2015).

A Figura 5, abaixo, apresenta o “mapa de calor” com os locais de maior concentração de endereços residenciais georreferenciados do IBGE (2023) na AER, elaborado na plataforma QGIS, através do método de Kernel⁵. Pela Figura 6, é possível observar:

⁴ O Manual ITDP (ITDP, 2016) sugere 90 hab./ha como valor básico de referência para densidades em corredores de transporte de alta e média capacidade.

⁵ Mapa de Kernel é uma metodologia utilizada para análise geográfica do comportamento de padrões, apresentado, através de interpolação, a intensidade pontual de determinado fenômeno na região de estudada, sendo adotado, neste caso, um raio de 500 m de cada endereço residencial georreferenciado. (Souza *et al.*, 2013).

Figura 5 – Locais de concentração de usos residenciais, na EER



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de IBGE (2023).

i. Maiores concentrações de endereços residenciais no entorno do Entroncamento, tanto ao norte, quanto ao sul da rodovia BR-316 e no centro de Ananindeua;

i. Baixa concentração de endereços residenciais, no ponto médio da rodovia BR-316 entre as estações 5 e 10 e entre a estação 13 e o terminal de Marituba;

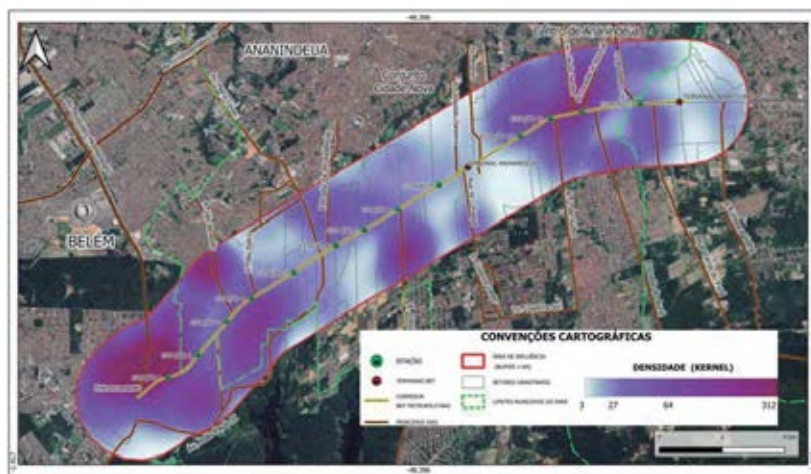
ii. Concentração isolada de endereços residenciais, entre as estações 8 e 9, próximo à rua Oswaldo Cruz, ao sul da rodovia BR-316; e

iii. Baixa concentração de endereços residenciais nos locais onde serão implantados os terminais de integração de Ananindeua e de Marituba apresentam.

A concentração de usos não residenciais na AER, a partir dos endereços georreferenciados do IBGE (2023), apresentada na Figura 6, a seguir, nos possibilita concluir que existe uma forte correlação entre os locais de concentração de endereços residenciais e os locais de concentração de endereços não residenciais, sendo as maiores concentrações não residenciais próximas ao Entroncamento, se estendendo até a estação 4 da rodovia BR-316.

Há concentração menos intensa de endereços não residenciais (entre 64 e 312), no entorno do centro de Ananindeua, que se estende até o limite da AER, principalmente ao norte da BR-316, e um ponto isolado de concentração, ao longo da rua Oswaldo Cruz (próximo à estação 8), ao sul da rodovia BR-316. Destaca-se ainda a baixa concentração de Estabelecimentos Não Residenciais nas áreas de entorno dos terminais de integração de Ananindeua e de Marituba.

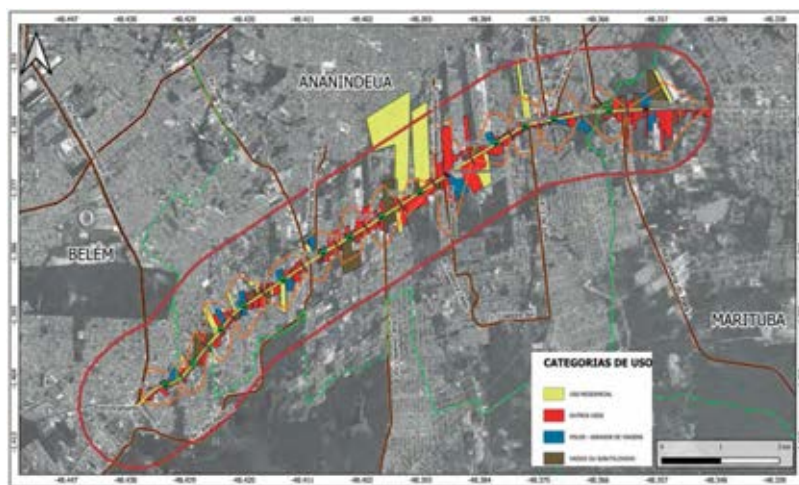
Figura 6 – Locais de concentração de usos não residenciais na AER



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de IBGE (2023).

Os resultados do levantamento de uso do solo das faces de quadra da rodovia BR-316, (este efetuado através de levantamentos de imagens de sobrevoo de drone), são apresentados na Figura 7, abaixo, e, posteriormente, na Tabela 3.

Figura 7 – Levantamento de uso do solo na face de quadra da rodovia BR-316



Fonte: Elaborado pelos autores.

Estes levantamentos, possibilitaram a identificação de quatro segmentos distintos, quanto as características de uso do solo, na rodovia BR-316, sendo o primeiro entre o Entroncamento e a avenida Mário Covas; o

segundo, entre a avenida Mário Covas até o centro de Ananindeua (estação 11); o terceiro no centro de Ananindeua (estações 11 e 12); e o quarto e último entre o igarapé Toras e o Terminal Marituba.

Na representação dos usos, apresentados na Figura 7, acima, os Polos Geradores de Viagens (PGV), foram destacados dos demais usos não residenciais, cabendo ainda apontar nos dados mapeados, a forte predominância desses usos, em todos os segmentos da BR-316, sendo a maioria desses relacionados a atividades econômicas associadas à rodovia, como: postos de combustíveis, centrais de carga, concessionárias de caminhões etc. Em relação aos PGV, é maior sua presença no primeiro segmento da rodovia BR-316, em lotes de menor dimensão.

Destaca-se ainda a forte presença de áreas vazias ou subutilizadas em toda a extensão da rodovia, sendo maior sua incidência no quarto segmento, no município de Marituba e de grandes áreas residenciais, em sua maioria, condomínios fechados, principalmente no segundo segmento.

A quantificação dos dados mapeados na Figura 7, acima, é apresentada na Tabela 3, abaixo. Valores absolutos e a proporção de comprimento de testada dos lotes nas faces de quadra da rodovia BR-316 por tipo de uso: residencial, não residencial, vazio ou subutilizado e outros⁶, para cada um dos quatro segmentos da rodovia BR-316.

Tabela 3 – Comprimento de testada por uso e por segmento da rodovia BR-316

AIE	Extensão total	Uso do Solo Lindeiro (ml de fachada)			Outros
	2 lados (ml)	Residencial	Não Residencial	Vazios	
Segmento 1	7.216,23	424,39	4.935,57	981,10	875,17
%		5,88	68,40	13,60	12,13
Segmento 2	8.171,77	132,45	5.727,02	1.073,16	1.239,15
%		1,62	70,08	13,13	15,16
Segmento 3	2.498,87	94,21	2.129,38	89,26	186,02
%		3,77	85,21	3,57	7,44
Segmento 4	4.194,39	86,17	2.179,74	1.700,17	228,31
%		2,05	51,97	40,53	5,44
TOTAIS	22.081,26	737,22	14.971,71	3.843,69	2.528,64
		3,34	67,80	17,41	11,45

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁶ Os outros usos, neste caso incluem, corpos d'água, espaços de conexões viárias, praças e parques.

Os dados expressos na Tabela 3, acima, revelam a forte predominância de usos não residenciais (67,80 %) e a pequena participação de usos residenciais (3,34 %) inferior aos vazios e subutilizados e aos outros usos, em relação a todos os segmentos da rodovia, tendo o primeiro segmento uma distribuição percentual semelhante a esta.

No segundo segmento, observa-se a menor participação de usos residenciais (1,62 %) e a maior participação de outros usos, dada a presença do Parque Municipal de Ananindeua e do viaduto da rua Ananin. Já no terceiro segmento, verifica-se a maior presença de usos não residenciais (85,21 %) e a menor presença de espaços vazios (3,57%). Por fim, no quarto segmento, no Município de Marituba, nota-se a expressiva ocupação das margens da rodovia por terrenos vazios ou subutilizados (40,53 %).

3 CONCLUSÃO

A trajetória do processo de ocupação e da formação dos municípios de Ananindeua e Marituba, apresentada na primeira parte deste artigo permite compreender o padrão atual de uso do solo da AER, que sofreu inicialmente forte influência da EFB na formação das primeiras nucleações urbanas ao longo da rodovia BR-316 (Entroncamento, Centro de Ananindeua e Centro de Marituba), com a criação do município de Ananindeua, em 1943, e a instalação de sua sede administrativa. O desenvolvimento da centralidade atualmente existente naquela área se deu de forma mais acelerada.

A formação do cinturão de áreas institucionais, ainda na década de 1940, impediu a continuidade da malha viária da Primeira Légua Patrimonial e a estruturação de uma rede viária complementar à BR-316, na Área de Expansão, provocando a convergência do tráfego urbano para rodovia e sua consolidação como único vetor de expansão da RMB.

O acentuado crescimento populacional do município de Ananindeua, a partir dos anos 1970, principalmente motivado pela política habitacional do BNH, incrementou elevado volume de tráfego urbano e de linhas de ônibus na rodovia BR-316, entre o Entroncamento e a avenida Mário Covas. Diante deste fato, sua duplicação no final da década de 1970, adotou um desenho de via com três faixas por sentido e calçada, o que favoreceu um padrão de ocupação e uso do solo diferenciado neste primeiro segmento, diferentemente do segundo, que embora duplicada manteve o desenho

rodoviário, com duas faixas por sentido sem calçada e se consolidou com tráfego predominantemente rodoviário, em virtude da baixa acessibilidade para as áreas mais populosas, ao norte da rodovia BR-316, onde se encontrava a maioria dos conjuntos habitacionais do BNH.

Atualmente, a baixa densidade populacional da AER (50, 95 hab./ha) impacta diretamente na eficiência e na capilaridade do sistema de transporte, dificultando a acessibilidade além de onerar os custos de implantação e manutenção da infraestrutura e dos serviços urbanos, no entanto, a nova infraestrutura e a operação do SIT, provocarão profundas transformações nas características físicas e funcionais da rodovia BR-316 que, na condição de corredor de BRT, passará a ter melhores condições de mobilidade e acessibilidade.

Os quatro segmentos distintos, quanto aos padrões de uso de ocupação do solo na AER, deverão impactar de forma diferenciada no comportamento da demanda do SIT, sendo que o primeiro e o terceiro, com maiores densidades populacionais e concentração de usos não residenciais, apresentam maior potencial de demanda de transporte.

Em relação ao segundo e ao quarto segmento, embora apresentem baixas densidades populacional e predominância de usos não residenciais mais voltados para atividades econômicas relacionadas à rodovia, terão no projeto do SIT, os terminais de integração de Ananindeua e de Marituba, principais pontos de acesso ao sistema. Esses terminais, estão localizados em áreas de baixa densidade, e em extensos espaços vazios, os quais poderão favorecer a implantação de novos empreendimentos terciários, favorecendo novas demandas.

REFERÊNCIAS

ANANINDEUA. Prefeitura de. **Plano Diretor de Ananindeua**: relatório diagnóstico. Ananindeua: FAU/UFRJ, 2006.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia no pós-guerra e a construção da Rodovia Belém- Brasília. **Revista Muiraquitã**, Acre, UFAC, v. 3, n. 2, 2015.

BRASIL. (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na Região Metropolitana de Belém**. 1989. 339 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.

CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPVEA, 1955.

EMBARQ Brasil. **Manual de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável [Dots Cidades]**. 2. ed. São Paulo: Embarq Brasil, 2015.

GEOTÉCNICA. **Planos diretores para áreas urbanas da RMB: Icoaraci, Caratateua, Mosqueiro, Ananindeua, Marituba e área de expansão**. Belém: Codem; Seplan/PA, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico 2022 – População e domicílios. Primeiros resultados**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico – Base Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IPEA. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**. Brasília: Cadernos ODS, 2024. 18 p. [Cadernos ODS 11]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS11>. Acesso em: 26 set. 2024.

ITDP. **Ferramenta para Avaliação do Potencial de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável [Dots] em Corredores de Transporte**. Rio de Janeiro: ITDP, 2016. Disponível em: [2016-11-itdp-ferramenta-dots.pdf](https://www.itdp.org.br/pt-br/publicacoes/2016-11-itdp-ferramenta-dots). Acesso em: 23 set. 2024.

JICA. **Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belém na República Federativa do Brasil: Relatório Final**. Belém: JICA, 1991.

JICA. Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab). Secretaria Executiva de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional. **Plano diretor de transporte urbano da Região Metropolitana de Belém**. Belém: JICA, 2001.

LACERDA, Franciane Gama. Uma “artéria necessária!” para o progresso: a Estrada de Ferro de Bragança (Pará, 1883-1908). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, p. 226-248, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10747>. Acesso em: 18 nov. 2024.

LEANDRO, Leonardo Milanêz de Lima; SILVA, Fábio Carlos da; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. O papel da estrada de ferro de Bragança na colonização e economia da Amazônia Oriental (1870-1960). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 9., 2011, Curitiba **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2011. p. 1-13.

MENDES, Luiz Augusto Soares. A Geografia-Histórica da Região Metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades**, Natal, v. 14, n. 1, p. 10-39, mar. 2019.

NGTM. **Relatório Operacional**. Belém: NGTM, 2014.

NGTM. **Projetos de Infraestrutura do Sistema Integrado de Transportes Urbanos**. Belém: NGTM, 2015.

NGTM. Edital de licitação do SIT/RMB. **Consulta Pública**. Belém: NGTM, 2023. Disponível em: https://sigworks.concremat.com.br/swpa01/audiencia_publica/index.php?id=2#section-1. Acesso em: 12 mar. 2024.

PARÁ. Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional. **Região Metropolitana de Belém: estudos preliminares do Plano Estratégico**. Belém: Sedurb, 2004.

PAULA. Dilma Andrade de. Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./ dez. 2010.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1967. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/43>. Acesso em: 13 mar. 2024.

RIBEIRO, Paulo de Castro; TRAVASSOS, Germano. Desafios do sistema integrado de transporte na Região Metropolitana de Belém (RMB). In: TOBIAS, Maisa Sales Gama; COUTINHO NETO, Benedito (org.). **Grande Belém: faces e desafios de uma metrópole insular**. Belém: Pontopress, 2010. p. 24-45.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, Adolfo. O Rural e o Urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.2, n. 42, p. 256-280, 2018.

ROSA, Larisse; PALÁCIOS, Flávia. Patrimônio Industrial na Amazônia: acenos históricos da Estrada de Ferro de Bragança. **Revista História e Cultura**, v. 9, n. 2, p. 569-591, 2020.

SOUZA, N. P. de *et al.* Aplicação do estimador de densidade kernel em unidades de conservação na Bacia do Rio São Francisco para análise de focos de desmatamento e focos de calor. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 16., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: SBSR, 2013. p. 4958-4965.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. **Rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

Submissão: 21/03/2025 • Aprovação: 10/06/2025





Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536





AVALIAR A INFLUÊNCIA DAS RODOVIAS BR-230 E BR-319 NO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA MESORREGIÃO DO SUL AMAZONENSE COM USO DE FERRAMENTAS DE GEOPROCESSAMENTO



INFLUENCE FROM THE ROADS BR-230 AND BR-319 ON LAND USE AND OCCUPATION IN THE SOUTHERN AMAZON MESOREGION USING GEOPROCESSING TOOLS

Matheus Mendonça Leite  



Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, AM, Brasil

Douglas Marcelo Pinheiro da Silva  



Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, AM, Brasil

Viviane Vidal Silva  

Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, AM, Brasil

Renato Francisco da Silva Souza  

Instituto Federal do Pará, Breves, PA, Brasil

Milton César Costa Campos  

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

RESUMO

A região Amazônica sempre teve um papel de destaque no cenário ambiental e geopolítico interno do Brasil, principalmente ao desafio de gestão desse grande território. O objetivo do trabalho foi avaliar a influência das rodovias BR-230 e BR-319 no uso e ocupação do solo na mesorregião do sul amazonense, considerando uma série temporal entre os anos 1990 a 2022. Recorreu-se a dados do programa MapBiomias, que utiliza imagens do satélite *Landsat*, armazenadas no banco de imagens da plataforma *Google Earth Engine*. A avaliação das imagens obtidas, das mudanças do uso da terra, consistiram nas seguintes classes: floresta, formação natural não florestal, agropecuária, área não vegetada e corpo d'água, gerando mapas temáticos para melhor visualização das alterações ao longo do tempo. Utilizou-se gráficos com as variações temporais a cada 10 anos do período estipulado, e uma comparação entre os anos de 1992 e 2022. Em 1992 a classe Floresta possuía 895.662,72 hectares, e em 2022 houve uma diminuição significativa (-6,38%), correspondendo a 830.004,48 hectares. A análise demonstrou que as maiores alterações de uso e cobertura da terra, foram entre os anos de 2012 e 2022, havendo substituição da florestal por áreas agrícolas.

Palavras-chave: Geoprocessamento; Sensoriamento remoto; Mapbiomas; Amazonas; Sul do Amazonas.

ABSTRACT

The Amazon region has always played a prominent role in Brazil's internal environmental and geopolitical scenario, especially in the management challenge of this large territory. The study aimed to evaluate the influence of the BR-230 and BR-319 federal roads on land use and occupation, considering areas of the municipalities of Humaitá and Canutama, south region of Amazonas, Brazil, considering a time series between 1990 and 2022. Data from the MapBiomias program was used, which uses images from the Landsat satellite, stored in the image bank of the Google Earth Engine platform. The evaluation of the images obtained, of changes in land use, consisted of the following classes: forest, non-forest natural formation, agriculture, non-vegetated area and body of water, generating thematic maps for better visualization of changes over time. Graphs were used showing temporal variations every 10 years of the stipulated period, and a comparison between the years 1992 and 2022. In 1992, the Forest class had 895,662.72 hectares, and in 2022 there was a significant decrease (-6.38%), corresponding to 830,004.48 hectares. The analysis showed that the greatest changes in land use and coverage were between 2012 and 2022, as there was a replacement of forest formation by agricultural practices.

Keywords: Geoprocessing; Remote sensing; Mapbiomas; Amazon; Southern Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

A região Amazônica sempre teve papel de destaque no cenário geopolítico interno do Brasil, que teve início com o governo militar (1964-1985) com a implementação de políticas e programas territoriais que transformaram a região. As políticas territoriais foram marcadas pelo planejamento regional e, segundo Mello (2006), definidas por: integração política, sustentada pela segurança nacional, com aspectos econômicos, amparados nas empresas e nos tipos de investimentos; transferência da população, motivando os conflitos determinados pelos problemas fundiários; e o processo de colonização do Estado, que foi baseado na noção de propriedade privada.

Desta forma, os eixos rodoviários passaram a configurar-se como possibilidade de produzir e organizar uma nova territorialidade na Amazônia, pois permitiu o fluxo migratório, projetos de colonização, instalação de grandes projetos hidro-minerais e a formação de aglomerados urbanos oriundos dos projetos de colonização, como Rurópolis, Brasil Novo, Pacajá, Trairão e Apuí (no sul do Amazonas), que foram transformados em sede municipais entre 1970 e 1996, estabelecendo, desta forma, novos recortes políticos na malha municipal da região e amazônica, revelando a fronteira de ocupação urbana (Becker, 1990, 2005).

Como forma de integralização, a construção de estradas rodoviárias, se tornaram alternativas para compor outras formas de fluxos de transporte, como o fluvial e o aéreo. E tratando de forma individual, as estradas e a pavimentação compõem potencial de mudança na paisagem e na infraestrutura da região Amazônica, consolidando deslocamento de pessoas e produtos, e facilitando a ocupação de terra no seu entorno, gerando desenvolvimento social e econômico (Oliveira Neto, 2020). Conforme destacado por Bager *et al.* (2016), apesar de serem vetores de desenvolvimento humano, as rodovias representam ser o ponto inicial para um distúrbio antrópico para o meio ambiente.

Desta forma, os projetos rodoviários planejados, durante o governo militar, como a construção das rodovias BR-319 (Porto Velho – Manaus) e da BR-230 (Transamazônica), implicaram na abertura de grandes áreas de floresta, ocasionando instrumentos favoráveis para o desmatamento. Hoje, o debate sobre reconstrução e pavimentação de trechos dessas rodovias ainda representa uma garantia de níveis de desmatamentos futuros, em virtude de a expansão de atividades agrícolas e pecuárias partirem de

seu entorno, além de, atividades de “grileiros”, ocasionando na perda de controle dessas áreas por parte do governo (Hecht, 2011; Fearnside, 2015).

Neste contexto, a região sul do Amazonas, vem sendo incorporada a fronteira agrícola devido ao deslocamento de pessoas advindo de regiões como o Mato Grosso. Estas regiões já atingiram seu limite expansivo de área, então, o caminho foi avançar para os estados de Rondônia e as cidades de Humaitá, Lábrea, Boca do Acre e Canutama, no Amazonas, devido apresentarem grandes extensões de áreas ainda não exploradas e vantagens logísticas (rodovias e hidrovias) (Silva *et al.*, 2021; Silva; Silva, 2022).

Por outro lado, foram criados alguns instrumentos de monitoramento para avaliação da dinâmica do uso e ocupação do solo na Amazônia, visando traçar um delineamento sobre as possibilidades de ações que visem ações de preservação em seu entorno. Assim, o Programa de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia (PRODES) classifica o Amazonas como um dos estados com índices baixos de desmatamento na Amazônia Legal. Todavia, o Sul do Amazonas vem se consolidando como uma nova fronteira agrícola, devido a expansão de áreas para atividades agropecuárias e consequentemente alcançando elevados índices de desmatamento (Silva; Silva; Lima, 2019).

O conhecimento da dimensão espacial do desflorestamento é apenas uma das etapas para a percepção da influência das rodovias nas paisagens do sul do Amazonas. Nessa região, a compreensão dos fenômenos de natureza social precisa ser considerada em virtude de mensurar os conflitos socioambientais ocorridos em áreas de fronteira agrícola (Bernardes, 2022). Dessa forma o uso de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto são geotecnologias importantes aliados na observação, análise e quantificação das mudanças do uso da terra, sendo possível realizar a confecção de mapas temáticos capazes de agrupar classes de interesse, determinado por critério de similaridade entre as partes fundamentais da imagem ou *pixels* (Sebusiani; Bettine, 2011).

Dados multi-espectrais, multi-temporais e de multi-escala de sensoriamento remoto, se constituem ferramentas eficientes na observação e documentação de dinâmicas e padrões espaciais de áreas de floresta e bacias hidrográficas, sendo capazes de avaliar mudanças temporais nos padrões (de uso e ocupação) ao longo dos anos (Goetze; Hörsch; Porembski, 2006). Apesar de ser um meio mais efetivo, econômico e de fácil acesso, que permite monitorar os fenômenos terrestres em grandes áreas, existem ainda, carência de estudos sobre políticas ambientais, avaliações de dinâmicas de uso e ocupação do solo no entorno de rodovias, e alterações da paisagem em campos naturais e cerrados do Sul do Amazonas (Santos *et al.*, 2023).

Diante disso, o trabalho teve as seguintes hipóteses, i) houve aumento do uso e ocupação do solo no entorno das rodovias BR-319 e BR-230 nos períodos de 1992 a 2022 e ii) ocorreu evolução de abertura de novas áreas nos entornos das rodovias na região do estudo na Mesorregião do Sul Sudeste Amazonense. Dessa forma o objetivo do trabalho foi avaliar a influência das rodovias BR-230 e BR-319 no uso e ocupação do solo ao longo do período de 1992 a 2022 e, analisar a evolução de abertura de novas áreas nos entornos destas rodovias na região do estudo na Mesorregião do Sul Sudeste Amazonense, por meio de ferramentas de geoprocessamento.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O presente estudo teve foco na área de influência limites da distribuição das rodovias Federais BR-319 e BR-320 que cruzam os limites dos municípios de Humaitá e Canutama, AM (Figura 1). Nesta região foram selecionados dois trechos de rodovias que diferem em termos de estrutura, evitando trechos urbanos e possíveis sobreposições entre as rodovias ou no seu entorno. A região estudada é formada por vegetação de campos naturais e áreas protegidas (Estação Ecológica de Cuniã e Parque Nacional do Mapiguari) e ocupa uma área de aproximadamente de 409 km².

O município de Humaitá possui uma área de 33.111,143km², e está localizado sob as coordenadas geográficas de 7° 30' 22" S e 63° 01' 15" W, com população estimada em 57.473 habitantes (IBGE, 2020). O município de Canutama possui uma área de 33.642,732 km², e está localizado sob as coordenadas 6° 32' 4" S e 64° 23' 1" W, com população estimada em 16.869 habitantes (IBGE, 2022). Segundo a classificação de Köppen, apresenta um clima do tipo Am, ou seja, tropical chuvoso (chuvas do tipo monção), no que se refere à caracterização climática, o clima da região é Tropical Chuvoso, apresentando um período seco de pequena duração. A pluviosidade média varia entre 2250 e 2750 mm ao ano, com período chuvoso entre outubro e junho. As temperaturas médias anuais variam entre 25 e 27° C e a umidade relativa do ar entre 85 e 90% (Brasil, 1978).

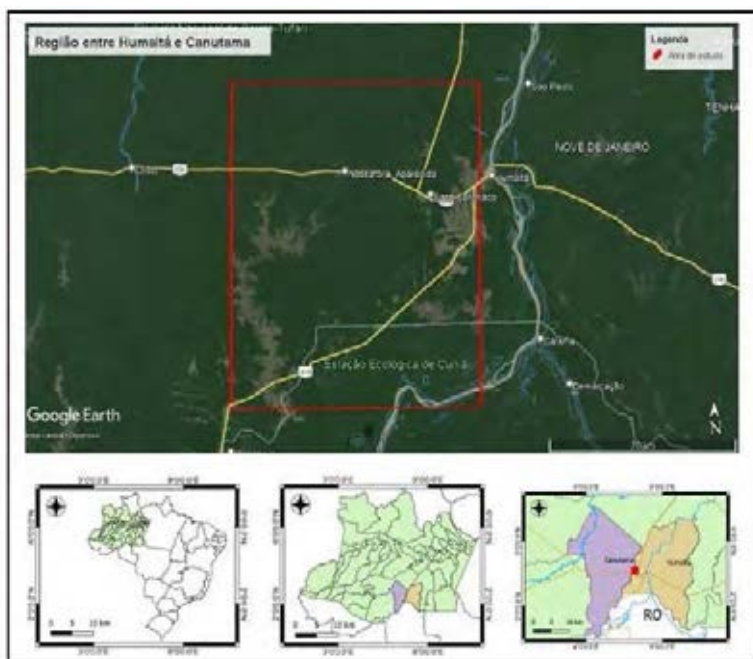
A região de Humaitá, está localizada entre os eixos rodoviários, BR-230 (Transamazônica) e BR-319 (Porto Velho, RO – Manaus, AM), em seus entornos se desenvolvem as atividades de agricultura e a pecuária, que requerem a supressão parcial da floresta. Já o município de Canutama é cortado pela

BR-319 e Rodovia 320, e ao seu redor é possível observar plantações de grãos e atividade pecuária em grandes extensões de terra firme (Silva *et al.*, 2016). Acrescenta-se que a região abrange os dois municípios apresenta um mosaico de unidades de conservação, terras de várzea, com algumas ilhas de área não inundáveis, chamadas de terra firme.

2.2 COLETA E PROCESSAMENTO DE IMAGENS

Para proporcionar a análise das alterações na paisagem no entorno das duas rodovias alvos, foram obtidas informações referentes ao uso e cobertura do solo, por meio do banco de dados disponibilizado pelo sistema MapBiomas (coleção 8) (MapBiomas, 2023). A temporalidade da análise foi entre os anos de 1992 e 2022 (com intervalo de 10 anos) para observar a dinâmica espacial e o crescimento de áreas agropecuárias, que tem atuado perante a floresta nativa no entorno das rodovias.

Figura 1 – Mapa de localização da região do estudo, localizado entre os municípios de Humaitá e Canutama, Amazonas



Fonte: Autores, 2025.

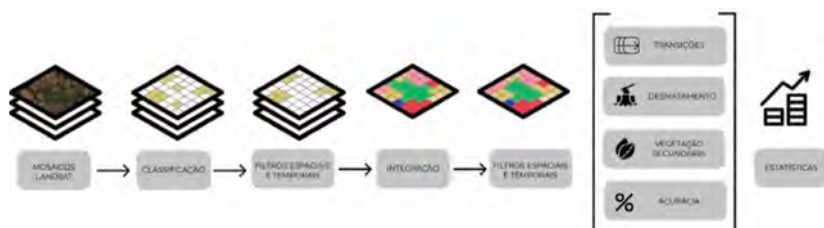
Os mapas anuais de cobertura e uso da terra do MapBiomas foram desenvolvidos com base na classificação pixel a pixel de imagens *Landsat*, com

resolução espacial de 30 metros. E esse processo foi realizado com amplos algoritmos de aprendizagem (*Machine Learning*) através da plataforma *Google Earth Engine* que oferece grande capacidade de processamento em nuvem (MapBiomias, 2024). As imagens com dados *shapefiles* foram importadas da base de dados da coleção 8 que possui mapas de cobertura e uso da terra, disponibilizadas gratuitamente no MapBiomias (MapBiomias, 2024). A escolha por essa coleção foi devida a essa abranger o período de 1985 a 2022, sendo a mais recente coleção até o momento do desenvolvimento deste estudo, de forma a abranger o maior período possível para identificar as classes de uso do solo e avaliar as alterações da paisagem de floresta e campos naturais.

O processamento de imagens raster e a geração de arquivos vetoriais no formato shapefile destinados à elaboração de mapas, foi empregado o uso do software *QGIS*, versão “3.30.1.”, sendo realizado o recorte, classificação e identificação das áreas de uso e cobertura da terra no entorno das rodovias, no decorrer de 30 anos de temporalidade.

Para o entendimento de mudanças na cobertura e uso da terra, foi necessário a produção de mapas com as transições de classes de diferentes pares de anos determinados, conforme demonstrado na Figura 2. Dessa forma foi possível visualizar o dinamismo territorial, ocasionando respostas sobre o momento que ocorreu a diminuição e uma floresta ou aumento de áreas de pastagem de um ano para o outro (MapBiomias, 2024).

Figura 2 – Esquema de produção de mapas de transição na plataforma MapBiomias



Fonte: MapBiomias (2024)

Conforme Quadro 1, as classes mapeadas pelo algoritmo foram, floresta, formação natural não florestal, agropecuária, áreas sem vegetação, agropecuária e corpo d’água, que se dividem em subitens. A classificação das classes foi inserida de acordo com o código de legendas da coleção 8 do MapBiomias, que inclui novas classes de uso e cobertura da terra. Já as imagens do *Landsat* que possuem resolução especial de 30 m, com uma série temporal de 30 anos, as bases de imagens estão disponíveis na plataforma *Google Earth Engine* (GEE) (MapBiomias, 2024; Souza *et al.*, 2020).

Quadro 1 – Classes de uso, tipos de cobertura e suas respectivas descrições

Classe de Uso e Cobertura		
Classe	Tipo	Descrição
Floresta	Natural/ Florestal	Áreas de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Sempre-Verde, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, Savana Arborizada, Áreas que sofreram ação do fogo ou exploração madeireira, Floresta resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial de vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes de vegetação primária.
Formação Savânica	Natural/ Florestal	Áreas de formação vegetal aberta com um estrato arbustivo e/ou arbóreo mais ou menos desenvolvido, estrato herbáceo sempre presente.
Floresta Alagável	Natural/ Florestal	Áreas de Floresta Ombrófila Aberta Aluvial estabelecida ao longo dos cursos de água, ocupa as planícies e terraços periodicamente ou permanentemente inundados, que na Amazônia constituem fisionomias de matas-de-várzea ou matas-de-igapó, respectivamente.
Campo Alagado	Formação Natural/ Não Florestal	Vegetação de várzea ou campestre que sofre influência fluvial e/ou lacustre.
Formação Campestre	Formação Natural/ Não Florestal	Áreas de predominância de estrato herbáceo.
Pastagem	Agropecuária	Áreas de pastagem predominantemente plantadas, diretamente relacionadas à atividade agropecuária. As áreas de pastagem natural, por sua vez, são predominantemente caracterizadas como formações campestres ou campo alagado, podendo ser submetidas ou não a práticas de pastejo. Na Amazônia, podem ocorrer áreas desmatadas recentemente, sem ainda ter iniciado a atividade agropecuária.
Lavouras Temporárias	Agropecuária	Áreas ocupadas com cultivos agrícolas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessitam de novo plantio para produzir.
Área Urbanizada	Área Não Vegetada	Áreas de vegetação urbana, incluindo vegetação cultivada e vegetação natural florestal e não-florestal.
Hidrografia	Corpo d´água	Referente a Rios, lagos, represas, reservatórios e outros corpos d´água.
Não Observado	-	Áreas bloqueadas por nuvens ou ruído atmosférico, ou com ausência de observação.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

3 ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento para análise dos dados foi realizado por tabulação simples, cálculo de variação relativa das áreas e gráficos temporais. O cálculo de variação relativa das áreas foi por:

$$\text{Variação \%} = (\text{Classe de Uso de X} - \text{Classe de Uso de Y}) / Z$$

Onde:

X = último ano (2022) da temporalidade;

Y = primeiro ano (1992) da temporalidade;

Z = Área TOTAL mapeada.

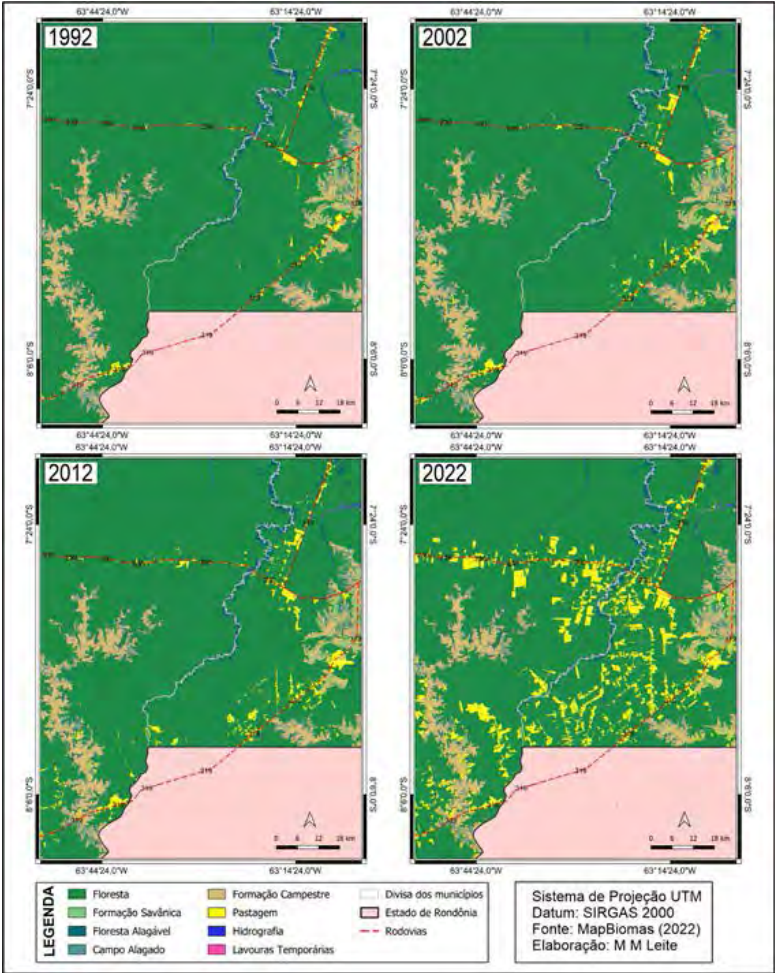
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 USO E COBERTURA NO ENTORNO DAS RODOVIAS BR-230 E BR-319

A dinâmica da paisagem no entorno das rodovias BR-230 e BR-319 na região dos municípios de Humaitá e Canutama na temporalidade de 30 anos, apresentou alterações, com o aumento de abertura de áreas concentradas entre as margens direita da BR-319 e esquerda da BR-230. Essas transformações ocorreram de maneira significativa através do aumento de áreas de pastagem, que avançaram entre o intervalo dos anos de 2012 e 2022 (Figura 3). A substituição da cobertura florestal natural por áreas de pastagem na Amazônia quadriplicou nos últimos 38 anos (59 Mha), e aproximadamente 23% dessa conversão ocorreu nos últimos 10 anos (MapBiomass, 2024). No entanto, muitas destas áreas ou estão degradadas ou em processo de degradação, sendo objeto de muitas preocupações e discussões nas últimas décadas, por constituir um dos principais problemas ambientais brasileiros (Coutinho *et al.*, 2013; Lima *et al.*, 2021).

Áreas de cobertura florestal alteram-se de acordo com as mudanças de suas vegetações secundárias, sendo o principal fator o influxo das rodovias, que garantem a possibilidade de ações de antropização cada vez mais intensas em seu entorno, facilitando abertura de novas áreas para atividades agropecuárias, ocasionando uma inversão de áreas de cobertura vegetal para espaços de atividades agrícolas (Almeida *et al.*, 2024).

Figura 3 – Mapa de transição da região região Sul do Amazonas



Fonte: Autores, 2024.

Segundo Hoffmann, Borelli e Schmidt Nanni (2018), o uso do QGIS e outras ferramentas de *software* livre, se ampliou com o aumentos de dispositivos móveis, e que o seu uso combinado pode ser utilizado para diversos fins, para comportar as necessidades de levantamento de dados em campo e no processamento destes para auxiliar na tomada de decisões. Para Oliveira *et al.* (2023), é fundamental o uso de novas alternativas que aumentem a eficiência da implantação de novos métodos de conservação que auxiliem a gestão ambiental e o monitoramento de fragmentos florestais.

Ao analisar o mapa temporal da imagem da região do entorno das rodovias, é possível observar que a cobertura do solo (classe floresta) ocupa a maior extensão territorial, e que ao longo dos anos foi reduzida, por outro lado, as áreas com pastagens foram aumentando (Figura 4 e Tabela 3). As fragmentações das classes de uso alteraram ao longo dos anos, e apontam alterações significativas da região estudada (região Sul do Amazonas), conforme resultados da Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados do uso e cobertura da terra nos anos da temporalidade do estudo

Uso e Cobertura da Terra (ha)				
Classes	1992	2002	2012	2022
Floresta	895.662,67	887.035,85	879.149,07	830.004,48
Formação savânica	7.124,67	7.250,30	7.406,50	8.618,01
Floresta alagável	26.257,60	26.532,18	26.838,61	26.424,78
Campo alagado	16.680,85	16.876,51	16.544,56	14.439,90
Formação campestre	72.065,86	71.430,37	71.510,02	59.770,99
Pastagem	8.755,30	16.402,82	22.495,43	78.252,64
Hidrografia	2.883,31	1.967,93	1.925,59	1.904,94
Lavoura temporária	-	0,73	15,41	29,01
Total	1.029.430,25	1.029.430,25	1.029.430,25	1.029.430,25

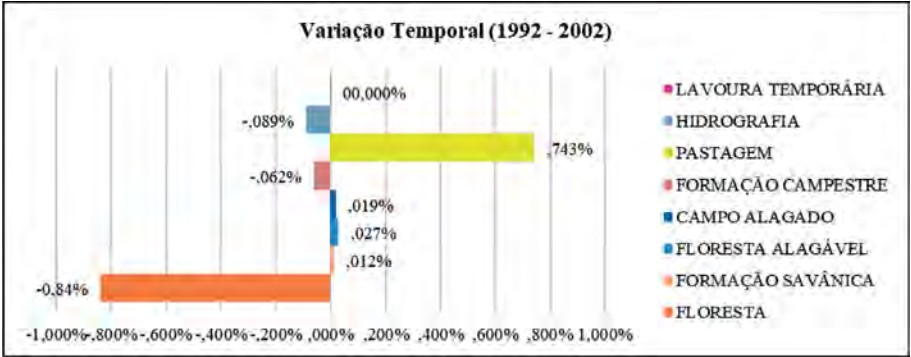
Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A avaliação do recorte temporal de 10 em 10 anos (1992–2022), apresentam resultados com grande variação, especialmente ao comparar o primeiro e o último ano do estudo. Entretanto, verifica-se pela evolução dos dados, que a cada 10 anos, ocorre mudanças no uso e cobertura da terra da região do entorno das rodovias localizadas entre os municípios de Humaitá e Canutama, que são fronteiras agrícolas estratégicas para o escoamento de produção (Tabela 1).

4.3 VARIAÇÃO 1992-2002

Na variação do ano de 1992-2002, observa-se a interação entre a diminuição da floresta e o aumento da pastagem, correspondendo a -0,84% e 0,74% respectivamente (Figura 4). Destaca-se a hidrografia e a formação campestre com - 0,09% e -0,06%, respectivamente.

Figura 4 – Gráfico de Variação temporal nos anos de 1990 – 2002



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A dinâmica observada pode ser explicada devido ao período de interiorização que o país vivia na década de 90, de forma que o Brasil vivenciava transformações socioeconômicas e as frentes pioneiras surgiam como protagonistas desse processo. Assim, ocorreu um deslocamento do norte de Rondônia em direção ao sul do Amazonas e o oeste do Acre, visando terras aptas para culturas temporárias, como a produção de soja (*Glycine max*). O aumento do desmatamento apontava uma tendência do crescimento de atividade ligadas a agropecuária, que tinha associação direta com a rodovia BR – 319 (Silva; Craveira, 2024).

Para Silva, Silva e Lima (2019), a implantação do Programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento pelo governo do estado em 1995, contribui para a expansão da soja no sul do Amazonas. O programa tinha objetivo de reestruturar o setor primário e tendo Canutama, Humaitá, Manicoré, Lábrea e Tapauá como centros irradiadores da produção, intensificando a pressão nos campos amazônicos e em áreas florestais.

4.4 VARIAÇÃO 2002-2012

O gráfico da variação temporal de 2002-2012 demonstra um decréscimo por mais que mínima da relação pastagem-floresta, correspondendo a -0,77% de floresta e 0,59% de pastagem, reafirmando a existência da relação entre o aumento de pastagem e a diminuição da área de floresta. Observa-se um acréscimo na formação savânica, que corresponde a 0,02% e a diminuição do campo alagado, com -0,03% (Figura 5).

Figura 5 – Gráfico de variação temporal dos anos de 2002 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

De acordo com Lima *et al.* (2008), o município de Humaitá em 2006 teve uma diminuição na produção de soja, devido a fatores de preços internacionais e impossibilidade de financiamento por endividamento por parte dos produtores, além da criação de territórios de proteção e a diminuição de procura por terras em áreas do sul do Amazonas.

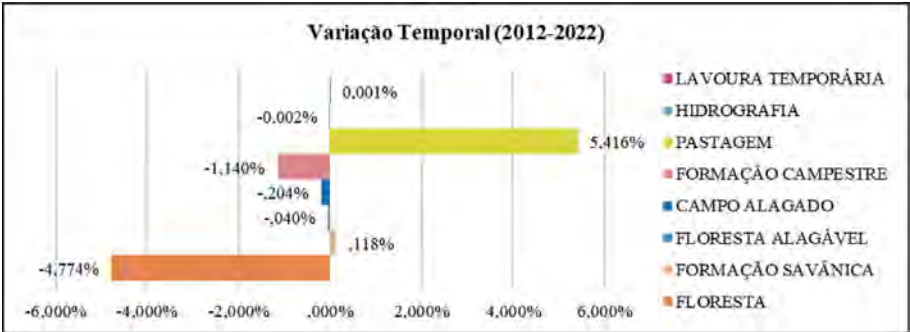
Um breve histórico desse período, demonstra que, de acordo com o Silva *et al.* (2021), que a rodovia BR-319, em 2005 passou por embargos devido a ausência de estudos ambientais, que impediram reparos na rodovia. No ano seguinte, foram criadas as unidades de conservação no entorno da rodovia na região dos municípios de Humaitá e em Canutama. Em 2010, foram concluídas as obras da rodovia e ocorreu sua reinauguração do trecho entre Humaitá-AM a Porto Velho-RO.

4.5 VARIAÇÃO 2012-2022

Os resultados da variação temporal dos anos de 2012-2022 demonstraram a consolidação da fronteira agrícola no sul do Amazonas, que pode ser expresso pelos resultados da expansão de áreas de pastagem, correspondendo a 5,42%, e a interação com a diminuição da floresta, que corresponde a de redução de 4,77% da sua área. O aumento da formação savânica ganha destaque em relação aos anos anteriores com 0,12%, assim como a diminuição da formação campestre, com valores de -1,14%. A hidrografia manteve-se na média da variação anterior, bem como a lavoura temporária (Figura 6).

Para um recorte de uma extensão territorial, a região apresenta uma tendência não alarmante nesse período, ao considerar que a perda da cobertura de floresta não alcançou 5% da área total. Ressaltta-se a necessidade de estudos dos trechos e vicinais que estão propiciando a fragmentação, como verificar as comunidades, assentamentos, áreas de preservação, para melhor entendimento dos fatores que levaram esse aumento significativo.

Figura 6 – Gráfico de variação temporal dos anos de 2012 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

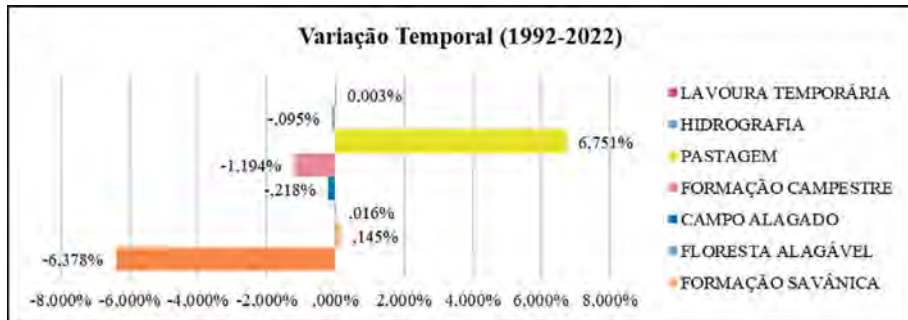
Um dos motivos de mudança no uso e cobertura da terra são os fatores que promovem queda de condições do ecossistema e do meio ambiente, ocasionado desmatamento, perda de biodiversidade, exposição do solo, afeta o ciclo da água e o armazenamento de carbono. A perda de cobertura florestal causa mudanças no clima da região (Souza *et al.*, 2023).

De acordo com Rodrigues e Matavelli (2020), a legislação do Código Florestal de 2012 (Brasil, 2012) enfraqueceu a proteção ambiental e a regularização de infrações que foram efetuadas na Lei nº 4.771/1995 (Brasil, 1995). Ao mesmo tempo que reduziu a proteção ambiental e recursos naturais de meio desproporcional, favoreceu proprietários de terras, absolvendo multas e liberando a atividade de recuperação de áreas de floresta nativa e de áreas de risco.

4.6 VARIAÇÃO 1992-2022

Como comparação entre o início e o fim do período pesquisado, observa-se que os valores de floresta corresponde a -6,38%, da pastagem com 6,75%, formação savânica com 0,15%, e formação campestre com -1,19%. Os percentuais demonstraram que o valor final da temporalidade possui grande contribuição dos últimos 10 anos (2012-2022), no qual, obteve os maiores valores do avanço de abertura de novas áreas, conforme Figura 7.

Figura 7 – Gráfico de variação temporal dos anos de 1992 a 2022



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Em 1992 a classe floresta possuía 895.662,72 hectares, e em 2022 houve uma diminuição significativa (-6,38%), onde a classe corresponde a 830.004,48 hectares. Assim como em 1992, a classe pastagem correspondia a 8.755,30 hectares e após 30 anos o grande aumento substancial para uma área de 78.252,64 hectares em 2022. O foco nessa interação demonstra uma variância significativa, onde as demais classes não obtiveram valores discrepantes, capazes de influenciar no uso e cobertura do solo (Figura 7).

De acordo com Lemos *et al.* (2025), existe uma necessidade de investimento considerável em monitoramento e controle na região do sul do Amazonas, pois, os responsáveis pelo meio ambiente apresentam grandes adversidades no monitoramento e fiscalização de grandes áreas. A autora ainda afirma que as mudanças no governo influenciam em uma descontinuidade entre as ações promovidas por órgãos ambientais, diferindo de acordo com seus interesses políticos. Em conformidade, Fearnside (2003), afirma que essas variações resultam no enfraquecimento no monitoramento e fiscalização do desmatamento.

As rodovias incentivam a imigração e consequentemente aumenta a exploração agrícola e o desenvolvimento econômico, o que ocasiona a perda de cobertura vegetal para dar espaços urbanos e/ou de uso agrícola. A Amazônia possui aproximadamente 90% de seu desmatamento ocorrido dentro de um buffer de 100 km ao logo de estradas (Alves, 2002).

5 CONCLUSÕES

O uso de geotecnologias possibilitou a constatação do aumento do desmatamento, com a abertura de novas fronteiras ao longo do período estudado na área de influência das rodovias Transamazônica e Porto Velho-

Manaus, estando relacionados aos processo de expansão de fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas;

Na região de influência das rodovias BR-230 e BR-319 houve a substituição da vegetação natural por atividades pecuárias, a expansão das áreas agrícolas (especialmente cultivo de milho e soja) e aumento das atividades de grilagem de terras, função da criação de eixos de circulação da produção agropecuária por novas vias de acesso, o que potencializou ainda mais a abertura de estradas e vicinais promovendo a supressão das áreas florestais;

O eixo modal terrestre da mesorregião sul amazonense representa uma possibilidade de acesso e de ligação entre duas capitais importantes da região Norte (Manaus e Porto Velho pela BR-319), assim como entre diversas cidades e estados, como o caso da BR-230 (Transamazônica), essa trafegabilidade possibilitada por essas rodovias necessita de fiscalização e o cumprimento da legislação ambiental de forma a garantir a conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. G. *et al.* Atributos físicos e estoque de carbono do solo em áreas de pastagens cultivadas em Humaitá, Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 17, n. 5, p. 3546-3555, 2024.

ALVES, D. S. Space-time dynamics of deforestation in Brazilian Amazônia. **International Journal of Remote Sensing**, [s. l.], v. 23, n. 14, p. 2903-2908, 2002.

BAGER, A. *et al.* Os caminhos da conservação da biodiversidade brasileira frente aos impactos da infraestrutura. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, DF, v.6, n.1, p.75-86, 2016. Disponível em: <https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/530/456>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BERNARDES, J. A. Expansão do agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, RJ, v. 18, n. 1, p. 60-73, 2022.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto Radambrasil**, folha SB. 20, Purus. Rio de Janeiro, 1978. 561 p.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1995**. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF: Presidência da República, [1995]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14771.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

COUTINHO, A. C. *et al.* **Uso e cobertura da terra nas áreas desflorestadas da Amazônia Legal**. Brasília, DF: Terra Class 2008; Embrapa: INPE, 2013.

FEARNSIDE, P. M. Deforestation control in Mato Grosso: a new model for slowing the loss of Brazil's Amazon Forest. *Âmbito*, [s. l.], v. 32, n. 5, p. 343-345, 2003.

FEARNSIDE, P. M.; Highway Construction as a Force in the Destruction of the Amazon Forest. *In*: VAN DER REE, R. V.; SMTHI, D. J.; GRILLO, C. (ed.). **Handbook of road ecology**. Oxford: Wiley, 2015. p. 414-424.

GOETZE, D.; HÖRSCH, B.; POREMBSKI, S. Dynamics of forest-savanna mosaics in northeastern Ivory Coast from 1954 to 2002. *Journal of Biogeography*, [s. l.], v. 33, n. p. 653-664, 2006.

HECHT, S. B. Da ecocatástrofe ao desmatamento zero? Interdisciplinaridades, política, ambientalismos e desmatamento forçado na Amazônia. *Environmental Conservation*, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 4-19, 2011.

HOFFMANN, G. P., BORELLI, R. M., I. J., SCHMIDT NANNI, A. O uso de geotecnologias livres: QGIS e EpiCollect no levantamento de dados em geociências. *GeoFocus*, [s. l.], n. 21, p. 39-55, 2018.

IBGE. Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

LEMONS, N. S. A.; CUNHA, J. M.; CAMPOS, M. C. C.; BRITO FILHO, E. G. Forest fire distribution standard in the south of Amazonas state. *Natural Hazards*, [s. l.], v. 121, p. 6011-6042, 2025.

LIMA, A. F. L.; CAMPOS, M. C. C.; ENCK, B. F.; SIMÕES, W. S.; ARAÚJO, R. M.; SANTOS, L. A. C.; CUNHA, J. M. Physical soil attributes in areas under forest/pasture conversion in northern Rondônia, Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, [s. l.], v. 194, p. 34-43, 2021.

LIMA, A. C. B.; KEEPE, A. L. N.; ALVES, M. C. A.; MAULE, R. F.; SPARPVEK, G. **Impacto da certificação florestal FSC em comunidades agroextrativistas do Acre**. Piracicaba: Imaflora, 2008.

MAPBIOMAS. Coleção. v. 7.1. da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. **MapBiomas**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MAPBIOMAS. Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil. **MapBiomas**, [s. l.], 2024. Coleção 9. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wpmcontent/uploads/sites/4/2023/10/FACT_MapBiomas_Agropecuaria_04.10_v2.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo, Brasil: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, D. S. P.; BRANDÃO, C. F. L. S.; TAVARES, A. C. F.; SANTOS, H. R. S.; FARIAS, A. R. O.; LIMA, A. T.; Uso de tecnologias para regularização ambiental de propriedades rurais. **Diversitas Journal**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 52-67, 2023.

OLIVEIRA NETO, T. Rodovias na amazônia e as mudanças recentes na circulação regional. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.63-24, 2020.

RODRIGUES, A. R.; MATAVELLI, C. J.; As principais alterações do Código Florestal Brasileiro. **Revista Brasileira de Criminalística**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 64-71, 2020.

SANTOS, A. F.; CUNHA, J. M.; ANDRADE, A. O.; CAMPOS, M. C. C.; BRITO, W. B. M.; SANTOS, A. S.; SANTOS, R. F.; BRITO FILHO, E. G. Rural agroecosystems under the sustainability aspect: an analysis in the southern Amazonas state. **Ciência e Natura**, [s. l.], 45, e22, 2023.

SEBUSIANI, H. R. V.; BETTINE, S. C. Metodologia de análise do uso e ocupação do solo em microbacia urbana. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v.7, n. 1, p. 256-285, 2011.

SILVA, F. B. A. CRAVEIRA, K. de O. A formação socioespacial brasileira e as frentes pioneiras: observações sobre o sul do Amazonas. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, [s. l.], v. 8, n.2, p. 1-15, 2024

SILVA, L. C.; CUNHA, J. M.; MACHADO, N. G.; CAMPOS, M. C. C.; BIUDES, M. S. Estimativa do balanço de radiação por sensoriamento remoto de diferentes usos de solo no sudoeste da Amazônia brasileira. **Sociedade & Natureza**, [s. l.], v. 28, p. 131-146, 2016.

SILVA, R. G.; SILVA, V. V.; MELLO-THÉRY, N. A.; LIMA, L. A. P.; Nova fronteira de expansão e áreas protegidas no estado do Amazonas. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, e20025, 2021.

SILVA, V. V.; SILVA, R. G. C. Amazônia, fronteira e Áreas Protegidas: dialéticas da expansão econômica e proteção da natureza. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v.25, e02241, 2022.

SILVA, V. V.; SILVA, R. G. C.; LIMA, L. A. P. A estruturação da fronteira agrícola no sul do estado do Amazonas. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 67-82, 2019.

SOUZA, F. G.; CAMPOS, M. C. C.; CUNHA, J. M.; MARTINS, T. S.; ASSIS, J. M.; BRITO FILHO, E. G.; BRITO, W. B.; SILVA, D. M. P.; OLIVEIRA, F. P. Chemical attributes of amazon forest soil under conversion for different cultivation systems in the south of Amazonas, Brazil. **Applied Ecology and Environmental Research**, [s. l.], v. 21, p. 1767-1787, 2023.

SOUZA, M. Transamazônica: Integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, Belém, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2020.

Submissão: 30/06/2025 • Aprovação: 02/09/2025



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



USO NEOLIBERAL DO TERRITÓRIO E CONDIÇÃO DE “CONDENADOS DA TERRA” AOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

**NEOLIBERAL USE OF TERRITORY AND
CONDITION OF “THE WRETCHED OF THE EARTH”
FOR INDIGENOUS PEOPLES IN BRAZIL**

Claudio Jorge Moura de Castilho



Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Lycia Amelia Ribeiro Brasil



Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa criticamente o uso e a ocupação do território brasileiro a partir da lógica neoliberal associada à permanência da racionalidade da colonialidade, discutindo os impactos de tal racionalidade sobre os povos indígenas, aqui compreendidos como “condenados da terra”. O objetivo é demonstrar como o território continua sendo estruturado por relações históricas de expropriação, invisibilização e violência, ressignificadas pelo avanço do agronegócio, da grilagem, da mineração e do crime ambiental. A metodologia fundamenta-se na abordagem crítica da geografia com base em revisão de literatura teórico-analítica e de análise de dados socioespaciais representados em mapas temáticos e fontes secundárias. Os resultados revelam que a colonialidade é expressa na destruição da Natureza, na negação das territorialidades originárias e na perpetuação de formas modernas de exclusão. Contudo, ao mesmo tempo, é evidenciada a atuação ativa dos povos indígenas na conquista de direitos e construção de novas territorialidades a partir das suas práticas de re-existência. O texto conclui que a superação dessa condição exige rupturas epistemológicas e políticas que afirmem a diversidade como valor estruturante do território.

Palavras-chave: Território; Colonialidade; Povos Indígenas; Neoliberalismo; Resistência.

ABSTRACT

This article offers a critical analysis of the use and occupation of Brazilian territory through the lens of neoliberal logic associated with coloniality rationality, focusing on the impacts of this rationality on Indigenous peoples, understood here as the “wretched of the earth.” The objective is to demonstrate how territorial organization in Brazil remains structured by historical processes of expropriation, erasure, and violence, which are continuously updated through the expansion of agribusiness, land grabbing, mining, and environmental crime. Regarding the methodology, this study is based on a critical geographic approach, drawing on theoretical literature and the analysis of socio-spatial data represented in thematic maps and secondary sources. The findings reveal that coloniality manifests in the destruction of Nature, the denial of Indigenous territorialities, and the reproduction of modern forms of exclusion. At the same time, the article highlights the active role of Indigenous peoples in claiming rights and creating new territorialities through practices of resistance and re-existence. It concludes that overcoming these conditions requires both epistemological and political ruptures that affirm diversity as a foundational value in territorial construction.

Keywords: Territory; Coloniality; Indigenous Peoples; Neoliberalism; Resistance.

1 INTRODUÇÃO

Não há dúvidas de que a permanência das desigualdades e injustiças socioterritoriais que ainda se manifestam no tempo-espaço do Brasil é resultado da natureza do processo de formação histórico-territorial marcado por momentos de exploração e espoliação dos recursos naturais, também caracterizado pelo cerco e extermínio de indivíduos pertencentes aos povos indígenas.

Com efeito, sob parâmetros da acumulação primitiva do capital na Europa, posicionando o espaço brasileiro na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como mero fornecedor de produtos tropicais e minérios, a maior parte das riquezas extraídas das terras brasileiras beneficiou, sobretudo, as metrópoles colonizadoras. Destarte, a organização territorial foi estabelecida como dura realidade imposta aos povos subalternizados e oprimidos, expropriando-os da terra e espoliando-os, então os constituindo como condenados da terra.

A emancipação político-administrativa do Brasil mudou seu status de Colônia (séculos XVI-XIX) para Império (século XIX) e, posteriormente, para República (século XX). No entanto, a racionalidade que guiou os processos de uso e ocupação do território continuou presa aos interesses eurocentristas.

Nesse sentido, o Brasil consolidou-se como parte integrante da rede global que amplia os processos de produção, distribuição e circulação de mercadorias, reconfigurando o arranjo espacial voltado para a maximização da acumulação de capital. Entretanto, a mercadoria possui caráter dialético que contribui, concomitantemente, para o aprofundamento das contradições necessárias à reconfiguração das relações sociais.

Se a mercadoria é um instrumento para subjugar os povos indígenas, tem também o seu retorno, a sua contrapartida. Ao mesmo tempo que destrói ou modifica as sociedades tribais, cria um canal de vivificação de relações sociais, lança o índio [indígena] na contradição da sociedade de mercado, em que a mercadoria enriquece e empobrece ao mesmo tempo (Martins, 1986, p. 16).

Ademais, concebendo o território como mero espaço vazio a ser permanentemente conquistado e preenchido com as formas espaciais necessárias à ampliação e à consolidação das relações do sistema capitalista, as classes dominantes continuam usando e ocupando o território de modo a desrespeitar a Natureza e as relações socioculturais dos povos em epígrafe, reafirmando, assim, o processo de negação do Outro iniciado em 1492.

No âmbito da lógica dialética de uso e ocupação do território, à medida que a valorização capitalista do espaço produziu e agravou as injustiças e desigualdades socioterritoriais, impondo a condição de condenados da terra às pessoas pertencentes aos povos locais, as contradições percebidas como injustas, em determinados momentos da história, suscitaram tensões e conflitos sociopolíticos que se aproveitaram das brechas do sistema capitalista colonial-moderno-racista.

No contexto dessa percepção, estão as alternativas para a humanização do território por meio da valorização de sua diversidade social. Por esse motivo, deve-se salientar os diversos modos de uso e de ocupação do território como modos de reação e, mesmo, resistência dos povos de *Abya Yala* – nome original da América Latina – na perspectiva de enfrentar o caráter do sistema capitalista colonial-moderno-racista.

Diante do acima exposto, delimitou-se como objetivo deste artigo demonstrar como o território continua sendo estruturado por relações históricas de expropriação, invisibilização e violência, ressignificadas pelo avanço do agronegócio, da grilagem, da mineração e do crime ambiental. Isso vem ampliando, de modo célere, as formas de negação da diversidade humana, impondo às pessoas e aos ambientes em que estão situadas a violência extrema e desafiadora que necessita ser permanentemente superada.

A operacionalização da discussão ora delimitada fundamentou-se na metodologia da abordagem crítica da geografia, a qual nos pareceu adequada para analisar, compreender e explicar o processo de produção de espaço como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico em algum sentido. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 247),

[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa maneira, defrontamos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituídos da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos ou privados [...]. O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações.

Desse modo, levando-se em conta a ideia do território usado – e ocupado – como categoria de análise, foram estabelecidos os seguintes procedimentos metodológicos: revisão da literatura em obras produzidas

na academia e em matérias de sites de instituições que combatem o cerco às terras indígenas sobre a problemática delimitada e a superposição de mapas confeccionados para representar os fenômenos tratados como conjunto indissociável e, ao mesmo tempo, contraditório, tecido pelas inter-relações estabelecidas entre as dimensões da tecnosfera e psicosfera inerentes à vida e à existência dos homens e das mulheres no Mundo.

A **tecnosfera** se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A **psicosfera**, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar (SANTOS, 1997, p. 204).

Por fim, após esta introdução, o presente artigo está estruturado em duas seções, a primeira abordando a reprodução da situação espacial de “condenados da terra” no Brasil e a segunda discutindo os direitos garantidos, mas não efetivados, que mantêm viva a questão da subcidadania e/ou cidadania mutilada, seguidas da conclusão, retomando os principais pontos da análise e sintetizando a discussão proposta.

2 REPRODUÇÃO DA SITUAÇÃO ESPACIAL DE CONDENADOS DA TERRA NO BRASIL

É preciso destacar a base histórico-geográfica sobre a qual se formou o território brasileiro, salientando os fatos que resultaram do processo de uso e ocupação capitalista colonial-moderno-racista do território. A realização desse processo tem sido norteadas, há cinco séculos, pela própria racionalidade especulativa, ampliando o processo de reprodução permanente de injustiças e desigualdades socioespaciais no Brasil.

Ao mesmo tempo, ressalta-se a continuidade no tempo-espaço da perversidade inerente à natureza especulativa do uso e ocupação do território no Brasil, ameaçando os povos em epígrafe, os quais vêm resistindo bravamente às pressões e aos processos de ameaças de continuarem na condição de condenados da terra. Reitera-se que tal condição resulta da racionalidade perversa de uso e ocupação do território, a qual deixou marcas

profundas de desigualdades e injustiças socioterritoriais. A sua compreensão passa, portanto, pela leitura do estágio atual dessa racionalidade, impondo aos povos indígenas a referida condição em função, sobretudo, dos níveis de exploração, subalternização e opressão aos quais são submetidos.

Do ponto de vista conceitual, os condenados da terra, para Fanon (2022), compreendem uma massa deserdada de homens e mulheres dos países colonizados pela violência do eurocentrismo. No Brasil, essa forma de violência abarca, dentre outras, as pessoas pertencentes aos povos indígenas¹. A reprodução de condenados da terra é, portanto, resultado da constante violência colonial de uso e ocupação do território, a qual continua negando quaisquer formas de existência que se posicionem contrárias à lógica hegemônica do sistema capitalista colonial-moderno-racista. Nessa perspectiva, o capitalismo expandiu-se, historicamente, pelo mundo – a exemplo do que ocorreu no chamado Sul Global – por meio do colonialismo sustentado pelo discurso da modernidade, o qual reforçou as práticas de exploração, subalternização e opressão dos povos que estavam no caminho, tais como os povos originários.

Fanon (2022) ainda argumenta que os capitalistas são, pela razão supracitada, criminosos de guerra na medida em que promovem massacres, serviço forçado e escravização do trabalho para ampliar suas riquezas. É por tal motivo que, continua ele, essas massas devem continuar lutando contra a situação secular de exploração, espoliação e miséria em que se encontram.

A estruturação do capitalismo colonial-moderno-racista alicerçou-se, assim, mediante o arranjo social, territorial e imaginado centrado na violência. No Brasil, esse arranjo desarticulou territorialidades dos povos indígenas, destruindo seus respectivos ambientes, expropriando-os e espoliando-os em permanente e cruel processo de negação. Valendo-se da ideia colocada por Ribeiro (1995), esse arranjo pode ser considerado como um *terrível moinho de gastar gentes*. Destarte, segundo esse pensador, no contexto da empresa colonial escravista, qualquer povo seria desapropriado de si, ou seja, deixaria de ser ele próprio, tornando-se, assim, bem semovente e, depois, transfigurado etnicamente.

Todavia, não se pôde negar de todo suas territorialidades calcadas, segundo Mariátegui (2007), na organização do trabalho coletivo e, portanto, voltado para fins preponderantemente comunitários. A condição de

¹ Apesar dessa condição também afetar os povos africanos escravizados e ribeirinhos, bem como segmentos mais precarizados da classe trabalhadora, neste escrito, estamos discutindo apenas o caso dos povos indígenas.

condenados da terra resulta, assim, da persistência de processos pretéritos que subverteram as práticas de uso e de ocupação comunitários do território.

Os problemas fundamentais da América Latina, fruto do processo de associação entre modernidade e colonialidade, ainda se fazem presentes, pois a colonialidade do poder criou uma estrutura de dominação permanente: [...] a colonialidade do poder produziu o des/encontro entre nossa experiência histórica e nossa perspectiva principal de conhecimento, e frustrou [...] as tentativas de solução eficaz de nossos problemas (QUIJANO, 2005, p. 23).

A colonialidade estabeleceu-se pelo poder de impor aos sujeitos o modo de viverem cercados na iminência de serem definitivamente negados. Para isso, a colonialidade do poder associou-se à “divisão racial do trabalho” (ibid., p. 118), associada à destruição da Natureza e das territorialidades dos povos indígenas, ditando-lhes a estrutura de dominação com a manutenção de relações socioeconômicas que, aparentemente, impede-os de existir em sua diversidade.

O padrão de dominação mencionado, ligado aos setores produtivos globais, impõe modos agressivos de destruição das subjetividades e negação dos sujeitos, violentando seus modos de vida, expropriando e espoliando seus territórios, bem como confirmando o processo histórico de desenraizamento e perversidade:

[...] o desenraizamento violento e traumático, a experiência e a violência da racialização e da escravidão implicaram obviamente em uma não menos maciça e radical destruição da subjetividade prévia, da experiência prévia de sociedade, de poder, de universo, da experiência prévia das redes de relações primárias e societárias (MIGNOLO, 2017, p. 18).

Permanecem, por outro lado, demais modos de existência que afastam as pessoas em epígrafe da condição de penúria e perversidade imposta pelo sistema capitalista colonial-moderno-racista. Nesse sentido, os condenados da terra conseguem abrir brechas no sistema com a finalidade de construir territórios diversos e plurais. Destarte, tais condenados também possuem condições de re-existir, a fim de construir outra racionalidade que seja capaz de resgatar a sua própria humanidade, destruída durante os cinco séculos de capitalismo colonial-moderno-racista.

A esse respeito, Krenak (2019) argumentou que a modernização jogou os povos indígenas e os camponeses para viverem em favelas e em periferias urbanas com a finalidade de os explorar como mão-de-obra útil aos

interesses dominantes, arrancando-lhes violentamente de suas respectivas comunidades. Assim, ainda segundo esse pensador, urge recuperar a memória ancestral garantidora da sua identidade e humanidade.

2.1 CARÁTER DESIGUAL E INJUSTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL BRASILEIRA

Com efeito, foi a partir do século XVI que países europeus, norteados pelos interesses preponderantemente especulativos, partiram em missões marítimas para conquistarem terras a fim de as usar e ocupar como meios da acumulação primitiva do capital no seu continente, negando, expropriando e espoliando povos dos continentes conquistados. Foi assim que teve início, segundo Dussel (2012), o “encobrimento – e não a descoberta – do outro”, ou seja, o encobrimento dos povos e das culturas que não interessavam de imediato à referida acumulação.

América no es descubierta como algo que *resiste distinta*, como *el Otro* [la bestia, masa rustica “des-cubierta” a ser civilizada por el “ser” europeo de la “Cultura Occidental”, pero “en-cubierta” en su Alteridad], sino como la materia a donde se le proyecta “lo Mismo”: “encubrimiento” (DUSSEL, 2012, p. 45-47).

Nesse processo de expansão dos interesses capitalistas no mundo, territórios da África, Ásia e América foram incorporados como porções dos impérios coloniais europeus, os quais não passavam de empreendimentos empresariais estabelecidos para extrair e exportar minérios e produtos agrícolas tropicais para a Europa. No âmbito desse processo, segundo Ribeiro (2013, p. 3),

Poucos países juntaram, como o Brasil, tijolos e cimentos tão díspares em seu processo de constituição; poucos também experimentaram vicissitudes que mostram de forma tão clara os caminhos pelos quais uma nação pode constituir-se não para servir a si mesma, mas para atender a interesses alheios. Efetivamente, o Brasil não nasceu como etnia e se estruturou como nação em consequência de um desígnio de seus criadores. Surgiu, ao contrário, como uma espécie de subproduto indesejado de um empreendimento colonial, resultante da Revolução Mercantil, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café, e, sobretudo, gerar lucros exportáveis.

Reitera-se, assim, que o Brasil foi incorporado mediante sua função, determinada pela DIT, de espaço fornecedor de madeira extraída da Mata

Atlântica (o pau-brasil), artigos agrícolas tropicais produzidos nas *plantations* (cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, dentre outros) e extraídos das florestas (borracha), bem como minerais (ouro, diamantes, ferro, outros). Tais atividades têm sido realizadas por meio de práticas de exploração à exaustão do meio ambiente local, desrespeitando e destruindo os ecossistemas em que são encontrados. Destarte, de acordo com Prado Junior (1983, p. 31),

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Assim, reitera-se que o processo de formação histórico-territorial do Brasil aconteceu no âmbito da valorização preponderantemente econômica de tudo o que havia no seu espaço passível de ser explorado e vendido para a Europa. Para isso, foi colocada em prática uma série de ações desumanizadoras e desrespeitosas com relação ao meio ambiente, dentre as quais está o fomento à animosidade entre os povos indígenas para os controlar em algumas localidades, o extermínio de etnias em outras e a destruição da Natureza.

Isso acontecia sob a perspectiva de espaço vazio pela qual, de acordo com Moraes (1997), considerava-se o território brasileiro como tábula rasa a ser permanentemente preenchida com as formas espaciais necessárias ao uso e à ocupação do território, na perspectiva do atendimento à sua função na DIT.

Assim, o padrão colonial latino-americano de valorização do espaço implicou um gradativo empobrecimento relativo dos territórios onde se instalou, uma destruição da riqueza natural sem uma agregação de valor ao solo compatível com a riqueza retirada. [...] O território colonial é visto como um “espaço a se ganhar”, a submissão “civilizatória” de uma natureza bruta que engloba as populações autóctones – a qual aos olhos do colonizador aparece como mais um recurso natural da área colonizada (MORAES, 1997, p. 37).

Na opinião do pensador, essa visão, própria do eurocentrismo, segue tão forte que as elites dos países latino-americanos continuam pensando e praticando o território como espaço a se ganhar/conquistar em uma perspectiva inesgotável de exploração dos Bens Comuns da Natureza,

concebidos como meros “recursos naturais”. Desse modo, instaurou-se em *Abya Yala*² a destruição da Natureza (das florestas, dos rios, dos solos, dos animais, dentre outros) e a negação das pessoas pertencentes à diversidade socioterritorial local (dos povos indígenas).

No âmbito do processo anteriormente citado, reside o engendramento, concomitante, de riqueza e pobreza, algo que, inclusive, fora defendido por Galeano (2021) quando descreveu que, pelo seu caráter puramente especulativo, o processo de geração de riquezas na América Latina sempre esteve associado ao da geração de pobreza. A esse respeito, no Brasil, durante o auge de cada ciclo de crescimento econômico-territorial que beneficiava mormente as classes dominantes europeias e brasileiras, sucedia-se um período de pobreza e miséria que acometia, sobretudo, os condenados da terra.

2.2 PERVERSIDADES E AMEAÇAS PERMANENTES

O eurocentrismo foi elaborado e difundido de modo tão convincente e eficaz para a manutenção da expansão do capitalismo no mundo que, mesmo após a emancipação político-administrativa das colônias latino-americanas – depois, sobretudo, das duas primeiras décadas do século XIX – com relação à Europa, as classes dominantes “nacionais” continuaram a usar e a ocupar o território para, segundo Quijano (2005), atender aos interesses especulativos ainda sob a hegemonia da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos.

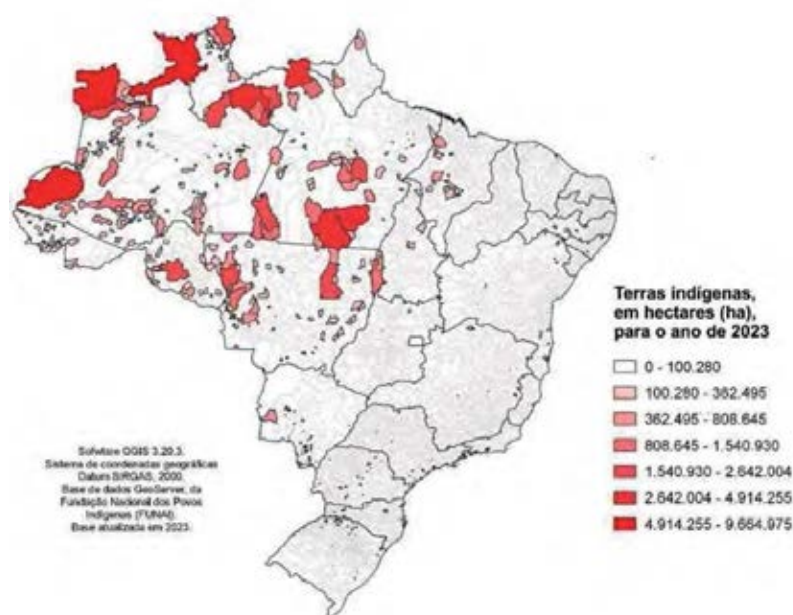
Portanto, as relações capitalistas de reprodução dos seus interesses especulativos continuaram a se expandir permanentemente, ameaçando tudo o que estava no seu caminho, ou seja, a Natureza e os povos indígenas, principalmente, que continuaram desprovidos de qualquer direito. Isso foi tão intenso que até mesmo um intelectual representante da elite açucareira da região Nordeste do Brasil criticou o modo como o sistema monocultura-escravidão-latifúndio desrespeitou a Natureza, na medida em que o engenho de açúcar, pela abertura, “[...] na vida, na paisagem e no caráter da gente, as feridas mais profundas” (FREYRE, 1985, p. XII), as quais se traduziram, continua, na devastação das suas matas, na degradação das suas águas, no

² O termo *Abya Yala* possui dois sentidos muito fortes para os povos originários: em primeiro lugar, representa a apropriação dos seus próprios territórios e das suas próprias territorialidades historicamente construídas com base na sua cosmovisão e, em segundo lugar, representa um termo que é usado politicamente para fortalecer as suas lutas, minando a imposição da experiência da América que os subalterniza e oprime.

empobrecimento dos seus solos, no extermínio de animais e na diminuição do homem como ser humano.

A Figura 1 demonstra que os povos indígenas estão concentrados, em sua grande maioria, nas regiões Norte e Centro-Oeste, e que existe número muito menor destes territórios nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, justamente nas regiões nas quais o processo de colonização foi mais intenso. Com efeito, é notória a rarefação da presença desses territórios ao longo da costa atlântica, sobretudo nas duas últimas regiões citadas, onde havia diversos povos indígenas quando da invasão de *Pindorama*³ pelos europeus.

Figura 1 – Distribuição espacial das terras indígenas no território brasileiro.



Fonte: Dados do GeoServer, Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, 2023.
Elaboração: Geoform-UFRN, 2023.

As três últimas regiões citadas, em particular o Nordeste, compreendem os espaços explorados pelos europeus desde o século XVI, havendo exceções como a presença ainda marcante destes territórios no Maranhão, bem como em outros estados federados do Brasil, o que acontece em função, sobretudo, de processos de resistência associados aos de preservação da Natureza.

³ Para os povos indígenas, *Pindorama* significa “terra das palmeiras”, no sentido de que esses povos são, simultaneamente, parte da terra e a terra é parte deles.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2008), desde 1500⁴ (ano oficial da invasão do Brasil pelos europeus) até 2008 o número dos povos indígenas decaiu de 1.700 para 235, tendo 77% destes vivendo na Amazônia Legal. Ainda, no processo de uso e ocupação do território brasileiro segundo os parâmetros ressaltados na seção anterior, a dizimação desses povos foi mais célere, sobretudo, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, com o extrativismo da borracha e a consequente abertura de estradas, as quais foram sendo expandidas ao longo do último século.

Os interesses especulativos, em especial econômico-financeiros, foram tão preponderantes no referido processo de uso e ocupação do território brasileiro que, apesar da criação de duas instituições para resolver a questão indígena no Brasil, elas acabaram por viabilizar grandes projetos estatais de “integração” nacional, os quais, por esta razão, faziam parte, segundo Valverde (1989), do *planejamento da destruição* da Região Norte do país.

Em 1910, havia sido criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que, em 1967, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A partir dos anos 1980, os movimentos indígenas lutaram fortemente em prol de garantir o seu direito a permanência em suas próprias terras, muito embora este direito ainda não tenha sido de todo efetivado em função da alternância de governos, mais ou menos solidários, à questão indígena. De acordo com o Art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), promulgada em 1988,

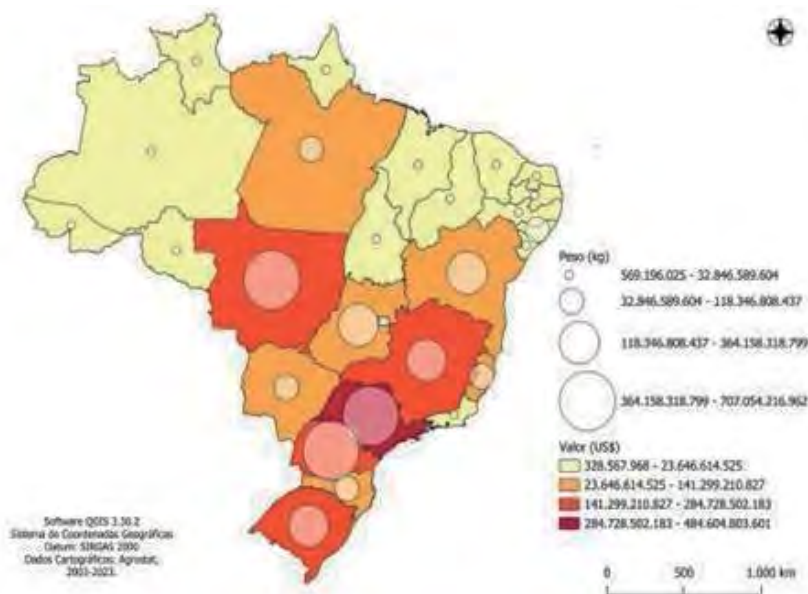
São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens (BRASIL, 1988, p. 168).

A despeito da presença significativa de territórios indígenas nas regiões Norte, Centro-Oeste e em estados federados do Nordeste, em comparação com as demais regiões brasileiras, a sua situação está muito mais ameaçada no Centro-Oeste do que no Norte. Isso deve ao fato de que o Centro-Oeste se tornou espaço da instauração e expansão, de modo intensivo e célere,

⁴ Vale a pena ressaltar a dificuldade no que diz respeito à obtenção de números precisos sobre os povos indígenas no período colonial em função, principalmente, da complexidade que se tinha para realizar os registros históricos. Por outro lado, vale considerar os avanços obtidos no campo da linguística indígena que, dentre outras perspectivas, reforça o resgate da memória histórica dos povos indígenas sobre esse período tão longínquo e complexo da sua cultura ancestral no Brasil.

das atividades do agronegócio (Figura 2), desrespeitando e destruindo a Natureza, bem como as territorialidades dos povos indígenas, condenando-os à expropriação e à espoliação.

Figura 2 – Distribuição espacial do agronegócio, por peso e valor dos produtos exportados, no período 2003 a 2023



Fonte: Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, Agrotast – Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. Elaboração do Geoform-UFRN, 2024.

O agronegócio está fortemente presente nas regiões economicamente mais dinâmicas do capitalismo no Brasil, formando um núcleo de significativa concentração nas regiões Sudeste, tendo São Paulo como núcleo de concentração e dispersão dos interesses privatistas da agropecuária moderna, e Sul. A partir dessas duas regiões, estabeleceram-se frentes de uso e ocupação do território que se dirigiram para a região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) e para a região Norte (Pará) conquistando, extensivamente, espaços para os preencher com as formas espaciais para o fortalecimento da economia.

À medida que o agronegócio se expandiu pelo Brasil, usando o território na perspectiva de “espaço vazio”, territórios indígenas foram eliminados, até que as mobilizações e lutas desses povos começaram a fortalecê-los para resistirem ativamente, fazendo valer a efetivação dos seus direitos garantidos na legislação federal.

Paralelamente, todavia, os povos indígenas continuam ameaçados pelas frequentes investidas da modernização da agropecuária sobre os seus territórios e as suas territorialidades. É por esse motivo que, na região Norte, o Pará tem registrado o maior número de conflitos entre as referidas atividades, cercando os territórios dos povos indígenas, muito embora continuem a ocorrer formas de resistência sustentadas nas tradições locais. Tais formas de resistência sustentam-se, notadamente, na manutenção de relações tradicionais de produção, trabalho e vida, o que, aliás, faz parte do próprio processo de acumulação do capital.

Nesse contexto, a ideia do novo nem sempre é imediatamente clara. De um lado, o avanço capitalista no campo tem claramente promovido o rompimento de velhas relações de dependência, de lealdade, de submissão. É fácil constatar o processo de emancipação progressiva dos trabalhadores rurais. Mas, ao mesmo tempo, de outro lado, os trabalhadores de muitas regiões buscam nas relações tradicionais, como a do mutirão, uma resposta para a emergência da expulsão, da violência no campo (MARTINS, 1986, p. 103).

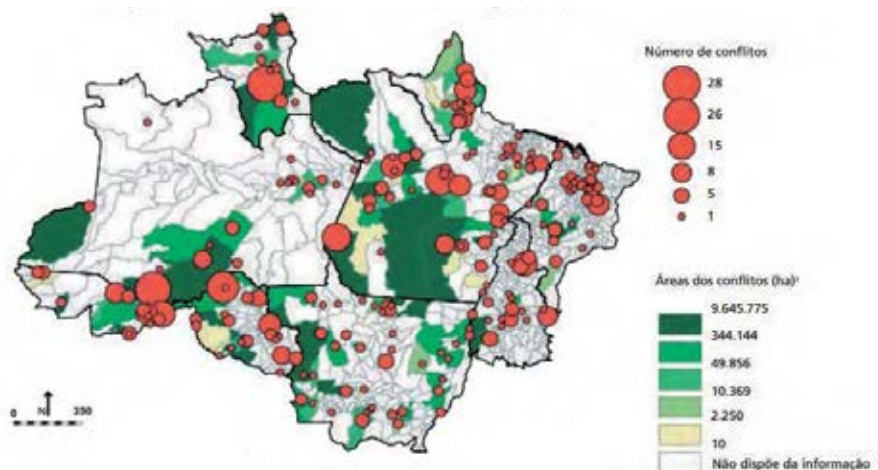
A reduzida presença do agronegócio em algumas regiões, como é o caso da Amazônia Ocidental, não se sustenta diante da realidade material do território. A conformação da zona de expansão conhecida como AMACRO (acrônimo de Amazonas, Acre e Rondônia) refere-se ao avanço articulado de frentes agropecuárias sobre áreas anteriormente consideradas periféricas no contexto da lógica intensiva do agronegócio, impulsionando processos de desmatamento, grilagem e, portanto, de conflitos territoriais.

A AMACRO, em 2022, foi responsável por 36% do desmatamento da Amazônia Legal, estando 52% deste total concentrados em quatro municípios, Porto Velho, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, os quais estão posicionados em eixos rodoviários estratégicos (SANTOS *et al.*, 2023, p. 2399–2402). Ainda segundo os autores, 46% da área desmatada deu-se em imóveis privados, evidenciando, assim, o papel do capital fundiário e a fragilidade da fiscalização ambiental.

Entre 2019 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, promoveu-se o desmonte sistemático de instituições de controle territorial e ambiental, como Funai, Ibama e ICMBio, além da restrição à atuação da Polícia Federal e das Forças Armadas como promotoras de ações de combate à mineração ilegal, às invasões de unidades de conservação e à violação de terras

indígenas (IPEA, 2024). Destarte, a confluência entre expansão agropecuária moderna, a implantação da infraestrutura facilitadora desta expansão e a omissão institucional reatualizou os mecanismos históricos de expropriação, espoliação e violência territorial (Figura 3).

Figura 3 – Conflitos por terra na Amazônia Legal - 2021



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional, n. 36: dinâmicas da violência na região Norte, 2024.

Esse quadro de referências se agrava ainda mais ao observar a sobreposição entre a presença de crimes ambientais e os territórios indígenas na Amazônia Legal (Figura 4). Segundo levantamento do Instituto Igarapé (2022), cerca de 31% dos territórios onde há ocorrência sistemática de atividades ilegais como garimpo, extração de madeira e grilagem estão localizados no interior de Terras Indígenas. Reitera-se que, a partir de 2019, intensificaram-se as operações da Polícia Federal nessas áreas, tanto em ações ostensivas quanto investigativas, indicando não apenas a expansão das economias ilegais, bem como a fragilização institucional dos mecanismos de proteção territorial. Essa dinâmica reafirma a permanência da colonialidade no uso do território na medida em que articula violência ambiental, omissão do Estado e interesses extrativistas que colocam em risco os direitos coletivos e os modos de vida dos povos originários.

sofrendo (CASTILHO, 2023) pela sua condição de cidadania mutilada que, por sua vez, dificulta a superação da sua condição de condenados da terra, não obstante a existência das garantias constitucionais e das suas próprias mobilizações sociais. Se, por um lado, o Estado brasileiro foi pressionado pelos movimentos populares dos referidos povos, suscitando a conquista de leis que garantissem seus direitos, por outro, a efetivação de tais direitos terminou, em certa medida, sendo anulada pela resistência da colonialidade do poder e do saber que, colonizando a mente das pessoas, sustenta os interesses das classes dominantes. Ainda segundo Castilho (2020), reprimindo e massacrando violentamente os movimentos populares.

Com efeito, segundo o CIMI (2008), instituído no seio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1975, os povos indígenas do Brasil encetaram, de modo articulado e ativo, sua mobilização para conquistarem e assegurarem seus direitos, dentre os quais o direito à terra tem sido o mais importante. Para isso, nos anos 1980, segundo a mesma fonte de pesquisa, os povos indígenas criaram organizações que influíram na construção dos seus destinos, dentre os quais está o já citado anteriormente Art. nº 231 da Carta Magna promulgada em 1988 no Brasil, garantindo o respeito à integralidade das terras tradicionalmente ocupadas.

De acordo com a ideia de Ailton Krenak (2019), segundo a qual se deve compreender “os/as indígenas em movimento”, Scarparo (2023) asseverou que estes povos sempre estiveram em marcha pela defesa de suas vidas, sendo este o fato que deve ser considerado para entender a complexidade do seu movimento histórico. Ademais, em meio a uma série de conquistas, o CIMI destaca a visibilidade da questão indígena, a conquista do direito territorial e do seu reconhecimento como sujeito histórico possuidor de culturas, o crescimento da população indígena, revertendo a tendência ao extermínio total, e valorização da identidade étnica.

Contudo, não obstante a existência da referida Carta Magna, a demarcação dos territórios dos povos indígenas, ou seja, daqueles ocupados tradicionalmente pelos indígenas, a efetivação de tal direito sempre está sob as ameaças dos interesses de setores econômicos ligados, por exemplo, às atividades econômicas do agronegócio e da mineração.

Segundo ainda o CIMI (2008), nos anos 2000, os povos indígenas estabeleceram uma série de instituições com a finalidade de reforçar as suas lutas, como o Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), em 2004, que deu suporte às Mobilizações de Abril Indígena, promovendo o Acampamento Terra Livre na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Ainda no âmbito desse

acampamento, surgiu a organização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

A luta dos povos indígenas é tão ativa e eficaz que, segundo Scarparo (2023), de 50 organizações indígenas existentes em 1985, houve um salto para 100 em 1990 e para 300 em 2002, sempre com a finalidade de combater e superar os momentos históricos de recuo em termos de conquistas sociais obtidas. O movimento indígena no Brasil apresenta expressiva articulação institucional, chegando, atualmente, a mais de mil organizações formalmente constituídas em diferentes regiões do país. Dessas organizações, aproximadamente 10% são constituídas especificamente pela atuação de mulheres indígenas e possuem estruturas voltadas para esta pauta (MURER & FUTADA, 2025).

Foi assim que, após os quatro anos do governo da extrema direita no Brasil, eleito em 2018, os povos indígenas conquistaram o direito de terem um ministério próprio, mais próximo das suas necessidades, o Ministério dos Povos Indígenas, que tem à sua frente uma indígena e vários(as) indígenas ocupando funções importantes dentro deste aparelho do Estado brasileiro.

Em função desse protagonismo, segundo Barros (2023), o movimento dos povos indígenas atualmente é o movimento social mais organizado do Brasil, o que se deve, como visto anteriormente, à sua capacidade de manter muitas pessoas mobilizadas e atuantes, inclusive na Capital Federal, pressionando o Estado para atender às suas demandas.

Por outro lado, ressalta-se que a conquista dos territórios e o reconhecimento das territorialidades indígenas constituem lutas que não devem limitar-se apenas aos movimentos indígenas, mas que devem ser assumidas, concomitantemente, pelos demais sujeitos da sociedade civil comprometidos com a formação do espaço do/a cidadão/ã no Brasil, então superando a condição de condenados da terra.

As experiências históricas têm demonstrado que somente por meio da intersetorialidade e transversalidade das diversas lutas sociais é possível avançar no sentido da visibilidade das questões a serem resolvidas com base na efetivação dos direitos garantidos pela legislação pertinente e da mobilização social conjuntamente articulada. Destarte, longe das perspectivas da individualização e fragmentação exacerbadas da pós-modernidade, a luta constitui uma tarefa conjunta, fortalecendo as estratégias para efetivar o direito ao entorno. Esse direito, como parte do direito à cidade,

[...] está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação. Quer dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno. Fala-se em ecologia, mas frequentemente o discurso que conduz à maior parte das reivindicações se refere a uma ecologia localizada, enraivecida e empobrecida, em lugar de ser o combate [...] que retome os problemas a partir de suas próprias raízes. Estas se confundem com o modelo produtivo adotado e que [...] é desrespeitador dos valores desde os dons da natureza até a vida dos homens (SANTOS, 1987, p. 47-48).

Isso tem levado, ainda segundo Santos, à privatização dos espaços públicos, suscitando a necessidade de os recuperar. Desse modo, a luta pela terra, para que ela possa ser usada e ocupada como território abrigo e proteção, tem sido, para Souza e Trigueiro (1986), uma das ferramentas fundamentais das lutas populares no Brasil.

É nesse sentido que a cerca não fecha, abre: abre a consciência para o direito lesado, abre a luta pelos direitos, abre a luta contra o direito edificado sobre a injustiça. [...] Por isso, a grande expansão capitalista no campo nos últimos vinte anos foi, também, a expansão de contradições, semeou a empresa, a fazenda, a grilagem, a injustiça, a brutalidade. E semeou, também, a resistência, semeou novas significações para velhos atos, novos atos para velhas significações, novos atos e novas significações (SOUZA & TRIGUEIRO, 1986, p. 11).

No âmbito das conquistas sociais, a alternância ocorrida tem seguido o movimento histórico em função, principalmente, dos processos de reconfiguração dos interesses sociais em países nos quais a colonialidade do poder e do saber continua influenciando no uso, na ocupação e no pensamento do território. A esse respeito,

[...] el Estado entrega aqui con una mano lo que ya retiró con la otra [...] El polo modernizador estatal de la República, heredera directa de la administración ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita las autonomías, irrumpe en la vida institucional, rasga el tejido comunitario, genera dependencia, y ofrece con una mano la modernidad del discurso crítico igualitario, mientras con la otra ya introdujo los preceptos del individualismo y la modernidad instrumental de la razón liberal y capitalista, conjuntamente con el racismo que somete a los hombres no blancos al estrés y a la emasculación (SEGATO, 2013, p. 73-74).

No entanto, por mais fechado e coeso que pareça ser, o sistema capitalista colonial-moderno-racista possui, como argumentou Walsh (2015), brechas que, quando percebidas pelos povos condenados ao sofrimento, não deixam de ser aproveitadas, a fim de resistirem à expropriação e espoliação que lhes impõe a condição de condenado da terra. Todavia,

[...] mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos re-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

Em definitivo, a luta para a efetivação dos direitos historicamente conquistados pelos povos expropriados e espoliados deve continuar acontecendo no sentido da resolução do problema referente à mutilação da condição de cidadania no Brasil, notadamente para os descendentes dos povos indígenas, dentre outros, revertendo sua condição de condenados da terra.

4 CONCLUSÃO

O percurso analítico aqui proposto demonstrou que as formas de uso, ocupação e pensamento do território no Brasil vêm obedecendo, historicamente, à racionalidade guiada pela colonialidade do poder, do saber e do ser. Desde a formação do espaço colonial, estruturado pela violência do latifúndio escravista e pela lógica da acumulação primitiva, o território foi constituído como suporte para a exploração de riquezas e a negação sistemática dos povos, dentre eles, os povos originários, foco deste artigo.

No curso do tempo, mesmo após a passagem da condição de Colônia à de República, o processo de organização do território brasileiro permaneceu vinculado aos interesses especulativos econômico-financeiros externos, o que tem reforçado a manutenção das desigualdades e injustiças socioterritoriais, impedindo a conquista da cidadania para superar a condição de condenados da terra.

Este artigo revelou que, no contexto do capitalismo colonial-moderno-racista, hoje reforçado pelo neoliberalismo, as estruturas socioeconômicas da colonização persistem ainda hoje, chegando mesmo a se atualizarem com maior sofisticação e violência, produzindo novas formas de expropriação, marginalização e invisibilização.

A tecnosfera, adaptada aos fluxos do mercado global, intensificou-se sobre os territórios historicamente precarizados, convertendo-os em espaço para a execução dos projetos agroindustriais, das infraestruturas extrativistas e das redes criminosas. Enquanto isso, a psicosfera dominante, colonizada por um imaginário eurocêntrico, segue negando legitimidade aos saberes, modos de vida e territorialidades não alinhadas à racionalidade mercantil.

Nesse contexto, a categoria de condenados da terra ressurge como chave explicativa central, utilizada, sobretudo, para compreender a posição imposta aos povos indígenas e demais, que seguem vivendo sob a ameaça constante de apagamento físico, cultural e territorial. A violência institucionalizada pela omissão do Estado reforça a ideia de que os direitos à vida e à existência plena desses povos continuam sendo sistematicamente negados.

O estudo também revelou que há formas de resistência e re-existência dos povos indígenas, os quais têm se multiplicado em organizações e se articulado, promovendo brechas no sistema capitalista colonial-moderno-racista. A multiplicação de organizações indígenas, a conquista de instrumentos legais, como o Art. 231 da Constituição, e a criação de instituições voltadas à garantia dos povos tradicionais, como o Ministério dos Povos Indígenas, evidenciam que há lutas em curso que questionam e reagem contra o projeto hegemônico de dominação territorial.

Por fim, retomando a ideia de território como espaço vivo, tecido por relações materiais e simbólicas, defendeu-se que a superação da condição de condenados da terra passa necessariamente pelo reconhecimento e fortalecimento das diversas territorialidades locais, o que exige a efetivação dos direitos historicamente conquistados e, ao mesmo tempo, a ruptura epistemológica e política com o modelo colonial de desenvolvimento. Destarte, mais do que resistir, deve-se re-existir no sentido da criação e construção de outros modos de usar, ocupar e pensar o território como pluralidade em termos da vida e da existência humana na terra.

REFERÊNCIAS

BARROS, L. “Movimento indígena é o movimento social mais organizado no país hoje”, defende pesquisador. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/bem-viver/2023/04/19/movimento-indigena-e-o-movimento-social-mais-organizado-no-pais-hoje-defende-pesquisador/>. Acesso em: 22 jun. 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

CASTILHO, C. J. M. Territórios violados, resistências e massacres de povos e pobres na história do Brasil – mas a luta continua. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, p. 1-25, 2020.

CASTILHO, C. J. M. Uso capitalista do território e sofrimento da classe trabalhadora na cidade. In: SANTOS, A. H. V.; NASCIMENTO, M. M. P.; PONTES, B. A. N. M. (org.). **Ciências ambientais em foco: olhares para a sustentabilidade**. Ananindeua: Itacaiúnas, 2023. p. 14-28.

CIMI. Movimento e organização indígena no Brasil. **Conselho Indigenista Missionário**, [s. l.], 14 jul. 2008. Disponível em: <https://cimi.org.br/2008/07/27614> Acesso em: 22 jun. 2024.

DUSSEL, E. **El encubrimiento del outro**. Buenos Aires: Docencia, 2012.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1985.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

INSTITUTO IGARAPÉ. Territórios e caminhos do crime ambiental na Amazônia brasileira: da floresta às demais cidades do país. 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br>. Acesso em: 2 ago. 2025.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARIÁTEGUI, J. C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], vol. 32, n. 94, p. 1-18, jul. 2017.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MURER, B. M.; FUTADA, S. M. Onde estão as organizações de mulheres indígenas no Brasil? **Instituto Socioambiental**, [s. l.], 2020. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Onde_est%C3%A3o_as_organiza%C3%A7%C3%B5es_de_mulheres_ind%C3%ADgenas_no_Brasil. Acesso em: 12 maio 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: COCEÑA, A. E. (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 151-197. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/11939/1/Cecena4-Desafios.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. Clacso, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf> Acesso em: 25 jul. 2023.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Bianca; et al. Dinâmica do desmatamento na região AMACRO com o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 20., 2023, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: INPE, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/sbsr-2023/papers/dinamica-do-desmatamento-na-regiao-amacro-com-o-sistema-de-alerta-de-desmatament>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SCARPARO, A. Movimento indígena: indígenas em movimento. **Tucum**, [s. l.], 14 abr. 2023. Disponível em: <https://site.tucumbrasil.com/movimento-indigena/> Acesso em: 24 jun. 2024.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

IPEA. Boletim de Análise Político-Institucional: dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024. ISSN 2237-6208. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36>. Acesso em: 02 ago.2025.

SOUZA, J. S. F. de; TRIGUEIRO, M. G. S. **A luta pela terra: considerações preliminares sobre suas características no Brasil**. 1986.

VALVERDE, O. **Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

WALSH, C. Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales. **Clivajes: revista de ciencias sociales**, [s. l.], ano II, n. 4, p. 1-11, 2015.

Submissão: 13/05/2025 • Aprovação: 10/09/2025





Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



ADOÇÃO DE PRÁTICAS ESG E SEU IMPACTO NO COMPORTAMENTO FINANCEIRO DAS EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA DE VALORES BRASILEIRA

**ADOPTION OF ESG PRACTICES AND THEIR IMPACT
ON THE FINANCIAL BEHAVIOR OF COMPANIES LISTED
ON THE BRAZILIAN STOCK EXCHANGE**

Paulo Marcelo Fecury Macambira  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Luiz Maurício Furtado Maués  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre adoção de práticas de Meio Ambiente, Social e Governança (ESG) e desempenho financeiro de empresas listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3). Utilizando uma abordagem quantitativa, este artigo analisa balanços financeiros e relatórios de sustentabilidade produzidos por empresas de capital aberto com o objetivo de avaliar efeitos das práticas ESG sobre o desempenho financeiro de empresas que passaram a investir em medidas sustentáveis entre 2021 e 2023. Considera, ainda, a percepção do mercado e a reação dos investidores à difusão de práticas ESG, explorando como esses fatores influenciam volatilidade e risco financeiro. Os resultados demonstram que empresas que implementam práticas ESG apresentam melhor desempenho financeiro e menor volatilidade, sugerindo que integrar critérios ESG é estratégia eficaz para a criação de valor a longo prazo. Destacou-se a MRV Engenharia, liderando em práticas ESG, com *Score* ISE B3 de 62,97, demonstrando melhorias em governança corporativa, capital humano e sustentabilidade ambiental; Gafisa e Mitre Realty apresentaram avanços mais moderados. São apontadas, também, lacunas na literatura existente sobre práticas ESG em mercados emergentes e realizada análise comparativa do desempenho de empresas do setor de construção civil ao longo de três anos.

Palavras-chave: Práticas ambientais sociais e de governança (ESG); Desempenho financeiro; Sustentabilidade corporativa; Setor de construção.

ABSTRACT

The present study investigates the relationship between the adoption of Environmental, Social, and Governance (ESG) practices and the financial performance of companies listed on the Brazilian Stock Exchange (B3). By employing a quantitative approach, this article analyzes financial statements, sustainability reports and other corporate documents made available by publicly traded companies to assess the effects the ESG practices have had on the financial performance of companies investing in sustainable practices between 2021 and 2023. It also considers market perception and investor reaction to ESG practices, exploring how these factors influence the volatility and financial risk of companies. Results show that companies that implement ESG practices present better financial performance and lower volatility, suggesting that integrating ESG criteria is an effective strategy for creating long-term value, with MRV Engenharia leading the way in ESG practices, with an ISE B3 Score of 62.97, showing consistent improvements in corporate governance, human capital and environmental sustainability. Gafisa and Mitre Realty showed more moderate progress. The study also highlights the gaps in the literature on ESG practices in emerging markets, as well as provides a detailed comparative analysis of the performance of companies in the construction sector over three years.

Keywords: Environmental, Social and Governance Practices (ESG); Financial Performance; Corporate Sustainability; Construction sector.

1 INTRODUÇÃO

A integração de práticas sustentáveis e responsáveis no contexto corporativo tem despertado crescente interesse tanto no meio acadêmico quanto no setor empresarial, especialmente sob o espectro das práticas de *Environmental, Social, and Governance* (ESG) (Clément; Robinot; Trespeuch, 2023; Kräussl; Oladiran; Stefanova, 2024). Diante do cenário global de crises ambientais e desigualdades sociais, empresas ao redor do mundo estão sendo pressionadas a adotar e demonstrar, por meio de resultados tangíveis, o impacto de suas políticas ESG (D’Orazio, 2023).

Apesquisa na área das práticas ESG tem demonstrado consistentemente uma correlação positiva entre ações sustentáveis e desempenho financeiro em mercados mais desenvolvidos. Friede, Busch e Bassen (2015) realizaram uma meta-análise abrangente que revisou mais de 2.000 estudos empíricos, encontrando uma correlação positiva entre a *performance* ESG e o desempenho financeiro em aproximadamente 90% dos casos. As empresas que adotam práticas ESG sólidas tendem a ter melhor desempenho operacional e menor volatilidade em termos de retorno do capital investido. Khan, Serafeim e Yoon (2016) referem que, o Brasil, apesar de possuir dinâmicas regulatórias e de mercado distintas, oferece um terreno único para investigação

No Brasil, um mercado emergente com uma bolsa de valores vibrante, o impacto dessas práticas em empresas de capital aberto constitui campo fértil para investigações acadêmicas, principalmente no que se refere a consequências financeiras. As práticas ESG são frequentemente vistas como indicativo de gestão corporativa superior, com potencial para melhorar a eficiência operacional, reduzir riscos e atrair investidores interessados em sustentabilidade em longo prazo. No entanto, a implementação e a eficácia dessas práticas em mercados emergentes, como o Brasil, ainda carecem de exploração detalhada (Moskovics *et al.*, 2024).

No âmbito social, as práticas ESG compreendem a gestão das relações da empresa com seus funcionários, fornecedores, clientes e comunidades onde opera. Isso implica na garantia de boas condições de trabalho, engajamento comunitário, gestão de relações trabalhistas e de direitos humanos (Clément; Robinot; Trespeuch, 2023). A importância do componente social é destacada por autores como Savio, D’Andrassi e Ventimiglia (2023) que argumentam que empresas com práticas sólidas de gestão social tendem a apresentar uma maior satisfação e produtividade dos funcionários, o que pode se traduzir em melhor desempenho financeiro.

Deste modo, a governança diz respeito às práticas, políticas e procedimentos que determinam como uma empresa é administrada e controlada. Aspectos como a composição e diversidade do conselho, estruturas de remuneração e transparência são vitais para garantir a responsabilidade e alinhar os interesses da gestão com os dos acionistas e outras partes interessadas (Lim *et al.*, 2022).

A integração desses três componentes: ambiental, social e governança, promove a sustentabilidade e responsabilidade corporativa e pode, também, conferir uma vantagem competitiva significativa. Estudos como os de Friede, Busch e Bassen (2015) encontraram uma correlação positiva entre o desempenho baseado em critérios ESG e o desempenho financeiro, sugerindo que investimentos em práticas ambientais, sociais e de governança podem gerar valor tanto em curto quanto em longo prazo. Assim, a literatura existente consubstancia a visão de que as tais práticas representam além de uma demanda ética uma estratégia empresarial inteligente, capaz de responder tanto às pressões do mercado quanto às exigências de um mundo em constante mudança e conscientização ambiental e social.

O impacto das práticas de ESG no desempenho financeiro das empresas tem sido tema central em pesquisas contemporâneas, especialmente em mercados desenvolvidos, onde a integração desses critérios às estratégias corporativas tem mostrado resultados tangíveis. O estudo de Lim *et al.*, (2022) revela como as práticas ESG contribuem para a estabilidade financeira atraindo investimentos ao mitigar riscos operacionais e melhorar as relações com stakeholders.

De modo geral, portanto, reafirma-se que a pesquisa na área de ESG tem, consistentemente, apontado uma correlação positiva entre práticas sustentáveis e desempenho financeiro em mercados desenvolvidos.

Mediante o exposto, este estudo busca suprir uma lacuna significativa na literatura, qual seja, a insuficiência de pesquisas correlacionando diretamente as práticas ESG e o desempenho financeiro em mercados emergentes como é o caso do Brasil. A maioria dos estudos prévios se concentra, predominantemente, em mercados desenvolvidos, deixando um hiato no entendimento de como essas práticas influenciam mercados com características e desafios peculiares. Além disso, a literatura ainda é escassa em termos de estudos longitudinais que acompanhem a evolução das práticas ESG ao longo do tempo (Clément; Robinot; Trespeuch, 2023; Kapil; Rawal, 2023).

Isto posto, parte-se da seguinte questão norteadora: “Qual é o impacto da adoção de práticas ESG no comportamento financeiro das empresas listadas na bolsa de valores brasileira?” Para respondê-la, objetivou-se realizar uma análise descritiva das empresas de construção civil que tiveram ações ESG implantadas e da valorização de mercado em uma economia emergente, entre os anos de 2021 e 2023.

2 MÉTODO

Utilizou-se uma abordagem quantitativa para investigar o impacto das práticas de ESG no desempenho financeiro de empresas listadas na bolsa de valores brasileira. O *design* foi estruturado para analisar documentalmente os balanços financeiros e outros indicadores econômico-financeiros relevantes, proporcionando uma avaliação sistemática e objetiva, por meio de análise comparativa de indicadores ESG.

A metodologia empregada envolve, primariamente, a análise documental dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e outros documentos financeiros publicamente disponíveis das empresas selecionadas para o estudo. Esta análise é fundamental para extrair dados quantitativos precisos sobre valores de mercado, bem como para obter informações detalhadas sobre as iniciativas ESG adotadas pelas empresas.

2.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Foram consideradas empresas listadas na Bolsa de Valores do Brasil que participam ativamente de iniciativas ESG destacando-se 105 (cento e cinco) empresas que se enquadram nesse movimento. A seleção dessas empresas baseou-se em critérios rigorosos que asseguram a representatividade e a relevância dos dados para a investigação dos impactos das práticas ESG nos seus desempenhos financeiros. Primeiramente, foram selecionadas aquelas que fazem parte do movimento ESG com base em sua adesão a iniciativas de sustentabilidade e governança reconhecidas. Este critério inicial garantiu que apenas empresas com um compromisso explícito e documentado com práticas ESG fossem incluídas.

Além disso, as empresas selecionadas deveriam estar listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3), pertencer ao setor da construção civil e ter um histórico de divulgação de relatórios financeiros e de sustentabilidade por, pelo menos, três anos. Este período é crucial para a análise longitudinal

necessária à captura das tendências e impactos de longo prazo das práticas ESG sobre o desempenho financeiro. Empresas com históricos mais curtos de divulgação foram excluídas para evitar inconsistências e garantir a robustez dos dados.

Empresas que apresentaram alta volatilidade em seus indicadores financeiros, sem justificativas adequadas ou correlações claras com práticas ESG, foram rigorosamente avaliadas e, em alguns casos, excluídas da amostra. Essa medida foi adotada para garantir que os resultados do estudo sejam os mais precisos possíveis e não sejam distorcidos por *outliers* ou empresas cujas variações financeiras estejam predominantemente associadas a fatores externos não relacionados às práticas ESG.

Do universo amostral pesquisado, foram selecionadas sete (7) empresas (Quadro 1) com base em critérios específicos, visando garantir dados suficientes e relevantes para a análise do impacto das práticas ESG no desempenho financeiro.

Os critérios utilizados para a seleção foram:

- **Histórico de Divulgação ESG:** Empresas com relatórios de sustentabilidade ou dados ESG divulgados de forma contínua e estruturada.
- **Desempenho Financeiro Consistente:** Histórico de resultados financeiros estáveis ou em crescimento, conforme demonstrativos públicos.
- **Sector de Atuação:** Empresas atuantes no setor da **construção civil**, alinhadas ao foco da pesquisa.
- **Presença no Índice Bovespa:** Empresas listadas no Ibovespa, assegurando maior transparência e melhor governança.
- **Tamanho da Empresa:** Empresas classificadas como médias ou grandes, conforme critérios do Sebrae (2023), a fim de assegurar comparabilidade estrutural.
- **Reputação e Prêmios ESG:** Empresas reconhecidas publicamente por boas práticas ESG por meio de premiações, rankings ou menções em relatórios especializados.
- **Participação em Iniciativas ESG:** Empresas com aderência a pactos, selos ou programas relacionados à sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Quadro 1 – Empresas da Construção Civil Seleccionadas para o Estudo

Nome da Empresa	Histórico de Divulgação ESG	Desempenho Financeiro Consistente	Sector	Pre-sença no Índice Bovespa	Tamanho da Empresa	Reputação e Prêmios ESG	Participação em Iniciativas ESG
Cyrela	Sim	Sim	Construção Civil	Sim	Grande	Sim	Sim
Gafisa	Sim	Sim	Construção Civil	Sim	Grande	Sim	Sim
MRV Engenharia	Sim	Sim	Construção Civil	Sim	Grande	Sim	Sim
Helbor	Sim	Sim	Construção Civil	Sim	Grande	Sim	Sim
EZTEC	Sim	Sim	Construção Civil	Sim	Grande	Sim	Sim
Cury Construtora	Sim	Sim	Construção Civil	Sim	Grande	Sim	Sim
Mitre Realty	Sim	Sim	Construção Civil	Sim	Médio	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

2.2 COLETA DE DADOS

O processo de coleta de dados envolveu a utilização de diversas fontes primárias e secundárias, que foram meticulosamente selecionadas para fornecer um panorama abrangente e detalhado sobre o desempenho financeiro e iniciativas ESG das empresas analisadas.

As fontes de dados financeiros incluem principalmente os relatórios anuais e demonstrações financeiras auditadas das empresas listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3). A análise desses relatórios permite uma avaliação precisa ao longo do tempo, conforme recomendado por autores como Singh *et al.* (2022).

Além dos relatórios anuais, foram utilizados dados obtidos de bases de dados reconhecidas como Bloomberg, Reuters e Economatica (Souza, 1996). Essas plataformas fornecem acesso a um vasto conjunto de dados financeiros históricos e atualizados, que são essenciais para a realização de análises longitudinais e comparativas. A confiabilidade e a abrangência dessas

bases de dados são bem documentadas na literatura, conforme discutido por Bodie, Kane e Marcus (2014) e Kräussl, Oladiran e Stefanova (2024), em seus trabalhos sobre mercados financeiros e análise de investimentos.

A escolha das variáveis de controle, como o tamanho da empresa, setor de atuação e condições econômicas gerais, deu-se em função do seu potencial de influenciar tanto as práticas ESG quanto o desempenho financeiro das empresas, minimizando a influência de fatores externos. Roberts e Whited (2013) e Ji e Nie (2024) destacam a importância de controlar variáveis externas para evitar vieses que possam comprometer a validade dos resultados. Assim, dados sobre o tamanho das empresas (medido pelo valor de mercado e receita anual) e informações setoriais foram incluídos nos modelos de análise para garantir resultados mais precisos e confiáveis. A Tabela 1 apresenta o desempenho das empresas do setor da construção civil nos anos de 2021, 2022 e 2023 conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3).

Entre os elementos destacados, podemos observar a “Razão Social” das empresas, que identifica as organizações analisadas, e o “*Ranking*”, que indica a posição de cada empresa no índice de sustentabilidade, em escala de avaliação de 0 a 100 pontos. A coluna “Carteira?” indica se a empresa fez parte ou não da carteira do ISE B3 naquele ano. O “*Score ISE B3*” fornece a pontuação geral das empresas no índice de sustentabilidade.

Além disso, a Tabela 1 detalha seis dimensões específicas que compõem essa pontuação: “Capital Humano”, que avalia a gestão e desenvolvimento dos funcionários; “Governança Corporativa e Alta Gestão”, que analisa a estrutura de governança e a liderança da empresa; “Modelo de Negócios e Inovação”, que mede a capacidade de inovação e adaptação do modelo de negócios; “Capital Social”, que considera as relações e impactos sociais da empresa; “Meio Ambiente”, que avalia a gestão ambiental e as práticas sustentáveis; e “CDP”, que representa a pontuação no *Carbon Disclosure Project*, um indicador específico de transparência e gestão de emissões de carbono.

Tabela 1 – Desempenho das Empresas do Setor da Construção Civil nos anos de 2021, 2022 e 2023 conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)

Ano	RAZÃO SOCIAL	RANKING	CAR-TEIRA?	SCORE ISE B3	Capital Humano	Governança Corporativa e Alta Gestão	Modelo de Negócios e Inovação	Capital Social	Meio Ambiente	CDP
2021	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	45	Sim	62,97	54,14	75,54	53,36	51,00	72,41	71,40
2021	GAFISA S.A.	62	Não	48,29	47,64	56,02	58,33	65,74	62,00	0,00
2021	CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	71	Não	37,26	45,02	54,31	21,71	48,00	54,55	0,00
2022	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	45	Sim	74,33	70,81	88,87	69,68	74,08	85,45	57,10
2022	GAFISA S.A.	71	Sim	59,10	49,16	67,87	59,80	67,48	67,41	42,90
2022	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A.	83	Não	34,10	32,80	42,28	33,63	45,62	58,50	42,90
2023	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	39	Sim	78,17	76,00	90,01	71,72	74,67	85,23	71,40
2023	MITRE REALTY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	69	Sim	66,17	56,81	66,40	57,74	67,60	91,36	57,10
2023	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND E PART	72	Sim	65,86	65,54	78,68	67,44	66,34	74,27	42,90
2023	GAFISA S.A.	82	Sim	62,08	51,75	74,86	64,51	66,70	77,18	57,10
2023	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A.	94	Não	47,32	28,38	62,25	38,25	43,90	68,95	57,10
2023	HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	95	Não	46,31	24,74	62,16	34,18	59,21	69,27	42,90

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A importância desses instrumentos é amplamente reconhecida na literatura, como evidenciado por estudos de Eccles, Ioannou e Serafeim (2014), os quais destacam a crescente relevância das divulgações ESG na avaliação da sustentabilidade corporativa.

2.3 MODELOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Foram realizados testes de especificação para determinar a adequação dos modelos de efeitos fixos ou aleatórios (como o teste de Hausman), conforme sugerido pela literatura econométrica (Wooldridge, 2012; Hsiao; Shi; Zhou, 2022). Esses testes foram fundamentais para selecionar o modelo mais adequado à análise dos dados em painel com estrutura longitudinal (2021-2023).

Além disso, as variáveis ESG foram operacionalizadas com base no Score ISE B3 e suas dimensões (Governança Corporativa, Capital Humano, Meio Ambiente etc.), enquanto os indicadores financeiros foram tratados como variáveis dependentes contínuas (por exemplo, valor de mercado, margem operacional e captação de recursos). As variáveis de controle incluíram o tamanho da empresa (medido pelo valor de mercado) e a volatilidade dos indicadores contábeis.

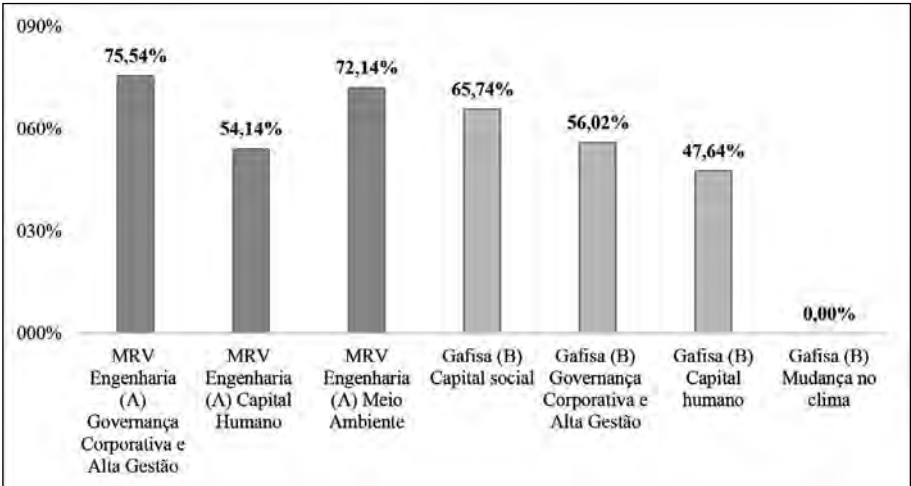
Por fim, a escolha do modelo estatístico foi fundamentada em estudos como os de Roberts e Whited (2013) e Kräussl, Oladiran e Stefanova (2024), que destacam a necessidade de controlar efeitos fixos, quando não é observada heterogeneidade entre empresas ao longo do tempo, com objetivo de estimar a influência das práticas ESG sobre os indicadores financeiros e observar como essas práticas modificaram o desempenho das empresas ao longo do tempo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A MRV Engenharia, com *Score* ISE B3 de 62,97, é a empresa que apresenta o maior comprometimento ESG entre as analisadas. Em termos de dimensões específicas, a MRV destacou-se em Governança Corporativa e Alta Gestão, Capital Humano e Meio Ambiente (Gráfico 1). Assim, por meio desses levantamentos de análise, foi possível inferir uma correlação entre estrutura de governança fortemente comprometida com a sustentabilidade ambiental nesta referida empresa, o que se traduz, em parte, em melhor desempenho financeiro. Os estudos de Eccles, Ioannou e Serafeim (2014)

confirmam que, a adesão às práticas ESG está correlacionada a uma melhor percepção de mercado e maior atratividade para investidores socialmente responsáveis, que valorizam a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa, assim, melhorando a empresa.

Figura 1 – Desempenho das Dimensões de Governança, Capital Humano, Meio Ambiente em Percentual e Mudança Climática



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

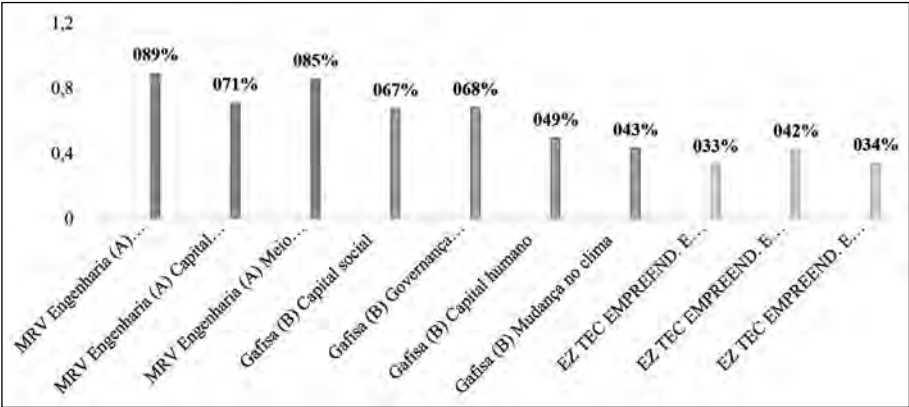
A Gafisa, com *Score* ISE B3 de 48,29, mostrou desempenho moderado nas práticas ESG. A empresa se destacou em Capital Social e Governança Corporativa e Alta Gestão, embora tenha apresentado *scores* mais baixos em Capital Humano e Mudança do Clima, como ilustra a Figura 1 (B). Apesar do bom desempenho em governança e engajamento social, há áreas significativas para melhoria, especialmente nos indicadores de gestão de capital humano e iniciativas climáticas, apresentados na obra de Khan, Serafeim e Yoon (2016).

A Cury Construtora e Incorporadora, com *Score* ISE B3 de 37,26, apresentou o desempenho mais baixo entre as empresas analisadas. Seus *scores* foram particularmente baixos em Modelo de Negócios e Inovação e Mudança do Clima, o que pode ser indicativo da necessidade de melhorias nessas áreas. A baixa pontuação em Inovação sugere que a empresa pode não estar acompanhando ou se adaptando ao ritmo das mudanças do mercado, fato que vem impactando na sua competitividade. Estudos como os de Friede, Busch e Bassen (2015) demonstram que a inovação e uma gestão eficaz são cruciais para o sucesso financeiro a longo prazo.

Comparando as três empresas na perspectiva de práticas de ESG, a MRV Engenharia claramente lidera em termos de práticas ESG e desempenho financeiro. Seus altos *scores* em governança, capital humano e sustentabilidade ambiental podem estar correlacionados com gestão eficiente e a uma estratégia de longo prazo bem definida. A Gafisa teve um desempenho ESG moderado, especialmente em áreas como capital humano e mudanças climáticas. A Cury Construtora, por outro lado, destaca-se negativamente, com baixos *scores* ESG refletindo falta de integração de práticas sustentáveis que podem estar prejudicando seu desempenho financeiro.

A Gafisa, embora apresente-se em patamar de moderação, pode melhorar seu desempenho financeiro se fortalecer áreas críticas como capital humano e mudança climática. A MRV Engenharia apresentou *Score* ISE B3 de 74,33, destacando-se como a empresa de maior comprometimento ESG entre as analisadas. Em termos de dimensões específicas, a MRV obteve altos resultados, considerando Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social, Meio Ambiente e CDP (Carbon Disclosure Project). Os índices utilizados para avaliação ESG derivam do Score ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), o qual é amplamente reconhecido no contexto brasileiro. Porém, estes índices – Governança Corporativa e Alta Gestão, Capital Humano e Meio Ambiente – não são padronizados pelas empresas, cada uma usa a terminologia que melhor lhe convém). A Figura 2, abaixo, permite a visualização destas dimensões.

Figura 2 – Desempenho Percentual nas Dimensões de Governança Corporativa, Capital Humano, Meio Ambiente e Mudança Climática



Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

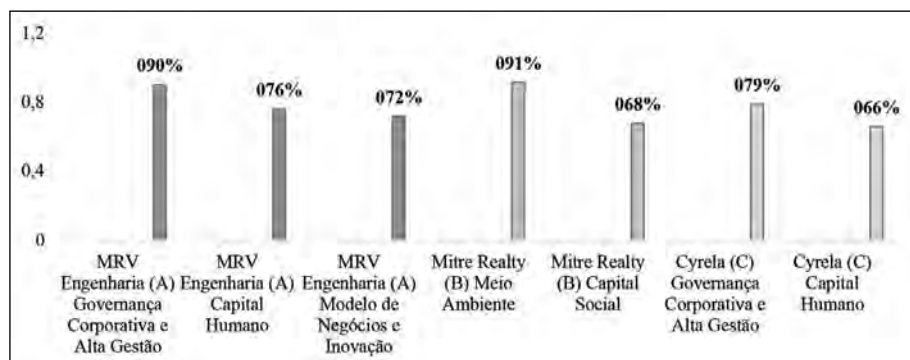
A Gafisa, com *Score* ISE B3 de 59,10, mostrou desempenho moderado nas práticas ESG. A empresa se destacou em Capital Social e Governança Corporativa e Alta Gestão, embora tenha obtido *scores* mais baixos em Capital Humano e Mudança do Clima. Considera-se, entretanto, que apesar de bom desempenho em governança e engajamento social, pode haver melhorias em diversas áreas de atuação (Figura 2).

Conforme a Figura 2, a EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A., com *Score* ISE B3 de 34,10, apresentou o desempenho mais baixo entre as empresas analisadas. Seus *scores* foram particularmente baixos em Capital Humano e Governança Corporativa e Alta Gestão, indicando uma necessidade iminente de melhorias nessas áreas. A baixa pontuação em Modelo de Negócios e Inovação também sugere que a empresa pode estar se prejudicando em termos de competitividade e adaptação às mudanças do mercado. Estudos como o de Busch e Friede (2015) mostram que inovação e gestão eficaz são cruciais para o sucesso financeiro a longo prazo.

Comparando as três empresas, a MRV Engenharia claramente lidera em termos de práticas ESG bem implementadas. A Gafisa, apesar de ter desempenho ESG moderado, mostra que há potencial para melhorias significativas, especialmente em áreas como capital humano e mudança climática. A EZ TEC, por outro lado, destaca-se negativamente, com baixos *scores* ESG refletindo uma falta de integração de práticas sustentáveis que podem estar prejudicando seu desempenho financeiro.

Em relação ao desempenho das empresas em 2023 referente ao ISE B3, com base na Figura 3, a MRV Engenharia, com 78,17, posiciona-se como a líder entre as empresas analisadas. Este alto *score* reflete a integração das práticas ESG em suas operações. Nas dimensões específicas, a empresa apresentou resultados notáveis em Governança Corporativa e Alta Gestão, Capital Humano e Modelo de Negócios e Inovação.

Figura 3 – Desempenho Percentual nas Dimensões de Governança Corporativa, Capital Humano e Modelo de Negócios e Inovação



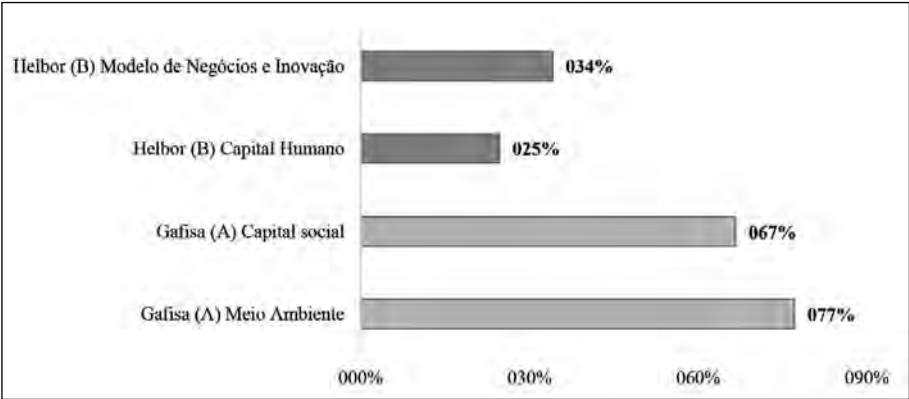
Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A empresa CA Mitre Realty, com *Score* ISE B3 de 66,17, também demonstrou desempenho significativo, especialmente na dimensão de Meio Ambiente e Capital Social (Figura 3), indicativo de que, há investimentos em gestão ambiental e engajamento social. Estudos como os de Khan, Serafeim e Yoon (2016), sugerem que investidores valorizam empresas que demonstram um forte compromisso com a sustentabilidade ambiental e social, o que se reflete no desempenho financeiro positivo da Mitre Realty.

A Cyrela, com *Score* ISE B3 de 65,86, apresentou desempenho equilibrado nas dimensões ESG. Notavelmente, se destacou em Governança Corporativa e Alta Gestão e Capital Humano (Figura 3).

A Figura 4 aponta que a Gafisa, com *Score* ISE B3 de 62,08, apresentou desempenho moderado, destacando-se na dimensão de Meio Ambiente e Capital Social, o que pode contribuir significativamente para a valorização de mercado, melhorando a reputação corporativa e atraindo investidores preocupados com a sustentabilidade, investimentos e atuação na área ambiental.

Figura 4 – Desempenho Percentual nas Dimensões de Meio Ambiente e Capital Social



Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A empresa Helbor com *Score* ISE B3 de 46,31, obteve os resultados mais baixos entre as empresas analisadas (Figura 4). Suas pontuações em Capital Humano e Modelo de Negócios e Inovação indicam áreas significativas para melhoria. A falta de investimento em capital humano e inovação pode explicar o desempenho financeiro inferior dessa empresa, destacando a importância dessas dimensões para a criação de valor sustentável. Estudos desenvolvidos por Sharfman e Fernando (2008) reforçam a ideia de que a gestão de riscos ambientais pode reduzir o custo de capital e melhorar a rentabilidade.

Comparando as cinco empresas, observa-se que a MRV Engenharia e a Cyrela se destacam em termos de integração de práticas ESG e desempenho financeiro. Ambas as empresas demonstram que governança corporativa sólida e investimentos em capital humano corroboram positivamente o desempenho financeiro. A Mitre Realty e a Gafisa, embora não liderem em todas as dimensões, mostram que incrementos em práticas ambientais e sociais específicas podem resultar em valor de mercado significativo.

Por outro lado, a Helbor, com seus *scores* ESG mais baixos, ilustra a importância de uma abordagem integrada às práticas ESG para melhorar o desempenho financeiro. Os resultados sugerem que, para empresas no setor de construção civil e incorporações, a implementação de práticas ESG é fundamental para garantir retornos financeiros positivos e uma posição competitiva no mercado. A análise comparativa reforça a ideia de que práticas ESG não são apenas benéficas para a sociedade e o meio ambiente, mas também cruciais para a saúde financeira das empresas (Busch; Friede, 2018).

Quanto aos resultados da análise comparativa, esses revelaram variações significativas na captação de recursos das empresas ao longo dos anos, especialmente em relação à aplicação de práticas ESG. No contexto deste estudo, é possível observar que as empresas que implementaram práticas ESG, como a MRV Engenharia, demonstraram um aumento substancial na captação de recursos. Esse aumento pode ser atribuído à melhoria da percepção do mercado e dos investidores em relação à sustentabilidade e à gestão responsável, que são frequentemente associadas a práticas ESG. A MRV Engenharia, por exemplo, apresentou uma captação de recursos mais elevada em comparação com empresas como a EZ TEC, que apresentou desempenho ESG inferior.

A aplicação das práticas ESG não só melhorou o fundo dessas empresas, mas também contribuiu de várias maneiras para o progresso financeiro das mesmas. De acordo com Eccles, Ioannou e Serafeim (2014), práticas ESG bem implementadas reduziram o risco percebido pelos investidores, o que resultou em melhores condições de financiamento e maior atratividade para investimentos de longo prazo. Assim, as práticas ESG aumentaram a eficiência operacional e a inovação, proporcionando vantagens competitivas que resultaram em maior confiança dos *stakeholders* (Clark; Feiner; Viehs, 2015).

De acordo com Eccles, Ioannou e Serafeim (2014), a implementação de práticas ambientais rigorosas, como a gestão eficiente de recursos naturais e a redução de emissões de carbono, ajudam empresas como a MRV Engenharia a se destacar em um mercado cada vez mais sensível às

questões ambientais. Por outro lado, Capelli, Ielasi, Russo (2023), afirmam que empresas que não adotaram práticas ESG de forma significativa, como a EZ TEC, enfrentaram maiores dificuldades na captação de recursos, refletindo uma menor confiança dos investidores em sua sustentabilidade e capacidade de gestão de riscos.

Em termos de aspectos vantajosos, a adoção de práticas ESG demonstrou ser benéfica em vários níveis. As empresas que integraram esses critérios em suas operações melhoraram sua reputação corporativa, atraíram um perfil de investidor mais consciente e focado em sustentabilidade, e conseguiram acessar mercados de capitais com maior facilidade e menores custos (Friede; Busch; Bassen, 2015; Asif; Searcy; Castka, 2023).

Com base na análise comparativa, é evidente que os investidores devem considerar diversos fatores ao avaliar a compra de ações das empresas analisadas, centrando-se se tanto nos atrativos oferecidos pelas práticas ESG quanto na rentabilidade potencial. A implementação de práticas ESG demonstrou ser um indicador positivo de desempenho financeiro e gestão de riscos, como observado nas empresas MRV Engenharia e Mitre Realty. Além disso, empresas como MRV Engenharia, que se destacaram em governança corporativa e sustentabilidade ambiental, atraíram mais investimentos, resultando em um aumento de capital significativo e melhores condições de financiamento (Clark; Feiner; Viehs, 2015).

Em termos de rentabilidade, as empresas que implementam práticas ESG tendem a apresentar melhor gestão operacional e inovação, resultando em eficiência e crescimento sustentável. A análise mostrou que a MRV Engenharia, por exemplo, conseguiu aumentar sua margem operacional e valor de mercado, refletindo uma gestão eficaz e estratégia de negócios inovadora. Por outro lado, empresas como a EZ TEC, com práticas ESG menos desenvolvidas, enfrentaram maiores desafios de mercado.

Portanto, ao considerar a compra de ações, conclui-se com base nestes estudos que, investidores devem avaliar cuidadosamente o compromisso das empresas com práticas ESG, verificando seus desempenhos financeiros passados e suas estratégias de sustentabilidade futuras. Em suma, investir em empresas com práticas ESG não só promete maior rentabilidade, mas também contribui para um portfólio mais resiliente e alinhado com princípios de investimento responsável e sustentável.

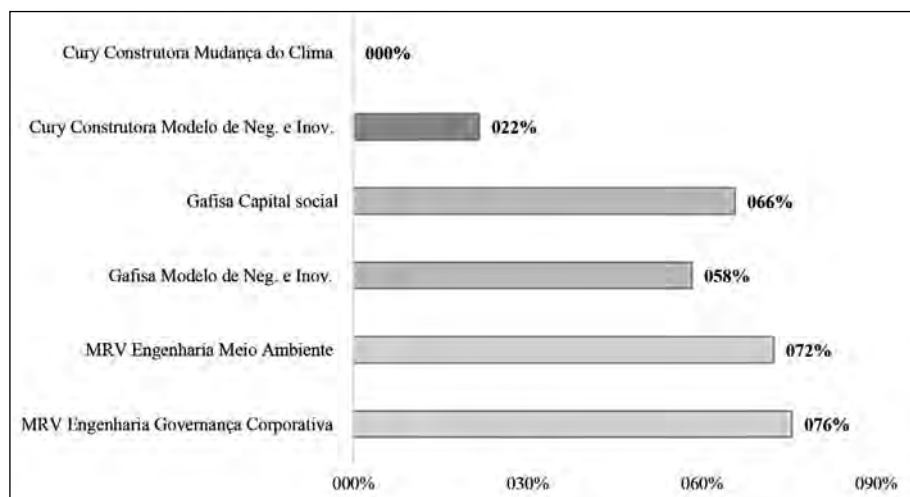
Esta análise comparativa detalha as mudanças nos *scores* e nas dimensões ESG das empresas MRV Engenharia e Participações S.A., Gafisa S.A., Cury Construtora e Incorporadora S.A., EZ TEC Empreend. e

Participações S.A., Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A., Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend e Part, e Helbor Empreendimentos S.A. ao longo desses anos. A análise também explora as implicações e impactos desses resultados para o setor da construção civil.

Comparando os achados do presente estudo com a literatura atualmente disponível nesse escopo, observa-se consonância com as conclusões de Capelli, Ielasi e Viehs (2023) e Clément, Robinot e Trespeuch (2023), que também encontraram uma relação positiva entre práticas ESG e desempenho financeiro. D’Orazio (2023) e Moskovics *et al.* (2024) corroboram a ideia de que mercados emergentes, como o Brasil, oferecem um cenário distinto, onde práticas ESG podem ter um impacto significativo devido às particularidades econômicas e regulatórias. Savio, D’Andrassi e Ventimiglia (2023) destacam a resiliência das empresas com fortes práticas ESG durante a pandemia de COVID-19, reforçando a importância dessas práticas para a sustentabilidade a longo prazo.

A Figura 5 demonstra que em 2021, a MRV Engenharia liderou com *Score* ISE B3 de 62,97, destacando-se em Governança Corporativa e Meio Ambiente. Gafisa apresentou *Score* ISE B3 de 48,29, com melhor desempenho em Modelo de Negócios e Inovação e Capital Social. A Cury Construtora, com o menor *score* (37,26), mostrou dificuldades significativas, especialmente em Modelo de Negócios e Inovação e Mudança do Clima.

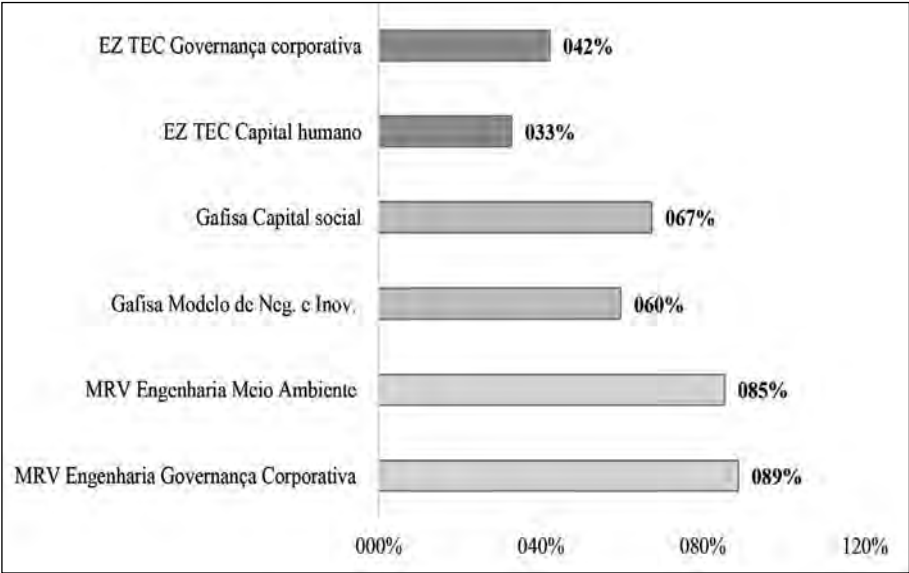
Figura 5 – Desempenho em Governança Corporativa, Meio Ambiente, Capital Social e Mudança Climática de MRV Engenharia, Gafisa e Cury Construtora com Base no *Score* ISE B3



Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A Figura 6 indica que em 2022, a MRV Engenharia manteve sua posição de liderança, melhorando seu *Score* ISE B3 para 74,33. Isso foi acompanhado por um desempenho notável em Governança Corporativa e Meio Ambiente. A Gafisa elevou seu desempenho para *Score* ISE B3 de 59,10, com melhorias em Modelo de Negócios e Inovação e Capital Social. A EZ TEC, com *Score* ISE B3 de 34,10, continuou a enfrentar desafios, principalmente em Capital Humano e Governança Corporativa.

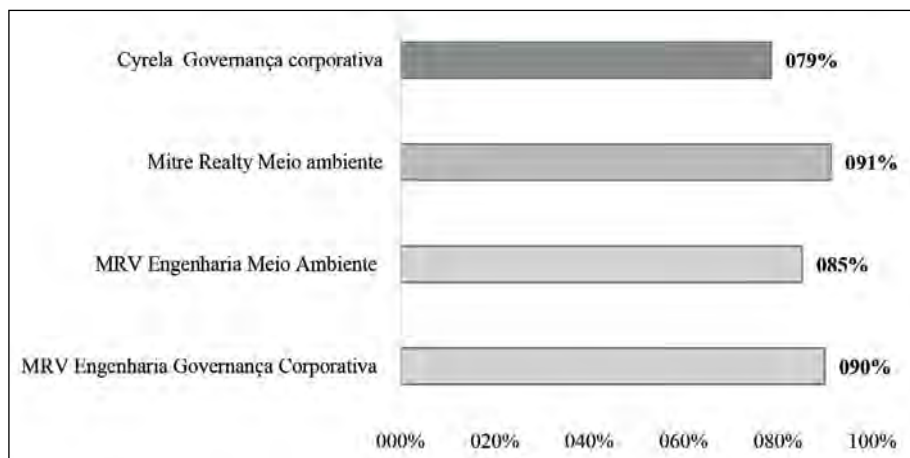
Figura 6 – Comparação dos Desempenhos em ESG de MRV Engenharia, Gafisa e EZ TEC nas Dimensões de Governança Corporativa, Meio Ambiente, Modelo de Negócios e Capital Humano



Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

Quanto a Figura 7, essa aponta que em 2023, MRV Engenharia continuou a liderar com *Score* ISE B3 de 78,17, mostrando consistência em suas práticas ESG. A empresa destacou-se novamente em Governança Corporativa e Meio Ambiente. As empresas Mitre Realty e Cyrela também apresentaram bons *scores* de 66,17 e 65,86, respectivamente, com bons desempenhos em Meio Ambiente (91,36% para Mitre) e Governança Corporativa (78,68% para Cyrela). A Gafisa, com *Score* ISE B3 de 62,08, mostrou melhoria contínua, enquanto EZ TEC e Helbor apresentaram *scores* mais baixos, indicando áreas significativas para melhoria.

Figura 7 – Desempenho em Governança Corporativa e Meio Ambiente de MRV Engenharia, Mitre Realty e Cyrela com Base no Score ISE B3



Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

Os dados indicam que empresas que investiram em práticas ambientais, como a MRV Engenharia e Mitre Realty, se destacaram no ISE B3. A ênfase na sustentabilidade ambiental melhora a conformidade regulatória, aumenta a eficiência operacional e reduz os custos a longo prazo. No setor da construção civil, práticas ambientais podem resultar em economia de energia, redução de resíduos e melhor utilização dos recursos naturais, o que é essencial para a sustentabilidade do setor.

A dimensão de Modelo de Negócios e Inovação mostrou variações significativas entre as empresas avaliadas. Empresas como Gafisa, que melhoraram continuamente nesta dimensão, demonstraram a importância da inovação para a competitividade no setor da construção civil. Inovação em métodos de construção, materiais sustentáveis e tecnologias emergentes podem diferenciar as empresas no mercado, aumentando sua capacidade de atender às demandas dos consumidores e às normas regulatórias.

A gestão eficaz do capital humano e social é outra área crítica. Ao investir em capital humano, como a MRV Engenharia, empresas tendem a ter melhores desempenhos ESG. A atração e retenção de talentos, juntamente com o engajamento comunitário, são essenciais para a criação de um ambiente de trabalho positivo e para o fortalecimento das relações com as comunidades locais. No setor da construção civil, isso pode resultar em maior produtividade, menor rotatividade de funcionários e melhor reputação corporativa.

Deste modo, a análise comparativa dos dados ISE B3 ao longo dos três anos demonstra que as práticas ESG são fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade das empresas de construção civil. Empresas como a MRV Engenharia, que consistentemente lideram em práticas ESG, melhoram seus indicadores financeiros e estabelecem padrões elevados para o setor. Por outro lado, empresas como EZ TEC e Helbor, que apresentam desafios em suas práticas ESG, precisam implementar melhorias significativas para permanecer competitivas.

Para o setor da construção civil, a adoção e a integração de práticas ESG são imperativas. As empresas devem focar em fortalecer sua governança, promover a sustentabilidade ambiental, fomentar a inovação e investir em seu capital humano e social. Esses esforços contribuem para a sustentabilidade corporativa e para a criação de um setor de construção civil mais resiliente, responsável e competitivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou a relação entre práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) e o desempenho financeiro de empresas de construção civil listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3) ao longo de três anos. A análise incluiu as empresas MRV Engenharia, Gafisa, Cury Construtora, EZ TEC, Mitre Realty, Cyrela Brazil Realty e Helbor Empreendimentos.

Os principais achados indicam uma forte correlação entre práticas ESG e melhores indicadores financeiros. Os principais indicadores financeiros tratados como variáveis dependentes foram: **Valor de mercado da empresa** (*Market capitalization*); **Margem operacional** (*Operating margin*); **Captação de recursos** (*Fundraising volume via issuance of bonds or shares*); **Volatilidade financeira** (medida por variação percentual do valor de mercado no período); **Rentabilidade sobre o patrimônio líquido (ROE)**, nos casos em que os dados estavam disponíveis e **Endividamento** (*Debt Ratio*), usado como variável auxiliar para entender a estrutura de capital. Esses indicadores foram selecionados por representarem, de forma integrada, a rentabilidade, risco e atratividade financeira das empresas, alinhando-se a estudos como os produzidos por Clark, Feiner e Viehs (2015) e Eccles, Ioannou e Serafeim (2014).

Desta forma, a MRV Engenharia destacou-se como líder em práticas ESG, mostrando melhorias consistentes em governança corporativa, capital humano e sustentabilidade ambiental. A Gafisa e a Mitre Realty

também apresentaram avanços, embora mais moderados. Em contraste, EZ TEC e Helbor enfrentaram desafios significativos, refletidos em *scores* ESG mais baixos.

Embora a liderança da MRV no desempenho ESG seja notável, a análise se beneficia ao explorar, também, os desafios enfrentados por empresas com pontuações ESG moderadas ou baixas. Nesse contexto, empresas como Gafisa, Mitre Realty e Cyrela as quais apresentaram desempenho intermediário, com iniciativas ainda em fase de estruturação ou comunicação ESG pouco sistematizada, revelaram oportunidades de fortalecer a transparência e a periodicidade das divulgações, a fim de integrar metas ESG às estratégias corporativas, e assim, ampliar investimentos em aspectos sociais e de governança. Observou-se, ainda, que empresas como Cury Construtora, EZ TEC e Helbor, com *scores* ESG mais baixos, chamam atenção pela ausência de relatórios de sustentabilidade estruturados e pelo baixo engajamento em iniciativas externas (como GRI, Pacto Global), além de se caracterizarem por pouca evidência de políticas ou indicadores mensuráveis nos quesitos diversidade, governança e impacto ambiental.

Apesar disso, esses resultados representam oportunidades concretas de evolução, especialmente se houver estímulo do mercado, pressão regulatória e valorização por parte de investidores. O modelo proposto se mostra útil para identificar tais lacunas e orientar estratégias de aprimoramento.

A adoção de práticas ESG exerce um impacto positivo significativo no comportamento financeiro das empresas, assim como no setor de construção civil de modo mais abrangente. Empresas que adotaram práticas ESG bem estruturadas, como a MRV Engenharia, aumentaram seu valor de mercado ao longo do período analisado. Esses achados reforçam a hipótese de que a integração das dimensões ESG nas estratégias corporativas não apenas melhora a sustentabilidade e a responsabilidade social das empresas, mas também resulta em uma performance financeira superior. O estudo, portanto, confirma a importância das práticas ESG como um fator determinante para o sucesso financeiro e contribui para a literatura existente ao fornecer evidências empíricas específicas do mercado brasileiro, destacando a necessidade de um compromisso contínuo com a sustentabilidade para a maximização dos resultados corporativos.

A análise de um setor específico, o da construção civil, no Brasil, oferece *insights* valiosos sobre como diferentes dimensões ESG influenciam o desempenho corporativo. Este trabalho pode ser relevante para gestores e investidores, ao demonstrar que práticas ESG são um investimento

estratégico que pode levar a retornos financeiros positivos. Para maximizar os benefícios das práticas ESG, recomenda-se que as empresas de construção civil fortaleçam a governança corporativa com políticas de transparência e responsabilidade; invistam em capital humano, promovendo treinamentos e assegurando condições de trabalho justas e seguras; adotem práticas sustentáveis focadas em eficiência energética, gestão de resíduos e uso responsável de recursos naturais; inovem nos modelos de negócios com tecnologias emergentes e engajem-se com as comunidades locais por meio de iniciativas sociais e de responsabilidade comunitária.

Apesar das contribuições significativas, o estudo possui algumas limitações como a análise restrita a um conjunto específico de empresas de construção civil listadas na B3 e a variação na qualidade dos dados ESG. A análise centrou-se em dados quantitativos, o que pode não capturar completamente a complexidade das práticas ESG e suas implicações. Para aprofundar o entendimento sobre a relação entre ESG e desempenho financeiro, pesquisas futuras podem incluir empresas de outros setores para comparar as práticas ESG e seus impactos, investigar quantitativamente como essas práticas são implementadas e os desafios enfrentados nesse percurso, analisar a evolução das práticas ESG ao longo de períodos mais longos e examinar como regulações governamentais e políticas públicas influenciam a adoção de práticas mais sustentáveis.

Outrossim, destaca-se que o presente estudo não só contribuirá para a literatura existente, fornecendo evidências específicas do setor de construção civil no contexto brasileiro, mas também oferecerá perspectivas para gestores e investidores sobre a importância e os benefícios das práticas ESG. Além disso, ao ter como centro um mercado emergente como o brasileiro, o estudo enriquecerá a compreensão global sobre a eficácia das práticas ESG em diferentes contextos econômicos e regulatórios.

REFERÊNCIAS

- ASIF, M.; SEARCY, C.; CASTKA, P. ESG and Industry 5.0: The role of technologies in enhancing ESG disclosure. **Technological Forecasting and Social Change**, [s. l.], vol. 195, e122806, 2023.
- BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. J. **Investments**. 10. ed. Chicago: McGraw-Hill Education, 2014.

BUSCH, T.; FRIEDE, G. The robustness of the corporate social and financial performance relation: A second-order meta-analysis. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s. l.], vol. 25, n. 4, p. 583-608, 2018.

CAPELLI, P.; IELASI, F.; RUSSO, A. Integrating ESG risks into value-at-risk. **Finance Research Letters**, [s. l.], vol. 55, e103875, 2023.

CLARK, G. L.; FEINER, A.; VIEHS, M. **From the stockholder to the stakeholder: how sustainability can drive financial outperformance**. Oxford: University of Oxford and Arabesque Partners, 2015.

CLÉMENT, A.; ROBINOT, É.; TRESPEUCH, L. The use of ESG scores in academic literature: a systematic literature review. **Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy**, [s. l.], vol. 19, n. 1, p. 92-110, 2023.

D'ORAZIO, P. The politics of climate finance and policy initiatives to promote sustainable finance and address ESG issues. In: PASIOURAS, F. (ed.). **Sustainable finance and ESG: Risk, management, regulations, and implications for financial institutions**. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 145-171.

ECCLES, R. G.; IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. **Management Science**, [s. l.], vol. 60, n. 11, p. 2835-2857, 2014.

FRIEDE, G.; BUSCH, T.; BASSEN, A. ESG and financial performance: Aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, [s. l.], vol. 5, n. 4, p. 210-233, 2015.

HSIAO, C.; SHI, Z.; ZHOU, Q. Transformed estimator for panel interactive effects models. **Journal of Business & Economic Statistics**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 1831-1848, 2022.

Jl, Q.; NIE, S. How does local government fiscal pressure affect corporate ESG performance? **Finance Research Letters**, [s. l.], vol. 64, e105478, 2024.

KAPIL, S.; RAWAL, V. Sustainable investment and environmental, social, and governance investing A bibliometric and systematic literature review. **Business Ethics, the Environment & Responsibility**, [s. l.], vol. 32, n. 4, p. 1429-1451, 2023.

KHAN, M.; SERAFEIM, G.; YOON, A. Corporate sustainability: First evidence on materiality. **The Accounting Review**, [s. l.], vol. 91, n. 6, p. 1697-1724, 2016.

KRÄUSSL, R.; OLADIRAN, T.; STEFANOVA, D. A review on ESG investing: Investors' expectations, beliefs and perceptions. **Journal of Economic Surveys**, [s. l.], vol. 38, n. 2, p. 476-502, 2024.

LIM, W. M.; CIASULLO, M. V.; DOUGLAS, A.; KUMAR, S. Environmental social governance (ESG) and total quality management (TQM): a multi-study meta-systematic review. **Total quality management & business excellence**, [s. l.], p. 1-23, 2022.

MOSKOVICS, P.; WANKE, P.; TAN, Y.; GERGED, A. M. Market structure, ESG performance, and corporate efficiency: Insights from Brazilian publicly traded companies. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], vol. 33, n. 2, p. 241-262, 2024.

ROBERTS, M. R.; WHITED, T. M. Endogeneity in empirical corporate finance. In: CONSTANTINIDES, G. M.; HARRIS, M.; STULZ, R. M. (ed.). **Handbook of the Economics of Finance**. Amsterdam: Elsevier, 2013. v. 2, p. 493-572.

SAVIO, R.; D'ANDRASSI, E.; VENTIMIGLIA, F. A systematic literature review on ESG during the COVID-19 pandemic. **Sustainability**, [s. l.], vol. 15, n. 3, p. 1-17, 2023.

SEBRAE. **Tamanho das empresas: critérios e definições**. Brasília, DF: Sebrae, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/df/artigos/tamanho-das-empresas-criterios-e-definicoes,09532fd72f311510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 15 maio 2025.

SHARFMAN, M. P.; FERNANDO, C. S. Environmental risk management and the cost of capital. **Strategic Management Journal**, [s. l.], vol. 29, n. 6, p. 569-592, 2008.

SINGH, H.; SULTANA, N.; ISLAM, A.; SINGH, A. Busy auditors, financial reporting timeliness and quality. **The British Accounting Review**, [s. l.], vol. 54, n. 3, e101080, 2022.

SOUZA, P. R. E. B. **Análise do atual estágio do disclosure das companhias abertas no mercado de capitais brasileiros e contribuições para o seu aprimoramento**. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. 2. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.





Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



O IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS FORÇAS ARMADAS

**THE IMPACT OF CLIMATE CHANGE
ON THE ARMED FORCES**

Marcus Vinícius Gonçalves da Silva  

Exército Brasileiro, Comando Militar da Amazônia, Manaus, AM, Brasil

RESUMO

As agências de defesa internacionais têm manifestado a importância das Forças Armadas desenvolverem novas capacidades para o enfrentamento das crises climáticas. Na Europa, há várias iniciativas para compreender as implicações dos riscos naturais e das alterações do clima, no entanto, ainda é incerto, se na prática, as ações serão suficientes para reduzir as emissões dos Gases de Efeito Estufa até o ano de 2050. Nesse contexto, este artigo oferece um conjunto de medidas para o setor de Defesa Nacional para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, considerando a incipiência de estudos sobre o tema no meio acadêmico. A metodologia neste trabalho é orientada por uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica, com o objetivo de explorar e compreender as experiências e perspectivas em relação ao fenômeno pesquisado.

Palavras-chave: defesa; mudanças climáticas; Forças Armadas; União Europeia.

ABSTRACT

International defense agencies have emphasized the importance of the Armed Forces developing new capabilities to address climate crises. In Europe, there are several initiatives to understand the implications of natural hazards and climate change. However, it is still uncertain whether, in practice, these actions will be sufficient to reduce greenhouse gas emissions by 2050. In this context, this article offers a set of measures for the National Defense sector to mitigate and adapt to climate change, considering the incipient nature of studies on the subject in academia. The methodology in this work is guided by a qualitative, descriptive, and bibliographic approach, with the objective of exploring and understanding the experiences and perspectives in relation to the phenomenon under investigation.

Keywords: defense; climate change; Armed Forces; European Union.

1 INTRODUÇÃO

Os relatórios do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC, 2022) demonstram as interconexões entre os efeitos das mudanças climáticas nas dimensões de segurança. No que diz respeito à segurança humana, os cientistas apontam que as mudanças climáticas e seus desdobramentos representam riscos à segurança alimentar, considerando, por um lado, os efeitos adversos das secas, inundações e salinização das terras aráveis na produção de alimentos e, por outro, o aquecimento e acidificação dos oceanos na redução da disponibilidade de recursos pesqueiros.

No IPCC (2022), as mudanças climáticas também apresentam potencial de deterioração na segurança hídrica, reduzindo a disponibilidade e a qualidade da água potável, favorecendo a proliferação de doenças. Também são notados impactos adversos na saúde física e mental dos indivíduos, acarretando a maior frequência de quadros de doença respiratória, a proliferação de novos vírus e o aumento da mortalidade causada por eventos climáticos extremos.

Os efeitos adversos das mudanças climáticas também contribuem para situações de crises humanitárias em regiões de maior vulnerabilidade. Nos países insulares nota-se o aumento desproporcional dos fluxos migratórios, enquanto no continente africano, as inundações e secas asseveram as condições de insegurança alimentar. No mais, em alguns casos, eventos climáticos extremos podem exercer impacto em conflitos pré-existentes, além de agravar os índices de pobreza (IPCC, 2022).

As alterações climáticas têm sido uma preocupação constante nas áreas de Segurança e Defesa da União Europeia (UE). Além dos impactos diretos, a mudança do clima pode afetar a operação das Infraestruturas Energéticas Críticas (IEC) e o fornecimento dos serviços de energia, gás e combustível para as Organizações Militares (OM). Assim sendo, a interrupção desses serviços pode impactar a prontidão operacional e logística das Forças Armadas (FA). Isto posto, é fundamental garantir que a prontidão operacional das FA não seja comprometida com as mudanças climáticas.

Diante da incipiência de estudos e a atualidade do tema, a elaboração deste artigo parte da premissa que há uma escassez de dados sobre os impactos das mudanças climáticas sobre a defesa e a segurança nacional.

Do exposto, este estudo propõe um conjunto de medidas e ações para a área de defesa, com o objetivo de fornecer recomendações aos decisores

militares e civis para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo as capacidades de resiliência.

2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As alterações climáticas tendem a intensificar as tensões geopolíticas em nível regional. Um dos temas mais debatidos é o consumo de combustíveis fósseis e a mudança na matriz energética dos países. A necessária redução do uso de combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo, evidencia a pressão ambiental e as sucessivas crises econômicas no sistema internacional.

Algumas questões têm sido levantadas, dentre elas, como seriam distribuídos os custos de futuras modificações na matriz energética, quais critérios seriam considerados na distribuição desses custos, e quais as consequências geopolíticas na correlação de forças entre os países soberanos. O desequilíbrio entre custos e danos consolidaria ainda mais a assimetria de poder entre os estados nacionais, favorecendo os países desenvolvidos, por terem um conjunto maior de instrumentos de pressão e coerção para atingir seus objetivos.

A maioria das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) é gerada por um pequeno número de países e, em termos de mitigação, o que a maioria dos Estados faz perde importância em comparação com as atividades dos principais poluidores. Dessa forma, um número reduzido de nações tem capacidade para liderar inovações tecnológicas relacionadas às alterações climáticas e a regulação da transferência de conhecimento, sendo que o investimento desses países em outros serão mais relevantes do que os acordos universais (Giddens, 2010, p. 268).

As alterações climáticas têm a capacidade de influenciar e agravar os riscos socioeconômicos e geopolíticos no médio e longo prazo. É provável que os desastres naturais se tornem mais frequentes e extremos, enquanto o aumento do nível do mar e das temperaturas têm o potencial de afetar as dimensões socioeconômicas, tais como o abastecimento de água, a produção agrícola, a segurança alimentar, os meios de vida e a biodiversidade.

Além disso, as relações entre os países podem ser afetadas, uma vez que as fronteiras físicas não restringem as ações de causa-efeito que interferem na dinâmica das mudanças climáticas. Tais mudanças, com impacto relevante na vida das pessoas e na economia, podem gerar conflitos e impactar o emprego e o funcionamento das FA.

3 IMPACTOS CLIMÁTICOS NA INFRAESTRUTURA E CAPACIDADES DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

No que tange à defesa e segurança nacional, são observados impactos em infraestruturas essenciais, incluindo moradias, transporte, fornecimento de água e energia e de saneamento, comprometidas por eventos extremos e deteriorações de longo prazo (IPCC, 2018, 2022). Também são notados efeitos negativos no crescimento econômico dos países, considerando os prejuízos em setores como agricultura, pesca, energia e turismo (IPCC, 2022).

Cabe salientar que alguns efeitos climáticos, como a elevação dos níveis dos oceanos, vêm afetando de forma severa a integridade territorial de alguns países, como é o caso dos países insulares, de modo a serem considerados uma ameaça existencial (IPCC, 2018, 2022). O IPCC ainda alerta que os conflitos de larga escala tendem a elevar as vulnerabilidades aos efeitos climáticos, à medida que minam esforços de adaptação, ao causar danos às instituições e à infraestrutura, além de deteriorar as condições de vida das sociedades (IPCC, 2014).

De acordo com os relatórios, todos esses riscos serão exacerbados mediante o aumento da temperatura do planeta para além de 1.5º C, conforme a meta estipulada pelo Acordo de Paris (IPCC, 2018). Entretanto, os riscos podem ser maiores não apenas em função da elevação da temperatura do planeta, mas também do contexto que os fenômenos climáticos se manifestam, considerando as vulnerabilidades locais, os níveis de desenvolvimento socioeconômico e a capacidade de adaptação da sociedade (IPCC, 2022).

Tendo em vista a amplitude e as interconexões dos riscos associados às mudanças climáticas, o tema vem sendo crescentemente abordado como uma questão de segurança por países, organizações regionais e internacionais (McDonald, 2018; Bremberg, 2018).

Supõe-se que qualquer sistema energético existente (civil ou militar), instalações e capacidades militares são ou podem ser, até certo ponto, afetados por alterações climáticas, seja com longos e intensos períodos de chuvas ou a estiagem ou cheia dos rios, como vem ocorrendo na Amazônia brasileira.

As FA podem ser afetadas diretamente pelos impactos das alterações climáticas, tal como acontece com bases militares costeiras, assim como portos e estaleiros, os quais podem tornar-se inoperantes devido ao aumento

do nível do mar. No ano de 2018, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos constatou que aproximadamente metade das 3,5 mil instalações militares norte-americanas relataram impactos negativos decorrentes das mudanças climáticas, como inundações, incêndios florestais, períodos de seca ou ocorrências de ventos intensos (EUA, 2018).

Da mesma forma, a redução da navegabilidade dos rios pode ter um impacto significativo no fornecimento logístico hidroviário, especialmente para o Exército Brasileiro, que depende do modal fluvial para abastecer suas OM na região amazônica. Guerrero *et al.* (2013) alegam que as alterações climáticas têm o potencial de impactar a navegação nas hidrovias, tanto devido à variação nos padrões pluviométricos quanto as alterações causadas nas estruturas dos rios, que podem ser influenciadas tanto pela erosão quanto a deposição de sedimentos.

A localização das OM e os sistemas energéticos as quais dependem, determina a exposição aos impactos decorrentes das crises climáticas, as quais, invariavelmente, no Brasil, são regionais, em razão de suas dimensões continentais. Ou seja, o nível de proteção, a configuração e a gestão dos sistemas energéticos determinam quais partes de um sistema pode falhar devido a um impacto climático.

As OM são a espinha dorsal de prontidão operacional, em razão de suas competências e atribuições de preparo e emprego, além de possuir um amplo conjunto de equipamentos para atender os requisitos dessas tarefas. Cada OM possui edificações comuns, por exemplo, almoxarifados, depósitos de combustíveis, paióis de munições, enfermarias, refeitórios, alojamentos, garagens etc.

As instalações das OM dependem de uma gama de sistemas críticos, que fornecem energia elétrica, gás, água, telecomunicações (rádio e internet) e, dependendo da região do país, de sistemas de aquecimento ou resfriamento. Desse modo, as alterações climáticas extremas podem gerar ameaças às capacidades logísticas, operacionais e administrativas das OM.

Ademais, os eventos climáticos podem transformar, em um curto espaço de tempo, as capacidades das FA, podendo resultar em transtornos de longo prazo. Isso inclui o mau funcionamento ou defeito de equipamentos, maior consumo de energia, menor frequência dos exercícios, operações e treinamentos, além de restrições no consumo de água, acesso à internet, e problemas de saúde e bem-estar dos recursos humanos.

Além disso, uma vez que as FA armazenam, manuseiam ou transportam substâncias perigosas, os efeitos secundários também devem

ser considerados, uma vez que os perigos naturais podem desencadear acidentes tecnológicos, conhecidos como *Natural Hazards Triggering Technological Accidents* (Natech). Um Natech pode causar a liberação de substâncias perigosas que podem ampliar os impactos de perigos naturais, causando incêndios, explosões, e derramamentos de produtos químicos (Krausmann *et al.*, 2017; Gao *et al.*, 2021).

De acordo com Dalby (2020), a securitização do clima constitui um dos fenômenos mais controversos da política internacional contemporânea, pois ao ser enquadrada no campo da segurança, a mudança climática deixa de ser apenas uma questão de governança ambiental e assume o estatuto de ameaça existencial, o que autoriza medidas excepcionais, incluindo a mobilização de forças militares, o que pode reforçar práticas de intervenção neocolonial.

Isso ocorre porque, na narrativa securitária dominante, as populações são retratadas como riscos potenciais — refugiados climáticos, vítimas de secas e inundações, agricultores deslocados — em vez de serem compreendidas como sujeitos de direitos e parceiros legítimos nas soluções.

Assim, Dalby (2020) ao citar Kaldor (2007), diz que representação legítima políticas de contenção militarizada de fluxos migratórios sob o argumento de manter a ordem internacional, ao mesmo tempo que a incapacidade dos países de proteger suas próprias populações e as vulnerabilidades das pessoas a diversas perturbações globais geraram uma ampla discussão sobre a responsabilidade de proteger de ameaças não tradicionais à segurança.

Dalby (2020) também chama atenção para a dimensão econômica dessas intervenções, que em nome da adaptação climática e da transição energética, práticas como o *land grabbing* — a apropriação de grandes extensões de terra — são legitimadas por discursos de sustentabilidade. portanto, dando continuidade a uma lógica neocolonial, na qual o Norte Global garante acesso privilegiado a recursos estratégicos sob a justificativa de gerir riscos climáticos globais.

Nesse contexto, a securitização do clima, longe de significar apenas a proteção das populações contra catástrofes ambientais, pode funcionar como um dispositivo de poder que normaliza intervenções coercitivas e legitima novas formas de dominação. Ao invés de fomentar a solidariedade internacional e cooperação ecológica, reforça a desigualdade estrutural entre centro e periferia, reeditando relações coloniais sob uma roupagem contemporânea de segurança e sustentabilidade.

4 INICIATIVAS DE AGÊNCIAS DE DEFESA ESTRANGEIRAS

Partindo-se do pressuposto de que as mudanças climáticas se caracterizam como um fenômeno multidimensional, as políticas públicas e estratégias nacionais de defesa devem pautar-se em uma concepção holística e abrangente, que contemple a proteção dos indivíduos, da biodiversidade e dos interesses de segurança nacional.

Os documentos de defesa e segurança de diferentes países têm reiteradamente apontado a presença de riscos associados às mudanças climáticas como os Estados Unidos (2022), França (2022), Índia (2019), Reino Unido (2021), Alemanha (2017), República das Ilhas Marshall (2009) e de organizações como a União Europeia (European Union, 2022) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, 2021).

O Centro para o Clima e Segurança, localizado em Washington, nos EUA, ressalta que uma das principais preocupações para a segurança nacional e global no século XXI são as mudanças climáticas. Alega-se que todas as regiões do globo enfrentarão sérios desafios para a segurança nacional ao longo das próximas três décadas (TCCS, 2020).

Em 2003, a Estratégia de Segurança Europeia, de forma inédita, mencionou o aquecimento global como um fator desencadeador de instabilidades e turbulências. Cinco anos mais tarde, o relatório destinado ao acompanhamento da implementação da estratégia de segurança do bloco, intitulado *Providing Security in a Changing World* (ESS, 2008) reconheceu expressamente as mudanças climáticas como um desafio aos interesses europeus.

No documento, o fenômeno é descrito como “multiplicador de ameaças”, cujos efeitos tendem a exacerbar conflitos e instabilidades pré-existentes (ESS, 2008, p. 5). Nota-se que, naquele momento, a UE ainda adotava uma visão tradicional e militarizada para explorar os nexos entre as mudanças climáticas e a segurança, apesar de o documento indicar que as políticas prioritárias para endereçar o problema teriam caráter preventivo, demandando estratégias de gerenciamento de crises e a cooperação internacional.

Em 2020, em colaboração com a Comissão Europeia e a Agência de Defesa Europeia, o *European External Action Service* (EEAS) lançou o *Climate Change and Defence Roadmap*, dedicado a endereçar as conexões entre as mudanças climáticas e o setor de defesa (EEAS, 2020). O documento estabelece mais de 30 ações concretas de curto, médio e longo prazo, direcionadas à dimensão operacional das missões civis e militares do bloco,

ao desenvolvimento de capacidades e ao estabelecimento de parcerias multilaterais e bilaterais.

Alinhado aos compromissos anunciados no *The European Green Deal*, o *Roadmap* pretende contribuir com a meta da UE de atingir a neutralidade de carbono até 2050, mediante a redução das emissões de GEE do setor de defesa, o incremento da eficiência e da sustentabilidade energética, e a proteção da biodiversidade (EEAS, 2020). Entre as ações anunciadas, destacam-se:

- o aperfeiçoamento e a promoção de sinergia entre as iniciativas existentes, tais quais os sistemas de alerta e monitoramento, as ferramentas de análise de conflitos e os modelos meteorológicos;
- a promoção da cooperação entre civis e militares para responder aos desastres naturais e humanitários; e,
- o desenvolvimento de procedimentos operacionais padronizados sensíveis às questões climáticas e ambientais (EEAS, 2020).

No mais, também há a previsão do acompanhamento regular da implementação do *Roadmap*, e uma revisão intermediária do progresso obtido no ano de 2025, seguida por uma revisão geral dos objetivos estabelecidos para 2030.

De acordo com a EEAS, a UE continuará a apoiar seus membros para tornar seus setores de defesa mais “verdes”. Esse processo, denominado *greening defence*, é justificado pela necessidade de reduzir o consumo de combustíveis fósseis na área de defesa, sem colocar em risco a efetividade de suas operações.

Todavia, apesar dos esforços da “militarização verde”, as forças armadas — e, por conseguinte, a indústria bélica que as abastece — permanecem altamente dependentes de combustíveis fósseis. Brzoska (2015) destaca que as atividades militares, especialmente no setor aéreo e naval, são intrinsecamente intensivas em energia, sendo responsáveis por emissões de GEE comparáveis ou até superiores à proporção dos gastos militares no PIB mundial.

Nesse sentido, embora medidas de eficiência energética e adoção de tecnologias renováveis tenham sido implementadas, os resultados práticos permanecem marginais, indicando que a descarbonização avança de forma lenta e parcial.

O fato de as discussões sobre os riscos climáticos terem avançado sensivelmente no âmbito da UE não significa que seus membros confirmem o mesmo grau de importância ao tema. Conforme evidenciado pelo

levantamento conduzido pelo *Stockholm Peace and Research Institute* (SIPRI), enquanto a Alemanha, Suécia e Irlanda tendem a liderar discussões técnicas e propor ações tangíveis para endereçar os riscos climáticos, a Polônia e a Eslovênia, apesar de não se oporem aos debates, mostram-se mais preocupados com questões geopolíticas tradicionais e imediatas (Bunse *et al.*, 2022).

Ainda assim, a EU, por meio do Banco Europeu de Investimentos, se configura como a maior financiadora global de iniciativas climáticas, destinando 30% do orçamento às ações de adaptação e mitigação (European Commission, 2024). Essas e outras medidas evidenciam que a UE tem buscado promover a transformação de suas políticas de defesa e segurança com vistas a mitigar os riscos climáticos.

5 PRONTIDÃO E RESILIÊNCIA DA DEFESA

Dado o número de ameaças à infraestrutura e as capacidades das FA que podem emergir e serem acentuadas pelas alterações climáticas, o setor da defesa deve garantir a sustentabilidade e fortalecer a resiliência (King, 2014).

Em se tratando de incertezas críticas, ainda que possam ser prospectadas, se faz necessário que as FA elaborem metas em seus planejamentos estratégicos, com a finalidade de promover uma maior eficiência energética e menor emissão de GEE (Van Schaik *et al.*, 2020).

De modo geral, os modelos energéticos das FA devem ser resilientes e menos dependentes de fontes externas, com vistas a ampliarem suas capacidades de recuperação em situações de crises energéticas. Nesse contexto, as fontes de energia renováveis são fundamentais para contribuir com a mitigação das alterações climáticas e o fortalecimento da resiliência.

No entanto, além da redução das emissões de GEE, se faz necessário adaptar a infraestrutura existente. Isso significa que as políticas públicas do setor de defesa poderiam beneficiar-se de uma melhor integração com os gestores dos riscos climáticos (Miro *et al.*, 2022). Conforme demonstrado anteriormente, alguns dos impactos decorrentes das mudanças climáticas são inevitáveis, e quase nenhuma infraestrutura é imune aos riscos.

Os eventos climáticos ocorrem em regiões geográficas diferentes, com intensidade e duração específicos, potencialmente expondo as infraestruturas, dependendo da fragilidade e a vulnerabilidade de cada um dos seus componentes, e conforme visto, as OM e as IEC não são exceção.

Portanto, o fortalecimento da resiliência pode requerer novos níveis de proteção física para os sistemas críticos, tolerância às falhas e o aprimoramento de preparação, resposta e recuperação. Isso envolve, a capacidade de continuar as operações em um estado degradado, por exemplo, por meio da otimização da topologia de rede, redundância de componentes, funções ou capacidades, e reservas de armazenamento de energia, combustível e gêneros alimentícios.

Essas etapas são mais eficazes quando há instrumentos e métodos de gerenciamento de riscos, adequados às especificidades de cada região, além de uma sólida base científica. A Finlândia, por exemplo, restringiu a construção de edifícios em áreas com elevação do terreno três metros acima do nível médio do mar, a fim de evitar inundações que possam ser agravadas pelo aumento do nível do mar (FMN, 2016).

De igual modo, a prontidão de agir, necessariamente, deve envolver uma série de atores, os quais podem, em igual medida, beneficiarem-se das ações propostas. O Ministério da Defesa (MD), ao conscientizar-se das implicações das mudanças climáticas, pode apoiar os planos de contingência das FA. A despeito, o MD deve considerar a possibilidade de promover a interação com os Ministérios das Minas e Energia; Ciência, Tecnologia e Inovação; e, Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Quando há falha ou interrupção nas IEC durante um desastre ou uma crise climática, as OM são afetadas, ao mesmo tempo que se encontram apoiando a Defesa Civil. Nesse sentido, os sistemas de comando e controle, inteligência, vigilância e reconhecimento, são exemplos de tecnologias que exigem um ambiente confiável e o fornecimento contínuo de energia.

Cabe às FA prepararem-se para enfrentar os desafios e as oportunidades associadas ao desenvolvimento de novas capacidades, e apoiar com maior frequência as operações da Defesa Civil, decorrentes dos desastres relacionados ao clima, incluindo ações de busca, resgate, evacuação e ajuda humanitária. Ressalta-se que a Lei complementar nº 97, de 1999, dispõe em seu artigo 16 que cabe às FA brasileiras, como atribuição subsidiária geral, cooperar com a Defesa Civil (Brasil, 1999).

Durante as enchentes do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2024, foi criada a Operação Taquari II. Em 30 de maio de 2024, o Comando Conjunto (CC) Sul publicou um balanço com os meios empregados e os resultados obtidos (Quadro 1). O CC foi integrado pela Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira e agências do governo federal, estadual e municipal.

Quadro 1 – Dados da Operação Taquari II

Meios	Quantidade
Pessoal (militares das FA, policiais militares e agentes públicos)	34.000
Viaturas	5.200
Equipamentos de Engenharia	250
Aeronaves	70
Navios multitarefas	10
Hospitais de Campanha	13
Drones	-

Fonte: Operação [...] (2024).

Decorrente do esforço conjunto e os meios empregados na Operação, foram resgatados, por via aérea, fluvial e terrestre, cerca de 72.000 pessoas e 10.500 animais. O emprego de drones foi fundamental na localização das pessoas isoladas, porém no balanço os dados não foram contabilizados, pois os equipamentos teriam sido empregados tanto pela população civil quanto pelo Exército e órgãos de segurança pública.

O aumento da recorrência dos desastres naturais exigirá maior da participação das FA nas ações subsidiárias de apoio à Defesa Civil. Essa necessidade decorre tanto das capacidades militares, que contam com recursos, pessoal e materiais prontos para serem mobilizados em emergências, quanto pela distribuição das FA no território nacional, uma característica que proporciona respostas rápidas em momentos de crises (Gomes Filho, 2024).

No caso das enchentes no Rio do Grande do Sul, em particular na região metropolitana de Porto Alegre, ensejou a necessidade de que as FA se mantenham em condições de serem empregadas em áreas de grandes concentrações populacionais que venham a ser afetadas por eventos climáticos extremos (Brasil, 2023).

As Forças Armadas, frequentemente são mobilizadas para atuar em cenários de catástrofes naturais. Com a intensificação desses eventos, existe a preocupação de que os recursos de diversas naturezas e as atividades de preparo dos militares sejam excessivamente demandados nessas operações (Vianna *et al.*, 2024). Tal situação pode, por conseguinte, comprometer a capacidade de resposta a outras missões essenciais à segurança do território nacional, exemplificada pelos acontecimentos no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2024.

Nota-se que os atributos de resiliência e prontidão das FA em crises climáticas se alinham com o tempo de resposta para a recuperação de suas capacidades operacionais e logísticas, ao mesmo tempo, que é empregada em apoio à população na defesa civil.

6 METODOLOGIA

A metodologia neste trabalho é orientada por uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica, com o objetivo de explorar e compreender as experiências e perspectivas em relação ao fenômeno pesquisado.

As informações analisadas foram retiradas do banco de dados *Google Scholar* (GS), devido à gama de publicações disponíveis em uma única plataforma, de caráter multidisciplinar.

Na busca, utilizou-se como critério de seleção, as publicações no período de 2020 a 2024, e digitou-se no campo de pesquisa os termos em inglês *defence*, *climate change*, *armed forces*, *impacts* e *security*. A filtragem dos artigos no GS foi realizada utilizando os critérios “ordenar por relevância” e “qualquer idioma”.

A leitura realizada nos artigos mais citados foi relevante para descrever a fundamentação teórica deste trabalho, bem como para promover uma reflexão interdisciplinar sobre o tema proposto, conforme os resultados e discussões apresentados nas seções a seguir.

7 RESULTADOS

Os potenciais impactos das alterações climáticas na área de defesa, especificamente, nas instalações, equipamentos e pessoal são descritos no Quadro 2. Embora os dados estejam segregados, deve-se considerar que os riscos relacionados podem acontecer simultaneamente.

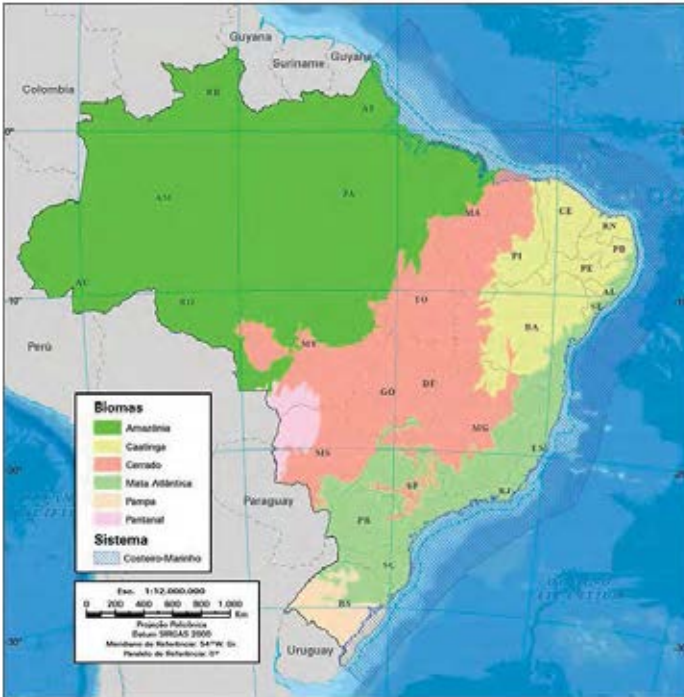
Quadro 2 – Exemplo de impactos das alterações climáticas nas capacidades militares

Eventos Climáticos	Instalações	Equipamentos	Pessoal
Altas temperaturas e ondas de calor	Danos às estruturas devido ao estresse térmico e a perda de capacidade de suporte de carga e ruptura do solo devido ao degelo com possível falha estrutural e colapso (edifícios, pontes etc.)	Danos devido ao calor e deterioração dos lubrificantes (caixas de engrenagens, bombas hidráulicas etc.), mau funcionamento dos equipamentos e sensores eletrônicos e motores afetados pela redução de oxigênio etc.	Efeitos na saúde, como insolação, exaustão, doenças cardiovasculares, respiratórias e infecciosas etc.
	Aumento da refrigeração e consumo de energia.		
	Escassez de água (aumento e/ou restrições no consumo).		
	Aumento nas perdas pela evaporação da água, combustível, produtos químicos etc., e maior potencial para <i>Natech</i> .		
	Aumento de bioincrustação (cais dos portos, cascos de navios etc.), contaminação de combustível e água e corrosão.		
Seca	Escassez de água.		- Efeitos na saúde como insolação, exaustão, doenças cardiovasculares, respiratórias e infecciosas etc. - Restrições do consumo de água.
	Perda de cobertura natural, ocultação e camuflagem.		
	Danos às estruturas devido à ruptura e ressecamento do solo, com possíveis colapsos e falhas estruturais.		
	Aumento do consumo de energia (refrigeração).		
Inundações e chuvas fortes	Danos e avarias devido à ação da água em estruturas e equipamentos em áreas propensas a inundações ao nível do solo, incluindo elevação e deslocamento (capotamento de veículos e aeronaves, embarcações arrastadas para terra etc.), deslizamentos de terra e erosão, inundações internas (silos e paióis de munição), entupimento dos canos de drenagem com sedimentos ocasionando transbordamento, e possíveis falhas estrutural e colapso nas edificações.		Efeitos na saúde como hipotermia, afogamento, doenças respiratórias e infecciosas, eletrocussão, lesões etc.
	Interrupção no fornecimento de eletricidade, água e combustível.		
	Aumento de perdas devido a vazamentos em tanques de combustíveis etc., e maior potencial para <i>Natech</i> .		
	Aumento na ventilação e energia.		
Incêndios florestais	Danos e avarias devido a cargas térmicas e de impacto (queda de árvores), com possível falha estrutural e colapso (por exemplo, edifícios), corrosão, entupimento de drenagem com sedimentos e detritos.		Efeitos à saúde como doenças cardiovasculares e respiratórias, exaustão, eletrocussão, ferimentos, fatalidades etc.
	Aumento das perdas (água, combustível, produtos químicos etc.) devido à evaporação e maior potencial para acidentes <i>Natech</i> .	Diminuição da qualidade do ar (por exemplo, cinzas e fumaça) e da qualidade da água potável devido à contaminação por cinzas.	
	Perda de cobertura natural, ocultação e camuflagem		
	Aumento da potência de reserva e do consumo de energia	Diminuição da manobrabilidade e visibilidade de Viaturas, Embarcações e Aeronaves.	
	Aumento do uso de água.		
	Interrupção do fornecimento de energia.		

Fonte: Adaptado de Tavares da Costa e Krausmann (2021).

Depreende-se do quadro acima, que os autores analisaram genericamente os impactos das alterações climáticas na área de defesa, entretanto dada a importância da relação dos biomas com o clima, sugere-se que os estudos de tais impactos sejam realizados considerando as variações regionais. No Brasil, por exemplo, há seis biomas – Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa (Figura 1), sendo que cada um possui condições climáticas específicas.

Figura 1 – Biomas brasileiros



Fonte: IBGE Educa (2025).

A diversidade dos biomas exige que as políticas de meio ambiente e do clima sejam elaboradas com foco nas especificidades de cada estado e/ou região, a fim de promover ações eficientes e adequadas às necessidades locais, principalmente em relação à prontidão, mobilização e capacidade logística da Defesa Civil e das FA.

Nessa perspectiva, Nobre *et al.* (2016) analisaram os fatores antropogênicos das alterações climáticas na região amazônica (Quadro 3). O Bioma Amazônia ocupa cerca de 49% do território brasileiro, correspondente a 1/3 das reservas de florestas tropicais úmidas, e contém 20% da água doce mundial, além de grandes reservas minerais (IBGE Educa, 2025).

Quadro 3 – Impactos das alterações climáticas na Amazônia brasileira

Variáveis	Impactos	Projeções
Mudanças no regime pluviométrico	Há evidências de alongamento da estação seca no sul e sudeste da Amazônia, o que compromete a resiliência da floresta no regime de chuvas.	Aumento frequente de secas intensas e cheias atípicas.
Eventos climáticos extremos	A ocorrência de secas severas e inundações intensas aumentou nas últimas décadas.	Esses eventos podem causar a mortalidade das árvores, queda na produtividade da floresta e maior vulnerabilidade às queimadas.
Savanização	O prolongamento da estação seca no sul-sudeste da Amazônia é o fator mais importante para a transição da floresta para a savana pois o envelope climático para florestas tropicais requer uma estação seca (menor que 100 milímetros por mês) não superior a 4 meses.	Modelagens apontam para dois possíveis pontos de inflexão: <ul style="list-style-type: none">• Desmatamento acima de 40% da área original da floresta.• Aquecimento de 4 °C na temperatura. Caso ultrapassados, há risco de colapso florestal em larga escala, com substituição da floresta por formações mais secas, como savanas degradadas, especialmente no sul e leste da Amazônia.
Perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos	A Amazônia concentra de 10 a 15% da biodiversidade terrestre global e armazena até 200 bilhões de toneladas de carbono.	O colapso parcial da floresta representaria perdas irreversíveis para a regulação climática, os ciclos hídricos e a diversidade biológica.

Fonte: adaptado de Nobre *et al.* (2016).

Para Nobre *et al.* (2016) é necessário haver um esforço global de descarbonização, a fim cumprir as salvaguardas de aquecimento global de, no máximo, 2° C, conforme estabelecido no ano de 2015, durante o Acordo de Paris.

Silva (2025) assinala que desde o ano de 2021, o Exército Brasileiro, por intermédio do Comando Militar da Amazônia, com sede em Manaus, estado do Amazonas, tem concentrado esforços para melhorar a infraestrutura de suas organizações militares, com a instalação de equipamentos e sistemas projetados para o fornecimento e uso de energia limpa e sustentável, como usinas fotovoltaicas dentro dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).

Para Vianna *et al.* (2024), as metas de sustentabilidade podem ser adotadas nas organizações militares, considerando:

[...] que as matrizes energéticas dos materiais de emprego militar são tradicionalmente baseadas na queima de combustíveis fósseis. Compreende-se que cuidar do meio ambiente em bases e instalações militares é essencial para reduzir o impacto que as atividades castrenses causam à natureza e para assegurar que as operações levadas a termo possam ser conduzidas de forma sustentável por longo prazo (Vianna *et al.*, 2024, p. 140).

Ao analisar os impactos das alterações climáticas nas capacidades militares, este estudo mostra como a Defesa pode ser afetada e identifica as lacunas existentes. Para tanto, a seguir são elencadas recomendações para o MD e as FA, a fim de fortalecer a resiliência e contribuir com a mitigação das alterações climáticas numa perspectiva político-estratégica:

- **Estabelecer diretrizes para a avaliação do risco climático no setor de Defesa.**

Os riscos climáticos têm sido identificados com frequência nos documentos de defesa e segurança tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia. No caso do Brasil, o MD pode apoiar os planos de contingência das FA. Na análise dos riscos devem ser consideradas as vulnerabilidades regionais e/ou locais e a capacidade de adaptação da sociedade (IPCC, 2022).

- **Incorporar as considerações climáticas nas políticas públicas de defesa.**

Partindo-se do pressuposto de que as mudanças climáticas se caracterizam como um fenômeno multidimensional, as políticas públicas – Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2020), devem pautar-se em uma concepção holística e abrangente.

- **Modernizar e fortalecer as infraestruturas das OM.**

Por ocasião das crises climáticas, as infraestruturas essenciais das OM são comprometidas, e isto inclui moradias, transporte, fornecimento de água e energia, e de saneamento deteriorações de longo prazo (IPCC, 2018, 2022).

Portanto, o fortalecimento da resiliência pode requerer novos níveis de proteção física para os sistemas críticos, tolerância às falhas e o aprimoramento de preparação, resposta e recuperação.

- **Estabelecer, sob a liderança do MD, a coordenação e o apoio na implementação de ações de forma abrangente, sistemática e estruturada, a fim de garantir o alinhamento com os esforços internacionais para a neutralidade climática até o ano de 2050.**

A despeito, o MD deve considerar a possibilidade de promover a interação com os Ministérios das Minas e Energia; Ciência, Tecnologia e Inovação; e, Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio da elaboração de documentos e diretrizes, assim como se observa no Roadmap *The European Green Deal*, o qual retende contribuir com a meta da UE de atingir a neutralidade de carbono até 2050, mediante a redução das emissões de GEE do setor de defesa, o incremento da eficiência e da sustentabilidade energética, e a proteção da biodiversidade (EEAS, 2020).

- **Promover, fomentar e apoiar programas de P&D para o avanço tecnológico nas áreas de defesa e crises climáticas.**

Cabe às FA prepararem-se para enfrentar os desafios e as oportunidades associadas ao desenvolvimento de novas capacidade tecnológicas, por meio do aperfeiçoamento e da promoção de sinergia entre as iniciativas existentes na Academia, tais como sistemas de alerta e monitoramento e ferramentas de modelos meteorológicos.

- **Implantar sistemas de fornecimento de energia e uso dos combustíveis de fontes renováveis.**

Nesse contexto, as fontes de energia renováveis são fundamentais para contribuir com a mitigação das alterações climáticas e o fortalecimento da resiliência, por meio da melhoria da infraestrutura das OM, com a instalação de equipamentos e sistemas projetados para o fornecimento e uso de energia limpa e sustentável (Silva, 2025; Vianna *et al.*, 2024).

Portanto, as recomendações acima, não se limitando a essas, são fundamentais para que as FA brasileiras se adaptem aos desafios decorrentes das mudanças climáticas, e se tornem protagonistas na redução de seus impactos, por meio de investimentos na modernização de suas infraestruturas e no desenvolvimento de novas tecnologias.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos climáticos em todo o mundo tendem a se tornar mais extremos e frequentes, ocasionando o aumento de tempestades,

inundações, ondas de calor e secas. As consequências desses fenômenos incluem a interrupção do abastecimento de água, redução da produtividade agrícola, impactos nas infraestruturas de produção de energia, e o aumento da propagação de doenças transmitidas por vetores, como a malária e a dengue, típicas de regiões quentes e úmidas.

Tais repercussões resultariam, possivelmente, no aumento de movimentos migratórios e deslocamentos forçados, contribuindo para uma instabilidade social e política, gerando desafios adicionais para os governos e as FA. Essas dinâmicas podem, em algum aspecto, aumentar o risco de conflitos armados, decorrente da escassez hídrica e alimentar.

As FA podem beneficiar-se de soluções energéticas sustentáveis, especialmente em termos de segurança energética. Nota-se, porém, certa dificuldade de implementarem medidas para contribuir com a redução do uso de combustíveis fósseis e energia, haja vista a ampla quantidade de OM, o tamanho das propriedades e das áreas edificadas, o número de viaturas administrativas e operacionais etc.

Entretanto, ações precisam ser pensadas e planejadas, e as implementações devem ser aceleradas nos próximos anos, para que as FA atinjam um nível adequado de resiliência e sustentabilidade em termos climáticos.

As ações tardias podem aumentar o risco de perda das capacidades militares, elevando os custos operacionais, logísticos e administrativos, e poderão ter consequências potencialmente graves para o seu emprego.

REFERÊNCIAS

ALEMANHA. **White Paper 2016**: on German Security Policy and the future of the Bundeswehr. Berlin: The Federal Government, 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END). **Ministério da Defesa**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf/view. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB 70-MC-10.236 - Operações de Ajuda Humanitária**. Brasília, DF: Exército Brasileiro, 2023.

BREMBERG, N. **European Regional Organizations and Climate-related Security Risks**: EU, OSCE and NATO. London: SIPRI Insights on Peace and Security, 2018.

BRZOSKA, M. Climate change and military planning. **International Journal of Climate Change Strategies and Management**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 172-190, 2015.

BUNSE *et al.*, 2022. **Advancing European Union Action to Address Climate Related Security Risks**. SIPRI Research Policy Paper, 2022

DALBY, S. **Anthropocene Geopolitics**: globalization, security, sustainability. Ottawa: University of Ottawa Press, 2020.

EEAS. Climate Change and Defence Roadmap. **European External Action Service**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/2022-03-28-ClimateDefence-new-Layout.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

ESS. Providing Security in a Changing World. **European Security Strategy**, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/30823/qc7809568enc.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

ESTADOS UNIDOS. **National Security Strategy**, 2022. Disponível em: <https://bidenwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

EUA. **Climate-Related Risk to DoD Infrastructure Initial Vulnerability Assessment Survey Report**. Washington, DC: Department of Defense, 2018.

EUROPEAN COMMISSION. **International Climate Finance**. Paris: European Commission, 2024.

EUROPEAN UNION. **A Strategic Compass for Security and Defence**: for a European Union that protects its citizens, values and interests and contributes to international peace and security. Paris: European Union, 2022.

FMN. Forsvarsministeriet. **Environment and Energy Strategy 2016-2020**. [S. l.: s. n.], 2016.

FRANÇA. **National Strategic Review**. Paris: NSR, 2022.

GAO, Y. *et al.* Natural hazard triggered technological risks in the Yangtze River Economic Belt. **Scientific Reports**, [s. l.], v. 11, p. 1-11, 2021.

Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-021-93353-y>.

Acesso em: 15 fev. 2025.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2010.

GOMES FILHO, P. R. S. Impactos das mudanças climáticas sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diálogos Soberania e Clima**, [s. l.], v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-No_01-Janeiro-2024-03-23-32.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

GUERRERO, M. *et al.* Effect of Climate Change on Navigation Channel Dredging of the Parana River. **International Journal of River Basin Management**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 439-448, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15715124.2013.819005>. Acesso em: 15 fev. 2025.

IBGE EDUCA. Biomas Brasileiros. **IBGE Educa**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomas-brasileiros.html>. Acesso em: 27 set. 2025.

ÍNDIA. **India's National Security Strategy**. Mumbai: [s.n.], 2019.

IPCC. **Climate Change: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Genebra: IPCC, 2014.

IPCC. **Summary for Policymakers**. Genebra: IPCC, 2018.

IPCC. **Summary for Policymakers**. Genebra: IPCC, 2022.

KALDOR, M. **Human Security: reflections on globalization and intervention**. Cambridge: Polity, 2007.

KING, C. W. **Climate change: implications for defence, key findings from the Intergovernmental Panel on Climate Change Fifth Assessment Report**. [S. l.: s. n.], 2014.

KRAUSMANN, E. *et al.* **Natech Risk Assessment and Management: reducing the Risk of Natural-Hazard Impact on Hazardous Installations.** Amsterdam: Elsevier, 2017.

McDONALD, M. Climate Change and Security: towards ecological security? **International Theory**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 153-180, 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/abs/climate-change-and-security-towards-ecological-security/228798050D9F11036FB72D9F2C84F70D>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MIRO, M. E. *et al.* Assessing risk to the National critical functions as a result of climate change. **RAND Corporation**, [s. l.], 5 abr. 2022. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RRA1645-7.html. Acesso em: 12 fev. 2025.

NATO. **NATO Climate Change and Security Action Plan.** [S. l.]: North Atlantic Treaty Organization, 2021.

NOBRE, C. A. *et al.* Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm, **Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A.**, [s. l.], v. 113, n. 39, p. 10759-10768, 2016.

OPERAÇÃO Taquari 2 completa trinta dias no Rio Grande do Sul. **Exército Brasileiro**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/operacao-taquari-2-completa-trinta-dias-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 10 jan. 2025.

REINO UNIDO. **Climate Change and Sustainability Strategic Approach.** London: Ministry of Defence, 2021.

REPÚBLICA DAS ILHAS MARSHALL. **Views Regarding the Possible Security Implications of Climate Change.** [S. l.]: Permanent Mission of the Republic of the Marshall Islands to the United Nations, 2009.

SILVA, M. V. G. Army Present, Amazon Protected: The Strategic Role of the Amazon Military Command in Environmental Protection. **Mundo Amazônico**, Bogotá, v. 16, n. 2, p. e114203, 2025. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/114203>. Acesso em: 27 set. 2025.

TAVARES DA COSTA, R.; KRAUSMANN, E. Impacts of Natural Hazards and Climate Change on EU Security and Defence. **European Comission**, Luxembourg, 2021. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC126315>. Acesso em: 24 set. 2025.

TCCS. **A Security Threatassessment of Global Climate Change**: how likely warming scenarios indicate a catastrophic security future. Washington, DC: The Center for Climate and Security, 2020.

VAN SCHAIK, L. *et al.* **Ready for take-off?** Military responses to climate change. Clingendael: Elsevier, 2020.

VIANNA, G. S. *et al.* Desenvolvimento Sustentável e suas Implicações para a Defesa Nacional, **Nação e Defesa**, Brasília, DF, v. 169, p. 129-152, 2024. Disponível em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD169/NeDef169_GilbertoSouzaVianna_RicardoAlfredoAssisFayal_RicardoRodriguesFreire.pdf. Acesso em: 27 set. 25.

